

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINGUAGEM E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS
NÍVEL MESTRADO

MARIA LUIZA SANTOS SOARES

**A RETOMADA DA TERRA INDÍGENA DE NONOAI – PELA JANELA DE ZERO
HORA**

SÃO LEOPOLDO –

2012

*Dedico esta pesquisa
ao povo Kaingang*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, que com dificuldades financeiras, sempre me incentivou a estudar.

Aos meus avôs que me ensinaram o amor à Natureza.

A meu marido Miguel e meus filhos, Pedro, Eduardo e Marina, e meu enteado Tomás, que tiveram sua rotina abalada por minhas ausências.

Ao querido amigo e professor orientador Ronaldo Henn, que me encorajou para a empreitada de voltar a estudar depois de quase 20 anos da graduação.

E ao meu querido amigo compadre, já partido desta vida, Marcos Justo Tramontini. Com ele aprendi que gostar de estudar nada tem a ver com ser “CDF”, como chamávamos em nossa juventude. Ele era um amante da História e do conhecimento e esteve comigo durante todo o tempo da pesquisa.

É a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma.

Claude Lévi-Strauss

RESUMO

A pesquisa mostra como o jornal Zero Hora narrou a “Retomada da Terra Indígena de Nonoai”, no período de 1990 a 1992. Veremos que 79% do material mostra a construção de um sentido depreciativo para o povo Kaingang. Além de construções históricas como o “arquivo colonial”, de onde brotam as palavras *perigosos canibais* e *cachaceiros*, existem outros enquadramentos que contribuem para que se perpetuem tensões entre povos indígenas e sociedade envolvente. Com uma espécie de denúncia contra este tratamento, busca-se quebrar os sentidos constituídos até então, e desconstruir as expressões ainda em voga, do tipo, “índio é tudo a mesma coisa”, ou “muita terra para pouco índio”.

Palavras-chave: Povos indígenas. Kaingang. Enquadramento.

ABSTRACT

The research shows how the daily newspaper Zero Hora narrates the “Takeback of the Indian land of Nonoai”, from 1990 to 1992. We shall see that 79% of the material shows a depreciative construction about the Kaingang people. In addition to historical constructions like the “colonial archives”, from where words like: dangerous, cannibals, and drunkards sprout from, there are other frameworks that contribute for the perpetuation of tension between Indian people and the involving society. With a sort of complaint against such treatment, it is sought to break the constituted senses so far, and deconstitute still used expressions as in “Indians are all the same” and “much land for less Indian”.

Keywords: Indigenous people, Kaingang, Framing

SUMÁRIO

1. DE ONDE TUDO VEIO.....	07
2. ESSA TERRA É KAINGANG.....	15
2.1. DA TRADIÇÃO TAQUARA À PERDA DO TERRITÓRIO.....	20
2.2. O BRANCO VEM AÍ.....	21
2.3. TRAGÉDIA DO CONTATO.....	25
2.4. DUALISMO KAINGANG E A NATUREZA.....	27
3. LIMITES DO OLHAR.....	32
3.1. ADVENTO DE NOVOS CONCEITOS.....	35
3.2. CONSTRUÇÃO DO “NÓS”	37
4. SINAIS DE FUMAÇA NA REDAÇÃO.....	44
4.1. ORIGENS DO ENQUADRAMENTO.....	44
4.2. DESVENDANDO A OBJETIVIDADE.....	46
4.3. PERSPECTIVA SIMBÓLICA.....	50
5. CAMINHOS TRAÇADOS.....	54
5.1. PELA JANELA DE ZERO HORA.....	57
5.2. DE QUEM SÃO AS PALAVRAS.....	59
6. A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL.....	65
6.1. OS KAINGANG PELA JANELA DE ZERO HORA.....	66
7. POR UMA NOVA MOLDURA.....	90
8. REFERÊNCIAS.....	93
9. APÊNDICES.....	96
10. ANEXOS.....	178

1. De onde tudo veio

A vontade de entender por que os jornalistas e os jornais, ou a mídia em geral, têm dificuldade de lidar com a questão indígena, foi o ponto de partida do projeto de pesquisa *“Todo dia é dia de índio: Os Kaingang e Zero Hora de 1988 a 2008”*. Durante quatro anos de trabalho (1999-2002) junto à coordenação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul (CEPI), depois de abandonar o jornalismo após 23 anos de atuação, convivi diariamente com representantes de todas as aldeias indígenas Guarani e Kaingang do estado e com agentes governamentais e não governamentais que atuam na área. O Conselho foi criado para fazer a interlocução entre o governo do Estado e povos indígenas do Rio Grande do Sul. Surgiu no contexto dos novos rumos democráticos do país, a partir da Constituição de 1988. Inicialmente tinha uma composição de oito membros da sociedade civil e indígenas e oito do governo.

Em 2000, com a realização do II Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas, foi reformulado numa configuração tripartite: Estado, povo Guarani e povo Kaingang, conformando as reivindicações indígenas de um representante por comunidade. Passou então a ser integrado por 14 representantes Guarani, 14 Kaingang e 14 representantes governamentais, onze do Estado, dois da Fundação Nacional do Índio (Funai) e um da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

No início do governo da Frente Popular¹, houve uma polêmica interna, entre os que queriam uma secretaria ou um órgão específico para os povos indígenas, e os que defendiam uma política pública de transversalidade, que incluísse Kaingang e Guarani² em todos os programas e políticas públicas de governo, respeitando a diversidade de cada grupo. E foi o segundo pensamento que prevaleceu para o fortalecimento do então Conselho Estadual do Índio, do qual vieram a participar onze secretarias de estado.

Na primeira composição as organizações não governamentais tinham assento no Conselho. A partir do II Fórum, instância máxima do CEPI, a participação não era obrigatória, o que não impediu as ONGs de ocuparem cadeiras cativas nas reuniões, inclusive desenvolvendo alguns projetos importantes como apoio às políticas públicas definidas pelo CEPI. O Conselho de Missões entre Índios (Comin), ONG ligada à igreja luterana, por

¹ A Frente Popular foi uma aliança dos partidos de esquerda, na época formada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista e Partido Verde, em torno da candidatura de Olívio Dutra como governador que foi eleito o primeiro governador de esquerda no Rio Grande do Sul, após a ditadura militar.

² Por convenção na Antropologia, não se usa o plural quando se refere a etnias indígenas.

exemplo, atuou como consultor na qualificação de agentes públicos estadual, federal e municipal, nas áreas da saúde e serviço social, bem como em projetos de resgate cultural junto às comunidades indígenas.

O Ministério Público Federal e Estadual também estiveram sempre presentes na atuação do CEPI, fiscalizando as ações do governo, bem como contribuindo com a discussão de importantes temas, como, por exemplo, o das fronteiras jurídicas entre povos indígenas e sociedade não indígena. A discussão, que ainda continua, pretendia de certa forma regular estas fronteiras. O que é a lei para os Kaingang, para os Guarani, e como lidar com suas diferenças entre as leis brasileiras. Como lidar, por exemplo, em tempos atuais, com as desavenças internas? Quando antigamente os grupos dissidentes simplesmente iam embora e ocupavam outros espaços onde recomeçavam a vida, o que hoje é impossível frente à escassez de terras para estas comunidades. A prática da transferência de famílias extensas inteiras naturalizou-se após o extinto SPI, o que afetou a organização social do grupo, indicando lideranças não tradicionais empoderando, muitas vezes, lideranças arbitrárias.

A verba mensal destinada ao CEPI só poderia ser utilizada em rubricas específicas para transporte, alimentação e hospedagem dos conselheiros indígenas. Antes dessa estrutura financeira, eram raras as reuniões simplesmente porque os membros indígenas não tinham condições financeiras de participar. Com a nova política de governo, eles tinham suas despesas bancadas, com condições de locomoção e hospedagem, o que facilitava a participação nas reuniões, bem como sua mobilização. Ocorre que os movimentos sociais mais tradicionais têm estrutura financeira para promover suas ações, o que não acontece com as sociedades indígenas, onde praticamente as famílias não têm uma renda fixa. A maioria das comunidades vive numa economia de subsistência. Exceto os mais velhos que têm aposentadoria, a grande maioria desta população vive de artesanato e de trabalho temporário, e em condições econômicas muito precárias.

O novo CEPI, além de patrocinar as despesas para as reuniões mensais, também o fazia para os deslocamentos dos conselheiros entre as comunidades quando era necessário algum tipo de articulação específica, podendo cada conselheiro, ou os conselheiros em grupo, viajar de uma terra indígena a outra, ou mesmo para Porto Alegre, em algum compromisso importante para cada uma das comunidades, de forma autônoma.

As reuniões mensais realizavam-se em Porto Alegre, ou em Passo Fundo, cidade mais equidistante entre Porto Alegre e a maioria dos municípios da região do Alto Uruguai, onde se localiza grande número de terras indígenas. Eram alternadas por etnia, ora entre

representantes do governo e os conselheiros Kaingang, ora com os conselheiros Guarani, quando se tratavam temas específicos, sempre na lógica da igualdade dentro da diversidade. Mas uma vez por mês fazia-se uma reunião geral, englobando os temas importantes para as duas etnias.

A coordenação do Conselho era dividida entre as três representações: uma do Governo, que exercia o papel de coordenador executivo, responsável pela parte burocrática do funcionamento do órgão, uma Kaingang e uma Guarani. As reuniões eram objetivas, raramente havia questões de ordem. Dificilmente alguém pedia a palavra para dizer alguma coisa que já tinha sido dita, e o mais importante, talvez justamente por se tratar de um conselho envolvendo indígenas, todas as decisões eram consensuais. A pauta era discutida, votada e as decisões encaminhadas. Eram reuniões realmente de trabalho, intercaladas de espaços para conversas informais, durante e depois das refeições.

Sem orçamento para as grandes demandas indígenas, até porque não era sua função, o CEPI discutia, encaminhava e cobrava políticas públicas específicas para as comunidades indígenas, dentro de uma estrutura voltada para a transversalidade. Aos poucos o tema indígena foi sendo incluído nos programas das diferentes secretarias, como saúde, habitação, saneamento, educação, meio ambiente, etc. Foi dessa época o primeiro concurso para professores indígenas, por exemplo, assim como ações conjuntas entre Estado e Funai na retomada das terras indígenas e a participação de Kaingang e Guarani nos conselhos gestores municipais.

Durante os quatro anos de participação no CEPI muitos foram os eventos que serviram de pauta para a mídia. Nestas ocasiões observava com indignação o trabalho dos profissionais de imprensa, tanto de empresas jornalísticas, como de assessores de Imprensa de diferentes setores do governo. Trabalhavam repetindo o *arquivo colonial*, buscando em grande parte das vezes o exótico. Esta situação ocorria mesmo na assessoria da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, à qual o CEPI era ligado, que deveria acompanhar o trabalho do Conselho, auxiliando-o na divulgação de suas ações.

Para ilustrar, trago um caso emblemático em que um grande evento passou despercebido da população gaúcha. Foi o lançamento do “Acordo Verde”, que definia uma política ambiental junto às comunidades indígenas. Seu caráter inovador e noticiável não poderia ter passado em branco. Existia na época, e persiste até hoje, a ideia de que os indígenas destroem a natureza, o que muitas vezes levou ao confronto de ambientalismo e comunidades indígenas, mesmo que os dados mostrassem o contrário: em 2002, 47% das

áreas indígenas eram preservadas, contra o índice de 5% referentes ao estado do Rio Grande do Sul. Portanto, tratava-se de uma pauta importante, tanto para o governo como para as comunidades indígenas e a sociedade em geral.

O “Acordo Verde” ligava comunidades indígenas, Secretaria do Meio Ambiente, Funai e Ibama em ações ambientais junto às comunidades. No lançamento haveria a demonstração do primeiro projeto que consistia na recomposição de fauna silvestre, a criação de porcos catetos, espécie nativa apreciada pelo povo Kaingang, na Terra Indígena de Ligeiro, em Monte Caseiros. Técnicos da Fundação Zoobotânica prepararam o cercado para os animais, conversaram com os conselheiros. Explicaram o que seria recomposição de fauna, através da qual os animais são criados no cercado e, aos poucos, sendo soltos na mata. Depois de alguns anos, com a procriação, poderiam ser caçados. Com a experiência sobre os animais, também haveria a possibilidade da comunidade se habilitar para a criação da espécie, podendo se tornar uma fonte de renda. Além disto, a iniciativa respondia aos anseios do Conselho que defendia a etnosustentabilidade³, através de projetos que pudessem melhorar a qualidade de vida das comunidades, buscando na sua própria cultura soluções possíveis para o seu desenvolvimento humano.

O evento teve a participação do Secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimmermann, do Secretário do Meio Ambiente, Cláudio Langone, de autoridades da Funai, do Ministério Público Federal e Estadual, além do Governador do Olívio Dutra, que apareceu numa chegada espetacular de helicóptero, pois a terra indígena era de difícil acesso. Foi um acontecimento de grandes proporções, tanto pela forma, como pelo conteúdo. Uma festa que reuniu mais de duas mil pessoas.

No entanto não repercutiu, ou não se tornou um acontecimento jornalístico, pois não foi noticiado. Talvez seja arriscado dizer, mas tenho a impressão que se o mesmo evento tivesse acontecido num assentamento do MST, por exemplo, haveria assessores disputando para fazer a cobertura. A estranheza, neste caso, prevaleceu, assim como a idéia de que em

³ O conceito de etnosustentabilidade surgiu a partir de dois outros, nas décadas de 70 e 80, com a revisão do conceito de desenvolvimento considerando-se outros parâmetros que não os do industrialismo. Levando-se em conta a sustentabilidade em diferentes povos de culturas diversas. Surge o etnodesenvolvimento, que tenciona cultura e mercado, baseado na ideia de que as tradições culturais se sobreponham às exigências do mercado. Na mesma época também fervilhava entre cientistas a ideia de um desenvolvimento que não comprometesse o meio ambiente, nascendo assim o conceito de sustentabilidade. As duas visões geraram Etnosustentabilidade, que comporta a ideia do desenvolvimento a partir da cultura e do manejo sustentável do meio ambiente. No Brasil o conceito foi mais difundido a partir da Conferência ECO-92 no Rio de Janeiro, expresso em sua Carta-Compromisso.

geral ninguém se importa com a questão indígena, nem os assessores do governo, engajados na luta por um mundo melhor, que teriam a obrigação de dar ênfase a este assunto.

O trabalho dos jornalistas dos meios de comunicação, no entanto, foi o que marcou mais negativamente esta história na qual me incluo, até porque são eles que tornam público os fatos. Poderia afirmar que eram dois tipos de comportamento profissional: um, o mais comum, que chamarei de preconceituoso, orientado pelo estereótipo e outro que poderia definir como arrogante, porque é eurocêntrico. O primeiro consistia em ir direto aos participantes mais caracterizados, sem a preocupação sobre a qualificação ou hierarquia das fontes, o que se faz normalmente na prática cotidiana da profissão quando se trata de qualquer outro evento envolvendo entidades da sociedade civil. Numa reunião da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), por exemplo, não se pode sair sem ouvir o presidente. Esta postura quase não se via nos eventos do CEPI.

O comportamento dos jornalistas quebrava a regra das fontes qualificadas, fazendo com que se dirigissem aos participantes mais caracterizados, que estivessem usando um cocar, ou colares artesanais, mesmo que não fossem nenhum dos conselheiros e não estivessem a par do que ocorria. O caso mais emblemático ocorreu no I Fórum Social Mundial. O Conselho mobilizou 900 pessoas para um acampamento no Parque Harmonia, pois era difícil a hospedagem para tantos. Como os Conselheiros queriam trazer as famílias, foi a solução que se acordou. Assim, as condições eram mesmo de um acampamento. Estávamos preocupados, mas como era verão, os conselheiros indígenas defendiam que “índio se ajeita em qualquer lugar”, e foi o que aconteceu. As barracas eram de lona de plástico (material barato e facilmente encontrável no mercado), a alimentação era realizada num dos galpões do Parque, ou distribuídas em embalagens descartáveis, para cada família.

No centro do acampamento foi erguida uma grande tenda de lona, onde eram realizadas as plenárias. Foi um trabalho e tanto, braçal, mas que rendeu boas discussões. No dia seguinte à montagem do acampamento, no entanto, o que vimos na imprensa foi um índio mexicano que estava de passagem por Porto Alegre, conhecido nos meios esotéricos por cobrar, na época 250 reais por um ritual. Alto e de figura imponente, vestido de branco, repleto de colares, lembrando os guerreiros dos filmes americanos. Reclamava das más condições do acampamento, do tratamento do governo para com seus irmãos indígenas. Não que ele estivesse totalmente errado, pois delegações de outros países latino-americanos trouxeram representantes indígenas que estavam hospedados em hotéis, mas era um de cada

país. O Rio Grande do Sul havia reunido 900 representantes, cujas lideranças tinham concordado com o acampamento. Mas foi ele o mais entrevistado pelos jornalistas.

A outra postura, que eu chamaria de arrogante, se diferencia da primeira pelo fato de jornalistas, tidos como conhecedores do tema, também desconsiderarem a hierarquia do Conselho, indo direto as suas fontes, mesmo que não fossem tão bem informadas sobre os assuntos em pauta, o que gerava uma repercussão muitas vezes desfavorável ao espírito solidário do órgão, senão totalmente equivocada. Houve, por exemplo, uma moção de repúdio ao CEPI, defendida pelo Cimi, que se quer foi discutida nas plenárias, mas foi divulgada.

A experiência de seis anos como assessora de imprensa da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida pelo Partido dos Trabalhadores, me fez acompanhar não raras vezes as lutas indígenas, e era um dos assuntos que mais me interessava. Não foi difícil escolher trabalhar na área durante a primeira experiência de esquerda no Governo do Rio Grande do Sul. A atuação no CEPI não era remunerada, portanto, não foi alvo de disputas internas. Como eu, os demais conselheiros governamentais acabaram aderindo à causa indígena, o que gerou um trabalho coletivo que conseguiu juntar as consciências de cada um dos membros, com o sonho de construção de um mundo mais solidário com ações concretas de melhoria das condições de vida desta população.

Foi uma experiência emblemática para todos nós que dela participamos. Conseguimos discutir, encaminhar e executar várias das reivindicações das comunidades indígenas. Além disto, elaborá-las e escrever sobre elas, pois a Editora Ática, interessada no primeiro governo de esquerda no Rio Grande do Sul, encomendou um livro que juntasse todas as políticas públicas que foram diferenciadas neste período, desde o Orçamento Participativo aos projetos inovadores em todas as secretarias de Estado, inclusive uma espécie de PAC, que na época era coordenado pelo Secretário Geral de Governo e vice-governador, Miguel Rossetto, ideia que mais tarde foi adotada pelo governo Lula. O resultado foi o livro “Tempos de Desafios – A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul”, organizado pela socióloga Laura Tavares Soares, com apoio do Conselho Latino-Americano de Sociologia – Clacso e do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Passados alguns anos, com a experiência latente ainda, e pela vontade de voltar ao mercado de trabalho, com mais possibilidades de formação, resolvi voltar a estudar. Povos indígenas e jornalismo construíram a vontade inicial. Quando conversei com o professor Ronaldo Henn sobre esta ideia, ele lembrou que teria que ser mais específica para um projeto de pesquisa. Pensei então em trabalhar povos indígenas e Zero Hora, o jornal de referência no

Estado. Ainda assim era demasiado abrangente. Como percebi que o povo Kaingang era mais invisível à opinião pública na época, ao contrário do povo Guarani, por toda a história do Rio Grande do Sul, que inicia com as guerras guaraníticas, e tem no imaginário do gaúcho uma inserção maior, ou mais antiga. Resolvi então trabalhar com os Kaingang, juntando este tema, com minha preocupação sobre o tratamento da imprensa dado a eles. Decidi então, pelo título, “Os Kaingang e ZH: de 1988 a 2008”

Este histórico de opções pessoais, profissionais, de convívio fraterno e respeitoso e, ao mesmo tempo, o desejo de contribuir para o avanço da relação dos Kaingang com a imprensa, que gerou o projeto de pesquisa para o Mestrado, chocou-se com a constatação, ao longo dos semestres nos quais cursei as disciplinas, da existência de uma ideia pré-concebida sobre o tema escolhido. O trabalho dos jornalistas na cobertura dos eventos do Conselho dos Povos Indígenas é um reflexo de como a sociedade como um todo trata a questão indígena.

Ao lidar com o material empírico, outras constatações foram possíveis. Ficou claro que Zero Hora trata mal os Kaingang, mas os escolhe em sua pauta, o que se pode constatar através do volume do material publicado nos anos escolhidos. Há, porém, que se debruçar sobre o enquadramento que a empresa e os jornalistas adotaram para incluí-los em seu conteúdo editorial, metodologia que adotaremos ao longo deste trabalho. Também ficou claro que há o protagonismo do jornalista, não apenas carrega os enquadramentos de uma empresa jornalística. Ele traz consigo suas próprias construções da realidade. Vários foram os profissionais que assinaram suas matérias deixando marcas diferenciadas em sua cobertura. Mesmo assim, foi-se percebendo que mesmo estes, claramente demonstrando tentativa de seriedade ao aprofundar sua investigação, também adotavam definições de situação carregadas de uma visão no mínimo distorcida da realidade indígena.

Para além da posição editorial do jornal, quase sempre desfavorável aos Kaingang, também existem as diferentes posições dos jornalistas, que refletem o pensamento da sociedade. Se a sociedade não sabe como tratar do assunto, também o jornal não saberá e poucos profissionais da área conseguirão dar um passo além do que já se sabe de antemão: tratar o povo Kaingang como índio genérico, ter uma visão preconceituosa, que vai da romântica à fascista, desqualificar o Kaingang como aculturado, não respeitando as diferenças culturais, como se fosse impossível a coexistência de diferentes etnias.

Durante esse exercício ficou evidente o modo como o jornalismo trata dos assuntos que não estão ancorados diretamente na realidade. São lacunas não só de técnicas, mas de

visões de mundo, de como a sociedade que lê jornal relaciona-se com o tema. O índio é o outro, o desconhecido, não suficientemente respeitado, de tal forma que mereça no mínimo um tratamento profissional idêntico, por exemplo, ao que se dá a um empresário.

Nas primeiras inserções teóricas sobre os povos indígenas vali-me de estudos do antropólogo Darcy Ribeiro (1970, p.269) em sua obra “Os índios e a civilização”. O conceito de transfiguração étnica, formulado por Ribeiro, mostra que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira, operando através de compulsões de natureza ecológica, biológica, de coerção de natureza tecnológico-cultural, socioeconômica e ideológica, conduz os indígenas da condição de índios-tribais a de índios genéricos, portanto, não é por nada que o preconceito persiste.

Darcy Ribeiro (1970) lembra que o avanço sobre os territórios indígena com a ideia de igualdade era quase impossível frente à discriminação racial e aos interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país. Desde então estava claro que nas reservas os indígenas viviam melhor que nas fazendas e que a posse de um território tribal é condição fundamental pra sobrevivência.

A terra entra afinal na discussão, e não é por acaso. Foi por ela que os povos indígenas, aqui mais especificamente os Kaingang, foram usurpados de seu modo de vida tradicional, através da expansão colonial, foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar.

Na primeira aproximação com o objeto empírico de pesquisa, sobre o material de 543 páginas de Zero Hora, fica claro que para os Kaingang o *frame*⁴ “*retomada das Terras Indígenas*” é fundamental. Do total do material, classificado por temas, 257 matérias referem-se à luta pela terra. Também é o principal enfoque da Constituição de 1988, quando finalmente o Estado brasileiro elevou a população indígena ao status de cidadãos com direito a seus usos e costumes, políticas públicas diferenciadas e à devolução das terras tradicionalmente ocupadas. Por isso separei do *corpus* inicial, 45 matérias (de 1990 a 1992) que tratam especificamente sobre a Terra Indígena de Nonoai, desde os primeiros conflitos com a ocupação do Parque Estadual Florestas, até a decisão da Justiça, o que gerou o trabalho final, intitulado “*A retomada da Terra Indígena de Nonoai: pela janela de Zero Hora*”.

Da ideia inicial, ficou claro que era importante deixar de lado o que se tinha de antemão. Era necessário um esforço para deslindar as relações entre os Kaingang e a

⁴ Utilizarei em Português os termos *enquadre* para *frame*, e *enquadramento* para *framing*.

sociedade gaúcha, manifestas em Zero Hora. O material mostra a trajetória da luta da comunidade Kaingang de Nonoai, desde o processo de retomada de suas terras tradicionais, passando pela ocupação da área do Parque Estadual de Nonoai, que pertencia originalmente aos Kaingang, até a decisão judicial que deu ganho de causa aos índios. Aí me reporto a Pierre Nora (1977, p.245) e suas ideias sobre a importância dos meios de comunicação para a história. Podemos dizer que por este volume de material também passa a história do povo Kaingang, que se não tivesse sido mostrada por Zero Hora, talvez não nos tivesse tocado.

Ao longo do trabalho buscaremos identificar as operações de *enquadramento* de Zero Hora. Como se constituem esses *enquadramentos* - importantes na construção de sentido - na cobertura envolvendo os Kaingang. Pode-se afirmar que o *enquadramento macro* é resultado de uma construção histórica. Os resultados quantitativos da pesquisa nos mostram que os principais adjetivos atribuídos aos Kaingang têm origem na colonização do Brasil. *Perigosos, ameaçadores, armados, canibais, criminosos e violentos*, utilizados por ZH, correspondem ao chamado *arquivo colonial*, termo utilizado pelo antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (2005, p.219). Nos primeiros relatos sobre os povos indígenas observam-se os termos: *traíçoeiros, selvagens, tecnologicamente primitivos, perversos, demoníacos*. Esta visão, naturalizada historicamente, permeia a construção de sentido sobre o povo Kaingang, na sociedade brasileira. Embutido na mesma ideia percebe-se também o *enquadre* “o bom selvagem”, cantado e louvado pela literatura romântica do século XIX na busca de uma identidade nacional, que incluía o índio, para justificar a exclusão dos negros, ainda escravizados na época. Personificado em Iracema e Peri, de José de Alencar, o “bom selvagem” difundia um índio genérico, edênico, participante do que vinha a ser o povo brasileiro.

Buscaremos também outros possíveis *enquadramentos* utilizados por ZH, por exemplo, a partir das fontes consultadas. Quem são elas, de que lugar elas falam, e quais suas qualificações para esclarecerem os temas polêmicos que por ventura venham ou não a ser explicitados, de maneira que o leitor possa ter uma visão mais clara daquela realidade.

Os interesses em jogo, as tensões sociedade do entorno versus comunidades indígenas na *Retomada da Terra Indígena de Nonoai*, enquadrados por Zero Hora, trazem consigo, numa olhada inicial, o *enquadre* “muita terra para pouco índio”. Nestes momentos, os Kaingang se igualam ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, quando se pode perceber uma tendência à criminalização de suas ações.

Outras operações de *enquadramento* poderão ser identificadas no material. A irregularidade em termos de editoria pode acusar uma importância dúbia, colocando em dúvida o leitor. Afinal, qual o lugar dos Kaingang? É na editoria de Estado, é na do Meio Ambiente, ou na Geral? As fontes utilizadas, o número de vezes que aparecem, ou mesmo a omissão delas, são formas de *enquadramento*, assim como a composição editorial dos textos nas páginas, também apontarão estas operações.

Depois de identificar os diferentes *enquadramentos* utilizados por ZH, buscaremos elementos críticos que possam contribuir para a qualificação da cobertura sobre a temática.

2. Essa terra é Kaingang

Contam os *troncos velhos*⁵ que o cacique Nonoai está enterrado próximo às águas termais de Iraí, numa pequena elevação de terra em meio a um bosque. Cansado das promessas dos brancos, o velho Nonoai não quis ocupar a nova Reserva Indígena que um dia teria seu nome. Chegou a ir a Porto Alegre onde o governador garantiu 120 mil hectares para seu povo. Estava assegurada a posse das águas quentes, o lambedor, como dizem os indígenas. Mas a história vai contar que as águas foram tomadas pelos brancos e até hoje não jorram mais em terra Kaingang.

Talvez cansado de lutar, ou na teimosia de garantir pelo menos para o seu corpo aquele lugar sagrado para seus ancestrais, Nonoai ficou ali, numa casinha tradicional construída por ele mesmo. Ali morreu e foi enterrado. Nada consta, nem uma placa, como são raros os bustos ou monumentos em homenagem aos Kaingang.

Embora esquecido pelo poder constituído da época, não o foi pelos seus descendentes. Seu nome não deixa de ser evocado nas conversas ao pé do fogo, ou em reuniões importantes. Esta história não pode ser esquecida, pois de lendas também se faz história, acredito.

A história dos Kaingang se iguala a outras histórias de todos os povos ameríndios, ou mesmo dos nativos da Oceania, ou da África. É uma epopeia de matança, de extermínio, de expropriação, a partir da expansão europeia na grande corrida por novas colônias. Mas ainda que se igualem, são milhares de etnias diferentes com culturas diversas.

O índio para o não índio é o outro, e por mais que um não índio se solidarize e se alie a ele, a civilização ocidental ainda deve um ideal de solidariedade a estes povos. São processos diferentes, carregados de experiências e conhecimentos diversos. Tentar entender isso, e buscar um mundo de iguais cada um em suas diferenças, é utopia de instituições nacionais e internacionais nas últimas décadas. As palavras do pensador Claude Lévi-Strauss, encomendadas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em 1956, ilustram este sentido:

A necessidade de preservar a diversidade das culturas num mundo ameaçado pela monotonia e pela uniformidade não escapou certamente às entidades internacionais. Elas compreendem também que não será suficiente, para atingir esse fim, animar as tradições locais e conceder uma trégua aos tempos passados. É a diversidade que deve ser salva não o conteúdo histórico que cada época lhe deve que nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma. É necessário, pois, encorajar as

⁵ Tronco velho é como os Kaingang denominam as pessoas idosas da comunidade.

potencialidades secretas, despertar todas as vocações para a vida em comum que a história tem de reserva; é necessário também estar pronto para encarar sem surpresa, sem repugnância e sem revolta, o que estas formas sociais de expressão poderão oferecer de desusado. A tolerância não é uma posição contemplativa, dispensando indulgência ao que foi e ao que é. É uma atitude dinâmica, que consiste em prever, em compreender e em promover o que quer ser. (LÉVI-STRAUSS, 2008. p. 66)

Como estes colonizadores chegaram para se apossar do Novo Mundo é sabido. Mas como foi o impacto sobre os povos nativos é difícil de saber. Já não há relatos escritos daqueles que tiveram esta primeira experiência. Darcy Ribeiro, no entanto, em seu livro “Os índios e a civilização”, consegue aproximar um pouco mais, pelo menos ao contar a experiência do professor Hildebrando Horta Barbosa, do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), numa missão cujo objetivo era abrir uma estrada de ferro, nos finais da década de 50 e início da década de 60. Ele descreve as sensações do cacique Kaingang Vaohim e dois companheiros, do sertão de São Paulo, convidados para irem de trem até a capital. Até então, segundo Ribeiro, os Kaingang mantinham uma atitude altaneira. Tratavam os brancos como seus protegidos, acreditando que eles os tinham pacificado. Quando chegava ao acampamento do SPI, abraçava Hildebrando sorrindo e lhe dizia: “Não tenham medo, nós os protegeremos”. Estava sob o efeito imediato do contato. Sua tribo tinha mudado de *status*. Era o primeiro grupo pacificado, contava com o apoio dos brancos para sobrepujar os demais grupos, servindo de guias e intérpretes. Aliados aos brancos, dominavam a região com mais poder sobre outros grupos indígenas.

“Entraram no carro e tomaram acento mostrando-se loquazes e alegres enquanto atravessavam a mata. Ao chegarem à primeira estação, observando o vai e vem dos passageiros que embarcavam e desembarcavam, ainda trocaram comentários. As estações foram se sucedendo, cada qual mais cheia de gente, porque já então percorriam regiões mais densamente povoadas. Uma tristeza e um acabrunhamento cada vez maior foram se apossando dos índios: Deixaram de falar, já não respondiam as perguntas do pacificador. Assim embasbacados desembarcaram em São Paulo e assim fizeram todas as visitas programadas, ao Governador, ao Diretor do Museu Paulista – que duvidara da possibilidade de serem pacificados – e outras. E assim voltaram ao Posto.

Essa experiência operou uma mudança radical na atitude de cada um dos chefes, logo transmitida à tribo inteira. Agora conheciam em toda a extensão, o quanto eram insignificantes diante da tribo imensa dos brancos. Era o desencanto de um povo tribal diante de uma sociedade nacional, de sua magnitude esmagadora em relação a sua pequenez. Desde então, o prestígio que atribuíam ao branco passou a ser de ordem que nenhum valor

tribal pode persistir. Haviam aprendido que nada podiam diante do branco, senão entregarem-se inertes ao seu domínio. Assim se quebrou o orgulho que tinham pela dança, pelos cantos, pelos costumes peculiares e passaram a adotar cada elemento cultural que lhes era acessível: as roupas, os alimentos, os modos de comer e tudo mais que fosse simbólico da civilização a que se submetiam.

Compreenderam que não haviam amansado branco algum, eles é que tinham sido atraídos e amansados, quando poderiam ter sido simplesmente mortos, caso o quisessem esta tribo toda poderosa dos brancos. “E ano após ano foi se acentuando a humildade dos kaingang, diante do branco e, na mesma medida foram crescendo dissensões dentro do grupo”. (RIBEIRO, 1970 p. 269)

Os primeiros contatos com os *Kaingang* do Rio Grande do Sul não foram exatamente desta forma. O encontro com o branco se deu ao longo da expansão colonial, mas o relato dá a ideia do impacto brutal e consegue fazer com que se entre no lugar daquelas pessoas, aproximando-nos minimamente do que esta invasão pode ter gerado ao longo da história. Trazer à tona os primórdios deste povo e um pouco de sua história é uma tentativa de destacar a cultura de uma nação que soube lidar com as dificuldades de sustentabilidade durante séculos, tendo a sua disposição o que o meio ambiente lhes oferecia.

A história vai nos mostrar que os antepassados dos *Kaingang* tiveram um desenvolvimento provavelmente autóctone nos séculos iniciais da era cristã, e aqui viveram bem até a chegada do homem branco. A constatação dos arqueólogos com relação à importância do meio ambiente para este povo também pode reforçar sua valorização:

Se agora olhamos a economia do grupo como um todo, notamos que ela pode ter sido estável e sadia, capaz de proporcionar à sociedade um abastecimento regular e satisfatório ao menos durante a maior parte do ano. Mas isto só era possível com o domínio vertical de ao menos três ambientes: as terras altas com campos e pinheirais, as encostas florestadas e várzeas dos rios com bons terrenos de cultivo junto com possibilidades de pesca, e finalmente o litoral atlântico com suas grandes lagoas, cheias de moluscos e peixes. (SCHMITZ, 2006. p.82)

A partir do contato, porém, teremos relatos dos colonizadores, veremos que são comuns textos descrevendo as feições físicas e o comportamento dos *Kaingang*, como se estivessem falando de um novo animal descoberto. A própria narrativa criou ao longo do contato, uma imagem idêntica a que descrevemos na pesquisa empírica: os *Kaingang* são depredadores da natureza, invasores de terras e aculturados, como se fosse possível uma cultura manter-se intacta.

As façanhas deste povo também corroboram para, senão resolver a barreira que gera a desigualdade história nesta relação Kaingang-branco, pelo menos pra reforçar a noção de dívida que o colonizador tem até os dias de hoje. Defender o meio ambiente em detrimento do ser humano é um retrocesso, quando sabemos que havia um equilíbrio ambiental antes dos invasores do século XVI. Ao valorizar o passado, porém, não podemos cair no mesmo erro, de estacionar nosso imaginário naquele tempo, cristalizando a ideia de preservação de uma cultura, cuja inexorabilidade de interferência com o contato fizesse com que nunca mais seria a mesma.

2.1. Tradição Taquara: Buraco dos Bugres⁶

Nos primeiros séculos da era cristã houve nos planaltos brasileiros e regiões próximas a eles uma importante mudança nos grupos que aqui viviam: a passagem da condição de alguns grupos de caçadores-coletores para plantadores. Iniciarão a partir daí aldeias mais estáveis, pois era preciso cuidar das plantações, o desenvolvimento da cerâmica, necessária para a preparação dos novos alimentos domesticados, construção de habitações mais duráveis, além de uma organização social e política. Nesta época iniciou no Rio Grande do Sul, e se expandiu para Santa Catarina, Paraná São Paulo e região de Misiones, na Argentina, a Tradição Taquara.

Para a arqueologia, uma tradição reúne grandes conjuntos de objetos com características semelhantes dentro de tempos e espaços mais amplos, o que pode ser comparado com a trajetória de uma nação indígena. A Tradição Taquara foi se configurando, a partir de sítios, locais das escavações com indícios de presença humana, onde arqueólogos encontraram cacos de pequenos potes e tigelas de cerâmica decoradas com impressões diversas feitas provavelmente com cestos de bambu utilizados na época. Outros detalhes nos utensílios eram produzidos com diferentes objetos, inclusive com as unhas. Tais características são diferentes de outras tradições também identificadas em sítios do Rio Grande do Sul.

A engenharia de terra também distingue o grupo, observada a partir da confecção de casas subterrâneas circulares, apesar da carência de ferramentas da época. Tais construções

⁶ O local onde foram encontradas as primeiras casas subterrâneas na cidade de Caxias do Sul passou a ser chamado de “Buraco dos Bugres”. Bugre é uma denominação dada a vários grupos indígenas do Brasil. A origem da palavra, segundo o Dicionário Houaiss, vem do francês *bougre*, tendo seu primeiro registro em 1172, que significa “herético”, que vem do latim medieval, *bulgârus*. Como eram da igreja ortodoxa, os búlgaros foram considerados heréticos pelos católicos. A palavra foi aplicada também aos indígenas no sentido de “inculto”, “estrangeiro”, “pagão” e “não cristão”, num sentido pejorativo. Até os dias de hoje, para o senso comum, bugre quer dizer índio.

demonstravam um trabalho grandioso, pois algumas chegam a medir até 20 metros de diâmetro. As primeiras casas subterrâneas, e as mais antigas, foram encontradas em Caxias do Sul, na localidade de Água Azul. Nas escavações, de 1967 a 1970, e da qual participaram quase todos os arqueólogos do Estado, foi encontrada um conjunto 36 casas subterrâneas. O achado, segundo o pesquisador Pedro Ignácio Schmidt, do Instituto Anchieta de Pesquisas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006), “foi um trabalho realmente inovador”, que deu início às pesquisas que mais tarde encontrariam o faria a relação entre os grupos humanos da Tradição Taquara e os Kaingang.

Abertas quatro casas, descobriram que eram construídas em cavas redondas, medindo, a maior delas, 11 metros de diâmetro por seis de profundidade. Os arqueólogos explicam o trabalho árduo, diante das ferramentas que dispunham: machados de pedra, cordas feitas com a matéria prima local, cestos para retirada da terra e instrumentos de madeira.

2.2. O branco vem aí

Os primeiros contatos com os Kaingang e os colonizadores portugueses ocorreram no século XVI, quando alguns grupos viviam mais próximos do litoral. Sabe-se que seus ancestrais costumavam disputar com os Tupi-guarani os alimentos fartos desta região. Nos séculos XVI e XVII já os Guarani haviam sido reduzidos na Província de Guairá, hoje norte do Paraná, mas que também alguns possíveis ancestrais dos Kaingang participaram deste projeto em Conceição dos Gualachos. Depois de expulsos pelos bandeirantes paulistas, os jesuítas tentaram missões no litoral e na bacia do rio da Prata. Os bandeirantes paulistas também caçaram Kaingang para se juntarem às centenas de indígenas escravos das fazendas de agricultura de exportação.

Nesta época eram conhecidos por Guaianá. Apesar destas tentativas, o impacto sobre esta etnia foi menor do que com a Guarani, provavelmente por sua forma de vida em grupos dispersos, o que os fazia menos visíveis. Sua agricultura, mais rudimentar do que a do outro grupo, também não os qualificava como bons escravos para as grandes lavouras, o que de certa forma os fez manter sua cultura por mais tempo, pois nem os missionários, nem os mandatários da colônia conseguiram desarticular sua cultura tribal. É certo que tiveram perdas. O avanço dos brancos pelo litoral fez com que tivessem que reorganizar a coleta e abandonar a fonte natural que vinha das praias, para onde costumavam se deslocar à cata de peixes, mariscos e os frutos litorâneos, como o butiá. Sobreviveram, no entanto. Eram

chamados de Socré, Kamé, Bugres e Coroados, em função do corte de cabelo, em forma de coroa ao redor da cabeça.

Já nos primeiros relatos que se tem notícia, de Gabriel Soares de Souza, empresário português que se estabeleceu no Brasil, em seu livro “Notícias do Brasil”, de 1587, observa-se a forma como foram descritos os Guaianá, de onde hoje se situa o estado de São Paulo. Descreve-os como:

“Índios simples, não maliciosos nem falsos e facilmente contentáveis, vivendo da caça, pesca e frutos silvestres. Inimigos da antropofagia, não matavam os cativos, mas escravizaram-nos. Esta escravidão era mui branda, não exigiam deles trabalhos pesado que eles mesmo desconheciam. Nunca abandonavam seu território para guerrear outras tribos, nem as procuravam nos seus toldos, não sabendo combater no mato, mas sim em campo aberto onde moravam. (SOUZA, apud BECKER, 1995)

Nesta época os Kaingang viviam em grupos separados nas áreas florestadas do Alto Rio Uruguai em direção ao Oeste do Rio Piratini, para leste até as nascentes do Rio Pelotas e ao Sul, as bacias do Rio Caí. Por volta de 1625, estima-se uma população de 3000 pessoas. Moravam em grupos de 20 a 25 famílias, mas todas eram subordinadas a um cacique geral. Dados do mesmo ano apontam o cacique Niezu como líder, *P’oi* para os Kaingang, às margens do rio Levi (não identificado para os dias de hoje, mas que era um afluente do Uruguai que provavelmente mudou de nome). Algumas parcialidades eram polígamos, o que fez com que não aceitassem o convívio com os jesuítas.

Novamente são contatados e sofrem impacto maior no século XIX. A imigração alemã, a partir de 1824, a italiana, a partir de 1870, e as catequeses instaladas pelos jesuítas em 1848 marcaram um período de grandes interferências no território e na organização dos Kaingang:

...quer pressionando-os no seu território e levando-os a reações violentas que podem responder pela atuação hostil do selvagem, quer agindo com elemento transformador de certos padrões sócio-culturais ao ponto de levá-los à quase desintegração, como os vamos encontrar no século seguinte.às vezes de maneira suave, no sentido de uma aceitação espontânea, às vezes sob protesto e outras vezes com aceitação temporária. (BECKER, 1995, p.15)

São deste tempo lideranças históricas, que constam em diferentes registros como o cacique Nonoai, Fongue e Braga. Segundo Pedro Inácio Schmidt, a biografia de Braga “que não tinha necessidade de explicar sua presença no estado por nenhuma migração, certamente o liga aos Guainá dos séculos da conquista”. Ele contou a Mabilde (BECKER, 1976:269-270) que cinco gerações de caciques, seus antecessores, haviam sido enterradas no mesmo lugar onde ele tinha a sua aldeia na primeira metade do século XIX.

Os relatos das lideranças como o cacique Nonoai, Fongue, contam que seus antepassados teriam vindo de Santa Catarina ou do Paraná. Os locais onde eles tinham as suas aldeias são de povoamento mais recente, como se pode ver pelas datas de carbono14, mas não tanto quanto poderia dar a entender a fala dos caciques. Mesmo que eles tenham migrado de outro estado, como dizem, sua cultura não deixaria de estar no grande horizonte cultural do planalto, ao qual pertence à tradição Taquara.

Com a ocupação do território por criadores de gado nas áreas de campo e dos colonos alemães nas de florestas de encostas, a sustentabilidade do povo Kaingang foi fatalmente atingida. Além disto, passaram a ser um empecilho para o desenvolvimento do Estado. Desta forma foram obrigados a viverem aldeados em reservas, comandadas pelo governo.

O território dos Kaingang ainda nesta época se mantinha quase o mesmo, entre o rio Piratini, à margem esquerda do Rio Uruguai e as cabeceiras do Rio Pelotas, até os últimos paredões indo até a bacia do Rio Caí. Viviam ainda da coleta do pinhão, com o qual faziam uma farinha que podia ser armazenada, da caça, da pesca, de pequena agricultura, em grupos de algumas famílias, em territórios de propriedade coletiva. Tendo outras denominações anteriores, o grupo passou a ser chamado de Kaingang a partir de 1882, por Telêmaco Borba, empreendedor português, que foi considerado etnógrafo. Antes eram conhecidos como Guaianá, Coroados, Bugres, Shokléng, ou Botocudos.

Pressionados em seus espaços, não foi por nada que vários ataques ocorreram contra os imigrantes alemães junto às bacias do Rio Caí e do Taquari, onde a colonização foi implantada. A abertura de estradas e picadas, bem como a derrubada da mata para as novas plantações dos imigrantes, foi diminuindo seus espaços originais. Não fica difícil, portanto, imaginar-se que os Kaingang acreditavam terem direito às roças dos brancos.

O Padre Parés, em meados de 1849 esteve nos campos de Nonoai, chamados assim em função do cacique Nonoai, na época com 120 anos, e estava ali estabelecido com a proteção do governo do distrito de Passo Fundo. Nesta época, a área dos Kaingang de Nonoai era de 34.908 hectares. Seria reduzida mais tarde em 1941, nos tempos do Serviço de Proteção ao Índio, com 34.908, sendo reduzida no mesmo ano a 14.910 hectares, com a criação do Parque Florestal de Nonoai.

O grupo chegará ao século XX com seu espaço restrito ao Alto Rio Uruguai, para onde foram encurralados pela expansão agrícola. Agora, porém, enfrentariam empresas colonizadoras como a Dahe Conceição e Cia. Ltda, que distribuirá terras indígenas na região

de Inhacorá. Não desaparecer os toldos criados no século anterior entre o rio das Antas e o rio Pelotas, bem como nos rios Turvo e Inhacorá, no oeste do Alto Uruguai. Chegarão em 1953 com suas terras reduzidas a 50.194 hectares.

No livro “O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul” (1995), de Ítala Basile Becker, que faz o registro de praticamente todos os documentos históricos que se referem aos Kaingang do Rio Grande do Sul, no capítulo “Tipo físico e traços de personalidade”, ela registra as narrativas relativas ao tema, onde mais uma vez percebe-se o etnocentrismo dos narradores. As descrições, na maioria das vezes, mostram os Kaingang da mesma forma como se descreveria um grupo de animais. Um dos mais surpreendentes pode ser o de Martin Fischer, prussiano radicado em Iraí, que se dedicou ao jornalismo. Era correspondente da Agência Noticiosa Alemã:

Os movimentos são rápidos, vivazes e flexíveis, sem causarem a impressão de felinos. Embora o seu modo de se portarem geralmente seja comedido quanto ao mais, a maneira de caminhar é tudo menos comedida, dir-se-ia antes que mais se movem com passos pequenos, rápidos do que caminham. Correspondentemente também se movem com relativa rapidez de um lugar para outro e podem percorrer distâncias bem consideráveis em tempo relativamente breve.(BEKER, 1995, p.52)

Becker (1995, p. 52) vai caracterizá-los como “um indivíduo bom por natureza, mas sujeitos a atitudes contraditórias face às situações em que é colocado, tanto dentro de seu grupo, como em relação ao branco”, e faça a ressalva, que “seria difícil caracterizar um grupo indígena tomando em consideração os seus valores, como o foram pelos diferentes autores consultados”.

Preponderava neste período a respeito dos Kaingang um preceito positivista, até porque o estado era governado pelos positivistas. Pregavam que o Estado deveria dar condições dos índios de preservarem seu modo de vida, e que naturalmente acabariam por passar a viver como os ocidentais. Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a mesma filosofia. Trazia a ideia de proteção e vigoraria até 1967, quando foi criada a Fundação Nacional do Índio. A proteção, porém, acabou configurou-se como tutela aos povos indígenas, passando o órgão a administrar as reservas, toldos, na época, interferindo diretamente do modo tradicional de organização social do grupo. O SPI acabou com o cacicado, criando uma hierarquia militar dentro das aldeias, determinada pelo órgão. Em 1922 um novo decreto, “Das terras e proteção dos índios”, trazia a mesma proposta que o Estado vai conduzir sem concretizar ao longo da história, mas que somente com a constituição de 1988 torna-se efetivo. Trata-se do direito dos povos indígenas sobre suas terras

tradicionalmente ocupadas. Apesar do decreto de 1922 explicitar o uso das terras pelos índios, também dizia seriam auxiliados pelo SPI, e pelo estado do Rio Grande do Sul, caso o SPI não os atendesse. O que realmente aconteceu foi uma interferência direta no seu modo de produção, quando os órgãos estatais passaram a arrendar as terras indígenas.

No caso de Nonoai, a primeira demarcação ocorreu em 1848, com a proposta do aldeamento como um ponto de referência para os índios que viviam nas regiões próximas. O objetivo maior, no entanto, era de reduzir os Kaingang a uma área limitada, a fim de que o estado pudesse ocupar o restante com a colonização. A demarcação só foi concluída entre 1911 e 1913, num total de 34.930 hectares. Daí pra frente, sua administração ficou sob a responsabilidade dos brancos. Em 1939, com a criação da Inspeção de Terra de Frederico Westphalen, o toldo de Nonoai passou à administração deste órgão que era estadual. Embora demarcadas as terras e definidas como de direito dos Kaingang, a invasão dos brancos era permitida. Ao contrário de outras áreas, cujas terras de campo foram ocupadas pelos brancos para agricultura, em Nonoai o interesse voltava-se para a floresta. São dessa época as primeiras serrarias, instaladas dentro da própria reserva.

Em 1941 Nonoai perderia mais uma parcela de sua área, para a criação de um parque florestal, restando ao grupo um total de 14.910 hectares. Em 1962, o então governador Leonel Brizola (OLKOSKI, 2002) faria sua “reforma agrária”, utilizando 2.000 hectares para a chamada Sessão Planalto, acomodando os colonos que na prática já estavam utilizando as terras indígenas. Talvez seja desta época a invisibilidade indígena. Anunciando que praticamente não havia mais índios no Estado, o governo transferiu-os para os toldos, sem qualquer preocupação com seus usos e costumes. Muitas rixas que existem até hoje, têm origem nesta época. Destinada grande parte das terras indígenas para a colonização, grupos rivais foram obrigados a viverem juntos, numa afronta estrutura social que ainda prevalecia.

Mesmo com essa redução, a criação da Fundação Nacional do índio, em 1967, viria prejudicar o grupo ainda mais, oficializando o arrendamento para 360 famílias de agricultores brancos. Em 1975, este número chegaria a 1.300 famílias.

2.3. Tragédia do contato

Se observarmos que toda organização social e política dos Kaingang é relacionada ao território, podemos facilmente concluir o grau de dificuldades cada vez maior enfrentado por eles. Já vimos um pouco da história deste grupo, do que os colonizadores narraram a seu

respeito. É importante também que se aborde não só uma história material de perdas, mas também o significado do que foi esse prejuízo.

O povo Kaingang é hoje um dos maiores grupos indígenas do Brasil, com em torno de 30 mil pessoas, que vivem nos três estados do Sul, Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como veremos na pesquisa empírica, a luta pela terra segue sendo a principal razão de suas reivindicações. E não se trata apenas de uma questão de sustentabilidade material. Há toda uma raiz cultural que faz com que a relação com o espaço que ocupam seja fundamental à sobrevivência deste povo.

Os Kaingang, bem como todo o universo indígena, desconhecem a terra como propriedade privada, sendo a terra utilizada coletivamente. É nas relações de parentesco que se dá o acesso ao uso da terra. Até o contato com os brancos, os Kaingang organizavam-se em grupos de famílias, lideradas por um “*pö'i*”, hoje denominado cacique. No passado, se houvesse alguma dissidência no grupo, o grupo em desacordo, liderado por um novo chefe, procurava um novo lugar mais afastado para se constituir.

Os Kaingang viviam em grupos de famílias extensas, num território que abrangia uma aldeia fixa, onde faziam suas roças, além vários locais de acampamento que utilizavam nos períodos de caça, coleta ou pesca, sendo que tudo era dividido entre este grupo, a partir das relações de parentesco. A propriedade da terra era coletiva, mas cada família cultivava sua própria roça num determinado local que pertencia a ela enquanto plantasse naquele local.

O valor atribuído à terra pelos Kaingang não é o de mercado, não são as terras mais mecanizáveis, como para o branco. Ela tem um valor místico e cosmológico, por isso nenhuma terra igual à outra. O que importa é que a terra seja aquela em que ele nasceu, e onde será enterrado. Segundo a antropóloga Juracilda Veiga:

...pode-se dizer que os Kaingang pertencem à terra onde nascem e onde têm seus umbigos enterrados: essa terra é sua pátria, por direito de nascimento. Os Kaingang pertencem à terra, e não é a terra que pertence a eles. Podemos dizer que é nascer em algum lugar é que dá ao Kaingang cidadania, outra forma é abrir um determinado lugar, ou seja, pelo trabalho empregado ele conquista um direito. (VEIGA, 2006: 836)

A invasão dos territórios indígenas pela colonização no século XIX reduziu seus espaços de vivência ancestral, pois foi definido de acordo com o módulo colonial adotado na época. A forma tradicional de cultivo, portanto, foi alterada. As culturas europeias foram sendo implantadas e para seu manejo era necessária uma mudança que os Kaingang não tinham como acompanhar. Assim o solo foi empobrecendo e novas culturas trouxeram ervas

daninhas desconhecidas aos Kaingang. Estas plantações novas necessitavam capinas constantes e arados, ao contrário do sistema indígena feito artesanalmente utilizando a forma de rodízio da terra. Essa tradição consistia em derrubar o mato, queimar, plantar e colher. No ano seguinte esta área ficava parada e a plantação era feita em outro local. Assim o solo permanecia fértil, porque o solo se recompunha de tempos em tempos devido à rotação do plantio.

O SPI obrigava os Kaingang a trabalharem em grandes lavouras. A comida era preparada para todos numa grande panela, onde se originou o termo “sistema panelão”. Enquanto trabalhavam, outros Kaingang empoderados pelo estado vigiavam o trabalho, inclusive armados. Tal prática, embora abandonada oficialmente depois da criação da Funai, em 1967, acabou por fazer escola e deixou um rastro de desestruturação social.

Foi nesta época, nas décadas de 50 e 60, que apareceram os primeiros acampamentos indígenas em beiras de estrada e nas cidades, pois eram a única forma de se fugir do “panelão”, para Veiga, “o único espaço fora do sistema arbitrário”. A interferência na organização social e política dos Kaingang afetou a qualidade de suas representações políticas. Os caciques eram indicados pelos representantes do Estado, cooptados, até o ponto de aplicarem castigos e sanções aos membros das comunidades sob as ordens dos representantes do Estado. Tal prática foi se naturalizando como um “costume indígena”. Os caciques passaram de provedores e distribuidores de riquezas a lideranças despóticas e autoritárias. Transformaram, segundo Veiga, as terras indígenas em “instituições totais”, conceito de Foucault para sociedades onde as autoridades têm poder absoluto sobre os cidadãos.

Nos últimos anos, retomou-se a prática dos arrendamentos. A concentração de terras nas mãos dos caciques e de seus aliados tem transformado as terras indígenas em dormitórios. Sem as terras para cultivar, os indígenas são recrutados como gado em péssimas condições de trabalho para colheita da uva, erva-mate e maçã, e pior, em propriedades onde antigamente seus ancestrais viviam livremente sua cultura, seus usos e costumes.

2.4. Dualismo Kaingang e a natureza

Sempre achei estranha a invisibilidade dos Kaingang, povo presente no estado desde os 400 anos da era cristã. Fiquei sabendo da existência deles aos 16 anos, quando trabalhava numa ONG, Diaconia, que assistia várias entidades que trabalhavam com crianças carentes. A entidade atendia uma escola de Toldo Guarita, uma das Terras Indígenas existentes no Norte do estado. Desde então me pergunto por que pouca gente sabia da existência deles. Talvez se

deva à ciência institucionalizada. Na década de 60, um importante estudo “Social Teory and Social Practice: Binary Systems in Central Brasil”, da Universidade de Harvard, que pesquisou o dualismo nas sociedades Jês Meridional, não incluiu os Kaingang. Segundo seu coordenador, David Henry Peter Mayburu-Lewis, o grupo de pesquisadores tinha informação de que eles estavam extintos. Darcy Ribeiro, em seu trabalho “Os Índios e a Civilização” (1970), refere-se apenas aos Kaingang de São Paulo. Por outro lado o povo Guarani, faz parte da história do Rio Grande, pelo menos quando se fala no Tratado de Madri, 1750, que resultou no fim do projeto jesuítico dos Sete Povos das Missões. O massacre dos Guarani por portugueses e espanhóis ficou conhecido pelo heroísmo de Sepé Tiaraju, soldado Guarani que liderava as tropas contra os dois impérios.

Mas a invisibilidade Kaingang ainda duraria muitos anos, embora alguns estudos importantes depois da década de 60, como da antropóloga Juracilda Veiga, de 1994, uma das bases para este trabalho. Ainda em 2002, o antropólogo Robert Crepeau, da Universidade de Montréal, escreveu para a revista Horizontes Antropológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “Os Kaingang são ainda pouco conhecidos do ponto de vista etnológico, embora seu território seja de acesso fácil em nossos dias”. (2002, p. 115).

O estudo de Harvard pesquisou as sociedades dualistas do Brasil, excluindo os Kaingang, que, como as etnias Timbira, Kaiapó, Suiá, Xerente, Xavante, Xokleng e Bororo, aos quais os Kaingang associam-se culturalmente, têm uma organização social de caráter dualista. Todos pertencem ao tronco Jê, e junto com os Xokleng, os Kaingang pertencem ao tronco lingüístico Macro Jê.

Os Kaingang dividem-se em duas metades exogâmicas: *Kairú* e *Kamé*, conforme o mito de origem (ANEXO 1), que conta a história de irmãos gêmeos, que depois de um dilúvio, saem da terra para povoar o mundo de animais e gentes. Nesta tradição, um Kaingang *Kairú* só pode casar com um Kaingang *Kamé*. Mas esta dualidade também é representada cosmologicamente, uma vez que as duas metades têm uma forte relação com a natureza. Os gêmeos ancestrais, fundadores da etnia, representam oposição e complementaridade entre um e outro. Todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias. *Kairú* “é [...] pesado, de corpo como de espírito, mas é perseverante. A pintura corporal de *Kaiñeru* são manchas, a de *Kamé* são listras. [...] o Kaingang distingue entre objetos delgados e grossos, manchados e listrados, como pertencentes a *Kañeru* e *Kamé*, feitos por este ou por aquele, e que podem assim ser usados por este ou por aquele no ritual”. (NIMUENDAJU, 1987, p.121-122).

A natureza é origem e parte da cultura Kaingang. Segundo Sérgio Batista da Silva (2002), as representações ligadas ao “mato” são de uso comum da etnia e estão presentes no seu dia-a-dia. É do mato que vem a sabedoria dos *kuiã* (xamãs), através de seu *iangré*. Num ritual específico de iniciação, que só pode ser realizado em mata virgem, o *kuiã* recebe a visita de um animal, seu *iangré*. Será este animal que vai orientá-lo sobre os remédios do mato que deverá utilizar em suas curas. Grande parte dos nomes Kaingang vem do mato e a própria pintura corporal usada no ritual do *Kik*, vem do carvão das plantas correspondentes a cada uma das metades clânicas.

As metades estão visceralmente ligadas ao meio ambiente. Conforme o mito, o gêmeo *Kairu* nasceu primeiro da terra. Ele é a lua, ex-sol, noite. Tem corpo fino, é peludo e tem pés pequenos. É menos forte, representa o feminino. Tem movimentos e resoluções ligeiros, pensa rápido e é menos persistente. Os *Kairú* nasceram na parte de cima da montanha, por isso são associados a lugares altos. Correspondem à direção Leste. Sua pintura corporal é redonda, fechada. Os seres e objetos fechados, e também os malhados, como a onça, a jaguatirica, estão associados a eles. A planta dos *Kairú* utilizada no ritual do *Kiki*, culto aos mortos, é a sete-sangrias.

Já os *Kamé*, segundo gêmeo a nascer, é o sol, que significa força e poder. Estão associados ao dia. São opostos a *Kairú*. Corpo grosso, pés grandes. Representam a força masculina. São vagarosos em movimentos e resoluções, mas persistentes com temperamento feroz. Estão ligados ao Oeste, e correspondem a lugares altos. A pintura corporal é comprida, e linhas, “aberta”. Estão ligados a seres e objetos compridos, riscados, e a seres e objetos mais pesados. Sua planta ritual é o pinheiro araucária.

Os Kaingang, dessa forma, reconhecem na natureza as pintas fechadas ou abertas, tanto no couro dos animais, nas penas dos pássaros, como nas folhas, na casca ou na madeira das plantas. Além disto, para cada uma das metades existe um termo específico. O que é baixo é chamado de *rôr*, e para o que é alto, de *téi*. Veiga (1994, p.65) afirma que seu trabalho de campo “não deixa dúvidas quanto ao papel fundamental das relações de oposição e de complementaridade entre *kamé* e *kairú*, havendo troca de serviços funerários e rituais, aliança matrimonial e, em alguns casos, troca de nomes”.

No ritual do *kiki*⁷, que é um culto aos mortos, no período que antecede a celebração, os papéis de cada uma das metades são bem definidos. Começa com escolha da araucária que

⁷ O ritual do *kiki* ainda é realizado na Terra Indígena de Xaçepó. Recentemente porém, um grupo de professores e *kuiãs* estão resgatando a tradição na Terra Indígena de Votouro, na cidade de Benjamim Constant no Rio

será abatida, dias antes da chegada dos convidados, cujo tronco será esculpido em forma de cocho, onde será fabricado o hidromel – mel com água – que fermentará e será a bebida cerimonial. Durante todo o ritual, são acessos três fogos. Cada um é cuidado por um par de cada metade. Também há várias outras funções ritualísticas, cumpridas de forma assimétrica, de maneira que o que é *kamé* é cuidado por um *kairú* e vice-versa.

Essa dualidade reflete-se na vida das pessoas. Silva (2002, p.193) afirma que para os Kaingang, a complementaridade entre as metades, ou entre a natureza e a sociedade, reforça a simetria entre opostos, no primeiro caso, e enfatiza a possibilidade de relação entre mundos concebidos de forma diferente, no segundo caso. Este discurso dialético dos Kaingang aponta para “aversão e o horror à junção de coisas iguais porque elas são estéreis” e dissemina a idéia de que “a fertilidade vem da união de princípios contrários”. (VEIGA, apud SILVA). Embora não sejam exatamente iguais, as sociedades dualistas existem no mundo inteiro, enquanto um princípio de organização. (LÉVI-STRAUSS, 1982 P.109). Para ele, o mais importante para as sociedades de caráter dual “é que os indivíduos se definem, uns com relação aos outros, essencialmente segundo pertençam ou não à mesma metade”. (LÉVI-STRAUSS, apud VEIGA, 1984, p.88). Dessa forma, “natureza e sociedade representam uma oposição que se inter-relaciona através de um processo contínuo de reciprocidade” (GIANNI, apud SILVA, 2002).

O pertencimento a cada uma das metades é herdado do pai. Portanto, pai *kairú*, filho *kairú*. Pai *kamé*, filho *kamé*. O parentesco, assim, cumpre sua tarefa de complementaridade e, ao mesmo tempo, de alteridade, que também está expressa nesta organização, uma vez que os membros de um mesmo grupo, o *eu*, é chamado de *kaitkô*, e os *outros*, da outra metade, são *iambré*. Sendo assim, concretamente, um Kaingang deve escolher como parceiro matrimonial um *iambré*, ou seja, um cunhado da outra metade. Assim, o cunhadismo masculino está presente na organização social deste povo como um princípio fundante. Desta forma, para Silva, a “filosofia de estabelecer relações idealmente harmoniosas entre opostos é uma das expressões mais marcantes do pensamento *Kangang*”. (SILVA, 2002, p.198).

Embora vários autores apontem para uma perspectiva masculina da sociedade Kaingang, onde os companheiros de viagem ou de caça são sempre os cunhados, *iambré*, é interessante observar que, depois do casamento, é o homem que vai para casa da mulher, e vai servir o sogro. Diferentemente de outras sociedades em que ter uma filha mulher não é

vantagem, pois se perde o nome, as posses, e em muitas sociedades existe a instituição do dote, entre os Kaingang, o pai terá vantagens com o casamento da filha. O genro será mais um apoio na tarefa de provedor.

Diante deste valor dado ao ambiente natural na cosmologia Kaingang, o sentido de destruição da natureza, expresso nas páginas de Zero Hora, como um dos qualificativos depreciativos mais utilizados, torna-se, no mínimo, inadequado. Mais uma vez é importante ressaltar a dimensão abrangida pela histórica construção do “*arquivo colonial*”. De integrantes viscerais de um ecossistema bem específico, as florestas de araucária de todo o Brasil, os Kaingang passaram a ser vistos como devastadores, inclusive se levar-se em conta que atualmente as comunidades Kaingang têm reivindicado a recuperação de suas áreas. Afinal, desde o século XVIII o Estado brasileiro promove a ocupação das terras originárias dos índios para fins de desenvolvimento. Desde a Constituição Cidadã, com a luta pela retomada destas terras, depois de muita mobilização, as comunidades recebem ambientes devastados pela monocultura.

Sem querer aprofundar o tema da identidade, pois não é a centralidade deste trabalho, é importante deixar claro a importância da retomada de seus patrimônios naturais para a manutenção de suas identidades culturais, seus espaços éticos, suas línguas e costumes. Ao voltarem para suas antigas terras, palcos de sua trajetória histórica, recuperam sua condição de existência. Há uma forte ligação entre território e cultura, sendo o território, espaço de representações, segundo Harvey (2003, p. 201), em *A condição Pós Moderna*: “os espaços de representação têm o potencial não somente de afetar a representação do espaço como também de agir como força produtiva material com respeito às práticas espaciais”.

3. Limites de nosso olhar

“Eles não são mais índios. perderam a sua cultura.” Esta frase, recorrente no imaginário da sociedade brasileira, faz parte de uma herança cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Como vem sendo construída a ideia acerca dos povos indígenas, até chegarmos aos dias de hoje, quando em geral as pessoas olham o índio com um ar nostálgico, reservando-lhe um lugar que não cabe no espaço contemporâneo? Como os jornalistas tratam os índios? Como a sociedade os trata? Pode-se afirmar que se trata de uma construção histórica, passando pelos primeiros relatos dos colonizadores do Brasil sobre os povos indígenas, pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX. Até os dias de hoje, quando é comum via mídia a ironia explícita diante de um índio utilizando um automóvel, um celular ou um computador.

Ao analisarmos os dados que demonstram que 79% do material empírico pesquisado é carregado de denotativos depreciativos com relação ao povo Kaingang, percebe-se que estamos diante de uma realidade narrada, embasada no discurso que começa a se constituir 500 anos atrás. A construção deste enquadramento também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, vistos como nas crônicas gregas sobre “homens selvagens”, ou pela narrativa de aventureiros como Marco Pólo e as visões que se tinha sobre o mundo que ficava além dos mares, de homens selvagens e canibais.

Nos primeiros tempos de contato os povos indígenas eram representados contraditoriamente como edênicos no imaginário, e demoníacos, quando defendiam suas terras, seus usos e costumes. Se por um lado os portugueses eram pensados como construtores de um novo mundo, aos nativos do Brasil ficaram reservados os denotativos *traíçoeiros*, *selvagens*, *tecnologicamente primitivos*, atributos que nada tinham a ver com as populações nativas em si, mas sim com a utilidade que teriam na construção deste novo mundo. Segundo o antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (2005), neste momento começava-se a montar o “*arquivo colonial*”, que jamais deixou de influenciar a percepção da sociedade nacional com relação aos povos indígenas. Este instrumento de cristalização de um sentido estagnou-se nos termos: *conservar*, *guardar*, *classificar*, *ordenar*, *preservar*. Manteve as populações indígenas fora da história e segue dando poder a quem controla o arquivo. Não é por nada que a retomada das terras indígenas atinga setores divergentes com o mesmo discurso “muita terra

para pouco índio”. Há inclusive na pauta do Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional⁸ que dá ao Congresso o poder sobre as demarcações das terras indígenas, defendido pela mesma elite que não quer dar aos primeiros habitantes do Brasil o direito de serem índios.

As representações dos primeiros encontros perduram insidiosamente, mantendo e sendo mantidas pelas diversas instituições que produzem – e reproduzem – as tradições culturais em nossa sociedade. – esse artefato cognitivo das elites mestiças tem o papel de “intermediário tenso”, sempre proto para sacrificar sua origem mestiça, por um lugar na “metrópole”, civilizando aqueles que só podem ser pensados como remanescentes espúrios de um passado que compromete seus planos de futuro, salvo quando se trata de, pela via do exótico (a mistura nacional que hoje pode ser vendida como um bem cultural) – índio bom era Peri – que só existiu no romance indianista imperial. (2005, p.221)

No Brasil, desde as primeiras narrativas dos tempos do “descobrimento”, até os dias de hoje, mantém-se, por exemplo, a ideia da superioridade das sociedades Inca, Maia e Asteca, com suas organizações mais próximas das que se tinha na Europa. É difícil acreditar que o fato de terem sido caçadores e coletores, com uma agricultura ainda rudimentar, tivesse uma forma de vida diferente daquela contada pelos europeus, como se referiu Carli Friedrich Philipp Von Martius (apud BECKER, 1995) aos índios desta parte da América como uma degeneração dos povos andinos. Afinal, o que se sabe sobre eles, é o que contaram os que aqui chegaram para enriquecer seus impérios.

Certos de que a realidade é uma construção, não podemos deixar de frisar que a história dos povos nativos foi contada por aqueles que chegaram portando doenças, incentivando a guerra e destruindo indícios que poderiam servir para futuros estudos mais aprofundados sobre aquelas populações. Desde então, a visão dominante vislumbrava a extinção ou a assimilação desta cultura “inferior”. Essa ideia, que só recentemente tem sido enfocada com mais profundidade nos livros didáticos e em poucos setores da mídia, coloca os povos indígenas atuais como remanescentes daqueles primeiros. “Que índio é este, vestido com roupas de branco?” - é o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos, em Porto Alegre.

⁸ A PEC 125 (Anexo 2) dá poder aos deputados sobre as demarcações das terras indígenas. Atualmente o Processo de Demarcação é bem complexo e cuidadoso, para que não haja contestação. Começa com um Estudo de identificação, realizado por antropólogos autorizados pela Funai, que também passa por análises sociológicas, jurídicas e cartográficas, depois tem que ser aprovado pela Funai. Em seguida há um período de contestações, onde se estabelece as indenizações. Se tudo estiver correto será a fase da Delimitação, da Demarcação Física, da Homologação, e finalmente do Registro feito no cartório onde fica a Terra indígena. Todo o processo é bem criterioso, e baseado na Constituição. A ideia do autor da PEC vai contra a Constituição e pretende dar poder aos invasores das terras indígenas.

Embasadas numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de ditar as regras para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de caráter imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

A gestão colonial utilizou-se deste saber calcado na diferença em termos de capacidade para agir, reforçando a dominação do colonizador. Em 1680, a Coroa Portuguesa concede a missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos, era o mesmo que torná-los súditos do Reino de Portugal. Embora o extermínio não constasse no Regimento, na prática a morte em massa de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, com a transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja. Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território cuja população estava espaça. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Agora os índios não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino preceituava a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibia a língua geral nas escolas indígenas, e incentivava o trabalho e o comércio aos índios. Inaugurava-se, assim, a retórica da civilização, que vai perdurar até o final do século XVIII, início do século XIX. O termo *civilizado*, que serviu, e vem servindo, como desculpa das elites brasileiras para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, inclusive virou sinônimo, para os índios, de *branco*.

Em 1850, a Lei das Terras vai determinar o direito aos povos indígenas sobre as terras dos aldeamentos, não às terras originárias, mas já seria um avanço frente à ausência absoluta de direitos que até então lhes eram negados. Como a eles caberiam parte das terras devolutas, rapidamente várias províncias, inclusive o Rio Grande do Sul, aproveitaram para se apropriar de mais uma parcela das terras que seriam dos índios. Este é outro componente formador do “arquivo colonial”, agora com a noção de que, não sendo mais índios, pois se aculturaram, não teriam direito a esta nova Lei. Desde então, surge a expressão que ainda persiste nossos

dias: “*Muita terra para pouco índio*”. Podemos vê-la quando a mídia utiliza deste argumento, em nome do desenvolvimento e em defesa de grileiros vestidos de grandes empresários rurais. Encontraremos esta afirmação no material empírico selecionado de Zero Hora sobre a *Retomada das Terras de Nonoai*.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão se refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades, fazendo surgir novos horizontes, afetando os paradigmas na Antropologia Social.

Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados pelos novos ares, que em termos mundiais, surge com a Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948, defendendo a autodeterminação dos povos indígenas. A convenção universal, de que as terras ocupadas pelos índios deveriam suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, passava a compor, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil. As práticas do SPI, e depois a Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidade indígenas, pelo contrário. Tutelavam-nas e reforçavam o “arquivo colonial”, como estatuto do próprio Estado brasileiro, que nunca acreditou que pudesse existir uma política pública realmente fundada na riqueza cultural dos povos indígenas brasileiros, para se contrapor ao desenvolvimentista que não acolhe a diversidade.

3.1. Advento de novos conceitos

A visão petrificada que persistiu por séculos, a de que os índios ou se extinguiriam, ou seriam assimilados pela sociedade branca, foi sendo abrandada com novas abordagens de etnógrafos como Darcy Ribeiro, que iria criticar o pensamento catastrófico a partir de sua experiência junto ao SPI. No exílio, após o golpe militar de 64 vai escrever sobre sua experiência de mais de dez anos com populações indígenas brasileiras, formulando uma teoria que se contrapõe às ideias de aculturação e assimilação. Vai substituir o pessimismo com relação a elas, lembrando que apesar de todo o processo de espoliação e extermínio, os índios jamais deixarão de ser índios, assim como os judeus ou os ciganos, uma vez que a questão é etnocultural.

Para explicar sua afirmação, ele formula o conceito de *transfiguração étnica*, processo pelo qual os povos indígenas transformam-se, fazem-se e desfazem-se. Não há assimilação,

nem conversão, mas uma integração inevitável. Sendo cada vez mais cercado pela sociedade brasileira, o índio acaba virando, por exemplo, mão de obra. Ele próprio tem que produzir para o mercado, mas neste processo, não perde sua *indianidade*. Apesar de mudar a forma de se vestir, apesar de se utilizar de bens da sociedade envolvente, não deixa de ser índio. Através deste processo de transfiguração o índio se transforma mantendo sua própria identidade, mudando para sobreviver, num contexto completamente hostil a ele. Isto é, transforma-se para sobreviver.

O conceito apresenta diferentes fases de compulsões e coerções influenciando no que ele chamou de *transfiguração étnica*, pelas quais diferentes etnias passaram. Primeiro, a compulsão biótica, marcada pelo contato com o branco e suas doenças que dizimaram populações inteiras. Em seguida a ecológica, pela ocupação do território indígena por espécies animais e vegetais estranhas ao ambiente natural brasileiro. Essa imposição ecológica marca profundamente o modo de vida indígena, pois altera as condições ambientais, causando perdas irreparáveis, uma vez que a cosmologia indígena está intrinsecamente ligada ao meio ambiente.

Influenciam também as *coerções tecnológico-culturais*, impondo novos instrumentos tecnológicos, que apesar de serem mais eficazes, contribuem para a dependência, uma vez que os índios não podem produzi-los. Também identificou *coerções sócio-econômicas*, que obrigam as comunidades indígenas a adotarem um sistema capitalista-mercantilista, que os forçam a integrar o mercado de trabalho, privatiza os territórios indígenas e causa desequilíbrio na cultura de cada povo.

Mesmo com esta pressão, como já vimos antes, continuam sendo índios. É importante lembrar que os estudos de Ribeiro expressos em “*Os Índios e a Civilização*” (1970) devem ser contextualizados à época em que foram formulados. O peso do econômico sobre as comunidades indígenas talvez possa ter sido amenizado pelas formas de relações entre culturas, como sistema de valores e o processo de acumulação, formulado por Muniz Sodré (2009, p.37). “Trata-se de contrastar a lógica dos fins, que rege a cultura, com a lógica dos meios, razão instrumental inerente à acumulação puramente econômica”. Para tanto professa que a saída é abrir espaços para que a atividade criativa floresça, e de se fomentar a liberdade de criar.

Pode-se afirmar que os Kaingang, bem como outras etnias indígenas, têm se utilizado de processos criativos para que possam sobreviver, recriando e reconfigurando ritos e

costumes. Talvez justamente, por terem sido criativos, que permanecem Kaingang até hoje, mesmo que sejam desconstituídos como aculturados, pela sociedade como um todo, como é o que mostra o material publicado por Zero Hora, se pensarmos em construção de realidade através de seu discurso jornalístico. Ao considerar a importância da questão cultural, Sodré não reduz a visão sobre a situação do contato interétnico. Para ele, é na relação entre poder e cultura que as sociedades indígenas conseguem construir seus processos de resistência. Carmem Pereira Antunes, ao trabalhar sua tese de doutorado “*Processos comunicacionais Kaingang: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica*”, vai explicar como as ações dos Kaingang ao ocuparem o Morro do Osso em Porto Alegre funcionam como “resgate cultural”.

São as arenas políticas do presente, as quais podem ser vistas como processos de mestiçagem (GARCIA-CANCLINI, 2000)...Como intercâmbios carregados de poder e influências, (BITTENCOURT, 2006) ou na discussão em que as mídias aparecem como um lugar estratégico para pensar a comunicação como uma questão de reconhecimento, na medida em que o espaço comunicável é desigual e naturalizador das exclusões sociais (REGUILLO,1988). (ANTUNES, 2011)

Por último, Ribeiro (1970) descreve o processo de *transfiguração étnica*, segundo o qual as *coerções ideológicas* causam profundas fissuras no *ethos* tribal, no seu orgulho de si próprio entre os demais. Ribeiro explica as consequências e o que talvez faça com que a sociedade envolvente os enxergue como diferente entre os demais excluídos:

Nesse ponto terminal do processo de transfiguração étnica sua consciência já não pode ser tão autêntica quanto o é nas condições de alienação comuns a todas as camadas exploradas, mas será ainda mais alienada que a dos demais brasileiros, porque corresponderá a um contingente distinto pelas formas peculiares de desajustamento social que experimenta e pela condição de participante etnicamente diferenciado do ser nacional. (RIBEIRO, 1970, p. 419)

As conclusões de Ribeiro a respeito dos efeitos do contato com o *branco* e, conseqüentemente, as dificuldades de interação com a sociedade brasileira, tornam-se esperanças na medida em que constroem, na prática, possibilidades de uma mudança de atitude da sociedade envolvente. Durante todo seu trabalho ele não cessa de apontar a dinamicidade da cultura e as recriações de mitos que são capazes de reinserir as comunidades indígenas em realidades capazes de tornar sua convivência interétnica mais solidária.

3.2. Construção do “nós”

Ao abordar o tema da construção do “*nós indígena*”, forjado pelas comunidades indígenas do Brasil com o advento da Convenção 169, a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes

(1993) vai explicar que esta construção está ligada à representação que os povos indígenas fazem do *outro*, do *branco*. Embora Ribeiro e outros pensadores falem em perda do *ethos* tribal, o mesmo conceito acaba por explicar também como as comunidades indígenas vão reconfigurando-se para, “copiando” o outro, ter voz e vez na sociedade brasileira.

Para tanto vai lidar com a noção de identidade, advertindo as dificuldades que o conceito encerra. A identidade não está dada, é construída, e pode ser evocada em diferentes contextos. Desta forma, endossa a importância de aprofundamento deste conceito, para ela vital para grupos sociais como povos indígenas, mulheres, homossexuais, por exemplo.

Novaes sustenta que o *nós coletivo*, que traz uma ideia de identidade “ampla”, tem sido evocado por diferentes grupos, nos momentos em que buscam visibilidade frente situações de apagamento, às quais foram submetidos historicamente, e que passaram a emergir na década de 70. Dentre estes grupos que reivindicam uma identidade própria estão os povos indígenas do Brasil, assim como emergem os movimentos negro, feminista e homossexual.

Se a identidade surge diante de interlocutores genéricos, governo, sociedade, a *auto-imagem* é construída historicamente e é da ordem das relações sociais que os diferentes grupos estabelecem entre si. Enquanto a identidade fixa atributos, por se constituir a partir da cultura, a *auto-imagem* é dinâmica, pois de certa forma vai se moldando de acordo com “quem é o outro”, e de como a relação com o *outro* pode se transformar ao longo do tempo. A *noção de pessoa* também compõe o mesmo pensamento antropológico, junto com a identidade e a auto-imagem, uma vez que organiza a experiência para dar significado aquilo que é vivenciado, através das relações interpessoais e sociais. É construída socialmente, através de todo um aprendizado simbólico que compõe o sentido do corpo e de individualidade para o sujeito como formas fundamentais do pensamento e da ação dos indivíduos. É, portanto, uma construção social, não é inata.

A partir desta visão podemos lamentar muitas das análises relativas aos povos indígenas, que se concentram nos contextos culturais internos, que acabam contribuindo para uma construção do “não são mais índios”. Também há de se destacar que, no caso Kaingang, inclusive, não é verdade que perderam sua cultura. No capítulo anterior, demonstramos que sua cosmologia é levada em conta até os dias de hoje. O que há, muitas vezes, é uma ignorância absoluta sobre estas populações.

Iara Tatiana Bonin (2009), ao analisar os conteúdos sobre os povos indígenas estudados nas escolas, também critica a visão estereotipada:

O uso de estereótipos possibilita generalizações, simplifica as práticas culturais indígenas e nega-lhe a possibilidade de movimento e dinamismo. É possível dizer que, ao atribuir passividade e imobilidade aos outros – neste caso, aos povos indígenas – estamos atribuindo atividade e dinamismo a nós mesmos – sujeitos posicionados no pólo oposto deste binarismo. (BONIN, 2010, p. 81)

Ela também comenta que, muitas vezes, o uso do conceito de diversidade, nas produções contemporâneas para as escolas, pode não passar de retórica. “Parece responder à necessidade de converter os diferentes em semelhantes, incorporando e incluindo o que está à margem, governando suas práticas e estabelecendo quais as “melhores” formas de representação.” Ela critica o acomodamento resultante de tais práticas, que “parecem voltadas a acomodar tensões e conflitos, reduzindo seus efeitos, sem alterar as relações de poder que operam subordinando sujeitos”. Incluir a diversidade em currículos é tornar os povos indígenas parte de um espaço disciplinar no qual operam redes de poder/saber que, ao serem exercidas, colabora na manutenção da ordem social, constituindo discursos de benevolência e de tolerância à diversidade, tomada então como algo dado, desde sempre ali.

De certa forma, tais representações servem para expulsá-los para fora dos limites “ordeiros” daqueles espaços que inventamos para habitar. As práticas escolares muito têm a ver com estratégias que acomodam perto ou à distância os sujeitos e povos que narramos como parte da diversidade. Este contexto parece não acolher nem tolerar índios que não combinam com versões estereotipadas, que não se encaixam na condição de exotismo, que perturbam as noções de natural hierarquia e que reivindicam lugares, colocando sob suspeita, por exemplo, nossas noções de propriedade da terra, dos bens, do conhecimento. Tais práticas participam de uma ampla rede de saberes e poderes que dão sentido à identidade e à diferença e nos ensinam sobre quem somos e podemos vir a ser; quem são os outros, o que podem ser e qual lugar ocupam. (BONIN, p 82)

Na visão mais dinâmica dos processos gerados entre as populações indígenas e a sociedade envolvente, seria considerarem-se as relações históricas que se estabelecem nesta interação. Uma postura mais emancipadora deveria vislumbrar não apenas os fenômenos culturais gerados no confronto com a sociedade envolvente, mas tentar buscar como cada um dos grupos elabora estas representações do outro e dele mesmo.

Apesar da crítica que fazemos à noção do índio genérico, a dualidade dentro do próprio “arquivo colonial” – *bom selvagem/demoníaco* – aparece quando, diante do Estado, os povos indígenas vão assumir o “*nós índios brasileiros*”, para reivindicar seus direitos. Desconsideram as especificidades, *nós Kaingang*, *nós Guarani*, para dar cara ao coletivo político diante do governo e da sociedade brasileira. Nestes momentos:

O movimento indígena apropria-se de uma categoria ampla – “índios”- exterior a cada uma das sociedades envolvidas e atua procurando manipular certos sinais diacríticos presentes no imaginário de nossa sociedade a respeito de quem são os índios. (NOVAES, 1993 – p. 26)

Neste sentido, também a noção de multiculturalismo de Start Hall (2008) pode contribuir para o entendimento das representações indígenas na luta por seus direitos. Quando determinados movimentos sociais estão, de alguma forma trabalhando estrategicamente para que sejam vistos, estão imbuídos de alguma noção de multiculturalismo. Que concepções políticas estratégicas estão sustentando determinados modos, quais as estratégias, as doutrinas destes modos? A multiplicidade de concepções que estão em embate nos leva a pensar com quais noções de multiculturalismo vão trabalhar, e como são negociados os distintos projetos. Como na questão indígena, no nosso caso a etnia Kaingang, quando a partir de suas lutas pela retomada das terras, a identidade emerge como um fenômeno, que também é da ordem das estratégias políticas. Da mesma forma é estratégico para o neoliberalismo dizer que “índio é preguiçoso”, ou que “há muita terra para pouco índio”. Garcia Canclini (1998) também pode contribuir para se pensar como os povos indígenas redefinem-se frente à sociedade nacional. Contra o excessivo peso do tradicional no estudo das culturas populares, os índios se aglutinam numa construção da hibridez cultural.

Estamos falando de “fabricação de uma realidade”. Manipulando signos e códigos que lhes são impostos, os povos indígenas foram se apropriando deles como estratégia para fazer valer seu direito a outro código. Quando o Cacique de Nonoai Zé Lopes convida seus conselheiros para irem a Porto Alegre encontrar-se com o Governador, ele se apropria de um código que não é próprio dos Kaingang, mas serve para resolver a questão da retomada de suas terras. Como a nossa sociedade convive mal com a diferença, eles necessitam demonstrar sua capacidade de equiparação para depois assumirem o direito à diferença e à visibilidade de seu povo, enquanto etnia diversa dos demais indígenas.

Se o branco fosse absolutamente determinante, o índio tinha que abrir mão de sua identidade. Ele reproduziria em si a identidade do branco. Isso não acontece, porque o jogo que estabelece a identidade do índio não se completa com a ação do branco. Alguma coisa vaza...(ORLANDI, Eni, Apud, NOVAES, 1993)

O que vaza segundo Novaes “é a possibilidade de existência de uma ‘verdade’ ou e uma ‘realidade’ (no caso a apropriação da identidade do branco) a partir de seu simulacro” (Novaes, 1993-70) O *simulacro*, a imitação do branco, no caso dos índios, parece ser um passo importante para todo o conjunto de sociedades ou grupos dentro de uma sociedade específica, que busca contraditoriamente, afirmar-se na sua diferença.

Podemos observar assim um paradoxo que parece ser marcante nos tempos atuais. A desreferencialização ocasionada pelo simulacro. Ao se vestir de índio, em eventos reivindicatórios, o Kaingang assume uma representação que já não corresponde a sua realidade, assim como ao se apropriar dos trajes e protocolos do branco, emite um falso discurso: o de que são como o branco. São estes símbolos, sejam eles o cocar ou o crachá, que permitem que manipulem os estereótipos presentes no imaginário da nossa sociedade a respeito de quem são, afinal, “os índios”. São construções que devem ser olhadas como uma forma de retórica, onde a tipificação e a manipulação de estereótipos aproximam-se muito mais do interlocutor tão abstrato quanto o “governo” ou a “sociedade”, do que dos Kaingang.

Este jogo de signos encobre uma realidade que surge, como dissemos ao propor nossa concepção de *identidade*, da necessidade de constituição de sujeitos políticos que articulam para reivindicar para si espaço de visibilidade e atuação social. Nesse processo há como que um “apagar” das diferenças presentes no interior de cada um destes grupos, o que permite a construção destes “nós coletivo”, no plano de uma estrutura macrossocial, o simulacro, a representação de si a partir de um modelo cultural do dominador, é, paradoxalmente, a possibilidade destes sujeitos políticos atuarem no sentido de romperem a sujeição a que historicamente foram submetidos. (NOVAES, 1993-71)

A partir destas reflexões que envolvem as especificidades históricas de opressão que temos acompanhado, podemos afirmar que, se o preconceito contra os Kaingang, calcado nestas representações históricas desde os primeiros contatos são construídos, é possível, através do entendimento destes mecanismos, compreendermos melhor a estranheza a respeito do tratamento dado por ZH ao povo Kaingang. Da mesma forma é possível vislumbrar uma mudança na parcela de realidade que ZH retrata, através de uma espécie de escavação arqueológica levada para as relações com este povo, que possibilitem mais igualdade, ocasionando uma realidade diversa desta que vem sendo construída.

A noção de alteridade - como eu vejo o outro - é importante para nossas reflexões, tanto na forma como os povos indígenas se relacionam com a sociedade envolvente, como para o jornalista, para quem o outro é matéria prima para seu trabalho. Se lembrarmos que grande parte do material produzido sobre os povos indígenas vem do outro, branco, veremos que a noção de alteridade que tem assombrado estas populações é vértice para uma mudança que dê visibilidade a estas pessoas. Para ter-se uma pequena ideia deste vazão, transcrevo as palavras de dois cidadãos indígenas. O primeiro, de Davi Kipenawa Yanomami, xamã e líder dos povos indígenas da Amazônia, faz parte de um depoimento dele dado a Bruce Albert, na maloca Watoriki, em setembro de 1998.

Quando aqueles estrangeiros entravam em nossa habitação, minha mãe me escondia debaixo de um grande cesto de cipó, no fundo de nossa casa. Ela me dizia então: "Não tenha medo! Não diga uma palavra!", e eu ficava assim, tremendo sob meu cesto, sem dizer nada. Eu me lembro, no entanto devia ser realmente muito pequeno, senão não teria cabido debaixo daquele cesto! Minha mãe me escondia pois também temia que os brancos me levassem com eles, como tinham roubado aquelas crianças, da primeira vez. Era também para me acalmar, pois eu estava aterrorizado e só parava de chorar quando estava escondido. Todos os bens dos brancos me assustavam também: tinha medo de seus motores, de suas lâmpadas elétricas, de seus sapatos, de seus óculos e de seus relógios. Tinha medo da fumaça de seus cigarros, do cheiro de sua gasolina. Tudo me assustava, porque nunca vira nada de semelhante e ainda era pequeno! Mas, quando seus aviões nos sobrevoavam, eu não era o único a ficar assustado, os adultos também tinham medo; alguns chegavam mesmo a romper em soluços, e todo mundo fugia para a mata vizinha! Nós somos habitantes da floresta, não conhecíamos os aviões e estávamos aterrorizados. Pensávamos que eram seres sobrenaturais voadores que iam cair sobre nós e queimar todos. Todos tínhamos muito medo de morrer! Eu me lembro que também tinha medo das vozes que saíam dos rádios e da explosão dos fuzis que matavam a caça. Perguntava-me o que todas aquelas coisas que pareciam sobrenaturais poderiam ser! Perguntava-me também por que aquelas pessoas tinham vindo até nossa casa. (YANOMAMI, 1993)

Outro depoimento, mais próximo, por se tratar da professora Kaigang Andila Inácio Belforte, uma das primeiras a formar-se para dar aulas nas escolas Kaingang do Rio Grande do Sul. Durante o processo de formação que ela relata, havia um sofrimento bem específico, que demonstra o choque na relação intercultural com os não índios, quando esteve estudando como interna longe de casa:

O frio chegou, aumentando ainda mais a saudade de casa, do calor humano das famílias e do fogo no chão, mas não podíamos fazer fogo para nos aquecer, porque eles diziam que a fumaça fedia nas nossas roupas e cabelos. Escrevia para meu pai, dizendo que estava sofrendo muito e passando fome, que viesse me buscar, mas tínhamos que entregar a nossa correspondência para a direção levar para os correios, nossas cartas eram violadas e lidas, e nunca chegaram a seus destinos. Não tínhamos o costume de comer verduras e legumes como repolho, tomate, alface etc., essas coisas, então a diretora sentava à mesa e servia uma pratada de verdura para eu comer primeiro, depois, então, ganhava arroz, feijão e carne, se não comesse acabava ficando sem comer. Num fim de semana, fugimos para a mata, para colher nossas verduras e legumes. Na volta não nos deixaram preparar a nossa comida nas panelas da cozinha, como se fosse algo repugnante ou prejudicial à saúde, então nos tomaram para jogar fora. Passado algum tempo, descobrimos que tinham levado as nossas folhas para análise e descobriram que as propriedades nutritivas delas superavam o espinafre, por isso, queriam saber onde encontramos para tirar as sementes. Respondemos que não era mais tempo e que não tem o tempo todo, nem tempo certo. (BELFORTE, 2002)

A noção de alteridade para o jornalista é uma utopia a ser alcançada, uma vez que seu trabalho é registrar palavras e acontecimentos relacionados a outras pessoas. A pesquisadora Cláudia Lago (2009) dedicou um artigo ao tema. Para ela o jornalismo deveria ter a mesma preocupação que a Antropologia “por ter sedimentado em seu campo uma antiga, extensa e profunda reflexão sobre as limitações quando o que está em jogo é o confronto entre diferentes”. E acrescenta destacando a dificuldade do olhar do jornalismo a respeito:

É este o escopo que confere à Antropologia um arsenal específico sobre as condições plenas de um encontro com o Outro. Um repertório reflexivo, com questões, dilemas, paradoxos e conflitos inerentes a este confronto/encontro que, se compararmos, pode ressaltar a ausência de qualquer preocupação neste sentido junto ao Jornalismo, lugar em que o Outro está dado e construído a priori dentro de estereótipos bastante claros: ou criminalizado (no mais das vezes) ou glamourizado em narrativas que o percebem descontextualizado. (LAGO, 2009, p 6)

O jornalismo e a Antropologia podem construir narrativas sobre alteridades que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para a correspondência entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas. Ambos interferem nas relações que retratam, mas enquanto a Antropologia identifica como fator determinante de seu trabalho a subjetividade oriunda das relações do confronto/encontro, o Jornalismo apega-se à noção de que há uma objetividade possível no relacionamento com suas fontes. Propõe um esforço de se aplicar a preocupação com a alteridade ao Jornalismo, onde:

...O esforço seria no sentido de descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro das redações (salvo raríssimas exceções). (LAGO, 2009, p.12)

Ela propõe que se considere o jornalista dentro do mesmo plano do Outro. Para tanto seria importante incorporar à educação do Jornalismo esta noção de alteridade.

4. Sinais de fumaça nas redações

Entender qual a contribuição das construções de realidade contidas na cobertura de Zero Hora sobre a retomada da Terra Indígena de Nonoai será o foco de nossa abordagem, mostrando como se expressa esta construção e de que forma a perspectiva do enquadramento poderá clarificar estas questões. Pelo seu caráter etnocultural, e por acreditar que os enquadres podem ir além da materialidade, encontramos na perspectiva simbólica do enquadramento, esboçada por Teresa Sádaba (2007) em seu livro *Framing: “El enquadre de las noticias – El binômio terrorismo-médios”*, uma morada adequada para nossas questões.

Num breve retrospecto de diferentes perspectivas sobre a teoria do enquadramento, destacaremos, primeiramente, sua correspondência com a teoria da Agenda Setting. As visões semelhantes são admitidas pelo próprio Maxwell McCombs (2009), um dos fundadores da utilização do enquadramento na análise dos conteúdos midiáticos.

Walter Lippmann, autor do livro *Public Opinion*, de 1922, já vislumbrava em sua época a diferença entre o mundo que existe “realmente” e as percepções que os indivíduos tinham da realidade. Sua noção de *estereótipo* - o indivíduo diante de uma situação que desconhece primeiro define, para depois olhar - foi importante para o desenvolvimento dos estudos sobre os efeitos dos meios na vida em sociedade, e já continha a noção de construção da realidade, tarefa que envolve diferentes atores sociais, entre os quais, os meios de comunicação. No caso da retomada da *Terra Indígena de Nonoai*, esta ideia aparece quando observamos que a visão sobre os povos indígenas aflora antes mesmo de uma equipe de imprensa chegar no local de um determinado acontecimento.

Vimos anteriormente como foi construído o chamado “*arquivo colonial*”. Estereótipo-enquadramento que atravessou os séculos e se mantém até os dias de hoje. Da estranheza primeira, sobre por que ZH tratou a retomada da Terra Indígena de Nonoai de forma depreciativa, atribuindo ao povo Kaingang os denotativos *perigosos, invasores, devastadores*, chegaremos já à conclusão que o grande enquadramento utilizado pelo jornal foi mesmo este: *arquivo colonial*, que perpetua uma visão de índio fora da história. Mas, embora esta construção seja histórica, ao identificarmos este estereótipo no tempo passado, não nos isenta de no momento atual perceber como ele se mantém, fato reforçado pelo jornal em questão.

4.1. Origem do enquadramento

A Teoria do Enquadramento tem sua origem na Sociologia Interpretativa, voltada para a teoria do conhecimento, centrando seu foco na noção de que o indivíduo se aproxima da realidade, levando em conta suas próprias bagagens internas sobre o mundo e o que apreendeu em sociedade. Desta forma, concentra-se nos processos subjetivos de “*definição de situação*”. O indivíduo em interação na sociedade, antes de agir, consulta seu “arquivo interno”, construído em interação com a sociedade. São questões que se relacionam com a preocupação de psicólogos e sociólogos, inicialmente, sobre a maneira de como os homens conhecem seu entorno social e lhe concedem um significado.

O conceito de *definição de situação* torna-se base para o estudo da comunicação. A visão que os indivíduos têm sobre a realidade está em parte vinculada aos conteúdos narrados pelos meios. William Isaac Thomas foi quem primeiro formulou o termo: “As pessoas, portanto, não respondem diretamente aos fatos objetivos, mas o fazem com referência a sua interpretação. Esta interpretação, com conteúdos normativos e sociais, condiciona sua resposta e sua ação”. (THOMAS, apud Sádaba, 2007, p. 25). Antes de atuar, o indivíduo formula uma resposta àquilo que tem diante dele, consultando seus conhecimentos prévios. Há um nível de deliberação que não depende apenas de atos concretos, mas também da vida em sociedade e dos meios nela inseridos, além da própria personalidade do indivíduo.

Encontraremos formulações sobre *enquadramento* em três escolas filiadas à sociologia interpretativa: o interacionismo da Escola de Chicago, a fenomenologia e a etnometodologia. A primeira diz respeito à corrente de estudos da Escola Americana, que se iniciou com George Herbert Mead, professor da década de 20, cujo herdeiro mais representativo é Herbert Blumer, da Escola de Chicago, quem cunhou o termo Interacionismo Simbólico.

George Herbert Mead aproximou as noções de sociedade vindas da sociologia com as de indivíduo, da psicologia, propondo uma convergência entre os dois, e esta interação entre o indivíduo e a sociedade, para ele, acontece no processo de comunicação. Os pressupostos desta corrente foram desenvolvidos por Herbert Blumer (apud SÁDABA, 2007), seu aluno. O homem, segundo ele, atua conforme os significados que as coisas têm pra ele e este significado surge como consequência de uma interação. Deste modo vinculam-se as definições da situação com a ação e a interação.

A fenomenologia, que se atém na relação entre os fatos, fenômenos, no âmbito em que se faz presente a realidade, contribuirá com ideias próximas ao interacionismo simbólico, corrente onde se incluem Alfred Schultz, Berger e Lukmann, para os quais a realidade social é

produto de definições individuais e coletivas. Os homens são um produto social, enquanto que a percebem nos processos de socialização, ao mesmo tempo em que a sociedade é produzida pelos homens quando institucionaliza suas ações.

A concepção de construção da realidade é da mesma forma base para a Etnometodologia, sendo Harold Garfinkel um de seus formuladores. Concentra-se nas circunstâncias, nos contextos que vão dar sentido aos acontecimentos comuns, como a linguagem que os descreve, uma vez que as explicações sobre as coisas, as expressões lingüísticas, que estão ligadas às ocasiões de uso em si mesmas, também são ações.

Se viver é interpretar - sabemos que é o que faz o jornalista, quando atua em seu trabalho - a *definição de situação* poderá ser um instrumento que ajudará a descobrir os processos de interpretação e significação relacionados ao objeto empírico da pesquisa, uma vez que os jornalistas de Zero Hora também interpretam realidades para que seus leitores as conheçam e que este jornal está inserido nesta realidade.

4.2.Desvendando a objetividade

A teoria do Enquadramento em seu desdobramento até a Comunicação vai tentar aprofundar a análise do jornalismo, onde a crença na objetividade deixa lacunas. Defendida como a não intromissão do sujeito no conhecimento, a objetividade seguia, e ainda segue, a máxima “*os fatos falam por si só*”. Para seus adeptos, o jornalista deve elaborar uma informação puramente factual. O objetivismo advindo do positivismo científico determinava para as ciências sociais e humanas os mesmos critérios aplicados às ciências naturais. No jornalismo, os fatos, exteriores ao sujeito, têm a qualidade de serem objetivos, portanto, só eles são considerados. Para relatar a verdade do fato, o jornalista tinha, e ainda acredita nisso, de ser objetivo, manter-se distante e fora da realidade em seu trabalho.

Gaye Tuchman (1999) foi quem primeiro levou a ideia de *enquadramento* para o jornalismo. Criticou a postura de objetividade, quando analisou as práticas jornalísticas que influenciam o profissional de comunicação. Para ela:

Os procedimentos informativos exemplificados como atributos formais são na verdade estratégias com as quais os jornalistas se protegem das críticas e da exigência profissional de objetividade dos leigos, especialmente dado que seu conhecimento profissional especializado não é suficientemente respeitado pelos consumidores de notícias e, portanto, pode ser inclusive, base de um ataque crítico. (TUCHMAN, 1999 p.214)

As práticas objetivistas caem por terra no momento em que diferentes pesquisadores demonstram o trabalho do jornalista como uma interpretação dos fatos que se apresentam a ele, até porque, como qualquer outra pessoa, enxerga a realidade do seu jeito. O jornalista não pode ser considerado como um ser supremo, portador da verdade sobre os fatos. Portanto, a resposta da teoria do enquadramento à objetividade jornalística é justamente denunciar que quando o jornalista conta o que está acontecendo, enquadra a realidade de acordo com seu ponto de vista. Sabemos que as notícias variam em enfoques, desde o lugar em que ocupa no jornal, segundo a linguagem utilizada, ocorrendo, por exemplo, diferenças profundas quando publicadas em mais de um jornal.

Desde a década de 60 vários teóricos têm elaborado proposições a partir da influência dos meios, que problematizam esta ideia de objetividade. A partir da noção de enquadramento, e de sua propriedade de análise desta influência, também é importante destacar os pressupostos da teoria da Agenda, sendo Maxwell McCombs e Donald I. Shaw apontados como fundadores desta abordagem, inspirados por Walter Lippmann. Em 1972, aplicando essas ideias, os dois desenvolvem uma pesquisa durante o processo eleitoral para presidência dos Estados Unidos, junto a um grupo de eleitores de Chapel Hill, antes, durante e depois do pleito. Queriam saber se eram os meios que influenciavam o público, ou pelo contrário, se era a agenda pública que influenciava os meios. Nesta pesquisa constataram que a mídia influenciou as opiniões sociais, mais que a opinião de um coletivo incide sobre os meios.

A Teoria da Agenda não é um retorno à teoria da bala ou hipodérmica sobre os poderosos efeitos da mídia, nem os membros da audiência são considerados autômatos esperando para serem programados pelos veículos noticiosos. Mas a Teoria da Agenda atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definirem itens para a agenda pública. Ou, parafraseando Lippmann, a informação fornecida pelos veículos noticiosos joga um papel central na constituição de nossas imagens da realidade. E, além disso, é o conjunto total da informação fornecida pelos veículos noticiosos que influencia estas imagens. (MC COMBS, 2009 p. 10)

Em trabalho mais recente, *A Teoria da Agenda – A Mídia e a Opinião Pública*, McCombs (2004) analisa dezenas de outras pesquisas sobre os efeitos dos meios na agenda pública, nos Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Japão e Argentina, desde a década de 70, até os nossos dias. Ponderando que certamente há inúmeras outras influências que formam as opiniões dos indivíduos, conclui que “os jornalistas influenciam significativamente as imagens do mundo de suas audiências”. (2009, p. 42).

Até agora tratamos da primeira fase do agendamento, *agenda setting*, que se refere ao estabelecimento da agenda política, onde os meios, através de sua seleção de notícias, definem as matérias sobre as quais o público comenta e pensa. Mas um aprofundamento das pesquisas levou a uma segunda fase, *agenda building* (construção da agenda), cuja ideia irá ser praticamente correspondente ao *enquadramento*. Nesta fase, a pergunta será *como* os meios influenciam. Aí se consideram que os efeitos da agenda dos meios variam dependendo de como se apresentam as notícias. A atenção põe agora peso nos conteúdos dos meios, e como se criam e como se apresentam, ideia ligada à origem da notícia, que neste ponto de elaboração, chegará ao *enquadramento*, uma vez que inspeciona exatamente o passo prévio: como se geram as notícias, processo onde se realizam os enquadramentos.

Em 1974 Irwing Goffmann publica "*Frame analysis*", onde recupera o conceito de *marco* introduzido na psicologia por Gregory Bateson, transportando-o para a sociologia, para explicar como se organizam os acontecimentos, não só na mente das pessoas, mas também na sociedade. Ele defende que as definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios organizativos que comandam os acontecimentos, pelos menos os sociais, e a implicação dos indivíduos com eles. Ele utilizou a metáfora de um quadro na parede para explicar que as pessoas capturam apenas alguns aspectos da realidade e esquecem outros:

Doy por supuesto, que las definiciones de una situación se elaboran de acuerdo con los principios de organización que gobiernan los acontecimientos – al menos los sociales – y nuestra participación subjetiva en ellos; *marco* es la palabra que uso para referirme a esos elementos básicos que soy capaz de identificar. Ésta es mi definición de marco. Mi expresión *análisis del marco* es un slogan para referir-me, en esos términos, al examen de la organización de La experiencia. (GOFFMAN, 2007, p.11)

Os *enquadramentos* dão nome e explicam as definições de situações às quais nos referíamos anteriormente, e estão na origem da construção das notícias. *Enquadramento* para Goffman (2007) incorpora dois conceitos: o de *marco* que indica um contexto de realidade e *esquema*, uma estrutura mental que assimila os dados externos objetivos. Podemos afirmar assim, que ao cobrir a ocupação do Parque de Nonoai pelos Kaingang, o jornalista carrega consigo uma definição de situação que foi construída historicamente em relação ao grupo – são índios vagabundos aculturados querendo mais terra pra devastar – com um *esquema* que poderia ser uma invasão de terras públicas, como é atribuída ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo. No *enquadramento*, agregando os dois níveis, social e individual, a realidade passa a adquirir um significado do tipo *muita terra para pouco índio*.

Goffman vai abordar o tema da construção de realidades a partir da ideia de *marco primário*. Quando um indivíduo reconhece um determinado acontecimento, aconteça o que acontecer, envolve-se com ele, e em resposta, utiliza-se de um ou mais marcos de referência ou esquemas interpretativos, de um tipo que ele chama de primário. Primário porque não depende nem se remete a nenhuma interpretação anterior. Um marco de referência primário é aquele que transforma em algo que tem sentido, o que de outra forma não teria sentido.

Os marcos primários, na concepção de Goffman, apresentam-se como naturais e sociais. Os primeiros contribuem para isolar acontecimentos “puramente físicos” e os sociais referem-se a acontecimentos onde intervém uma vontade e uma inteligência. Ambos são igualmente necessários para “olhar ao redor”, e ordenar uma primeira organização dos acontecimentos. Estes enquadramentos constituem a base dos significados. É importante destacar, porém, que sendo interacionais, transmitidos e compartilhados pela sociedade, através dos quais se olha a realidade, são dinâmicos, pois a construção que se faz da realidade pode ser alterada de acordo como ela age em relação à experiência.

Na década de 1970 a socióloga Gaye Tuchman, conforme mencionamos anteriormente adotou a teoria do enquadramento em estudos do jornalismo. Em *Making Neuws* (1978) apropria-se dos conceitos de Goffman com a convicção de que o homem constrói e constitui os fenômenos sociais. Diferentemente de abordar os efeitos dos meios, ela entrará literalmente nas redações para entender o trabalho jornalístico na produção das notícias, acompanhando as rotinas produtivas, entrevistando profissionais envolvidos com ela, num trabalho de investigação coletiva. Ela irá observar os *marcos* dentro de um contexto institucional que dá forma aos acontecimentos. Será a primeira vez que um pesquisador contemplaria os meios de comunicação não como agentes sociais com poder absoluto de influenciar as opiniões, mas em seu funcionamento inteiro, numa tentativa de entender o trabalho informativo. Valendo-se da metáfora de Goffmann, alarga o conceito de enquadramento:

A notícia é uma janela pela qual se olham os acontecimentos (...) Porém a visão desde uma janela depende se esta é grande ou pequena, se é um cristal claro ou opaco, se é da rua ou de um pátio. A cena desenvolvida também depende de onde se situa cada um, perto ou longe, espichando o pescoço ou olhando reto, com os olhos paralelo ao muro onde está a janela. (TUCHMANN, 1983, p.13)⁹

A metáfora explica as características de um olhar, no caso jornalístico, com respeito ao tamanho, ao lugar ou à forma, ou seja, a realidade pode ser vista de infinitas maneiras, e o

⁹ Tradução própria da edição espanhola.

enquadramento é utilizado para limitá-la e dar um sentido específico. O que determina este o enfoque dos meios são a sua organização e as atitudes dos profissionais. Ao fazer a relação com os *marcos* de Goffman, Tuchman explica que eles constituem as normas transmitidas e compartilhadas por toda a redação. Embora ambos tratem do tema da organização, ela, ao invés de focar nas posturas cognitivas do indivíduo, focará na introspecção da organização e normativas dos meios. Ou seja, são os jornalistas que organizam a realidade para torná-la notícia. O lugar de cobertura (local, nacional, internacional), as editorias, a seleção dos editores sobre o que será publicado, e o momento da notícia, influenciam nos *enquadramentos*. Por si só, os fatos não constituem notícias. Todo este processo faz parte da imposição de *marcos*, que darão o caráter fático da notícia e definirão o sentido aos acontecimentos. Enquanto os meios através de suas regras e modos de trabalhar influenciam na construção da realidade, o profissionalismo dos jornalistas, com suas fontes, recursos de credibilidade e objetividade, o estilo, a linguagem ou a ideologia, também o faz.

Tuchman vale-se dos conceitos de flexibilidade e inflexibilidade para explicar o funcionamento dos *marcos*, baseados na Etnometodologia de Garfinkel a partir da idéia de Alfred Schütz, já que na vida cotidiana, não se coloca em questão que as coisas sejam o que parecem, os objetos do mundo social são constituídos dentro de *marcos* de familiaridades. Flexibilidade e inflexibilidade servem para explicar o funcionamento destes *marcos*. A flexibilidade vai mostrar que os *marcos* fazem parte da mesma realidade que caracterizam ou estruturam, organizam ou dão sentido ao mundo em que se encontram, para fazê-los acessíveis. A inflexibilidade é a faculdade pela qual se podem atribuir significados fora do contexto onde foram produzidos e processados, pois que necessitam de um contexto próprio.

4.3. Perspectiva simbólica

Nosso trabalho vai seguir os passos da perspectiva simbólica do *enquadramento*, pensando os *enquadramentos* como construções de realidade que se referem ao sentido dos acontecimentos. Através deles podemos compreender a relação entre jornalistas e suas audiências, pois quando o jornalista enquadra a realidade, não está apenas levando em conta seus valores pessoais, mas também as relações simbólicas que se geram nos meios. Desse modo, a comunicação é um tipo diferenciado de atividade social simbólica que envolve a produção, transmissão e recepção de formas simbólicas, comprometendo a materialização de recursos de diversos tipos. A abordagem simbólica do *enquadramento*, inaugurada por Teresa Sádaba em *Framing: El enquadre de las noticias – El binômio terrorismo-medios*, pode

parecer ainda embrionária, mas foi apresentada por McCombs e López-Escobar como mais uma nova árvore que compõe os caminhos pelo bosque da teoria do enquadramento. Para ela:

Atividade social e conteúdo simbólico são os dois pilares da comunicação midiática - e não se trata de analisar o conteúdo dos meios, nem de traçar um modelo da comunicação como processo. Seu objetivo é analisar o lugar de onde os meios se aproximam da realidade, um lugar imerso em relações simbólicas e cujo resultado são produtos simbólicos. (SÁDABA, 2007, p.47)¹⁰

No caso de nossa pesquisa, esta perspectiva consegue responder à questão etnocultural¹¹ que envolve a construção de significado sobre os povos indígenas no Brasil, e do povo Kaingang, já que está justamente focada na relação dos *enquadramentos* com contextos culturais concretos, entendendo a cultura como a esfera compartilhada de ações e significados. Não iremos aqui descrever a infinidade de definições de símbolos, uma vez que, para o nosso caso, interessa-nos definir por enquanto que os símbolos, estando enraizados no real, relacionam-se com sua utilização nos meios de comunicação.

Doris Graber explica que quando os jornalistas selecionam conteúdos e os enquadram, estão construindo realidades para sua audiência, principalmente quando há assuntos que são pouco conhecidos, não sendo fácil de provar sua precisão. Para ela, “o *enquadramento* é o marco do conteúdo que por um lado faz a notícia compreensível à audiência e por outro, fabrica realidade distinta”. (GRABER, apud Sádaba, 2007 p. 149) Para a comunicação ser possível, é necessário que haja um intercâmbio de conteúdos, relacionado com o modo como se expressa a mensagem, de onde surgem os significados ocultos derivados dos símbolos e das conotações que existem neste símbolo, bem como da experiência dos jornalistas e de sua audiência. Sem estes significados compartilhados, não seria possível a comunicação. A proposta parte da concepção de que se trata de uma aproximação transacional simbólica, pelo caráter transacional da comunicação. E como isso vai incidir no produto midiático. É necessário que haja alguém que vai se expressar e alguém que vai interpretar esta ação. Ambos estão presentes na interação simbólica, já que existe uma distância em termos de espaço e de tempo.

Sádaba, em sua perspectiva simbólica, também considera a intencionalidade da ação expressiva, e sua interpretação como participante da comunicação. Há uma intenção no ato jornalístico. Diante da realidade, o jornalista busca as chaves simbólicas que tornarão a comunicação possível, através do meio onde trabalha, pois tem presente a relação de caráter

¹⁰ Tradução própria da edição espanhola

¹¹ Conceito que envolve ao mesmo tempo questões culturais e étnicas

transacional que mantém com sua audiência. Ele pensa que sabe o que os leitores querem saber. A audiência também deve estar consciente desta intencionalidade comunicativa e da interação simbólica aos quais estão sujeitos os meios de comunicação.

Da mesma forma, os produtos simbólicos são chaves para orientar sua interpretação. Em função da distância de espaço e tempo, o jornalista deve se valer de chaves interpretativas que irão facilitar a interpretação e a aproximação do modo mais certo possível. Estas chaves são o que até agora foram definidas por símbolos. Os símbolos são elementos fundamentalmente comunicativos. Chamam e sintetizam a realidade para torná-la acessível ao conhecimento.

Para explicar a posição dos jornalistas a partir de sua visão simbólica, a autora vale-se mais uma vez do recurso metafórico, agora dos sinais de fumaça utilizados por alguns povos. Imagine-se um índio, por exemplo, em cima de um morro, com a missão de avisar seus companheiros sobre um perigo iminente. Trata-se de um lugar privilegiado, porém acessível a qualquer outro membro de sua comunidade. Quando enxerga o inimigo se aproximando, utiliza os sinais de fumaça para avisar os demais. Os membros da comunidade não interpretam estes sinais como simplesmente um companheiro do grupo fazendo um fogo em cima do morro, mas como um momento para preparar a defesa do povoado.

O jornalista também lança suas mensagens simbólicas, mesmo que seja num tipo de relação distante, já que se conhece as pautas interpretativas e esses símbolos carregam uma realidade que ele viu e conheceu, com o acréscimo de que foi concebida com a finalidade de ser comunicada. O “sinal de fumaça” do jornalista nada mais é do que a tentativa de fazer sua audiência compreender o mesmo que ele viu e conheceu. A diferença entre os sinais de fumaça, é que na fumaça dos meios – símbolo midiático – o representado está mais presente, uma vez que a representação vai além dos perigos iminentes.

Com sua formulação, a autora busca superar o desconhecimento que a audiência tem da dinâmica e produção das notícias. Assim, tanto os jornalistas, como os leitores, deveriam conhecer a natureza simbólica dos meios, enquanto significados e enquanto ações sociais, para poder avaliá-los em sua justa medida.

Por tratar-se de uma atividade transacional, a comunicação transforma os elementos que passam a fazer parte da realidade através dos meios em elementos simbólicos. Através da visualização dos produtos midiáticos, como as imagens, textos, sons, o processo de produção

da notícia, as fontes da informação, as rotinas profissionais, observamos as chaves simbólicas. Não é algo abstrato ou indeterminado, estão ali claramente expostas nos produtos midiáticos. Assim, a aproximação simbólica promove uma complementação dos elementos que aparecem no trabalho dos jornalistas, não só destes formais, mas também dos extra-textuais, onde aparecem as relações simbólicas através das quais podemos entender melhor o conteúdo informativo.

A perspectiva simbólica contribui na compreensão do conhecimento que se tem da realidade expressa nos meios, estreitamente vinculada à comunicação. Os símbolos são elementos de natureza comunicativa e servem para representar realidades ausentes de maneira simplificada. Representação e comunicação estão unidas nos símbolos. Desta forma, a partir de uma aproximação simbólica, chega-se a compreender que os jornalistas *conhecem para comunicar* a partir de um meio. É isto que caracteriza o conhecimento da realidade expresso nos meios de comunicação, e que particulariza o modo como influem outro tipo de fatores profissionais, ideológicos, sociais, culturais, etc.

O jornalista define ou enquadra levando em conta que terá que buscar um título, uma imagem atrativa, uma fonte confiável, uma ideia que sintetize o sucedido para dar a informação a sua audiência. O conhecimento do jornalista está ligado à sua tarefa comunicadora e esta é a nota distintiva que tem uma teoria do enquadre aplicada aos meios de comunicação tem que salientar. Assim, desde a perspectiva simbólica, entende-se que a comunicação não é conhecimento, mas ação, baseada, isto sim, num conhecimento, próprio para tal ação. (SÁDABA, 2007, p.211-212)¹²

O enquadre como seleção, conteúdo textual ou enfoque ideológico de alguns teóricos do *enquadramento* nos meios de comunicação vai ganhando um novo rumo com a perspectiva simbólica. Nela, o que aparece é tão importante como o oculto, para entender as informações, uma vez que, na transação simbólica, entendem-se chaves culturais que o jornalista ou a audiência não expressam de modo explícito. Além disto, por ser cultural, dá mais importância à cultura compartilhada numa sociedade ou num meio com seus receptores, que os rumos ideológicos, sem que se faça a equiparação de ideologia e cultura. Os modos de produção simbólicos ocorrem em contextos culturalmente admitidos pela sociedade onde os meios trabalham.

Em suas conclusões a autora reforça a ideia de que “o lugar de onde o jornalista enxerga é peculiar e característico de quem trabalha na comunicação pública” (2007, p.234). Desta forma, a simples aplicação da teoria do enquadre aos meios de comunicação não consegue descobrir este lugar, embora seja seu propósito. Por sua vez, a perspectiva simbólica

¹² Tradução própria do espanhol

pretende esboçar alguns traços deste lugar no sentido de avançar na compreensão do trabalho dos jornalistas e dos meios de comunicação.

5. Caminhos traçados

Para desenvolver a pesquisa selecionei inicialmente todo o material sobre os Kaingang publicado em Zero Hora¹³ em 20 anos: de 1988, ano da promulgação da Constituição, a 2008. A seguir selecionei o material por temas: Terra, Violência, Etnocultura, Meio Ambiente, Índios Urbanos, Geral, Comércio indígena, Sustentabilidade, Educação, Saúde, Habitação, Corrupção, História, Movimento indígena, Conflitos internos. A ideia era de saber quais os assuntos mais tratados envolvendo essa etnia. Neste período foram encontradas 545 matérias, sendo que o tema Terra foi o mais citado, abordado em 247 páginas. Escolhi Zero Hora por se tratar de um jornal de referência no Rio Grande do Sul, e ser o de maior tiragem, segundo a Associação Nacional de Jornais¹⁴, com a circulação média de 188.561 jornais diários.

A devolução de terras para comunidades indígenas e tradicionais foi uma das questões mais debatidas durante a Assembleia Constituinte de 1988. Houve grande mobilização dos mais de 200 povos indígenas existentes no Brasil. As reivindicações geraram um artigo específico na nova Constituição (ANEXO 3), que determinava a devolução das áreas indígenas em quatro anos. Até os dias de hoje, porém, o preceito constitucional ainda não foi atendido plenamente pelo estado brasileiro, principalmente porque várias demarcações estão paradas na Justiça Federal. Grileiros e invasores dessas terras questionam a devolução.

Diante dessas constatações, sob a orientação do professor Ronaldo Henn, decidimos delimitar o *corpus* da pesquisa numa comunidade específica, Nonoai. Localizada no norte do Estado, foi o primeiro grupo Kaingang do Rio Grande do Sul a reivindicar o preceito constitucional depois de 88. Veremos em Zero Hora toda esta trajetória. Desde os primeiros movimentos, a partir de ação na Justiça da Funai, suas disputas internas e consequente fuga de um grupo dissidente, passando pela ocupação do Parque Florestal de Nonoai, subtraído do território indígena pelo Estado em 1945, até a decisão da Justiça Federal definindo como dos Kaingang a área do Parque. Esta ação que chamaremos como um todo de *Retomada da Terra Indígena de Nonoai percorre* os anos de 1990, 1991 e 1992. O *corpus* da pesquisa, desta

¹³ A definição de Zero Hora como jornal de referência vem de Berger (1998) a partir das categorias de Eric Landowski (apud BERGER, 1998), que observa duas tendências que reúnem a maioria dos jornais: de prestígio ou de referência e a nova imprensa ou jovem imprensa, exemplificando, respectivamente, com os jornais franceses Le Monde e Libération. No Rio Grande do Sul, a autora entende que Zero Hora é o jornal de referência, embora não o seja por prestígio ou tradição (o que caberia ao Correio do Povo), por pertencer ao grupo de comunicação hegemônico no Rio Grande do Sul, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS).

¹⁴ www.anj.org.br. Acessado 02/06/2012

forma, ficou limitado a este período. Nesta seleção foram arrolados 45 textos que contam a história da luta pela conquista das terras tradicionais da comunidade indígena de Nonoai.

Durante o processo de qualificação, uma observação relevante foi colocada a respeito destes qualificativos. Será que em outro tema, o tratamento seria o mesmo? Podemos afirmar que a forma estereotipada é recorrente em praticamente todos os temas. A jornalista assessora de imprensa do Museu do Índio do Rio de Janeiro, Cristina de Jesus Botelho Brandão (2010), em sua dissertação de Mestrado, *A cena do Dia do Índio na TV*, publicada pelo museu, demonstra que sim. Pesquisando sobre a programação do Museu durante a Semana do Índio, e a cobertura das emissoras de TV do Rio de Janeiro, ela constatou que elas apresentavam repetidamente o mesmo formato de matéria: fazendo semelhantes perguntas, enquadrando sempre pelo mesmo ângulo imagens de manifestações culturais como a de índio cantando e dançando com pinturas e adornos, sem discussões detalhadas sobre a problemática indígena, preferencialmente em um ambiente festivo diante de um público escolar infantil. Sua questão era: “Por que silenciar a imagem do índio vestido, do índio urbano?” (BRANDÃO, 2010, p.18)

Ela conta sobre uma repórter de TV, no Dia do índio de 2006, que não demonstrou interesse em realizar matéria com os índios da etnia Nambiquara (MT), pois ao conversar com ela considerou o grupo “muito fraco” (palavras da repórter). Então, em seguida, a mesma repórter pediu para filmar os Funi-ô (PE) por dançarem mais animadamente, segundo expressão utilizada por ela. Na hora, esse grupo de índios era o que cantava mais alto e o que exibia pinturas mais coloridas. Observou o interesse da repórter de mostrar os índios que mais apresentassem características primitivas, exóticas.

Em outra oportunidade, em 1987, um fotógrafo de uma revista jornalística de circulação nacional, cujo nome ela não cita, procurou-a para fotografar um índio escritor do Peru que visitava o Museu do índio. Era uma liderança de seu povo. Quando o fotógrafo viu o índio, virou-se para ela e comentou que o índio não possuía cara de índio e, sim, de professor, e mais, o que teria causado maior assombro: o índio usava óculos. Ambos os episódios refletem a problemática da imagem estereotipada, presente no imaginário nacional, que o senso comum constrói do índio brasileiro: a do primitivo, exótico.

Brandão (2010, p.45) comenta a respeito, afirmando que se trata de uma visão estática, segundo ela, profundamente arraigada no senso comum, e que frequentemente se manifesta nesta busca de “autenticidade”. Ela considera que essa abordagem de “traços culturais”

continua orientando o olhar da sociedade brasileira sobre as culturas indígenas. Esta visão o antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (2005) chama de *arquivo colonial*. Segundo ele, já nos primeiros séculos da colonização, os povos indígenas foram denotados de *traíçoeiros, selvagens, tecnologicamente primitivos, perversos, demoníacos*. Os relatos de então pouco dizem a respeito deles, mas sim, sobre a sua utilização. Este arquivo, segundo Lima, ainda é acionado nas relações entre a sociedade brasileira e os povos indígenas:

Desde então o “arquivo colonial” não cessa de intermediar nossa percepção dos povos indígenas que habitavam (e ainda na atualidade dos que habitam) - estamos diante de um artefato cultural destinado a *conservar, guardar, classificar, ordenar, preservar*, colocado fora do movimento da história para estruturar uma narrativa que atende a quem controla o arquivo e as classificações que o organizam. (SOUZA, 2005 p. 221)

Se Zero Hora é construtora de realidade perpetuando o *arquivo*, a jornalista do Museu do Índio chama a atenção para os limites objetivos dos povos indígenas do Brasil, diante deste padrão de cobertura de mídia. Ao terem reservado o espaço restrito do Dia do Índio na televisão, questões vitais para eles, como a regularização de suas terras, tornam-se secundárias.

Se como ouvimos da mídia os grupos indígenas não possuem mais espaço e, hoje só têm o Dia do Índio para serem homenageados, a questão da regularização de suas terras é passível de perder importância. O enunciado do índio autêntico pode ser usado para por em dúvida a identidade étnica dos índios urbanos, os que vivem nas cidades. Se eles estão vestidos e não estão no mato, então não são índios de verdade. (BRANDÃO, 2010, p. 95)

5.1.Pela janela de ZH

A partir do material selecionado elaborou-se uma ficha para cada um dos textos a fim de quantificar e qualificar seu conteúdo. Cada ficha, numerada, consta de Título, Tipo (tema), Data, Tamanho, Página, Localização na página, Editoria, Resumo, Autor, Citados e Fontes. Para determinar o enquadramento feito pelo jornal sobre o tema, foram definidas duas perguntas: “Como o jornalista qualifica a situação que está narrando?” e “O que dizem as fontes?”, cujas respostas também constam na mesma ficha.

Deste trabalho resultou (ANEXO 5) uma gama total de 71 termos qualificativos atribuídos aos Kaingang. Destes, constatamos 55 depreciativos, 15 valorativos e cinco nem um nem outro, num percentual contrário aos Kaingang de 79%, e apenas 16% favoráveis. De antemão sabíamos que havia um preconceito com relação aos Kaingang. Os dados agora comprovaram essa ideia. Numa segunda tabela, relacionamos todos os adjetivos atribuídos

aos Kaingang. Isoladamente, *invasores* foi o que mais apareceu, cinco vezes. Nesse caso, não se trata apenas de ser depreciativos. A ocupação do Parque Estadual Florestal de Nonoai era uma forma legítima de reivindicar o que a Constituição já tinha definido em 88, que o Estado brasileiro devolveria para os povos indígenas as terras tradicionalmente ocupadas por eles, ou as necessárias para o seu desenvolvimento etnosustentável.

O termo “*invasores*” distorce uma situação que se arrasta desde 1945, quando a área do parque foi tirada dos Kaingang. Portanto, a Funai, ao pedir na Justiça a totalidade da área determinada pela nova Constituição, estava simplesmente cumprindo as novas regras estabelecidas pela União. Os Kaingang não poderiam *invadir* o que já lhes pertencia. Seguidos de *invasores*, os adjetivos mais frequentes, cada um com aparições em quatro matérias, foram *depredadores* e *perigosos*.

O termo *depredador*, na mesma linha do anterior, também é uma distorção diante das circunstâncias que envolveram o que restou do território Kaingang na década de 1990. O argumento utilizado pelas fontes consultadas pelo jornal, de que os Kaingang transformaram seu território numa área devastada, dando margens a críticas dos ambientalistas, desconsidera absolutamente a realidade enfrentada pela comunidade indígena ao longo da história. O fato de o antigo Serviço de Proteção ao Índio, no início do século XX, e a própria Funai, a partir de 1967, terem arrendado parte da área para produção agrícola em grande escala não foi levado em conta, de maneira que atribuir-lhes a responsabilidade por isto é, no mínimo, uma desinformação. O termo, no entanto, aparece ao todo por 12 vezes como sinônimos: mais três vezes como *desmatadores*, três como *devastadores*, e uma vez como *degradadores* e *predadores*.

Seguindo a ordem por aparição em cada texto, vamos encontrar os termos citados por Silva (2005) como construtores da imagem dos povos indígenas desde o período colonial que originaram o chamado arquivo colonial: *traíçoeiros*, *selvagens*, *tecnologicamente primitivos*, *perversos*, *demoníacos*. Ao todo com 12 aparições, encontraremos quatro vezes a palavra *perigosos*, e mais seis outras que denotam a mesma pecha: *ameaçadores*, *armados*, *canibais*, *criminosos*, *foras da lei*, *inamistosos* e *violentos*.

Na sequência, aparecendo em duas matérias encontraremos *medrosos* e *teimosos*. As restantes denotações, cada uma num texto, também irão encaixar-se no “arquivo colonial”: *cachaceiros*, *causadores de impasse*, *contrariados*, *controversos*, *degradados culturais*,

desconfiados, destoantes, exploradores, fujões, manipuláveis, miseráveis, não sabem se expressar em Português, nervosos, pouco lutadores e privilegiados.

Entre os termos que chamamos de valorativos, destacam-se por serem utilizados em dois textos cada, *guerreiros* e *lutadores*, seguidos como uma ocorrência cada um de *alegres, decididos, diaristas, defensores da mata, resistentes, sabedores de seus direitos, símbolos de uma luta antiga e sobreviventes.*

Consideraram-se os demais termos nem negativos nem positivos, embora se possa defini-los como pejorativos: *desterrados, dizimados, perambulantes, sonhadores e tranquilos.*

5.2. De quem são as palavras

Depois de responder a pergunta *o que dizem as fontes*, organizamos uma tabela onde constam os nomes das fontes, ao todo 48 (ANEXO 6), e sua incidência em cada matéria. No entanto, aparecem apenas as que foram citadas, cujas opiniões estão claramente demarcadas nos textos que aparecem entre aspas. As duas fontes mais ouvidas, que aparecem em dez textos, foram o Cacique de Nonoai José Orestes do Nascimento, muitas vezes como Zé Lopes, e o Administrador do Parque, Ariel Rossato. Em seguida, em quatro matérias, aparece o Delegado da Funai, Sebastião Fernandes. Depois destacam-se três vezes cada o representante da Associação Nacional de Apoio ao índio, de Porto Alegre, Rodrigo Venzon, e o Kaingang Abílio Cassemiro, membro do grupo expulso de Nonoai por divergências com o cacique.

Feitas as quantificações buscaremos agora a aplicação das ideias de Sádaba, e suas proposições para entender os meios de comunicação desde a perspectiva simbólica. Para tanto ela faz quatro propostas a fim de contribuir na análise a partir de sua visão. Elas dizem respeito ao jornalista, às rotinas profissionais, à organização do meio e ao conteúdo dos meios. Sua proposta com relação às rotinas profissionais, no entanto, ficarão de fora do presente trabalho, porque nossa pesquisa não se deteve a este aspecto. Para a perspectiva do *enquadramento* as características pessoais do jornalista influenciam o seu modo de ver e comunicar a realidade. Na visão simbólica, por sua vez, o *enquadramento* não depende apenas destes marcos individuais e profissionais do jornalista. A notícia só terá êxito em termos de influência, se for compreensível e der sentido num contexto cultural e social dos leitores. O jornal definirá um sentido, dirigindo-se a leitores que conhecem seus enfoques, numa sociedade de livre mercado, num ambiente de relações simbólicas estabelecidas.

No que se refere à proposição da autora a respeito das rotinas profissionais, é importante lembrar que os jornalistas nos meios onde trabalham devem responder a determinadas situações que não foram criadas por eles. A fórmula da pirâmide invertida, por exemplo, tem um caráter simbólico, pois é identificado pelo leitor, que sabe identificar que o cerne da informação está no início do texto.

As fontes escolhidas pelo jornalista estão presentes no seu dia-a-dia de trabalho. A elas o jornalista irá recorrer para certificar-se de suas informações. Elas contribuirão com suas definições de situação, conforme já explicamos, buscando determinar seu ponto de vista a respeito da realidade em construção. Se olharmos sob o ponto de vista simbólico, veremos que além de as fontes aproximarem-se de uma realidade concreta, normalmente oficial, reforçar uma determinada ideologia, elas também são símbolos de credibilidade. As fontes, para os jornalistas, são garantias de confiança para seus leitores, para tanto vai depender se esta credibilidade está apoiada no cargo em que ocupa ou sua relevância social. Conforme Sádaba:

Poderíamos dizer que entre a audiência e o jornalista há uma transação comunicativa baseada num sinal cultural de forma que, tanto um quanto o outro aceita a fonte como verificadora de conteúdos. Desde este momento, então, pode-se dizer que a fonte se configura como o símbolo da certeza. Sob este enfoque, as fontes mais que considerar-se desde um ponto de vista ideológico, têm sentido em contextos culturais concretos, de onde culturalmente se entende que existem fontes válidas para cada tema. (SÁDABA, 2007, P. 230)

As rotinas são modos de trabalhar instituídos pelos meios de onde se gera a notícia. Sob a ótica do interacionismo os indivíduos participam de modelos de conduta que eles não criaram, e se desenvolvem em resposta a considerações práticas. Para a teoria do enquadramento, as fontes são formas de se aproximar da realidade concreta, normalmente oficial, e reforçar uma ideologia determinada. Para a ótica simbólica, no entanto, aprofundando esta ideia, as fontes, além de fornecedores de informação, são símbolos de credibilidade. O jornalista apoia-se na fonte fidedigna para garantir sua informação e, para escolher esta fonte considera sua experiência, seu cargo ou sua relevância social. A fonte assegura a credibilidade. Neste caso há uma transação comunicativa entre o jornalista e os leitores. Tanto um como outro aceitam aquela fonte como verificadora dos conteúdos. Importante aqui que não se trata apenas do conteúdo da informação das fontes, mas descobrir o papel das fontes na rede de relações simbólicas onde se insere o jornalista. São estas relações que dão credibilidade às fontes utilizadas.

Utilizando a tipificação organizada por Héctor Borrat (apud SÁDABA, 2007, p. 228), recorrendo à tabela de Fontes (ANEXO 6), veremos que tanto o Cacique como o Administrador do Parque são *fontes primárias*, uma vez que estão diretamente envolvidos com o acontecimento “*A retomada da terra indígena de Nonoai*”. Do ponto de vista simbólico, Zé Lopes pode ser o símbolo da resistência dos Kaingang, da ocupação das terras que sempre lhes pertenceram, enquanto Ariel Rossatto simboliza a defesa e a preservação do meio ambiente.

Se considerarmos que os dois aparecem o mesmo número de vezes, pode parecer num primeiro momento que há aí igualdade de oportunidade de cada um enquadrar a realidade a seu modo. No entanto, veremos que o significado simbólico do administrador do Parque é repetido em todas as entrevistas, sempre na defesa do Parque como área de preservação, contra a ocupação dos Kaingang que irão desmatar tudo. Por outro lado, as aparições de Zé Lopes constroem um sentido de não confiável, de manipulador, de autoritário, que se utiliza do posto para pretensões políticas e econômicas. Aí observamos a sobreposição do *enquadre arquivo colonial*.

A possibilidade para não se cair nesta tentação, pois os diferentes jornalistas que atuaram na cobertura foram sempre tentados a desconstruir os Kaingang, a saída profissional seria a de consultar fontes especializadas. No caso em questão, seriam os procuradores federais, que entre as atribuições constitucionais está a defesa dos direitos indígenas. No entanto, as duas aparições do Procurador da República Renato Mattei só reforçaram a ideia de que os Kaingang estavam querendo devastar o parque. Além disto, o procurador não pertence à 6ª Câmara do Ministério Público, setor do órgão que tem a obrigação de esclarecer sobre os ditames da Constituição no que se refere aos povos indígenas.

Outras fontes *especializadas* que poderia dar um enfoque mais próximo da realidade dos Kaingang, no que se refere aos direitos originários dos indígenas, seriam os profissionais da Antropologia. Lígia Simoniam foi ouvida apenas duas vezes. A outra, a Funai, através de seu procurador, Derli Cardoso Fiúza, responsável pela ação judicial que gerou o acontecimento como um todo, aparece duas vezes. O único depoimento do presidente da Funai, Sidney Possuelo, também não contribuiu para esclarecer os fatos. Nesta oportunidade, o assunto de Nonoai não foi tocado. (Ficha 29) O tema abordado com a autoridade máxima na questão indígena, falou sobre demarcações em tese, sobre a situação dos indígenas brasileiros, sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, mas nada sobre Nonoai.

As organizações não governamentais também seriam fontes *qualificadas*, até porque na época cumpriam um papel fundamental quando ligadas a setores de menor visibilidade como os povos indígenas e a questão ambiental. No entanto, observa-se que mesmo sendo ouvidos os dois segmentos, os representantes das ONGs ambientalistas não pouparam opiniões depreciativas sobre os Kaingang, ao invés de se limitarem à importância ambiental do Parque. Opinaram sem conhecer o local onde estavam acampados os Kaingang, e só depois de bastante desafiados, já depois da vitória dos Kaingang sobre suas terras, finalmente estiveram na área para dialogar a respeito e darem sua opinião sobre o futuro ambiental da área. Inclusive uma destas fontes ambientalista foi um estudante de Biologia, que mesmo sendo de uma ONG, não seria a fonte mais qualificada para tratar de um conflito que envolvia comunidades numerosas, com a dos Kaingang e os colonos que vivem no entorno.

Também causou surpresa a identificação de uma fonte como *uma índia*. Talvez o de maior valor simbólico. É possível imaginar como seria considerado numa redação, e aí são apenas conjecturas, se alguém escrevesse um branco, um negro, um amarelo. Fico imaginando por que o repórter não perguntou o nome da entrevistada ao ouvir seu depoimento. *Uma índia* remete ao *enquadre* do índio genérico, que tanto faz quem é. A sua fala não terá importância. Índio é tudo a mesma coisa.

Outra proposição da autora sugere o olhar sobre a organização dos meios que, para a teoria do enquadramento é um componente definidor dos conteúdos a partir de um modelo hierarquizado de decisões (editor, chefe de redação, diretores, etc.). A perspectiva simbólica, porém, mostra que a organização vai influenciar no modo do jornalista ver a realidade embora se trate de um processo de retroalimentações contínuas entre os indivíduos que se comunicam, graças aos símbolos.

Realmente não se pode jogar toda importância à hierarquia dentro de uma redação. Não se trata de um processo verticalizado, onde a notícia passa desde o jornalista, pelo editor, até chegar ao editor chefe e, dependendo do assunto, à direção do jornal. Apesar do poder do editor, a capacidade de decisão do jornalista ainda se apresenta tanto no uso de suas próprias fontes, como em seu estilo comunicativo, suas relações com os leitores.

Para ilustrar esta ideia, selecionei uma página, uma das duas produzidas como material especial, sob a cartola PARQUE FLORESTAL DE NONOAI I. O título principal, em cima à esquerda, é “*Índios brigam pela terra na Justiça*”. Embaixo à esquerda, abaixo de um infográfico mostrando o mapa do Rio Grande do Sul, encontra-se a segunda matéria com o

título “*Salles mata o inimigo. Depois come o coração*”. Sobre o conteúdo em si falaremos logo abaixo. Aqui cabe dizer que, ao procurar o Kaingang Salles, que vivia fora da Terra Indígena de Nonoai, foco do conflito em questão, pode-se questionar qual era a intenção de Carlos Wagner ao fazê-lo. Após a entrevista, poderia ter-se perguntado de que valeria o material para contribuir com um melhor esclarecimento da questão. É certo que o editor desconhecia aquela fonte. Pode-se concluir que o jornalista fez a sua escolha por um fato descontextualizado, que aconteceu cinco anos antes e nada tem a ver com Nonoai. A escolha por um *enquadre* reforçador do preconceito.

Os espaços também organizam o meio, é preciso hierarquizar informação disponível de modo que as notícias consideradas mais importantes estarão em lugares mais destacados, medidos em mais espaço. Simbolicamente funciona porque o leitor sabe identificar esta linguagem hierarquizada. Sob este aspecto, a matéria referida anteriormente também contribui para ilustrar o quanto a organização pode determinar a leitura como um todo. É certo que, após a leitura sobre o canibalismo, a luta Kaingang pela retomada do Parque ficou em parte prejudicada, pelo sentido dado pelo jornal, tornando secundária a matéria de abertura: “*Índios brigam por terra na justiça*”.

O enquadramento dos textos jornalísticos em editorias para Sádaba também se configuram em símbolos organizativos. Ao abrir o jornal, o leitor já tem claro onde procurar as notícias de seu interesse. Cada tema aparece em seções genéricas, como Nacional, Economia, ou Política. No caso dos Kaingang em Zero Hora observa-se que não há um lugar definido, pois os textos a seu respeito aparecem em diferentes momentos nas editorias de Geral, Meio Ambiente e Estado.

Os elementos organizativos reordenam a realidade, partindo de um ordenamento próprio. O *enquadramento* dos meios pode levar a concluir sobre a realidade de maneiras muito distintas, sobretudo porque se trata de questões de domínio público da opinião pública, não coisificáveis, assim não se tratam de conhecimento exato, mas de compreensão. Não obstante, podemos considerar que esta compreensão se baseia também e num referente sobre o qual se poderá verificar de modo mais ou menos certo a informação oferecida.

Finalmente, sobre a quarta proposição de Sádaba (2007), a respeito dos conteúdos dos meios, observou que na teoria do enquadramento, Tuchman descreve a notícia como uma janela através da qual o jornalista dá forma aos acontecimentos, produto de processos institucionais e rotinas profissionais. Para a perspectiva simbólica, a notícia também pode ser

um fenômeno negociado entre repórteres e diretores. A hierarquia da redação estabelece um processo de ação conjunta. Mas a notícia é mais que um produto destas práticas. Supões a valorização do acontecer diário que não só a faz o jornalista, mas toda a sociedade em que trabalha. Para Gamson (apud SÁDABA, 2007), é notícia o que repercute culturalmente do melhor modo, ou também simbolicamente. Ele defende que o êxito dos enquadres depende tanto da proximidade como do comprometimento de cada indivíduo diante das ressonâncias num contexto cultural. O título “*Branços temem pelo futuro da área*” esconde a visão “muita terra para pouco índio”. Nele, percebem-se as ressonâncias que se referem a códigos na linguagem, o estilo narrativo do jornalista e esquemas e convenções sociais identificados como representacionais – para Tuchman por meio de uma cultura própria.

6. A dor da gente não sai no jornal

Buscando aderir à perspectiva simbólica, farei sua aplicação a partir do material empírico. A análise preliminar do material empírico abrange de 42 matérias publicadas entre 13 de novembro de 1990 e quatro de dezembro de 1992. De um total de 71 qualificativos em relação aos Kaingang de Nonoai, apenas 17% deles são valorativos ou favoráveis a eles. A maioria, 79% são depreciativos, e 6% são ambíguos. Dos adjetivos negativos, os mais utilizados foram *depredadores* e *invasores* de terras. Lembrando que o conjunto do material é a retomada da Terra Indígena de Nonoai, a denotação depreciativa se potencializa por se mostrar contra a luta dos Kaingang, que foram chamados de guerreiros apenas duas vezes quando as matérias aludiam a tempos passados.

A partir desse levantamento inicial percebe-se a visão que ZH tem a respeito do tema. O índio antigo tinha direito à terra, pois seria o *verdadeiro índio*. Já o índio atual é *violento*, *depredador* e *invasor* de seu próprio território, de onde há menos de um século seus antepassados foram expulsos. Ou seja, o sentido do Kaingang que a sociedade preserva não é o construído historicamente pela comunidade indígena. Esta ânsia de preservação da sociedade do entorno, inclusive, causa a confusão, quando muitas vezes durante a cobertura, as matérias se referem à preservação dos da etnia Kaingang, da mesma maneira que se refere à preservação do meio ambiente, como se a cultura fosse estanque.

Os qualificativos oscilam, assim como o lugar do assunto nas páginas de Zero Hora. A retomada de Nonoai inicia em 13 de novembro de 1990, na editoria de Geral, enquadramento que ocorrerá em 12,27% do material, sendo identificada por 13 vezes. No dia 5 de maio de 1991, passa para a editoria de Ecologia, que ocupará 6,13%, seis vezes, no período curto que vai até 16 de maio, que corresponde a publicações de parte do material especial, totalizando oito páginas, duas em cada dia.

Em 12 de novembro do mesmo ano, sete meses depois, portanto, o material voltará para a Geral. No dia dois de fevereiro de 1992, aparecerá pela primeira vez na editoria de Estado, que ocupa 58% da cobertura, enquadramento utilizado 25 vezes. No mesmo dia, porém em outra página, veremos o assunto editado em Geral. Nesta editoria permanecerá até o dia 20 de abril de 1992, passando a seguir a figurar novamente na editoria de Geral até 1992.

6.1 Os Kaingang na janela

Na primeira matéria da série que vai de 1990 a 1993 (Ficha 1) sobre o acontecimento “*A retomada da Terra Indígena de Nonoai*”, os Kaingang são denominados “*rebeldes e guerreiros*”. No título “*Brigada impede rebelião dos caingangues¹⁵*”, do dia 13 de novembro de 1990, o primeiro sentido que vem à mente é de que se trata de um presídio, pois rebelião usualmente é utilizada neste contexto. Mas o texto diz que houve uma disputa interna. O cacique, denunciado pelo grupo rebelde, toma a atitude de expulsá-los à força. Mais adiante o texto dirá que a contenda é antiga, vem da década de 60 quando o Estado do Rio Grande do Sul reduziu as reservas indígenas de então, para dar conta da falta de terras agricultáveis e alojar os agricultores que de fato já haviam invadido áreas indígenas. Assim, grupos menores foram levados para outras áreas indígenas como foi o caso da Reserva da Serrinha, e os habitantes locais levados para Nonoai, pela vontade do governo do Estado, sem que ambas as comunidades fossem ouvidas.

Nenhum dos rebelados foi ouvido. O jornalista descreve os fatos, a partir de informações de um capitão da Brigada Militar, que a situação está calma. É importante mencionar que a Brigada Militar, sendo um órgão do governo do Estado, legalmente nada tem a ver com o que ocorre nas áreas indígenas. Esta competência é da Polícia Federal. Há uma quebra na corrente de interação jornalista leitor, se pensarmos em termos simbólicos a respeito da credibilidade das fontes. Além do capitão, são fontes um camponês lindeiro anônimo e o Delegado da Funai, na verdade única fonte identificável que teria autoridade para falar sobre a disputa.

Dois dias depois, na Geral, ao abordar a situação do grupo que se retirou da área, veremos os termos “*nervosos, fujões e medrosos*”. Ocupando um terço de uma página par (o número da página está ilegível no fax símile), o primeiro texto, horizontal, em cinco colunas no alto, o título “*Polícia Federal investiga morte de índios*” (Ficha 2) já se observa o termo genérico “índio”. São descritos como “*manipuláveis*”, uma vez que um não índio, conhecido pelo Ministério Público por já ter-se envolvido em outros conflitos, transporta o grupo dissidente no mesmo caminhão que costuma levar madeira roubada da terra indígena. Portanto, tem influência sobre o grupo, que não desconhece suas intenções.

Também é de se destacar que, mesmo o título falando em mortes de índios, o assunto não fica explicitado no conteúdo da matéria, sendo referido apenas como: “*A Polícia Federal*

¹⁵ Observa-se que Zero Hora utiliza a grafia aporuguesada. De nossa parte fizemos questão de utilizar *Kaingang* escrito na língua desta etnia.

vai investigar o envolvimento em corrupção e morte de índios de dois funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas reservas indígenas gaúchas”. Não há nome dos mortos, nem quando morreram, nem onde.

Na mesma página, abaixo, sob o título “*Caingangues fogem e temem represálias*” (Ficha 3), os membros do grupo dissidente são “*nervosos, medrosos e fujões*”, porque estão foragidos em “*algum lugar de Porto Alegre*”, depois de serem espancados pelo grupo do cacique, diante do funcionário da Funai, Chefe do Posto, Lídio Della Betta. Recorrendo a outras fontes, o autor da matéria expõe a posição da Funai, através do Delegado Regional do órgão, Aparecido Fernandes, que lembra o direito dos índios em protestar e do procurador de agir, bem como do representante da ONG Conselho Indigenista Missionário (Cimi), José Bueno. Segundo ele, a entidade dá apoio ao grupo “*para que a verdade seja esclarecida nesta questão*”.

Em sete de fevereiro de 1991, na matéria “*Caingangues procuram lugar para morar*” (Ficha 4), o grupo é apontado como “*desterrado*”, pois procura um local para morar depois do conflito em Nonoai. A situação do grupo é tratada como conflituosa e como solução o delegado da Funai, Pedro Vilar Padilha dos Anjos, aponta que “*as únicas coisas que as autoridades poderiam fazer seria restituir aos índios as reservas que foram ilegalmente extintas. Isso resolveria o problema*”. Segundo o texto, “*vagam*” por Porto Alegre. Depois de ficarem acampados na sede da Brigada Militar de Nonoai, foram levados pela prefeitura para Chapecó, depois para o Paraná, de onde foram para Porto Alegre. Em Porto Alegre recorreram à Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), cuja versão não consta na matéria. O texto também está na editoria de Geral, abaixo de uma matéria sobre “*vileiros*” de Canoas que estão saindo de uma área invadida, e acima de outra que aborda a expulsão de morador da praia de Belém Velho, na Zona Sul de Porto Alegre. Neste *enquadramento*, Kaingang se igualam aos sem teto na cidade, ou aos invasores da orla do Guaíba.

Em 16 de maio do mesmo ano, 1991, Zero Hora cria a série “*PARQUE FLORESTAL DE NONOAI I*”, pela primeira vez na editoria de Ecologia, local onde encontraremos 6,3% do material, onde o tema aparece pela primeira vez, a partir da retomada do Parque pelos índios. A ideia provavelmente seria de aprofundar o tema, já que o procurador da Funai entrou na Justiça pedindo a retomada do Parque Florestal Estadual de Nonoai, antiga área indígena, transformada em parque na década de 40. Mas mais uma vez a narrativa de ZH acaba por dar um sentido depreciativo aos Kaingang.

Sob o título “*Índios brigam por terra na justiça*” (ficha 5), o material produzido por Carlos Wagner qualifica os Kaingang como “*briguentos e predadores*”, pois, segundo ele, poderão ocupar um “verdadeiro santuário ecológico”.

O texto situa historicamente o conflito, referindo-se ao ano de 1945, quando parte da terra foi transformada em parque, e de 1960, quando outra parcela foi destinada à colonização. Percebe-se claramente uma preocupação maior com o meio ambiente. Apesar do Procurador da República explicar que a tendência é dos índios ganharem a ação, mesmo que demore, não fica claro que este é um Direito Originário, que antecede a existência do Brasil, o que significa que não haverá possibilidade de contraposição da Justiça. A disputa vai estender-se por anos, sem que fique claro este direito indígena.

Na mesma página, logo abaixo, encontra-se o texto “*Salles mata o inimigo. Depois, come o coração*” (ficha 6). Mais que um título sensacionalista, trata-se de um exemplo de contextualização forçada, para justificar argumentos dos brancos do entorno da reserva, muitos deles, inclusive, morando em terras expropriadas da comunidade Kaingang. O texto conta um fato, ocorrido cinco anos antes, com Faustino Salles matou outro Kaingang, cortou os braços e as pernas depois comeu seu coração. “*Foi o único caso de canibalismo nos tempos modernos*” afirma Wagner, como se esta prática fizesse partes das tradições Kaingang do passado. Embora tenha sido este o argumento de antropólogos da Funai, não se tem relatos de rituais deste tipo entre este grupo étnico, pelo menos no Rio Grande do Sul, nem na pré-história. No relato, porém, a tragédia continua. Salles foi então solto, e quando retornou à aldeia, estuprou uma filha pequena e fugiu. Na época, vivia num acampamento com outros Kaingang em Passo Fundo

“*Canibal e degradado cultural*”, é essa justificativa que fontes não explicitadas dão para serem contrárias à comunidade indígena na retomada da área do parque. Um acontecimento de cinco anos atrás, segundo o jornalista, mantido em sigilo durante todo este tempo, é trazido para a opinião pública, bem no momento em que o grupo tenta retomar suas terras. Para o jornalista o fato “*é hoje uma espécie de síntese do que causou à cultura indígena o contado com o branco*”, e explica sua opinião no texto: “*Fala misturando conceitos indígenas com leis dos brancos. E talvez seja o último elo de ligação entre o que restou dos antigos costumes indígenas, com o dia-a-dia deles hoje, povoados de valores dos brancos*”. O sentido preservacionista, igualando fauna, flora e seres humanos, fica claro,

como se a cultura Kaingang devesse ser mantida, como os raros pássaros e plantas que habitam o Parque.

“A imensidão do parque esconde exemplares raros da fauna” (ficha7), encerra a página. Nela os indígenas são taxados de “*depredadores e de miseráveis*”. A designação “*exuberante fauna*” fica resumida segundo as informações contidas no texto, a duas espécies, os porcos do mato e a gralha picasa, considerada a reprodutora das araucárias. O discurso da degradação, ora da cultura, hora da natureza, mais uma vez se faz presente: “*Além da destruição das florestas da reserva, restou uma enorme desagregação cultural entre os Caingangues*”.

Depois de ouvir o prefeito da cidade, que se orgulha dos colonos terem sido os maiores produtores de milho na época em que o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) arrendava as terras indígenas para os 1500 colonos do entorno, e o delegado Regional da Funai admitindo que a única saída para o sustento dos índios no momento é a venda de lenha, o jornalista conclui: “*não conseguem sobreviver sem o dinheiro dos brancos que arrendam suas terras e voltam-se para a venda de madeira e lenha para garantir o seu pão de cada dia*” e que “*dentro deste contexto, entregar a reserva para os índios administrar é favorecer os madeireiros*”.

Na segunda página da série, “*PARQUE FLORESTAL NONOAI I*”, a matéria “*O velho Joaquim sonha outra vez*” (Ficha 8) refere-se a Joaquim Mariano, 91 anos, que conta a história da vida no passado em Nonoai, quando era possível aos Kaingang viverem dos recursos naturais. O repórter, como o próprio título diz, chama-o de “*sonhador*”, embora Joaquim relate fatos complexos como quando assistiu a dois companheiros serem mortos por guardas florestais. Também relata a origem dos conflitos internos, com a chegada de um grupo expulso da reserva da Serrinha. O jornalista, por sua vez, opina que “*os brancos têm sabido tirar proveito dos conflitos internos*”.

Fontes ambientalistas, como Carlos Aveline, da União de Proteção Ambiental de São Leopoldo, bem como Paulo Fernando Cornélius, do grupo preservacionista Sentinela dos Pampas de Passo Fundo, também vêm nos Kaingang “*presas fáceis para a manipulação*”. Para Cornélius, “*o parque deve ser preservado a qualquer custo*”. Defende o direito dos índios às terras, mas “*entregar o Parque neste contexto seria presentear os madeireiros e garimpeiros clandestinos*”. Aveline critica a política indigenista do país, porque, “*mesmo um benefício, como a retomada das áreas, acaba favorecendo gente que não tem nada a ver com*

os índios. Essa é a dura realidade, e por isso o temor a respeito do destino do parque de Nonoai". Um sentido que despreza absolutamente a autonomia dos povos indígenas, preconizada tanto pela Convenção 169 da OIT, como ela Constituição brasileira.

Na mesma página, ao lado da primeira matéria, em uma coluna, o texto "*Precedentes animam os kaingangues*" (Ficha 9) volta-se para uma qualificação valorativa. Nela, Carlos Wagner, sem citar fontes, relata o exemplo de um caso ocorrido em 1984 envolvendo a retomada da reserva indígena Chimbangue, em Chapecó, Santa Catarina. Na época os indígenas guerream por quatro anos, para finalmente obterem ganho de causa. Os Kaingang são chamados de "*guerreiros*". Também são "*diaristas*" que trabalharam para os colonos em suas próprias antigas terras, vivendo na beira dos matos. São "*sobreviventes*" de doenças, de uma grande mortalidade infantil e muita desnutrição. "*São histórias como esta que animam os índios de Nonoai que estão lutando para rever suas terras*", conclui Wagner.

Encerrando o material especial "*PARQUE FLORESTAL NONOAI*", será a vez dos não indígenas falarem: "*Branco temem pelo futuro da área*" (Ficha 10). Wagner qualifica a situação "*como o "processo mais ruidoso" da história jurídica gaúcha, pois no entendimento de estudiosos, índios e florestas sempre andaram juntos*". Para os não indígenas, os índios são "*depredadores e cachaceiros*", "*porque eles irão destruir tudo. A maior alegação é que eles irão destruir um patrimônio ecológico dos gaúchos, trocando por garrafas de cachaça*". Mais uma vez o arquivo colonial volta a ser acionado. *Cachaceiros* é uma palavra que está no imaginário da sociedade não indígena. Para dar o real tamanho da desvalorização utilizada é importante lembrar que até a chegada dos brancos, os povos indígenas conheciam o álcool apenas de forma ritualística. As bebidas fermentadas de diferentes vegetais ou com mel eram consumidas em determinadas datas, quando se produzia para serem consumidos por toda a comunidade. A cachaça foi introduzida pelo branco, e serviu para afetar as comunidades indígenas, e também como instrumento para escravização de índios e negros, que realizavam serviços pesados sob o efeito do álcool. Os efeitos do álcool entre os índios são mais danosos, uma vez que a sensação de embriagues se confunde com a alteração de consciência, utilizada ritualisticamente pelos xamãs para realizar suas curas.

O tema volta à ZH no dia 12 de novembro do mesmo ano (91), desta vez, na editoria de Geral, retomando a saga do grupo que saiu de Nonoai após disputa com o cacique: "*Índios expulsos vivem a miséria da cidade*" (ficha 11). Não é a primeira vez que o material referente aos Kaingang aparece na Geral, ao lado de uma notícia sobre os sem terra. Nela são

qualificados como “*desconfiados*”, que “*não sabem se expressar bem em Português*”, e as condições em que vivem são “*subumanas*.” Como uma das entrevistadas, o jornalista, não identificado neste texto nomina “*uma das Índias*”, instalada na sede da Paróquia Santa Tereza. No olho da matéria, “*Desde o ano passado o grupo de caingangues expulsos pelo cacique Zé Lopes, da reserva de Nonoai, perambula sem um local para ficar. Atualmente 80 deles estão no bairro Agronomia em Porto Alegre e outros 50 na sede da paróquia Santa Tereza em Viamão. Neste local vivem há seis meses em condições subumanas*”. Pela primeira vez, desde o ano anterior, o jornal menciona o número de pessoas que saíram de Nonoai após o conflito. Pode-se tirar daí a ideia de que, como são índios, não importa quantos sejam, informação que, em outro contexto, seria fundamental.

De volta para a editoria de Estado, no dia 17 de fevereiro de 1992, os Kaingang são “*invasores, perigosos e dissimulados*”, na matéria “*Índios querem área de Parque Florestal*” (Ficha 12), pois sob o pretexto de visitar o antigo cemitério indígena, um grupo de 300 Kaingang ocupou o Parque e permanece há dias no local, enquanto o diretor do parque, Ariel Rossato, teme ser agredido por eles. Única fonte entrevistada, Rossato diz que é comum os indígenas invadirem o parque para retirar madeira e mel, mas que nunca foram em grupo. Para ele, a invasão é uma forma de pressão para que o Parque integre a reserva.

Na mesma edição, mas na editoria de Geral, com o título “*Índios devem sair do parque*” (Ficha 13), os Kaingang são novamente “*invasores e dissimulados*”. Na verdade, trata-se da mesma matéria, o que denota, no mínimo, uma desarticulação entre as editorias, e confirma que os Kaingang não têm um lugar definido entre o conjunto do material editorial. Os dados, porém, são complementares. Aqui aparece a razão da ocupação, motivada pela ação que tramita já há dois anos (desde 89) na Justiça Federal, impetrada pela Funai, que reivindica a retomada do Parque, tradicional área de uso indígena, anterior à criação do Parque. A ação gerou uma determinação de que nada seja feito na área antes da decisão judicial. A Brigada Militar local foi consultada sobre uma possível retirada dos 150 indígenas, não 300 como no texto anterior, mas informou que ainda não recebeu nenhuma ordem superior. Aqui o jornalista fez o papel de policial, pois não haveria um motivo para a consulta à Brigada, a não ser que os animais ou as árvores tivessem feito uma denúncia. Neste texto, o mesmo Diretor do Parque questiona a atitude indígena, já que o cemitério, segundo ele, existe há 20 anos, e “*só agora eles sentiram saudades*”. Mais uma vez os números denunciam um desprezo pelo assunto. São 150 ou 300 que ocuparam o parque? Quem forneceu os números? O jornalista esteve no local para conferir?

No dia seguinte, 18 de fevereiro, sob o título “*Estado quer desocupar área invadida*” (Ficha14), o tema indígena volta à editoria de Estado. O termo invasão denota a ação indígena, da mesma forma que o Movimento Sem Terra, que contribui para a criminalização de ações notadamente reivindicatórias e de direito dos movimentos sociais. O Secretário Estadual da Agricultura, Aldo Pinto, pedirá ao Procurador Geral do Estado que entre com uma ação de reintegração de posse, pois se trata de uma área de mata nativa, considerada patrimônio histórico e cultural do Estado. Aqui também cabe comentar que o representante do Estado desconhece absolutamente a legislação, ou faz média com os invasores das terras indígenas, entre eles, inclusive, o Estado do Rio Grande do Sul.

O olho da matéria já demonstra a qualificação depreciativa: “*Justiça pode determinar hoje a saída dos índios que ocuparam o parque em Nonoai. Cainguangues estão armados e a Brigada não foi acionada para intervir*”. Desconsiderando a informação sobre a ação da Funai que tramita na Justiça Federal, a saída dos índios é dada como certa, mesmo que no corpo da matéria, o próprio administrador do Parque, de 17 mil hectares de área – dimensão que irá variar ao longo da cobertura –, declara que a ação dos indígenas é uma forma de pressão. A jornalista Ângela Bastos inclusive demonstra a preocupação pelo fato de a Brigada Militar ainda não ter sido acionada. Mais uma vez o assunto é tratado como se fosse um caso de polícia.

Os índios são “*perigosos*”, estão armados de revólveres, facões e flechas. São “*mentirosos*” porque se aproveitaram da situação de estarem visitando o cemitério e lá ficaram. Agora são 600 acampados. O comandante da Brigada Militar de Planalto, cidade vizinha a Nonoai, diz que o clima é de tranquilidade, e que a ocupação por parte dos indígenas de casas de dois guardas florestais não passa de boato. Rodrigo Venzon da Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI reforça a intenção dos Kaingang de retomarem suas terras originárias e se diz preocupado com possíveis interesses dos proprietários de madeiras com a ocupação. Não fica claro até este momento se algum jornalista esteve no local, mas a julgar-se pelas fontes, isso não aconteceu. O que se percebe com as falas, é que há um sentido de tutela sobre os Kaingang. Todos opinam sobre o perigo da ocupação beneficiar os madeireiros, como se a ação da comunidade fosse incapaz de produzir um resultado diferente, a retomada de suas terras, pelo simples direito que o Estado brasileiro lhes concedeu na Constituição de 88.

No dia seguinte, ZH publica praticamente mesma matéria, sob o título: *“Ibama poderá ocupar área florestal”* (Ficha 15). No olho da matéria, sem assinatura: *“Área florestal invadida por 600 índios é foco de tensão na região Norte do Estado. Caingangues dizem que terras lhes pertencem e ali ficarão”*. Ainda na editoria de Estado a matéria os denomina de *“violentos”*, porque estão armados, e de *“desmatadores”*. A novidade está no fato de o Secretário da Agricultura ter encaminhado ao Procurador Geral do Estado, um pedido de reintegração de posse. A informação sobre a possibilidade do Ibama retomar o Parque é dada pelo Secretário Estadual da Agricultura, Aldo Pinto, não pela direção do IBAMA. A fonte primária, portanto, não foi consultada. O diretor do Parque, Ariel Rossato, que na matéria anterior aparece com um revólver na cintura, diz que os índios abateram animais como tatus e veados, que ainda não foi no local temendo represália. Segundo ele, dezenas de árvores foram derrubadas e a mata nativa cortada para abertura de picadas para facilitar o acesso dos índios. Até esta data ainda não foi ouvida nenhuma fonte indígena.

Não por acaso, mas a partir do enquadramento do editor, na mesma página, embora o caso não tenha ocorrido em Nonoai, veremos o texto com o título: *“Índios são acusados de estupro”* (Ficha 16). O texto relata o estupro de uma jovem Kaingang de 16 anos, por 20 policiais indígenas (desde o tempo do SPI, 1910, o estado instituiu dentro das reservas uma hierarquia militar que auxilia o trabalho de polícia do cacique, portanto, a responsabilidade pelo empoderamento das milícias do cacique é do Estado brasileiro). A situação ocorre na reserva indígena de Guarita, distante de Nonoai, onde o acontecimento *“A retomada da Terra Indígena de Nonoai”* está em plena ebulição. Mistura informações e dificulta a compreensão, deixando uma pista fácil: *“Querem as terras, mas são estupradores”*. Um dos critérios do saber jornalístico, o da atualidade, foi desconsiderado, pois a publicação é de cinco dias depois do ocorrido.

No dia 21 a situação, que se arrasta há semanas, tem mais um episódio, sob o título *“Índios prometem ficar no Parque Florestal”* (Ficha 17), na Editoria de Estado. Agora lideranças Kaingang se reúnem na Câmara de Vereadores de Nonoai, com representantes do Parque, da Funai e do governo do Estado, onde ficou decidido que os Kaingang vão se reunir com o Secretário da Agricultura e com o governador na próxima semana, em Porto Alegre. Enquanto isso, a Procuradoria Geral do Estado anuncia que vai entrar com o processo de reintegração de posse, na próxima segunda-feira. Mais uma vez os Kaingang são *“invasores”* e *“depredadores”* do meio ambiente, acusados de abaterem tatus e veados pelo diretor do Parque, Ariel Rossato. Aliás, sua figura é a mais constante entre as fotos publicadas ao longo

da cobertura. A decisão do governo de entrar na Justiça para a retirada dos índios desconsidera a nova ordem jurídica, já definida no Brasil desde 1988 pela nova Constituição. Os Kaingang, por sua vez, conhecedores de seus direitos dizem que só sairão mortos do Parque.

Na mesma página, abaixo, repete-se a preocupação dos ambientalistas. Os Kaingang são acusados de “*depredadores e exploradores*” da área: “*Ambientalistas apelam ao governo*” (Ficha18). Reunidos num encontro preparatório da conferência Rio-92, os ambientalistas gaúchos aprovam uma nota sobre o Parque de Nonoai reconhecendo o direito dos índios aos 17 mil hectares tirados pelo governo do Estado. “*Mas a ocupação e depredação dos 17 mil hectares do parque Florestal Estadual por 600 índios kaingangues é uma agressão ao direito da população do Sul do Brasil, a região mais poluída, desmatada e densamente povoada do país.*” Da forma como é colocada esta afirmação, fica parecendo que os ambientalistas atribuem aos índios o fato de ser o Rio Grande do Sul o Estado mais desmatado do país. É certo que não foram os Kaingang que levaram o Estado a esta situação. Ao contrário, pois foi a colonização e a expansão das fronteiras agrícolas que levaram à destruição de vários ecossistemas no estado. Levantamento de 2006 demonstra que naquele ano, 47% das áreas indígenas no Estado eram áreas de preservação, contra 5% de cobertura verde no estado todo. Sabe-se que os indígenas também participaram da Rio 92, inclusive Kaingang de Nonoai em ZH, no entanto, não há registros desta participação.

Observa-se também, na mesma matéria, o desrespeito pelas lideranças indígenas. Os ocupantes do Parque, para os ambientalistas, não representam a comunidade, além de serem aliados dos garimpeiros e madeireiros.

No dia 22 de fevereiro o clima é de “*tranquilidade*” segundo a matéria “*Índios continuam no parque de Nonoai*” (Ficha19). Novamente não há novidades. O procurador do Estado Paulo de Tarso Pereira, de Nonoai, vai entrar com pedido de reintegração de posse do Parque de Nonoai na próxima segunda-feira, fato que já havia sido anunciado na matéria anterior. Os 600 Kaingang acampados dizem que não saem até o governador divulgar o documento que atesta que o parque pertence a eles, desde 1911. O procurador alega que a área é propriedade do Estado, e que não há intenção por parte do governo em fazer uma retirada à força do local. Na reunião realizada na Câmara de Vereadores de Nonoai, com representantes dos Kaingang e do governo do Estado, o cacique Zé Lopes desmentiu os boatos de que os Kaingang pretendem ocupar a área da 4ª Sessão Planalto, área de ocupação urbana. Garantiu

que só saem mortos do parque. No encontro ficou acertado que os guardas florestais não retornarão ao Parque e que a Brigada também não vai intervir antes da audiência com o governador Alceu Collares, que será marcada pelo prefeito de Nonoai, Adônis Luiz de Barros.

Dois dias depois, 24 de fevereiro, o pedido de reintegração de posse ainda não chegou. Os Kaingang são definidos como “*decididos*”, não sairão, na matéria “*Governo tenta hoje retirada dos índios*” (Ficha 20). O pedido do governo do Estado deverá chegar nesse dia em Nonoai. Desta informação, até a legitimação da ação, há uma distância de tempo, portanto, o título não condiz com o texto, pois certamente não será nesse dia a retirada dos Kaingang do local.

A medida foi solicitada pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento Aldo Pinto, movido pelo procurador Paulo de Tarso Pereira, de Carazinho. Novamente anunciam uma reunião com o governador, pois o cacique José Orestes do Nascimento tem certeza de que a terra pertence aos Kaingang. O Promotor de Justiça local, por sua vez, pretende impetrar uma ação civil pública contra os Kaingang, por degradação do meio ambiente. Pediu ao chefe do parque que faça o levantamento dos danos causados à flora e à fauna. A presença de brigadianos no local, ainda não noticiada, agora aparece: foram retirados do local, depois de reunião entre os índios e representantes do Estado.

No dia 25 a situação continua a mesma, mas o título dá prazo para decisão do juiz sobre a retirada ou não dos indígenas da área do parque: “*Juiz decide amanhã destino dos caingangues*” (Ficha 21). Novamente os Kaingang figuram como “*teimosos*”, pois mantêm a posição de permanecer no Parque. Desta vez, porém, ZH denomina a ação da comunidade indígena como “*ocupação*” e não “*invasão*”, provavelmente, porque quem fez o texto ou editou-o tinha uma visão pró-Kaingang. Uma reunião de conciliação está marcada para o dia seguinte entre o Cacique José Lopes e o Procurador do Estado. Como na matéria anterior, o texto fala em 17 hectares do Parque, ao invés de 17 mil, o que mais uma vez demonstra no mínimo uma desatenção com relação à matéria.

O juiz também declara que fará a reunião de conciliação como uma medida de prudência, como se não fosse de praxe judicial. O Promotor de Nonoai, por sua vez, insiste que o Parque é intocável e que vai pedir inquérito policial e processo civil para apurar as denúncias de abate de animais silvestres, garimpo ilegal e corte ilegal de madeira.

No dia seguinte, 26 de fevereiro, o tema indígena aparece novamente na editoria de Estado, desta vez como um subtítulo, “ÍNDIOS” (Ficha 22), de uma matéria envolvendo questões de terra em Carazinho: “*Produtores querem saída de colonos*”. Os Kaingang são “*causadores de um impasse*” de 12 dias, desde que 600 índios invadiram o Parque Florestal de Nonoai. Trata-se do anúncio da reunião de conciliação entre o juiz e o cacique.

Dia 27, já sabedores da decisão do juiz de Nonoai, os Kaingang continuam na área. Encontramos duas matérias sobre o tema. A primeira: “*Índios não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque*” (Ficha 23). Os Kaingang não cumprem a ordem judicial, para qual cabe recurso. E foi o que fez o procurador da Funai, alegando que as questões indígenas só podem ser tratadas pela Justiça Federal. São “*foras da lei*”, porque mantêm a posição de só saírem mortos do local. No Olho da matéria: “*Liminar concedida em Nonoai deu prazo até as 18h de ontem para a saída dos caingangues. Funai recorrerá à justiça e BM pode intervir na área*”.

Na mesma página, o texto “*Terras da área florestal pertencem aos caingangues*” (Ficha 24) ZH ouve antropólogos ligados à Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e destaca a posição dos Kaingang como “*sabedores de seus direitos*”. A presidente da entidade, Maria Cristina Vigiano, argumenta que o direito indígena é anterior à constituição da autoridade no Brasil, direito originário, e que o governador, antes de ordenar a retirada deles, deveria ater-se à legislação. Rodrigo Venzon, também da ANAI, relembra toda a história da terra indígena de Nonoai: a área foi demarcada em 1911 pelo Estado, mas desde 1934 é da União. Em 1945 foi passada para o Estado para demarcar o parque. O governo do Rio Grande do Sul oficialmente assentou 50 colonos em terras indígenas. Outra informação que ainda não tinha sido considerada ao longo da cobertura diz respeito a uma denúncia feita em 1967, a partir de uma CPI da Assembleia Legislativa do Estado. Em sua conclusão, ficou estabelecido que o governo devesse devolver as terras para os Kaingang, promovendo a saída dos colonos.

Em 29 de fevereiro, mais uma vez na editoria de Estado, duas matérias de repórteres diferentes tratam da mesma questão. Joaquim Fernandes, da Central do Interior, dá notícias de Nonoai no texto “*Liminar mantém índios no parque*” (Ficha 25). Tal decisão confirma as informações anteriores fornecidas pelas fontes especializadas, Funai e ANAI, e estão destacadas no olho da primeira matéria: “*Decisão do Tribunal de Alçada, tomada na noite passada, derruba ordem de juiz de Nonoai que dera reintegração de posse da área ao Estado*”. Percebe-se, porém, uma contradição ao longo do texto, expressa nas declarações das

autoridades judiciais e executivas. O governo do Estado não se conforma com a nova decisão. Às autoridades, porém, não se atribui valores de teimosia, como se atribuiu aos Kaingang no mesmo processo, quando o Estado venceu a primeira disputa judicial.

Os depoimentos das autoridades seguem reafirmando suas posições anteriores à definição da Justiça, em que o Juiz de Nonoai pedia a retirada dos Kaingang do parque. O procurador do Estado, Gabriel Fadel, responsável pelo pedido de reintegração de posse do Estado, nega que tenha se comprometido a pedir prorrogação do prazo para os índios deixarem o parque *“esse é o momento de execução da determinação judicial”*. Afirma, *“a Funai se colocou à disposição pra ajudar no contato com os índios no sentido de obter uma retirada pacífica da área”*.

O juiz de Nonoai Dilso Domingos Pereira também estranhou as declarações publicadas pela imprensa a respeito de uma possível protelação do prazo de retirada dos índios segundo ele *“o Estado não fez qualquer requerimento neste sentido. Até porque o pedido faria a liminar perder o efeito. A determinação vai ser cumprida. Ainda poderá que talvez haja dificuldades operacionais uma vez que o parque tem 17 mil hectares”*. Na mesma linha, o capitão da Brigada de Nonoai, Luis Carlos Miranda, faz declarações como se desconhecesse a decisão da justiça Federal: *“Nós estamos fazendo planejamento da ação, que será encaminhado ao nosso comando superior em Passo Fundo, para que sejam fornecidas as condições materiais e humanas para cumprir a ordem judicial”*. Outra declaração do brigadiano denuncia uma parceria entre a corporação e alguns jornalistas, quando ele explica os índios estariam *“inamistosos”*. *“Recebemos essa informação de alguns profissionais de imprensa que estiveram na área, mas esperamos que os ânimos se acalmem com o passar do tempo”*.

A matéria logo abaixo, *“Índios estão prontos para reagir”* (Ficha 26), de Clarinha Glock, Editoria Local, deixa claro, no olho da matéria, que a decisão judicial pró- comunidade Kaingang não está sendo levada em conta: *“Os 600 caingangues ocuparam a área no dia 14, reclamando o direito sobre a terra onde seus antepassados moraram. A notícia de prorrogação do prazo de saída acalmou um pouco o cacique”*. Fala-se em prorrogação de prazo e não em decisão judicial. Apesar da promessa de recebê-los, o governador Alceu Collares não o fez, o que deixou o cacique e seus conselheiros *“contrariados”*. Na verdade, o governador Olívio Dutra (1999-2003) foi o primeiro chefe do Estado Gaúcho a recebê-los, em 1999, logo após ter assumido. Tal atitude é bastante simbólica, no sentido de um tratamento

igualitário com relação aos povos indígenas. Contendas antigas mostram que ao longo da história do Rio Grande do Sul, por inúmeras vezes os indígenas bateram de cara na porta do Palácio Piratini. Nem o lendário Cacique Doble, aliado de Borges de Medeiros, foi recebido. Inclusive ganhou de presente um lote de fardas contaminadas com varíola.

O cacique de Nonoai, José Orestes do Nascimento, manifesta seu descontentamento: *“não deu nem para falar com o governador Alceu Collares”*. Depois deixa claro que vão resistir: *“Basta eu passar uma circular e, em oito horas, eu entupo o mato se for preciso. Temos comida para ficar dois anos lá”*.

O chefe de posto da Funai, Jair Eloi de Moraes, lembra que muitos dos índios mais antigos que ocuparam a reserva florestal foram arrancados daquela terra à força para a formação do parque. Por isso os índios estão revoltados, acredita. *“Na última reunião com os caciques do Rio Grande do Sul, o governador Alceu Collares garantiu que o parque era dos índios. Por isso ele espera uma solução pacífica para o conflito”*.

A mesma jornalista, Clarinha Glock, segue acompanhando o caso. No dia 1º de março, publica a repercussão abrindo a página ímpar, na editoria de Estado: *“Decisão da Justiça alegre caingangues”* (Ficha 27). Uma página inteira com o título geral de *“NONOAI”*, em duas páginas. Na ímpar mostra a comemoração, na primeira matéria em cinco colunas, com foto em três. As qualificações agora são mais favoráveis. Os Kaingang estão *“alegres”*, mas continuam *“perigosos”* porque se mantêm armados. Só a chegada do cacique Zé Lopes e do “velho” Néelson Jacinto Xangré, líder do movimento que expulsou os colonos das terras de Nonoai em 1978, foi capaz de acalmar os ânimos e fazer com que o grupo baixasse as armas, agora improvisadas: flechas, pedaços de pau e facas. Na ambientação da cena, podemos notar o tom quase romântico que remete à visão que se tem em termos de senso comum, visão que remete ao *“arquivo colonial”*: *“Chapéu de palha na mão, os caingangues e um grupo de guaranis que se juntou a eles parecem determinados a não deixar o local antes que a lei dos brancos lhes entregue um papel assinado, com a permissão para que possam plantar na área da divisa com o parque e retirar o pinhão e frutas frescas”*.

Embaixo, à direita, um infográfico do mapa do Rio Grande do Sul, onde se destacam os municípios aos quais abrange a área reivindicada Planalto, Nonoai, Rodeio Bonito, Liberato Salzano e Trindade do Sul. A segunda matéria: *“Índios lutam na Justiça para manter a área”* (Ficha 28) faz um apanhado histórico da Terra Indígena de Nonoai, lembrando que os

Kaingang desde o século XVII travaram lutas sem trégua, portanto, são “lutadores”. Em 1910 foram criadas as reservas indígenas, totalizando 120 mil hectares, mas a expansão da fronteira agrícola foi aos poucos diminuindo as áreas. Em 1960 as reservas totalizavam apenas 50 mil hectares. Em 45 foi criado o parque e ainda em 60, parte da área foi utilizada para colonização. A Constituição determina que até 1994 as terras indígenas sejam demarcadas. A Funai já pediu na Justiça Federal a devolução de 23 mil hectares que envolvem o Parque e mais áreas rurais e urbanas das cidades de Planalto e Nonoai.

Na mesma página encontramos o texto de Luiz Carlos Domingues, da Pesquisa ZH, *Governo promove demarcação de terras* (Ficha 29). Embasado no arquivo do jornal, relata a redução da população Kaingang no estado, de 500 mil, no início da ocupação, a “*pouco mais de 6.800 nos dias atuais, distribuídos em 50 mil hectares*”. Diz que foram “dizimados” pelas guerras e pelas doenças trazidas pelos brancos e que “resistem”, pois seguem sobrevivendo. São também “lutadores” em busca da recuperação de suas terras e conservação de sua herança e modo de vida. Observa-se que não é a primeira vez que o jornal se utiliza do termo conservação, o mesmo que utilizam para o meio ambiente.

O jornalista segue afirmando que a situação é complicada, pois o Parque é uma das melhores reservas ecológicas do Estado. Também na área reivindicada, há propriedades rurais e urbanas de Planalto e Nonoai. Os brancos moradores da área alegam que os índios podem destruir o patrimônio do Parque, assim como a vitória deles privaria a cidade de áreas de importância econômica para a região.

No final, ele lembra a lei: os indígenas estão amparados pela Constituição, admitem até que o governo poderia administrar o Parque, mas não dispor da terra. Além disso, estão animados com a vitória obtida em Santa Catarina, em 1984, onde a justiça concedeu reintegração de posse aos caingangues.

Na página seguinte, a matéria assinada por Ângela Bastos, “*Ocupação está envolta em muitas acusações*” (Ficha 30), prossegue a denotação de “mentirosos”, pois já no olho da matéria diz que “*os caingangues chegaram ao Parque Florestal há 16 dias para homenagear antepassados enterrados no cemitério local. Hoje dizem que não vão sair*”. Um grupo de 150 caingangues ocupou dia 14 de fevereiro o Parque Florestal Estadual de Nonoai para homenagear seus mortos, no cemitério que ficou dentro dos limites do parque. Depois disto não saíram mais, aos poucos outros foram chegando e agora são 600.

O diretor do Parque acusa os índios de terem abatido dezenas de tatus e veados, além de terem colocado fogo na casa de um dos guardas e de ameaçarem de morte outro servidor do Estado. Os Kaingang se defendem dizendo que foram perseguidos pelos guardas e pela Brigada. Também denunciaram ao promotor de Nonoai o garimpo ilegal e roubo de madeira, sem que os guardas nada façam, para tanto entregaram uma fita de vídeo. Sobre esta fita não há menção de que a reportagem tenha investigado, como mais um elemento de esclarecimento numa situação delicada.

Também aparece a contradição que costuma se revelar ao longo de toda a cobertura da *Retomada da Terra Indígena de Nonoai*. Ao mesmo tempo em que a jornalista ainda insiste que os Kaingang mentiram ao dizerem que visitariam o cemitério, mas ocuparam a área, mais adiante ela escreve, sem citar nenhuma fonte, portanto, percebe-se que se trata de sua opinião “tirada” do seu conhecimento específico, que *“a parceria índios e natureza no Brasil é mais antiga do que conta a história dos colonizadores e que o rastro dos índios pelo Parque Estadual Florestal de Nonoai é visto, por exemplo, no cemitério da Aldeia Campina da Pedra”*.

Em seguida, no texto *“Uma viagem a Porto Alegre cheia de frustrações”* (Ficha 31) os Kaingang são *“invasores do parque e medrosos”*. Receosos de que o Estado cumprisse a determinação de saída do parque Florestal, formaram uma comissão para tentar negociar com o governo. Em reunião no gabinete do secretário da Agricultura Aldo Pinto, o cacique José Lopes do Nascimento *“tentou convencer aos presentes que haveria derramamento de sangue caso a Brigada entrasse na área”*. Com esta afirmação, há um claro desrespeito à liderança indígena constituída, pois o “tentou” vem carregado de ironia. Como nenhuma solução foi apontada pelo Secretário, o grupo também composto por conselheiros indígenas, o procurador da Funai, Derli Cardoso Fiúza e o prefeito de Nonoai, Adônis Luiz de Barros (PDT), recorreu ao procurador Geral do Estado Gabriel Fadel, para que o prazo dado pelo juiz fosse esticado. *“A promessa de Fadel, testemunhada por Zero Hora (grifo de ZH) de interceder junto à justiça não foi cumprida. O Procurador da Funai então entrou na Justiça alegando que a questão indígena só pode ser tratada no âmbito da Justiça Federal”*. Do coronel da Brigada Getúlio Zanche ouviram novamente que ninguém quer o confronto. O grupo ficou irritado quando soube que o governador não os receberia. A máxima do texto, que mais uma vez revela uma postura esquizofrênica com relação à questão indígena, foi proferida pelo Secretário da Agricultura, Aldo Pinto: *“O Estado não quer confronto mais vai executar a ordem judicial”*.

Encerrando o material especial sob o título NONOAI, aparece o texto “*Governo promove demarcação de terras*” (Ficha 32), onde o jornalista Daniel Bramatti, da Editoria Local, contextualiza o tema. Ao lado, em um infográfico onde se vê uma índia seminua saindo de um mapa do Brasil, destacam-se do mapa as maiores áreas indígenas. Neste texto, de “*mentirosos e invasores de área ambiental*”, os índios, aqui novamente colocados como genéricos, passam para a condição de “*privilegiados*”: “*Os índios brasileiros, ao contrário do restante do povo, têm bons motivos para acreditarem num futuro melhor*”. E justifica dizendo que a razão da comemoração está na Constituição de 88, artigo 67 das Disposições Transitórias, que prevê que até 1994, 554 áreas indígenas deverão ser demarcadas, correspondente a 89,5 milhões de hectares, mais de 10% do território nacional.

Informações do presidente da Funai, Sydney Possuelo, dão conta de que até o momento apenas 52% da demanda foi cumprida. A pressão internacional, no entanto, vem ajudando, fazendo com que o governo brasileiro atue, mesmo que a passos lentos. Em fevereiro começou a demarcação da terra indígena, em Roraima (A Terra Indígena Raposa Serra do Sol viria a ser demarcada só em 2005, depois de muita polêmica por conta de onze propriedades griladas para o plantio de arroz. Durante o processo houve uma comoção da mídia sob o argumento “muita terra para pouco índio), a maior de todas. O presidente da Funai também espera a votação do Estatuto do Índio, que irá retirar a tutela física dos índios, mantendo apenas a tutela do Estado sobre suas terras. O Estatuto diz ainda que o Ministério Público Federal seja o órgão de proteção dos povos indígenas. Existem cerca de 250 mil índios no Brasil, divididos em cerca de 200 etnias, que falam mais de 170 idiomas.

A cartola “NONOAI” retorna no dia seguinte, abrindo quase uma página sobre o tema. Três matérias ocupam quatro colunas de cima abaixo, restando apenas uma à esquerda, na editoria de Estado. No texto “*Denúncia de destruição da reserva*” (Ficha 33), de Clarinha Glock, mais uma vez são “*degradadores*”. O olho da matéria diz: “*Ministério Público vai apurar ação dos índios no desmatamento de áreas destinadas a preservação. Caingangues se defendem e acusam os brancos*”. Não fica claro, porém, no corpo do texto, de quem é a responsabilidade pelos danos ao meio ambiente. O promotor de Justiça de Nonoai, Luís Antônio Portela, que pelas informações dadas pelo jornal não fica claro se esteve alguma vez na área em conflito, está preocupado com a mata: “*São dois interesses jurídicos tutelados: o do índio e o do meio ambiente. Só que a mata não tem quem grite por ela e isso é responsabilidade nossa*”. Segundo ele, há interesses eleitoreiros insuflando os indígenas. Por isso avisa que, “*se houver qualquer problema, ou se for derramada uma gota de sangue, os*

políticos da FUNAI e as lideranças indígenas terão que responder criminalmente". Novamente, desta vez vinda de um representante de um dos poderes constituídos, o Ministério Público, fica claro que os Kaingang são "*manipuláveis*", estão nas mãos dos políticos. Mas se isso fosse verdade, seria pela Lei, obrigação do próprio Ministério Público fazer a denúncia na defesa dos direitos indígenas. Percebe-se, porém, que a responsabilidade deste servidor público está voltada para a mata.

Na sequência, "*O símbolo de uma luta antiga*" (Ficha 33), resgata a cidadania dos Kaingang, ao qualificar o tronco velho, Néelson Jacinto Xangrê, como "*símbolo*". Relata que, em maio de 1978, o atual conselheiro do cacique Zé Lopes, então com 32 anos, liderou a expulsão dos colonos de Nonoai. A batalha foi bem sucedida, no entanto, ele precisou viver na clandestinidade por uns tempos, por causa das ameaças dos brancos. Passados 14 anos, está de volta à luta participando das negociações com o Estado. O depoimento feito à Clarinha Glock é importante, uma vez que Xangrê é história viva de seu povo. Com a expulsão dos colonos em 78, os Kaingang acabaram se tornando um vetor importante no aparecimento do Movimento dos Sem Terras. Foi a partir daquele momento que os agricultores se mobilizaram numa organização que até os dias de hoje luta por terra.

A jornalista, inclusive publicou sua entrevista na linguagem usual do velho Kaingang, não habitual nas páginas de ZH. A forma dá a entender, porém, que tem a finalidade de buscar o exótico, ao juntar a ideia que se faz do índio, com a vontade de expressá-la num trabalho autoral: "*A gente vê que tem ainda terra pra conquistá de volta, que por lei o índio tem direito de reclamar e recuperar de volta, para isso existe a Justiça. Por que nós tema a justiça do branco e quando o índio reage a seu direito a justiça não funciona? Tem que funcioná, né? Se o governo brasileiro não que que existe conflito no Brasil, tem que devolvê todas as terras dos índios*".

Mas a gente já não confia, desde a época do primeiro chefe do posto aqui em Nonoai que sempre falava que os arrendatários iam sair – no começo foi o arrendatário, depois a invasão dos colonos e 1963/64. Até hoje os colonos procuram conscientizar mal os índios, querem fazer negociação que não cabe por lei nas áreas. Eles sabem que tão em cima das terras que não é deles, então são obrigados a se preocupar. Tem colono já ameaçando de matar índio se o índio for mexer nas terras deles. A gente não confia mais em resposta que vai chegar da justiça, porque todo esse tempo, que ficou invadida a área indígena, ficamos esperando, 16 anos e não vinha nada".

Todo este conteúdo de luta, porém, é desprezado ao longo da cobertura. Se Xangrê é um dos conselheiros do cacique Zé Lopes, é porque tem influência sobre ele, e é reconhecido pela comunidade como uma liderança histórica e importante na atual conjuntura. Porém, veremos que ao longo do processo de retomada da TI de Nonoai, a autoridade deste cacique será desconstituída.

No final da página, volta a acusação do chefe do posto Ariel Rossato, fonte das mais ouvidas durante esta trajetória. “*Campo de futebol, uma área desmatada no parque*” (Ficha 34). O título não diz quem desmatou, nem se sabe se a referida área já existia antes da ocupação dos índios. O texto fala que Rossato “*imagina que a área do campo de futebol tenha sido desmatada*”. Mais uma vez, embora a jornalista tenha conversado com fontes indígenas, não chegou a conferir a informação. Talvez não fosse difícil para um leigo no assunto verificar se um terreno foi desmatado recentemente ou não. Mas há espaço na matéria, um pouco descontextualizada, para informar que o Cacique Zé Lopes será candidato a vereador pelo PDS e prepara-se para ir a Brasília falar pessoalmente com o presidente da Funai para agilizar a retomada das terras indígenas em Nonoai.

No dia 03 de março Clarinha Glock entrevista o cacique Zé Lopes e dá o título: “*Cacique quer denunciar perseguições*” (Ficha 35). A jornalista opina sobre o Cacique a partir das respostas e de sua definição da situação, no entanto, este saber compromete a legitimidade dos Kaingang. Já no olho da matéria pode-se observar esta qualificação: “*Decisão do Tribunal de alçada foi considerada uma vitória pelo Cacique Zé Lopes. Mas ele quer mais: garantia da área e ser eleito vereador*”.

Na introdução da entrevista, Glock escreve que o cacique José Lopes que lidera os 600 caingangues que ocuparam o parque de Nonoai é uma “*figura controversa*”. Ele responde a um processo na justiça por venda ilegal de madeira. Sua opinião fica ainda mais clara: “*Hoje aparentemente regenerado, vai se candidatar a vereador pelo PDS*”, e ainda: “*Confiante, vai denunciar a situação dos índios no Rio Grande do Sul na Rio-92, pertence a uma Igreja que já foi acusada de roubo de pedras no Norte onde também tem trabalho com os índios*”.

Na segunda matéria da página, “*Ameaças envolvem índios e brancos*” (Ficha 36), é o diretor do Parque Ariel Rossato quem fala. A jornalista o coloca numa posição de vítima, uma vez que foi corrido pelos Kaingang quando ocuparam o parque e atualmente se coloca na defensiva. “*Para o Parque a invasão dos índios é uma catástrofe. Se os índios querem o livre acesso para pescar, caçar e melar (tirar mel), o parque perde a característica de Parque*”.

Atrás do mel vai o palanque (madeira) e as pedras preciosas, e modifica o ecossistema". Para ele os índios são responsáveis pela devastação, uma vez que expulsaram os colonos em 1978. *"De lá pra cá são 14 anos, tempo suficiente para crescer uma mata virgem respeitável nas terras indígenas"*.

Passado mais de um mês, o assunto volta às páginas de ZH, na editoria de Estado: *"Índios ficam na área de Nonoai"* (Ficha 37). Os Kaingang continuam sendo *"teimosos"*, por não se afastarem da terra ocupada, mesmo que já houvesse uma decisão judicial a favor deles. Desde o início da cobertura, o povo Guarani é mencionado pela segunda vez, pois existem no interior da área duas aldeias Guarani, mas isto não está explicado. Simplesmente o texto de 20 de abril de 1992 diz que os Kaingang e Guarani permanecem na área do Parque Florestal. É como se os Guarani estivessem aparecidos de pára-quadras, ou simplesmente, nenhuma das fontes, nem os jornalistas, notaram sua presença, ao longo de dois anos.

O texto faz uma pequeno histórico do conflito, lembrando mais uma vez que os Kaingang chegaram no Parque, que fica ao lado da reserva, sob a alegação de fazerem a limpeza no cemitério indígena e ali permanecem até esta data. Mas a matéria mostra ainda um *"enfraquecimento do movimento"*, desde 14 de fevereiro: *"...chegaram a ser mil pessoas, mas aos poucos, em função da chuva e das más condições no local, muitos foram saindo, hoje são apenas 100"*.

O disque-disque sobre as depredações do Parque volta à tona, sem que se consiga, mesmo relendo todas as matérias, se ter claro de quem é a responsabilidade. Neste texto, a maior preocupação do cacique Zé Lopes reside nesta questão: *"Acusados de causarem danos ao meio ambiente, no momento são eles que denunciam os desmatamentos e a poluição. Segundo o cacique, os brancos e os próprios guardas florestais que estimulam o corte de madeira e o garimpo. Por isso o cacique criou uma guarda própria de 45 homens que estão distribuídos estrategicamente no Parque"*.

Em quatro de março, ainda na editoria de Estado, a notícia *"Guardas deixam o parque"* (Ficha 38) traz como olho: *"Liminar no Tribunal de Alçada afastou policiais e funcionários. Índios permanecem na área pelo menos até o Estado buscar novas soluções em Brasília"*. Nela o redator, aqui não identificado, diz que o diretor do Parque Estadual Florestal de Nonoai e os demais guardas florestais não voltaram ao parque depois da decisão judicial que garante a permanência, por ora, dos Kaingang que acampam na área, para evitar um

possível confronto. O texto despreza a decisão judicial ao deixar de questionar a postura do governo do Estado.

O diretor, uma das fontes principais da cobertura diz acreditar que o Estado ingresse no Supremo Tribunal Federal com uma ação para cassar a liminar concedida em favor dos índios. Bem informado a respeito do processo, o servidor público afirma: “*O juiz do Tribunal de Alçada considerou que a questão deve ser julgada em nível Federal, mas o juiz de Nonoai acha que houve espoliação sucessória*”. E garante que a saída dele e dos demais guardas se deve ao fato de quererem evitar conflitos com os índios.

No dia 19 de maio, o assunto vai para a Editoria de Geral, e a cartola, antes “*NONOAI*”, passa a ser “*AMBIENTE*”, quando surge uma definição de situação, cuja origem não está explicada: “*Parque de Nonoai é um cemitério verde*” (Ficha 39). Questiona-se de onde saiu esta designação de *cemitério verde*, até porque, o vendaval deve ter atingido parte do Parque, não sua totalidade de mais de 17 mil hectares. No olho a reportagem de Clarinha Glock faz a defesa dos caingangues: “*Um vendaval derrubou araucárias do local. Os índios caingangues que ocupam o local temem ser acusados por ecologistas*”.

O *lead* vai explicar que a designação é da própria jornalista. Ela introduz o assunto fazendo numa panorâmica: “*Centenas de araucárias do Parque Estadual Florestal de Nonoai foram derrubados por um forte temporal no mês de abril. A tormenta transformou parte da área de 17 mil hectares num cemitério verde*”. Glock novamente historia o conflito, lembrando que por mais de uma vez os indígenas foram acusados de depredarem o meio ambiente através do desmatamento e do garimpo. Para tanto se utiliza de denominativos próprios: “*O cenário é desolador e preocupante*”, e ainda: “*pinheiros dobrados que provavelmente nunca mais se erguerão impávidos e imponentes sobre a mata*”. Na foto em três colunas, o que se vê são *pinus elliotis*, espécie exótica, não protegida por lei (inclusive, muitos ambientalistas defendem o abate generalizado desta árvore, uma vez que se reproduz rapidamente e tende a ser dominante em relação à floresta nativa). É de se perguntar, portanto, o que faziam estes pinos em área de preservação, dentro do tal parque tão defendido por ambientalistas, guardas florestais e até pelo Ministério público local.

Na mesma página a matéria “*Funai não manda recursos, acusa o cacique*” (Ficha 40) qualifica a situação de “*difícil*” e os Kaingang de “*lutadores*”. Os índios de Nonoai enfrentam duas lutas junto à justiça. Além do direito de ir e vir dentro do Parque, eles reivindicam 25 mil

hectares que o governo do Estado tomou em 1945, que incluem, além do parque, propriedades rurais e urbanas das cidades de Planalto e Nonoai.

Encerrando a página exclusiva sobre o caso, Glock refere-se novamente à candidatura do Cacique José Lopes do Nascimento: “*Líder pretende concorrer a vereador*” (Ficha 41). A redatora qualifica a atitude do cacique: “*A preocupação do cacique Zé Lopes, pelo menos em termos políticos, é muito significativa*”. O texto fala sobre a candidatura de Zé Lopes a vereador pelo PDS, pelo recém criado município de Gramado dos Loureiros. E Glock segue uma entrevista crítica, provavelmente, a partir de fontes que entrevistou ao longo da cobertura, pois não é sua primeira matéria a respeito de Nonoai. Essa crítica fica clara nas afirmações “*acusado de usar a causa da terra indígena para ocupar o parque e de roubar madeira, diz que nada foi provado até agora. Ele justifica dizendo que irá acolher as famílias que o denunciaram em 1991 e já mandou fazer mais 20 títulos de eleitores*”. A crítica também aparece quando descreve a situação de famílias que foram expulsas da área pelo cacique, e agora, retornam no momento em que ele afirma que já mandou fazer mais 20 títulos de eleitores. “*Dois famílias aguardam num porão em Nonoai pela volta à área, e afirmam que não há mais o problema do roubo de madeira*”.

Novamente na Geral, a decisão quase final sobre o caso, que poderia ser o acontecimento do século para os Kaingang de Nonoai, com a decisão favorável a eles, tem um tratamento editorial modesto. Em 25 de setembro, com cartola “*JUSTIÇA*”, diz o título: “*Tribunal mantém índios na reserva de Nonoai*” (Ficha 42). A decisão dos juízes da 6ª Câmara Cível da Justiça Federal garante a permanência dos Kaingang no Parque Estadual Florestal. O texto, sem identificação de autor, inicia com a máxima que vai ao encontro de minhas preocupações iniciais sobre como os Kaingang são tratados pela sociedade e conseqüentemente por ZH: “*Os cinco índios sentados na sala de sessões do Tribunal de Alçada destoavam dos juízes togados*”, embora qualquer pessoa destoe de um juiz togado, tradição medieval preservada até hoje. O texto também é preconceituoso com os Kaingang ao afirmar: “*primeira vez os índios presenciam uma sessão do Tribunal de Alçada, sem que seja no banco dos réus*”.

A deliberação dos juízes foi embasada em um parecer antropológico. Além da existência de um cemitério indígena no local onde hoje é o Parque, essas terras pertenciam aos índios no início do século XX quando foram demarcadas. A partir daí, a matéria relata a história de espoliação das terras indígenas, lembrando que, ao longo do tempo o Estado foi se

apropriando de partes da área para colonização e para o parque, reduzindo a 17 hectares a reserva indígena. A Funai está requerendo junto à justiça Federal, a integridade dos 39.980 hectares, demarcados em 1910. Após a sessão, o procurador da Funai Derli Cardoso Fiúza comemorou com os índios e destacou a importância da aproximação deles com o Poder Judiciário, até porque no Rio Grande do Sul estas questões têm sido resolvidas pacificamente, através da Justiça.

Mesmo com a decisão da justiça favorável aos Kaingang, a cobertura sobre Nonoai continua voltada para a questão ambiental. No dia 3 de novembro, na Editoria de Geral, o título, com a cartola “*AMBIENTE*”, de volta à editoria de Geral, dá a conotação ambígua, como se os ocupantes do parque ainda estivessem na iminência de sair da área: “*Índios lutam por área estadual*” (Ficha 43). E no olho, em destaque, a mesma preocupação que os qualifica de “*devastadores*” novamente: “*Caingangues querem a posse da maior área verde do estado, deixando os ecologistas preocupados com novo desmatamento*”. Cabe aqui ainda ressaltar que, na verdade, não se trata da maior área verde do Estado. Na mesma região do Estado, no município de Derrubadas, existe até hoje o Parque do Turvo, que abriga várias espécies nativas, inclusive a onça pintada. Este parque tem mais de 30 mil hectares.

A autora, Clarinha Glock, no entanto, destaca a importância do evento realizado na Terra Indígena de Nonoai: “*Pela primeira vez na história do Parque Florestal Estadual de Nonoai, universitários, ecologistas e lideranças indígenas sentaram-se lado a lado para discutir a preservação da maior área verde do Estado*”. E lembra que “*a solução do impasse é recuperar a área indígena e preservar o parque*”. Impasse, no caso, é o problema da preservação ambiental “*largado*” na mão dos índios.

As falas das fontes e o esforço em ouvir os presentes no encontro realizado na área do Parque também não condizem com o título. O estudante Rogério Castro, do Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências da UFRGS, fonte ambientalista escolhida para opinar, denomina a permanência dos Kaingang na área como invasão, e diz que com ela “*o parque se torna vulnerável à caça e a retirada de pedras e madeira*”. E segue com outras afirmações do que se pode chamar de uma visão esquizofrênica, pois atribui a degradação à Funai, trazendo a ideia de tutela dos índios: “*Se hoje os índios vivem em estado de miséria, é porque a Funai não soube administrar a área indígena, atualmente degradada pelo mau uso do solo*”. E também ataca o governo do estado “*pelo abandono do parque, onde restam os últimos*

exemplares de mata de araucária”, ao mesmo tempo em que não consegue esconder sua preocupação maior com as árvores.

As outras fontes querem resolver o problema da degradação na terra indígena e da preservação da área que foi parque. Rodrigo Venzon, representante da Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI destaca que o debate está recém começando, enquanto o cacique, Zé Lopes, recorda a proposta já feita de uma fiscalização conjunta entre índios, Brigada Militar, e Ibama, mas que não houve retorno das autoridades. Mário Farias, liderança da aldeia Pinhalzinho, critica a atuação da Funai por 40 anos e afirma que *“agora estamos abrindo os olhos. Ninguém vai derrubar uma árvore ali dentro”*. A antropóloga Lígia Simonian, responsável pelo laudo antropológico anexo à ação movida pela Funai, reforça a decisão judicial até o momento: *“Os índios têm direito às terras, e a prioridade agora é a demarcação”*.

O segundo texto, na mesma página, que se ocupa do tema em quatro colunas de cima abaixo com duas fotos e um infográfico, mostra novamente uma disparidade entre o título e o corpo da matéria. É possível que o título, porém, seja de autoria do editor e não de Glock: *“Devastação da reserva mancha imagem da tribo”* (Ficha 44). O material compara as vastas terras demarcadas no norte do país com a situação no Rio Grande do Sul, destacando que a retomada do Parque e a retomada da terra indígena de Iraí, que incluiu o aeroporto da cidade, são peculiaridades da luta dos índios no estado.

No entanto, nos dizeres da própria jornalista, *“as denúncias de corrupção dos funcionários da Fundação Nacional do Índio, com conivência de alguns indígenas, e o arrendamento de terras em reserva como Guarita, em São João do Irapuá, ajudam a compreender o porquê de tanto receio. Além disso, faltam condições mínimas de saneamento, educação e saúde nas áreas indígenas. Não há professores bilíngües (que ensine caingangue e português), nas escolas de Nonoai, e Iraí. As farmácias de Planalto e Nonoai suspenderam as vendas de medicamentos aos índios por falta de pagamento. Com problemas econômicos, os índios são encarados pelo resto da comunidade como uma ameaça à preservação da natureza”*.

A única fonte citada desta vez, a antropóloga Lígia Simonian, explica que *“o indígena deve ser visto como parte integrante do meio onde vive. Ele só precisa de orientação sobre como se manter sem acabar com a mata nativa”*.

Na última matéria do ano sobre o tema, no dia 04 de dezembro de 1992, novamente parece que Zero Hora esquece que a ocupação do parque pelos Kaingang já tem decisão da Justiça Federal. O texto, na editoria de Geral, diz:

“NONOAI: Índios e soldados combatem ladrões de madeira” (Ficha 45) denota uma ação positiva, bem como o Olho: *“Caingangues que vivem na reserva e soldados da Brigada Militar formaram uma patrulha para impedir a devastação no local”*. No entanto, o autor, Lauro Rutkowski, tem a opinião de que *“a preservação do Parque é garantida por um decreto de 1949, mas existem dezenas de homens embrenhados nos matos em busca de pedras semipreciosas e madeira nativa – cujo corte é proibido. Muitos deles são índios que vivem do extrativismo, pois não conseguem sobreviver da agricultura”*. E novamente o desconhecimento, quando ele afirma que outro problema surgiu em fevereiro: *“um grupo de 600 índios migrou da reserva e invadiu o parque”*.

O texto fala da criação de uma guarda conjunta que vai cuidar da área, aliás, reivindicação antiga da comunidade. Serão 12 caingangues e 12 guardas-parque da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Uma blitz realizada nesta semana pelo delegado de Planalto, Juarez Francisco Mendonça, prendeu três pessoas e mais 14 foram indiciadas por extração ilegal de madeira. A denúncia do cacique, de que os guardas do Estado teriam estuprado “índias”, tem a mesma conotação de outros crimes: *“o cacique exige que o governo troque os guardas, pois os acusa de terem estuprado índias e de facilitarem o roubo de madeira e garimpo.”* Não consta na matéria nome de nenhum dos indiciados, quanto mais dos possíveis estupradores. A antropóloga inclusive denuncia essa situação criada, que tem impedido tanto a Funai como o Ministério Público de agir em prol das comunidades. Alegam que se tratam de questões internas e que não se pode intervir.

7. Por uma nova moldura

Meu amigo Kaingang Pedro Salles, que vive na Terra Indígena de Ligeiro, contou-me uma história sobre a crença Kaingang a respeito das crianças. Um dia, depois do sol se por, sua filha chegou a casa com seu neto, um bebê de colo. Pedro a repreendeu, porque não se deve andar à noite com os bebês, os espíritos dos mortos podem querer levar sua alma. Dito e feito, não demorou para que o bebê começasse a chorar. Não adiantava nenhum alento para que parasse. Então Pedro pegou o neto no colo, saiu noite adentro chamando pelo nome da criança. Até que o bebê parou de chorar. “Achei o espírito dele”, concluiu. Sua filha, que até então resistia às tradições, sucumbiu, concordando com ele. Já fiz esta experiência e deu certo, se não pelo roubo da alma, mas pelo carinho que envolve esta atitude. Fiquei concentrada, chamando pelo nome da criança e parece que seu espírito escutou o chamado.

Desde que ele me contou esta história, reflito sobre ela. A crença Kaingang funcionou, e Pedro segue se orgulhando deste conhecimento tradicional. Eu, de minha parte, só posso esperar que meus companheiros jornalistas possam ter acesso a este conhecimento. Só então deixarão de reproduzir este estigma de 500 anos. Haveremos de perceber que o índio de hoje tem referências históricas, tradições, mitos, ainda, mas estão agora, neste momento, vivendo no mesmo tempo e espaço que os não índios. O fato de Pedro Salles evocar suas tradições para acalmar o neto não significa que ele não possa ter um telefone celular, ser formado em enfermagem e trabalhar como agente de saúde onde vive. Lembro então do grande Leví-Strauss (2008, p.25), quando dizia: “É a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma”.

Através desta pesquisa foi possível observar o quanto nossa preocupação inicial com relação ao tratamento dado pelos jornalistas aos povos indígenas tinha fundamento. Não se trata apenas de um jeito de chegar e entrevistar. Este jeito tem cor e tem lado, expresso nas páginas de Zero Hora do período onde ocorrem os acontecimentos chamados de “*A retomada da Terra Indígena de Nonoai*”. Vimos que o “*arquivo colonial*” segue determinando nossa conduta diante do outro indígena, cristalizando não só a ideia sobre os povos indígenas, mas a conduta com relação a eles, que tem gerado sua exclusão ao longo de toda nossa história.

As noções de alteridade e diversidade cultural devem estar presentes no cotidiano dos jornalistas. É necessário que se ultrapasse este manto que encobre nossa visão sobre os diferentes que resistem até nossos dias a toda sorte de exclusões, desde as mais violentas, às

mais disfarçadas, que são estas que turvam a possibilidade civilizatória de convivência entre diferentes.

Não temos ideia do que possam ter sentido os integrantes dos povos indígenas ao longo da história. O texto de Darcy Ribeiro, que exemplifico acima, fornece em parte este panorama, mostrando como os Kaingang que viajaram pela primeira vez de trem para conhecer São Paulo, foram perdendo sua dignidade, na medida em que perceberam o quanto os brancos eram numerosos. Também a história da professora bilíngue Andila Inácio Belforte, mostrando como foi arrancada da família e proibida de comer suas plantas nativas enquanto estudava para ser professora. Também é possível nos colocarmos na pele de Davi Kopenawa Ianomami, quando conta que sua mãe o escondia num cesto quando os brancos apareciam em suas terras. E como fica arrogante a expressão “descobrimento do Brasil” para estes povos que habitam o solo brasileiro há milhares de anos. Como assim descobrimento? Desde lá os povos nativos do Brasil são desconsiderados em suas diferenças, em suas culturas e modo de viver.

Até o início do Século XX, era comum os brancos invadirem as aldeias, matarem, estuprarem e ainda por cima roubarem as crianças indígenas. Podemos ver o pavor da mãe de Davi que o escondia num cesto para que não o raptassem. De lá pra cá a interação branco-indígena tem mudado. Vários esforços têm se realizado desde a década de 60, quando a OIT criou sua Convenção 169 que prevê a autonomia dos povos indígenas. Mas o tal *arquivo colonial* infelizmente segue sendo consultado. Diante do índio, já temos nossa opinião, nossa definição de situação que em nada contribui para o processo civilizatório do Brasil.

Se o jornalista configura uma parcela da construção de realidade, é seu dever fazer a diferença quando retrata em seus conteúdos o outro indígena. Não temos, porém, a pretensão de mudar este quadro de coisas, mas acreditamos que é também papel da academia contribuir para a construção de um mundo solidário que respeite as diferenças.

Quanto ao povo Kaingang de Nonoai, que inspirou esta pesquisa, não podemos esquecer que desde 1990, quando a FUNAI entrou na justiça com a ação de retomada das terras, o Supremo Tribunal de Justiça ainda não fez o julgamento definitivo. São vinte e dois anos. Também não podemos esquecer que a crueldade sob o manto do desenvolvimentismo persiste em grande escala no Brasil. Recentemente voltou à tona com a PEC 125, que dá poder ao Congresso Nacional sobre as demarcações de terras indígenas. Se a mídia brasileira conhecesse melhor a realidade das 220 etnias que existem no país, talvez a força

desenvolvimentista e preconceituosa pudesse ser sustada e deixasse de lado o enquadramento *muita terra para pouco índio*.

Se os símbolos ligados aos Kaingang são cristalizados e seguem sendo emoldurados, havemos de seguir cobrando dos profissionais de jornalismo uma nova postura. Ao invés de reforçar estes enquadramentos que conferem aos povos indígenas um lugar menor na realidade, deveremos lutar para que tal situação se reverta. Afinal, ainda podemos, nós não Índios, aprender com a diversidade, que esconde um universo inteiro de conhecimento tradicional. A ser, este sim, descoberto.

REFERÊNCIAS

A Pré-História no Rio Grande do Sul: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil:

Documento 05 – 2ª. Instituto Anchieta. São Leopoldo: Unisinos. 2006

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da Notícia.** Tradução Jacob A. Pierce. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Clássicos da Comunicação Social)

BECKER, Ítala Irene B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995)

BERGER, Christa. **Campos em confronto: A terra e o texto.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BELFORTE, Andila Inácio. **A trajetória da liberdade.** In Cadernos de Educação Indígena -- - 3º Grau Indígena. Barra do Bugres: Unemat, v. 1, n. 1, 2002

BONIN, Iara Tatiana. **Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade?** In Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.73-83, Jan/Jun 2010 Ulbra

BRANDÃO, Cristina de Jesus Botelho, **A cena do Dia do Índio na TV – Rio de Janeiro:** Museu di Índio, 2010

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.** Tradução Heloiza Pozza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo 2 Ed. Editora da Universidade de São Pulo. 1998

Descobrimo os Brancos

GOFFMAN, Irving. **Los marcos de La experiência.** Traducción José Luiz Rodrigues. – Madrid: Siglo XXI/ Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006. (Colección Monografías. 227)

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Tradução: Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves, 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora – Identidades e Culturais.** Org. Liy Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudio Álvares. Francisco Rüdiger, e Saionara Amaral. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2003
Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2008. (Coleção Ciências Sociais)

LAGO, Cláudia. **Ensinaamentos Antropológicos – A possibilidade de apreensão do outro no Jornalismo.** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos do Jornalismo”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009

LAS CASAS, Bartolomé de . **O paraíso destruído – A sangrenta história da conquista da América espanhola.** Tradução Heraldo Barbuy. Porto Alegre: LP&M, 2008 . (Coleção LP&M Pocket)

LEVI STRAUSS, Claude. **Raça e História;** tradução Inácia Canelas. - 9. Lisboa: Presença, 2008

..... **Tristes Trópicos** ; tradução Rosa Freire D’Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Os povos indígenas na invenção do Brasil – Na luta pela construção do respeito à pluralidade.** In: LESSA, Carlos (Org.) **Enciclopédia da Brasilidade – Auto-estima em verde e amarelo.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 218-231

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação.** Tradução Luiz Paulo Rouanet. – São Paulo: Loyola, 1999

MC COMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública.** Tradução Jacques A. Wainberg. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 . (Coleção Clássicos da Comunicação Social)

NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apacaiúva Guarani.** Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1987

NORA, Pierre. **O regresso do acontecimento.** Tradução Maria Eduarda Correia In. **Fazer História.** Amadora, Portugal: Bertrand, 1977 p. 243-262. (Coleção TEMPO ABERTO)

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogos de Espelho.** 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993

OLKOSKI, Wilson. **Aspectos da história agrária dos Kaingang do Médio Alto Uruguai – RS.** http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_5_53.pdf

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização. A integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1 . 1970. (Coleção Retratos do Brasil. 27)

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e comunicação : princípios radicais.** Rio de Rousseau, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens – Discurso sobre as Ciências e as Artes.** Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo. Nova Cultural. 1999

SÁDABA, Teresa. **Framing: El enquadre de das notícias – El binômio terrorismo-medios.** 1. Buenos Aires. La Crujía. 2007.

SILVA, Sergio Baptista da. **Dualismo e cosmologia *Kaingang*: O xamã e o domínio da floresta.** In Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Ano 8, n. 18,p. 189-209, dezembro de 2002

SHUDSON, Michael. **Descobrimo a Notícia – Uma história dos jornais nos Estados Unidos.** Tradução Denise Jardim Duarte. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 . (Coleção Clássicos da Comunicação Social)

SOARES, Maria Luiza Santos. **Construção coletiva pela autonomia dos povos indígenas.** In SOARES, Laura Tavares. **Tempos de desafios. A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul –** Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho – Uma Teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o Direito.** 1. 7ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2010

TUCHMANN, Guaye. **La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad.** In CIC nº 4 199-217. Servicio de Publicaciones UCM. 1999

VEIGA, Juracilda. **Arrendamento e privatização da Terra Indígena.** In. RICARDO, Beto e RICARDO, Fany (Org.) **Povos Indígenas no Brasil. 2001-2005.** São Paulo: ISA, 2006. p. 836-839

YANOMAMI, Davi Kopenawa. **Descobrimo os Brancos.** Depoimento recolhido e traduzido por Bruce Albert, na maloca Watoriki, setembro/ 1998.
<http://www.libertas.com.br/site/index.php?central=conteudo&id=3318>

APÊNDICES

Ficha 1**Tipo:** Violência/Conflito Interno**Título:** Brigada impede rebelião dos caingangues**Data:** 13-11-90**Editoria:** ilegível**Página:** 43**Localização na página:** Direita vertical**Tamanho:** 1 col X 35,5

Resumo: Soldados da Brigada Militar sufocaram conflito entre o grupo do cacique Zé Lopes e de Vairan Casseiro. O grupo “rebelde” havia seqüestrado o vice-cacique Estevão que foi resgatado pelo outro grupo. O Procurador da República, Marcelo Mattei, no entanto quer saber do envolvimento do funcionário da Funai chefe do Posto, Lídio Della Beta no caso. O mesmo funcionário esteve presente em conflitos anteriores.

Citados:

- Vairan Casseiro, liderança contrária ao cacique; Estevão, vice-cacique; Zé Lopes, cacique de Nonoai; Luiz Miranda capitão brigadiano; Lídio Della Beta, funcionário da Funai; Sebastião Aparecido Fernandes, delegado da Funai; Darci Camiolo, ex vice-cacique morto anos atrás; Renato Mattei, Procurador da República; um camponês lindeiro anônimo

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- rebelião, guerreiros, também historia a situação, lembrando o antigo conflito desde a década de 60 quando o Estado expulsou os Kaingang da Serrinha.

O que dizem as fontes?

-Capitão Miranda diz que a situação ontem era de aparente calma, não quis falar sobre o que gerou o conflito.

- Camponês lindeiro anônimo disse ao jornal por telefone que a situação era tensa.

- delegado da Funai explica que a origem da tensão envolve duas facções que foram forçadas a conviverem em Nonoai em 1960, quando as terras indígenas foram destinadas à colonização. Atualmente os dois grupos têm se acusado mutuamente de arrendamento para os brancos.

- Procurador da República, Renato Mattei - está intrigado com o fato de que o chefe do posto indígena, Lídio Della Beta, uma vez que a tensão naquela área aumentou depois que ele foi transferido. O mesmo personagem envolveu-se nos conflitos em Nonoai em 1978, na Guarita em Tenente Portela, em 1983, quando aconteceram cinco mortes.

Íntegra: Soldados da Brigada Militar sufocaram uma rebelião entre índio caingangues de Nonoai neste fim de semana. Um grupo de família chefiado por Vairan Casseiro tentou

derrubar do poder o cacique Zé Lopes, seqüestrando o vice-cacique da tribo, Estevão. Zé Lopes organizou cem guerreiros e entrou em conflito com o grupo de Vairan, libertando Estevão. Desta briga resultaram dois feridos, que foram medicados no hospital local. A situação ontem era de aparente calma na reserva, afirmou o capitão brigadiano Luiz Miranda, responsável pelo fim da rebelião indígena. A Procuradoria da República está investigando o envolvimento do funcionário da fundação Nacional do Índio (Funai) Lídio Della Beta no episódio.

A Brigada Militar foi convidada a atuar na área pelo Delegado da Funai Sebastião Aparecido Fernandez. No local desde sexta-feira, a Brigada saiu de lá ontem. “A situação é tensa”, afirmou por telefone um camponês que mora lindeiro à área indígena, uma gleba de 16 mil hectares habitada por 2.850 caingangues. O capitão Fernandes evitou falar sobre os motivos que levaram à rebelião, limitou-se a dizer que “por hora tudo está calmo”. As raízes desta rebelião estão em 1960. Na época, o governo do Estado acabou com várias reservas indígenas, onde foram assentados colonos. Entre essas áreas estava a de Serrinha, nos arredores de Ronda Alta. Os índios desta reserva foram colocados em outras, e nunca houve um entrosamento. Vairan veio de Serrinha e sempre teve atritos com o cacique e as lideranças de Nonoai.

CONFLITO – Os atritos ficaram mais sérios nos últimos dias, porque os dois grupos começaram a acusar-se mutuamente de estar arrendando terras clandestinamente para os brancos plantar. Um tema muito explosivo nesta área, onde lideranças em 1978 expulsaram 1300 famílias de colonos que viviam irregularmente na área. No ano passado o vice-cacique Darci Camilo morreu em uma emboscada com um tiro na cabeça. As investigações da Polícia Federal apontaram o motivo de litígio de terra com os brancos como pano de fundo deste crime, ainda não esclarecido.

Estas acusações geraram uma tensão entre os grupos, analisou na cidade catarinense de Chapecó, delegado da Funai. Fernando disse que não há notícias a respeito de arrendamento de glebas. Garante que a situação já voltou à normalidade, e que o grupo de Vairan foi transferido para a reserva indígena de Guarapuava no Paraná.

Há um personagem nesta história que está intrigando o Procurador da República, Renato Mattei. Trata-se do chefe do posto indígena, Lídio Della Beta. A tensão naquela área começou a crescer depois que ele foi transferido. Della Beta envolveu-se nos conflitos em Nonoai em 1978, na Guarita em Tenente Portela, em 1983, quando aconteceram cinco mortes. O Procurador Mattei tem interesse em saber por que as diferenças políticas entre as facções indígenas acirram-se sempre depois que Della Beta chega.

Ficha 2**Tipo:** Violência**Título:** Polícia Federal investiga morte de índio**Data:** 15/11/1990**Editoria:** Geral**Página:** Pg. Impar – nº ilegível**Localização na página:** direita**Tamanho:** 1col X 5,56**Resumo:** Um grupo de caingangues de Nonoai está foragido em Porto Alegre, desde que ocorreram conflitos na reserva indígena de Nonoai.**Citados:** Pompílio Fortes, Valdemar, Abílio e Getúlio Kaingang da família Cassemiro; Renato Mattei, Procurador da República; José Bueno, CIMI; Lídio Della Betta, Funai; Aparecido Fernandes, delegado Regional da Funai;**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:** de nervosos, medrosos e fujões**O que dizem as fontes:**

- Abílio Cassemiro – fugiram de Nonoai e estão foragidos em Porto Alegre. Que foram espancados durante o conflito na presença do chefe de posto Lídio Della Betta.

- Getúlio - Que as perseguições na aldeia pelo cacique Zé Lopes começaram depois que um grupo denunciou o arrendamento de terras da reserva e da venda de madeira.

- José Bueno, CIMI – Estamos dando apoio aos índios, para que a verdade seja esclarecida nesta questão.

Aparecido Fernandes, delegado Regional da Funai – Os índios têm direito de protestar e o procurador de agir.

Ficha 3

Título: Caingangues fogem e temem represálias

Data: 15/11/1990

Tamanho: 1 col X 21,85 cm

Localização na página: direita

Editoria: Geral

Resumo: Um grupo de caingangues está foragido em algum lugar de Porto Alegre, depois de escaparem da reserva indígena de Nonoai. Nervosos, foram recebidos pelo Procurador da República Renato Mattei. Eles denunciam que foram espancados na presença do funcionário da Funai Della Betta. Segundo eles as perseguições começaram depois que denunciaram o envolvimento do cacique Zé Lopes com o roubo de madeira e arrendamento ilegal das terras indígenas.

Citados: Pompílio Fortes, Valdemar, Abílio e Getúlio Kaingang da família Cassemiro; Renato Mattei, Procurador da República; José Bueno, CIMI; Lídio Della Betta, Funai; Aparecido Fernandes, delegado Regional da Funai

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando: de nervosos, medrosos e fujões

O que dizem as fontes:

- Abílio Cassemiro – Que fugiram de Nonoai e estão foragidos em Porto Alegre. Que foram espancados durante o conflito na presença do chefe de posto Lídio Della Betta.

- Getúlio - Que as perseguições na aldeia pelo cacique Zé Lopes começaram depois que um grupo denunciou o arrendamento de terras da reserva e da venda de madeira.

- José Bueno, CIMI – Estamos dando apoio aos índios, para que a verdade seja esclarecida nesta questão

Aparecido Fernandes, delegado Regional da Funai – Os índios têm direito de protestar e o procurador de agir

Polícia Federal investiga morte de índios

Um grupo de índios da tribo Mura, no Estado do Amazonas, morreu em decorrência de uma epidemia de febre tifoide, segundo a Polícia Federal. O grupo, formado por cerca de 100 indivíduos, estava em uma comunidade localizada no município de São Paulo do Vale, no Estado.

A Polícia Federal investiga a morte dos índios, que ocorreu em decorrência de uma epidemia de febre tifoide. O grupo estava em uma comunidade localizada no município de São Paulo do Vale, no Estado do Amazonas.

A Polícia Federal investiga a morte dos índios, que ocorreu em decorrência de uma epidemia de febre tifoide. O grupo estava em uma comunidade localizada no município de São Paulo do Vale, no Estado do Amazonas.

A Polícia Federal investiga a morte dos índios, que ocorreu em decorrência de uma epidemia de febre tifoide. O grupo estava em uma comunidade localizada no município de São Paulo do Vale, no Estado do Amazonas.

A Polícia Federal investiga a morte dos índios, que ocorreu em decorrência de uma epidemia de febre tifoide. O grupo estava em uma comunidade localizada no município de São Paulo do Vale, no Estado do Amazonas.

"Quando um homem ou um animal morre, não se sabe o motivo."



"Quando se vive em lugares com muita poluição, as doenças aparecem rapidamente."



"Doença com a cabeça, sempre começa ali, não é?"



"Quando se vive em lugares com muita poluição, as doenças aparecem rapidamente."



"Quando se vive em lugares com muita poluição, as doenças aparecem rapidamente."



"Sempre que alguém morre, não se sabe o motivo."



Garanta o melhor atendimento em todas as especialidades com um Tormax.

Qualidade, segurança e confiabilidade são as características que tornam o Tormax o melhor equipamento para o seu negócio. Com o Tormax, você garante o melhor atendimento em todas as especialidades. O Tormax é um equipamento de alta qualidade, desenvolvido para atender às necessidades de todos os tipos de negócios. Com o Tormax, você garante o melhor atendimento em todas as especialidades.

TORMAX



O Tormax: a arte de costurar.

Atendimento em todas as especialidades. Tormax é a solução para todos os tipos de negócios. Com o Tormax, você garante o melhor atendimento em todas as especialidades.

Compartilhe
Sua opinião
com a gente!

Quer saber mais sobre o Tormax? Entre em contato conosco pelo telefone (11) 3000-1000 ou visite nosso site em www.tormax.com.br. Também podemos ser encontrados em nossa loja virtual em www.tormax.com.br/loja.



SEMPRE À VANTAGEM

SEMPRE À VANTAGEM

Atendimento em todas as especialidades. Tormax é a solução para todos os tipos de negócios. Com o Tormax, você garante o melhor atendimento em todas as especialidades.

SEMPRE À VANTAGEM

Atendimento em todas as especialidades. Tormax é a solução para todos os tipos de negócios. Com o Tormax, você garante o melhor atendimento em todas as especialidades.

Ficha 4**Tipo:** Violência**Título:** Caingangues procuram lugar para morar**Data:** 07/02/1991**Editoria:** Geral**Página:** 38**Localização na página:** pg par lado direito**Tamanho:** 1 col X 18,76 cm

Resumo: Família de Vairan Casseiro, expulsa da reserva de Nonoai por divergências com o Cacique Zé Lopes, vaga por Porto Alegre e estiveram na sede da Associação Nacional de Apoio ao Índio – Anaí. Depois de ficarem acampados na própria sede da Brigada em Nonoai, foram levados pela prefeitura para Xapecó, em Santa Catarina, e depois para o Paraná. Ele e mais seis famílias estão preocupados com as plantações que deixaram na área indígena. A origem do conflito remonta à década de 60 quando estas famílias e outras foram expulsas da reserva de Serrinha, próximo a Nonoai, e levados para Nonoai.

Citados: Vairan Casseiro, liderança que entrou em conflito com o cacique Zé Lopes; Zé Lopes, cacique de Nonoai; Pedro Vilmar Padilha, Delegado da Funai;

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- situação conflituosa causada historicamente desde que o estado resolveu destinar à colonização a reserva da Serrinha. Diz que os índios que estão em Porto Alegre estão preocupados com a colheita que não podem fazer.

O que dizem as fontes:

- Vairam Casseiro – Preocupado com a colheita

Delegado da Funai, Pedro Vilar Padilha dos Anjos: “Ninguém pode fazer nada para resolver esta situação, porque ela é resultado de brigas internas dos índios”, afirmou. “A única coisa que as autoridades poderiam fazer seria restituir aos índios as reservas que foram ilegalmente extintas. Isto resolveria o problema.

Vileiros deixam área invadida em Canoas

Ordem judicial de despejo, dada na semana passada, foi cumprida ontem. Muitos perderam o local onde morar e ficaram até sem as tábuas da casa

Na manhã de ontem não havia sol na Rua Esperança, no bairro Rio Branco de Canoas, quando correu a despejar-se a vila Jardim Vitória — nome dado a um aglomerado de 35 casas que há seis meses começara a ser instalada no local. Depois de resistir por quase uma semana, os cerca de 60 moradores resolveram aceitar a decisão da 1ª Vara Civil de Canoas que ordena uma ação de reintegração de posse para a Objeiva Empreendimentos Imobiliários, proprietária do terreno de sete hectares. Somente um pequeno grupo ainda permanecerá no local até o dia 27.

Essa situação gerou o despejo de cerca de 30 famílias. José Luiz Barros e Jacely Garcia, depostos, estão a procura de ocupação, pois o preço para permanência no terreno lá



Desocupação: vendedores foram obrigados a sair.

foi estimado no final da tarde de ontem. Os despejados incluem Juscelino, Cely IPCidelli, Lúcia Carlos Casagrande, IPTA, Fátima Albuquerque (PSR) e Antônio Marangoni (PT) que estavam habitando em casas de

ocupação após o processo participativo, iniciado há semana passada. O despejo é necessário a despejar o terreno e a construção de uma nova praça de lazer para que sempre fosse utilizada de forma a se des-

prender os despejados. Sob ordens de quase 20 policiais de Brizola Militar, as tábuas foram carregadas em três caminhões levados pelos oficiais de Justiça. Entre os caschês, que começaram a ser demolidas no dia anterior, estava o de Rosângela Vargas, 24 anos. Os carpinteiros haviam começado a construir a casa de Rosângela há um mês, e cobriam 25,5 40 m². "Para desmontar eles queriam mais detalhes, e como já teve difícil de pagar a reintegração de posse, acabou dando para os carpinteiros as tábuas em caschês, que eu tinha comprado com o dinheiro da minha demissão", explicou a ocupante.

ORGANIZAÇÃO — "Eu fiquei um mês sem fazer nada, pois comprei meus materiais e agora lá tem o meu filho na rua", se queixava Maria Sônia da Silva, 42 anos. Os despejados saíram com quase todos os coisas que estavam ali por falta de dinheiro para o aluguel. Para sair da vila Jardim Vitória, muitos procuraram parentes, amigos ou pediram ajuda para morar. Para três famílias um sistema organizado que sur-

Nesta época, a Objeiva havia obtido uma ação de reintegração de posse, mas Acme Lira de Freitas, que arrenda os sete hectares, conseguiu que o despejo fosse anulado pela Justiça, dando esperança de permanência aos moradores. Mas em janeiro deste ano a Objeiva desistiu judicialmente o contrato de arrendamento e pôde obter a posse para despejar os ocupantes. Uma pesquisa feita na comunidade no final de janeiro de ontem, cerca de 20 famílias que não têm para onde ir obtiveram da Justiça, por intermédio dos despejados, um prazo para pedir reintegração na decisão o próximo dia 27. Nessa data de 30 dias os despejados terão que procurar algum outro lugar para morar.

EDIFÍCIO COMERCIAL ALUGA-SE NO CENTRO
 COM 3 ANDARES (ÁREA 360m²) incl. Loja no 1º AND. Sáb. TEMPO, Sáb. Sáb. PRÓPRIO P/RENTAL DE OUT. HANDS
 TRATAR FONE: (0512) 21.0252
 DIRETO COM PROPRIETÁRIO

AUTO LOCADORA CANOENSE LTDA
ALUGUE UM CARRO **PROMOÇÃO**
 CARGAS: 33-2980
 Pbx: 34-4587
 R. BANQUEIRO: 95-6843

TAMPOS DE MESA
 Espessuras de 4 a 20 mm
 Lapidado a pedido
 VIDROBOX
 Lapidado a pedido
 Expansão e encaixe
 Fone: 42-2266

ADOLESCÊNCIA. TODO MUNDO PASSA POR ISSO. MUITA GENTE NÃO ENTENDEU.
 A PROGRAMAÇÃO É PARA CRIANÇAS DE 10 A 13 ANOS



Belém Nova: moradores terão de sair.

Caingangues procuram lugar para morar

Há 45 dias o campangue Vairam Casamento anda de um lado para o outro com seu filho à procura de um lugar para ficar. Eles moram na reserva indígena de Nonoai e só não se vão depois que Casamento entrou em conflito com o cacique Ze Lopes. Ainda por Porto Alegre e depois ter voltado à reserva. Não conseguiu, porque as lideranças não geram não permitiram. Naquela ocasião, ficou 45 horas acampado em seis famílias no sítio do quartel de Brizola Militar, em Nonoai. Já, foi levado em um caminhão da Prefeitura Municipal, até a cidade carioca de Xanxerê e, de lá, para a reserva indígena do Piratã.

Ondem, Vairam estava em Porto Alegre, na sede da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e as seis famílias estavam protestando porque deixaram suas planilhas prontas na reserva. "Como vamos colher agora?", perguntava com ar de preocupado. O desentendimento entre Vairam e as lideranças da reserva é antigo. As terras indígenas vêm da reserva de Sombria, que foi criada. Vairam é natural de Nonoai. Na época da extinção de Sombria, em década de 50, as autoridades simplesmente colocaram os índios em Nonoai, desconhecendo os desentendimentos existentes entre estas pessoas. O resultado foi vários conflitos entre eles em Nonoai e outras reservas que necessitam indígenas de outras reservas existentes.

Ninguém sabe quem está para resolver esta situação, porque ele é resultado de brigas, brigas de índios, através de um delegado da Fundação Nacional do Índio (Funai). Pedro Vilas Pádua dos Anjos. A única coisa que as autoridades poderiam fazer seria voltar aos dois acampamentos que foram abandonados há quinze dias, mas não se pode fazer.

Prefeitura manda desocupar a praia

Na manhã de ontem, as pessoas que residem em propriedades irregulares na praia de Belém Nova receberam notificação para desocupar a área até o próximo dia 14, já que aquele trecho de praia, considerado área pública e inalienável, oferece alto risco à vida e à saúde dos moradores. A notificação foi feita através de uma ação conjunta das secretarias municipais de Obras e Viação e Meio Ambiente, juntamente com os departamentos municipais de Habitação e Limpeza Urbana. Conforme o assessor jurídico da SMOU, Paulo Scott, a iniciativa faz parte de uma política municipal, que passou a iden-

tar a conservação de áreas consideradas ecológicas, preservando-as da ocupação. Além disso, ele diz que as construções irregulares são edificadas em alvenaria e algumas com base diretamente nas rochas, o que compromete as condições físicas do local. Paulo Scott destacou ainda o aspecto da descaracterização da paisagem antes usada para lazer e recreação da população de Porto Alegre. Scott afirma que "depois de pronto dado os moradores serão expulsos e será iniciada a demolição em virtude de as construções irregulares estarem em área pública".

Ficha 5**Tipo:** Terra**Título:** Índios brigam pela terra na justiça**Data:** 10-05-91**Tamanho:** 2 col X 25,29 cm**Localização na página:** pg. 42, superior esquerdo

Obs.: Abertura da série PARQUE FLORESTAL DE NONOAI I

Editoria: Ecologia

Resumo: Área de 25 mil hectares foi tomada pelo Estado há 46 anos e vem sendo usada pelos não indígenas. Se vencerem, terão direito à posse de um verdadeiro santuário ecológico. O procurador da Funai, cumprindo a constituição, entra na justiça pedindo a retomada das terras que foram tiradas com kaingang em 1945 e em 1960. A matéria explica toda a história e que o caminho entre a ação e a retomada definitiva é longo, e que esta será a primeira de uma série de ações de retomadas de terras indígenas.

Autor: Carlos Wagner

Citados: os índios de Nonoai, o procurador da Funai Derli Cardoso Fiuza, Walter Jobim, governador em 1945, Leonel Brizola, governador em 1960 e o Procurador da República Renato Mattei, juiz Federal de Passo Fundo, Nilson Abreu Paim e o Procurador geral do Estado substituto Carlos do Amaral Torres.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Briguentos que vão ocupar um verdadeiro santuário ecológico. Diz que o processo vai demorar muito, mas que é possível que a Conferência das nações indígenas para o Meio Ambiente, Eco 92, no Rio, poderá acelerar o processo. Que o Presidente Collor esteve no estado demarcando terras indígenas, o que gerou o movimento de lideranças de Planalto e Nonoai, para Brasília e Porto Alegre na tentativa de uma decisão política.

O que dizem as fontes: Procurador da Funai – explica as 300 páginas do processo que mostram como os Kaingang no Rio Grande do Sul foram perdendo suas terras, ainda no Século XX. A reserva de Nonoai foi demarcada em 1911, na época 39.980 hectares, quando todas as reservas indígenas juntas chegavam a 120 mil hectares, mas no momento, são menos de 50 mil. No restante o governo do estado fez colonização, construiu estações experimentais e o Parque de Nonoai.

- Procurador da república – Durante a constituinte gaúcha os parlamentares tentaram regularizar as terras para os colonos, mas ele conseguiu derrubar a proposta.

- Juiz Federal de Passo Fundo a chance de ganhar a causa está ara o lado dos índios,

- mas o procurador geral do Estado, adjunto, diz que “a coisa não vai ser tão fácil assim”. Disse que a situação é muito complicada porque envolve interesses sociais, econômicos e históricos.

Ficha 6**Tipo:**

Título: Salles mata o inimigo. Depois, come o coração

Data: 10-05-1991

Tamanho: 8x3

Localização na página: pg. 42 no centro à direita com mapa do Rio grande do Sul

Editoria: Ecologia

Resumo: Há cinco anos cometeu canibalismo ao matar um Kaingang de Nonoai, cortar-lhe os braços, as pernas e comer o coração. O caso foi mantido em sigilo por todo este tempo, segundo o delegado da Funai, este foi o único caso nos tempos modernos. Foi solto, porque antropólogos convenceram a justiça de que se tratava de um ritual indígena, em que se come o inimigo para adquirir sua força. Depois de solto, estuprou a filha e mais outra menina e fugiu da reserva. Crenças indígenas falam que ele está sob efeito de magia e que só uma velha índia que já morreu poderia ajudá-lo. O caso é apontado como um exemplo de degradação cultural, um dos motivos alegados pelos brancos para que eles não tomem posse do Parque Florestal. Hoje ele vive num acampamento indígena em Passo Fundo e é considerado um renegado, diz que não volta para a reserva e que a Funai não cuida dos índios.

Citados: Faustino Salles, o canibal, Lourinaldo Veloso, Delegado da Funai de Passo

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Canibalismo, degradação cultura, “é hoje uma espécie de síntese do que causou à cultura indígena o contato com o branco”. Fala misturando conceitos indígenas com leis dos brancos. E talvez seja o último elo de ligação entre o que restou dos antigos costumes indígenas com o dia-a-dia deles hoje, povoados de valores dos brancos.

O que dizem as fontes:

Lourinaldo Veloso, Delegado da Funai de Passo Fundo – Este é o primeiro caso de canibalismo na história moderna.

Rodrigo Venson, Anaí - Faustino é considerado um renegado na sua tribo.

Ficha 7**Tipo:** Terra**Título:** A imensidão do parque esconde exemplares raros da fauna**Data:** 16-05-1991**Editoria:** Ecologia**Página:** 42**Localização na página:** Horizontal no pé da página**Tamanho:** 5 col X 6,95 cm

Resumo: Madeireiros e caçadores exploram clandestinamente o parque de Nonoai. Nela vivem os últimos exemplares do porco do mato apreciados pelos colonos no entorno dos 105 quilômetros de diâmetro da área. O administrador da Funai diz que os índios destruíram todo o mato da reserva. Já o Cacique Zé Lopes diz que foram os brancos nos tempos dos arrendamentos que o fizeram. Agora querem a área original do parque para conseguir sobreviver. Na década de 60, tempo do antigo SPI, Serviço de Proteção ao Índio, era comum os funcionários da Funai arrendarem as áreas agricultáveis para os 1500 colonos do entorno. Depois da expulsão deles das terras, pelo antigo cacique Nelson Xangrê, o estrago nas terras já estava feito.

Autor: Carlos Wagner**Citados:** Rossatto – administrador do Parque; Daniel Oliveira, um dos 11 guardas florestais; Zé Lopes, cacique**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- A exuberância do parque contrasta com a miséria nos 14.910 hectares da reserva indígena.
- Além da destruição das florestas da reserva, restou uma enorme desagregação cultural entre os Kaingang.
- Não conseguem sobreviver sem o dinheiro dos brancos que arrendam suas terras e voltam-se para a venda de madeira e lenha para garantir o seu pão de cada dia.
- Dentro deste contexto, entregar a reserva para os índios administrar é favorecer os madeireiros.

O que dizem as fontes:

- prefeito Barros: “Eles, os colonos, chegaram a ser os maiores produtores de milho e soja do município”
- administrador do Parque, Rossatto - Quando foram expulsos, o estrago já estava feito

PARQUE FLORESTAL DE NONOAI I

Índios brigam pela terra na Justiça



Área de 25 mil hectares foi tomada pelo Estado há 46 anos e vem sendo usada pelos brancos. Se vencerem, terão direito à posse de um verdadeiro santuário ecológico

CARLOS WAGNER
Espetáculo 2/7

Os índios de Nonoai querem a sua terra de volta. O procurador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Delfi Cardoso Ferra, entrou na Justiça Federal de Passo Fundo requesting a posse de 25 mil hectares de terras dos índios aruaqueanos que a Fundação possuiu em 1945. Nessa gleba hoje existe o Parque Florestal Estadual de Nonoai, tão como um dos santuários ecológicos gaúchos, várias propriedades rurais em Nonoai e Planalto e partes da zona urbana de São José do Sul. Essa é a primeira de uma série de ações judiciais que deverão acontecer nos próximos meses, mas os índios estão reivindicando a posse de cerca de 30 mil hectares de suas terras tomadas pelos brancos nos últimos anos.

O procurador Ferra entrou na Justiça por meio da Comissão Udoen, um documento que, em termos jurídicos, segundo documentos. O processo tem 200 páginas e conta toda a história da perda das terras indígenas. Em 1945 os terras dos índios foram administradas pelo Estado. "Hoje não dava direito ao Estado de 1988, não a terra", afirma. A mesma indígena de Nonoai foi alienada em 1811. Na época tinha 30.250 hectares. Em 1945 o então governador do Estado, Walter Leão, do partido PSD, tomou posse de 10 mil hectares desta área e criou o Parque Florestal (atual) de Nonoai. Em 1962 o governador do Estado Leôncio de Souza, da velha PTB, transferiu a posse de colônias que ocupavam 10 mil hectares para o Estado. E a mesma área de 14.900 hectares.

Nas últimas semanas as ações judiciais que estão em andamento já foram movidas em nome de 12 mil hectares. Essas glebas foram reduzi-

das a pouco mais de 30 mil hectares, no entanto o Governo do Estado fez colonizações, criou aterros e criou estações experimentais agrícolas e o Parque de Nonoai. Durante a realização da Constituição Brasileira houve uma tentativa dos deputados de regularizar a posse do Estado destas terras. O procurador da Funai, Delfi Cardoso Ferra, conseguiu do maior a maioria dos parlamentares.

JUSTIÇA — A área de Nonoai é o primeiro. O caso anterior serviu de modelo para as próximas ações judiciais. O juiz federal de Passo Fundo, Nelson Álvaro Pinho, iniciou a causa de Funai. As chances de ganhar a causa são boas para o lado dos índios. "A causa não vai ser tão fácil assim", alerta o procurador geral jurídico do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos de Almeida Torres.

Em dezembro a situação atualmente "colapsada" pelas diversas questões sociais, econômicas, culturais e históricas. "Ninguém quer prejudicar o direito dos indígenas. Mas, numa situação destas, precisa, não ter calma para saber os caminhos que se abrem", filiou o procurador.

Um aspecto desta transição foi a decisão do Judiciário norte-americano de um longo caminho. Não caso pode não ser, porque no primeiro caso aconteceu a Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente. Logo em seguida ocorreu a transferência das terras indígenas. Em um dos casos, 750 hectares, o presidente da República, Fernando Collor de Melo (PRN), criou no Estado a Fundação de Defesa do Meio Ambiente. E por causa disso, os municípios de Nonoai e Planalto estão aguardando a Funai e Porto Alegre tentando resolver o problema de maneira pacífica.



Reserva: 25 mil hectares de um santuário ecológico



Salles mata o inimigo. Depois, come o coração

Há pouco mais de um ano, aconteceu um caso de conflito entre os índios gaúchos e os brancos. Este conflito tem muita força entre os brancos gaúchos.

JUSTIÇA — A transferência do parque continua com a maioria dos municípios. Não todos entraram no processo. A reserva tem 14.912 hectares que já foram robadas de mais. Nos anos 50 era comum os funcionários do Estado Serviço de Proteção ao Índio (SPI) atenderem os indígenas para a concessão de lotes e parcelas de terra desmatadas. Posteriormente, a Funai se apropriou pela Funai, mas

de ficar preso durante cinco anos. E o seu caso é apontado como exemplo de desrespeito cultural, um dos motivos alegados pelos índios para que eles não tenham posse do Parque Florestal. A desaprovação foi iniciada pela dominação do senhor Segundo o delegado da Funai de Passo Fundo, Fernando Veloso, que é o primeiro caso de transferência de terras indígenas para os brancos que se tem notícia. Custódio Salles foi muito recente nisso, porque os antropólogos da Funai conseguiram provar na Justiça que se tratava de um ritual indígena. Ele acreditava que o inimigo ficaria com suas terras. Depois de ser solto, ele casou-se com uma filha e outra garotinha.

ESTRAGO — Depois desta de fato da reserva, Segundo Rodrigo Veloso, coordenador da Ação, Paulo é considerado um renegado em seu trabalho. As crianças indígenas vivem que só a magia de uma mãe velha, que vive em Nonoai, pode a curar. Isso, índia morreu

atropelada no mês passado. O caso do Funai é tratado de maneira muito discreta pelos técnicos da Funai e o pessoal da Assi.

Paulo Salles vive agora com um grupo de 40 índios ocupados em uma Estação Reservada de Passo Fundo. Lá é todo pelo seis companheiros como uma pessoa normal, principalmente quando bebe. Falando de maneira simples, ele que já não volta para a reserva, porque lá só há miséria. Ele diz que todos que falam com ele sempre sai sempre em um caminho e recebe muito de fato de apoio de Funai nos índios. Há pouco tempo, foi para os índios de Passo Fundo e agora os funcionários da Funai negligenciam os interesses dos indígenas. Ele que não tem mais que 40 anos e hoje uma espécie de síndico do estajo que casou e criou indígena e casou com o branco. Fala muito sobre os costumes indígenas com os brancos. E talvez seja o último elo de ligação entre o que existia dos antigos costumes indígenas com o mundo dos brancos, pessoas de valores dos brancos.

A imensidão do parque esconde exemplares raros da fauna

Os matadouro caçadores não são os únicos que rondam o Parque de Nonoai. Há os caçadores de animais, "gente muito perigosa", garante o administrador Rodrigo. A fauna é imensidão. Há os caçadores de 70 mil exemplares de porco-do-mato, uma espécie muito rara e considerada uma das mais ameaçadas pelo mundo que vivem no interior das áreas do parque. O porco-do-mato tem cerca de 10 cm de comprimento e pesa cerca de 100 g. Ainda é possível encontrar o animal na mata. "Ele funciona como um guarda-floresta. Todos os dias que pela manhã ele vai trabalhar", afirma Daniel Oliveira, um dos 12 guardas que existem para proteger esta imensa área. Além de serem poucos, eles enfrentam problemas de falta de

equipamento. "Toda a área hoje se religia no parque", diz apontando o dedo e afirmando que o parque é muito grande. "Os índios destruíram tudo a reserva. Não a reserva para fazer os caçadores, precisam buscar no parque", reclama o administrador Rodrigo. "Não foram os índios que destruíram os matos da área. O homem branco", afirma Rodrigo. O Parque do Nascimento, o Rio Lajeado, onde é habitado dos 2 mil índios que vivem na reserva. Ele tem o direito de ir e vir de todos os índios que os administradores da Funai estão controlando. "Precisamos estar para conseguir sobreviver", afirma. Ele não tem medo do Coacabe dos índios

que no Rio Grande do Sul, uma entidade criada com o objetivo de trazer as terras indígenas remanescentes pelo Governo do Estado. Esta entidade tem muita força entre os brancos gaúchos.

JUSTIÇA — A transferência do parque continua com a maioria dos municípios. Não todos entraram no processo. A reserva tem 14.912 hectares que já foram robadas de mais. Nos anos 50 era comum os funcionários do Estado Serviço de Proteção ao Índio (SPI) atenderem os indígenas para a concessão de lotes e parcelas de terra desmatadas. Posteriormente, a Funai se apropriou pela Funai, mas

os a transferência continuou. Em 1973 havia 1.500 famílias de brancos na reserva de Nonoai. "Eles eram os maiores produtores de milho e soja do Município", afirmam-se o prefeito Ricardo. Foi nesta época que a área começou a ser vendida. Não há registro de vendas, os brancos a área e parcelas da reserva. Mas o estrago nas florestas já estava feito.

A área da destruição das florestas da reserva, mesmo que não tenha sido preparada culturalmente, é um desafio que não conseguimos sobreviver sem o direito dos brancos que se apropriaram das terras. E voltaram para a reserva de Nonoai e hoje para garantir a vida de cada um. "Havia uma área de 10 mil hectares para

atropelados os índios e a vida de todos", afirma Rodrigo. O caso do Funai é tratado de maneira muito discreta pelos técnicos da Funai e o pessoal da Assi.

Paulo Salles vive agora com um grupo de 40 índios ocupados em uma Estação Reservada de Passo Fundo. Lá é todo pelo seis companheiros como uma pessoa normal, principalmente quando bebe. Falando de maneira simples, ele que já não volta para a reserva, porque lá só há miséria. Ele diz que todos que falam com ele sempre sai sempre em um caminho e recebe muito de fato de apoio de Funai nos índios. Há pouco tempo, foi para os índios de Passo Fundo e agora os funcionários da Funai negligenciam os interesses dos indígenas. Ele que não tem mais que 40 anos e hoje uma espécie de síndico do estajo que casou e criou indígena e casou com o branco. Fala muito sobre os costumes indígenas com os brancos. E talvez seja o último elo de ligação entre o que existia dos antigos costumes indígenas com o mundo dos brancos, pessoas de valores dos brancos.

Ficha 8**Tipo:** Terra**Título:** O velho Joaquim sonha outra vez**Data:** 16-05-1991**Editoria:** Ecologia**Página:** 43**Localização na página:** superior esquerdo**Tamanho:** 5 col X 20 cm

Resumo: O índio de 91 anos relembra os tempos em que a reserva de Nonoai era repleta de mata com bons recursos naturais. Diz que foi o branco que trouxe a miséria para os índios, e denuncia que em sua vida já viu três índios serem baleados por guardas do Parque. O texto conta a origem da disputa entre dois clãs, desde 1960, quando o governo do estado doou terra da reserva da Serrinha e transferiu os Kaingang para Nonoai. O cacique Zé Lopes teria vindo da Serrinha, por isso sua liderança estava sendo questionada pelo grupo local, que não a aceita. Ambientalistas demonstram preocupação com o futuro do parque nas mãos dos índios, pois afirmam que os brancos sabem tirar proveito do conflito entre os caingangues, e acabam lucrando com as atividades ilegais com madeira e garimpo.

Autor: Carlos Wagner

Citados: Joaquim Mariano, 91 anos e sua esposa, Paulina; Doralina Crespa, 77 anos; João da Silva, 18 anos; Zé Lopes, cacique; Vairam Casseiro; Paulo Fernando de Oliveira Cornélius, coordenador do grupo Preservacionista Sentinela dos Pampas de Passo Fundo; Carlos Aveline, ecologista presidente da União de Proteção ao Ambiente Natural de São Leopoldo

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

Diz que seu Joaquim é um velho sonhador. Que sua esposa é discreta e que a índia Doralina é exceção, pois morou numa vila popular em Passo Fundo por uns tempos.

Explica as origens do conflito, atribuído à retirada dos caingangues pelo Estado de várias reservas concentrando a população em Nonoai.

Diz que os brancos têm sabido tirar proveito dos conflitos internos. Destaca a participação dos jovens, para quem “a idéia do parque vem tomando força.”

O que dizem as fontes:

Seu Joaquim: “Se o índio morre de fome, o mato também tem que morrer. Um não vive sem o outro. Isto tudo aqui era mato, tinha peixe nos rios e os índios viviam em paz. Os brancos trouxeram a fome e a doença. O que os brancos fazem é pura judiaria. Eu presenciei a morte de três índios baleados por estar caçando dentro do parque.”

Dona Paulina: O parque é nosso.

Administrador do parque: Nega as mortes

Doralina Crespo, moradora da reserva – Diz que sua casa está caindo aos pedaços e que a comida é curta. O parque para ela significa um telhado novo no seu casebre e mais comida na mesa.

João da Silva, jovem da reserva – “Os velho perderam a terra, nós temos que recuperá-la. Fala da convivência entre tribos inimigas.”

- Paulo Fernando de Oliveira Cornélius, Sentinelas do Pampa – “O parque tem que ser preservado a qualquer custo.” Defende o direito dos índios a terra, mas entregar o parque neste contexto seria presentear os madeireiros e garimpeiros clandestinos.

- Carlos Aveline, Upan – A atual política indigenista brasileira conduz ao extermínio. Mesmo um benefício, como a retomada das áreas, acaba favorecendo gente que não tem nada a ver com os índios. Esta é a dura realidade e por isso o temor a respeito do destino do Parque de Nonoai.

Ficha 9**Tipo:** Terra**Título:** Precedentes animam os Caingangues**Data:** 16-05-1991**Editoria:** Ecologia**Página:** 43**Localização na página:** à direita**Tamanho:** 1 col X 19,7 cm

Resumo: Os caingangues têm boas chances de ganhar a causa na justiça. Conta o exemplo da retomada do território chamado de Chimbangue pelos caingangues em Chapecó, em 1984, onde guerrearam com os brancos, instalados ali pelo estado de Santa Catarina através de um projeto de colonização, nos anos 50. A disputa teve repercussão internacional. Foi quatro anos de guerra, que começou após um sermão do bispo de Chapecó, dom José Gomes, o bispo colono, contra a usurpação das terras indígenas. O cacique Clemente Forte liderou o confronto. A justiça reconheceu o direito indígena e eles retomaram as terras, e os colonos foram indenizados e tiveram que deixar a área.

Autor: Carlos Wagner**Citados:** Dom José Gomes bispo de Chapecó, o bispo colono; Clemente Forte, cacique de Chimbangue; Espiridião Amim, governador de Santa Catarina na época;**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Kaingang tem chances de retomar a terra, por conta do precedente de Chimbangue.
- Índios guerreiros, por quatro anos guerrearam com os brancos.
- Resistentes, pois mesmo tendo sido expulsos nunca saíram totalmente.
- Trabalhadores - diaristas que trabalharam para os colonos que estavam em suas próprias terras, vivendo na beira dos matos.
- sobreviventes de doenças e de uma grande mortalidade infantil e muita desnutrição
- Tudo isto resultou no caráter sangrento do conflito.
- São histórias como esta que animam os índios de Nonoai que estão lutando para rever suas terras.

O que dizem as fontes:

Não há referência direta às fontes

Ficha 10**Tipo:** Terra**Título:** Brancos temem pelo futuro da área**Data:** 16-05-1991**Editoria:** Ecologia**Página:** 43**Localização na página:** embaixo à direita**Tamanho:** 3 col X 12,51 cm

Resumo: Os brancos não querem que os índios fiquem com o Parque porque irão destruir tudo. Dizem que irão destruir o patrimônio ecológico gaúcho trocando por garrafas de cerveja. No entendimento dos estudiosos, índios e florestas sempre andaram juntos. Por isso o caso deve ser um dos mais ruidosos na história da justiça gaúcha. Agapan concorda que o direito dos índios à área é líquido e certo. Nos 19.998 hectares há talvez uma das maiores jazidas de pedras preciosas, além das 150 mil árvores de madeira nobre. As árvores do Parque são as últimas da região.

Autor: Carlos Wagner**Citados:** Adônis Luiz de Barros, prefeito de Nonoai; Joaquim Mariano, tronco velho;**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Agapan – Principal entidade preservacionista do estado.
- Os brancos não querem que os índios tomem posse do Parque Florestal Estadual de Nonoai porque eles irão destruir tudo. A maior alegação para impedir que os indígenas tomem a área é que eles irão destruir um patrimônio ecológico dos gaúchos, trocando por garrafas de cachaça. Através dos tempos as florestas gaúchas sustentaram as civilizações indígenas que dominavam o território até o branco chegou nos anos 1600. Matas e índios foram dizimados pelos colonizadores.
- No entendimento dos estudiosos índios e florestas sempre andaram juntos. É por isso que esse processo promete ser um dos mais ruidosos da história jurídica gaúcha.

O que dizem as fontes:

- Adonis Luiz de Barros, prefeito de Nonoai : “O parque é considerado um santuário ecológico. Alguns funcionários corruptos da Funai o destruíram.”
- Joaquim Mariano, tronco velho; “Os nossos troncos velhos eram donos dos matos. Eles nos pertencem”.
- Celso Marques, presidente da Agapan – “Entendemos que os índios têm direito. E que ele foi aculturado a ponto de destruir todo este patrimônio que precisa ser preservado, a questão é delicada e complicada.”

- Rodrigo Venzon, presidente da ANAI – “O direito indígena é líquido e certo. Os brancos estão inventando desculpas para continuar usurpando o patrimônio caingangue.”
- Ariel Francisco dos Santos Rossato, diretor do Parque – “Nesta polêmica está em jogo um patrimônio fabuloso. Talvez tenhamos aqui espécies já extintas em outras partes do estado, como o cabuim.”
- Hélio Molinari, comerciante da região – “Isto mostra que não dá cochilar”, afirma referindo-se a venda de madeira clandestina que ocorreu tempos atrás.
- Luiz Scarovonato, secretário-geral de Administração da Prefeitura de Planalto - As lavras do parque são mais valiosas que as de São Gabriel, na vizinha cidade de Planalto.

O velho Joaquim sonha outra vez

Precedentes animam os caingangues

Talvez os brasileiros tenham razão em afirmar que os índios destruído tudo no parque em menos de dois anos, não a Justiça decidiu que eles são proprietários. "Se o índio não se debruça, o auto também não que saia". Um auto pode virar uma "outra" coisa. O indígena Joaquim Martins, de 81 anos, lembrou a Justiça que chegou em Nonoai, vindo dos índios dos caingangues com seus pais. "Acabei aqui em maio. Uma noite nos rios e os índios viviam em paz". Ele acredita que os brasileiros esqueceram as doenças e a miséria para os índios. Então os índios não voltam a área e retornar o parque é melhor do que se fosse uma espécie de "velho aos bons tempos".

Ele sempre os índios vêm sendo bem tratados. "O que os brasileiros fazem para nós é uma justiça. Do governo a morte de três índios caingangues por estarem vivendo dentro do parque", conta o indígena Miriam. O reconhecimento do parque para estas terras. A esposa de Joaquim, Paulina, é uma pessoa discreta. Seu nome surgiu, primeiro a respeito: "É o caso". As indígenas são divididas em estirpes. Geralmente só sabem falar em seu idioma de origem. A mãe de Joaquim Crespe, 77 anos, é uma exceção. Ela viveu uns tempos numa vila popular de Passo Fundo. Depois a sua casa não cabia nos



Joaquim: "Se o índio morre de fome, o outro também tem que morrer"

do Estado extinguir diversas reservas indígenas. O cacique de Nonoai, Ze Lopes, por exemplo, pertence à Reserva Indígena de Sermita, que fica no município de São José do Rio Preto. Da fazenda, ele viu uma parte dos problemas internos enfrentados por Ze Lopes na vila onde se deslocou com o ex-cacique Valmir Casemiro da Silva. Os seguidores de Valmir não aceitam a liderança de Ze Lopes, porque ele é do Sermita. Os demais não aceitam a liderança de Ze Lopes, porque ele é do Sermita. Os demais não aceitam a liderança de Ze Lopes, porque ele é do Sermita. Os demais não aceitam a liderança de Ze Lopes, porque ele é do Sermita.

de defender o direito dos índios à terra, mas que entregue a terra a eles, no atual contexto, e apresentar os instrumentos e parâmetros clandestinos. O mesmo ponto de vista é defendido pelo advogado Carlos Avelino, da União de Proteção ao Ambiente Natural (UPAN) de São Leopoldo. A atual política indígena brasileira coloca os índios no exterior. Mesmo em benefício, causa a retirada das áreas, após a concessão de terra que não tem nada a ver com os índios. Isso é a vida real. E por isso o tempo e tempo do destino do Parque de Nonoai.

Em um grupo indígena a área dentro do parque de volta vem ganhando força. "Os velhos perderam a terra, mas temos que recuperá-la", diz Carlos. Os indígenas temem muito um novo tipo de reserva, em especial Nonoai a transmissão entre grupos indígenas.

INÍCIOS — A convivência entre índios caingangues na mesma área foi há mais de 100 anos. Quando Guiziano



Tenente: Gabriel, menino de 10 anos, filho de Joaquim Martins de Nonoai

Brancos temem pelo futuro da área

Os brancos não querem que os índios tenham posse do Parque Florestal Estadual de Nonoai porque eles não conseguem. O reconhecimento do Parque Nacional do Índio Tupiza não representa na Justiça Federal e posse desta área, que o Estado se apropriou em 1945. A maior a questão para a Justiça que os índios temem a área e que eles não tenham um patrimônio ecológico dos brancos, ficando por conta da Justiça. Apesar das ações da Justiça pública, os índios não aceitam a liderança de Valmir Casemiro da Silva. Os seguidores de Valmir não aceitam a liderança de Ze Lopes, porque ele é do Sermita. Os demais não aceitam a liderança de Ze Lopes, porque ele é do Sermita.

O que resta dos índios está nos parques e florestas nas reservas. No entendimento dos brancos, índios e florestas sempre andaram juntos. É por isso que este processo promove-se em um dos mais ricos da história jurídica gaúcha. Talvez em dos parques onde o direito dos índios não vai se questionando. "O Parque é considerado um patrimônio ecológico. Alguns funcionários e proprietários de terras desistem", lembra o prefeito de Nonoai, Adolfo Luiz de Barros (PDT). "Os recursos financeiros vêm de um fundo de terras. Eles não pagam", lembra o

indio Joaquim Martins, de 91 anos, casado com Paulina, de 81 anos. "Entendemos que os índios têm direito. E que eles foi aculturado a ponto de destruir toda este patrimônio que precisa ser preservado. A questão é delicada e complexa", comenta o advogado Celso Marques, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Aproma), a principal entidade preservacionista do Estado. "Os direitos indígenas são básicos e certos. Os brancos estão procurando desculpas para continuar usurpando o patrimônio caingangue", posiciona-se Rodrigo Venozzi, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI).

PATRIMÔNIO — Nesta política, os brancos, está em jogo um patrimônio histórico, observou o diretor-geral do parque, Arlei Francisco dos Santos Rosado. Ele não está preocupado. A reserva que tem 13.936 hectares de área, 10 mil hectares talvez seja das áreas de terras privadas do Brasil. A preços quilômetros dali existe a comunidade de gaúchos de São Gabriel, um distrito da cidade de Panatier. Comandado o mesmo governo do Brasil em terras privadas. As áreas do parque

são bem melhores que as de São Gabriel, informou o secretário-geral da administração do parque de Panatier, Luiz Scarpinato.

As terras privadas são a parte menor do patrimônio do parque. Uma reserva de terras inabitadas são as 150 mil hectares de madeira sobre que existem. "Talvez tenhamos aqui espécies já extintas em outras partes do Estado, como o castor-branco", disse Rosado. Há cerca de 30 mil hectares, porém muito coberto pelos madeiros. Em 1994 um censo de árvores 986 árvores, segundo registro no livro Sementes, de Valmir Casemiro da Silva. A administração do parque tem de descobrir para a criação de reservas em áreas para preservar o que resta destas árvores. Na verdade, eles acabaram abando estas, como ficou registrado nos documentos do parque de Nonoai. "Não importa o tipo da terra, o que importa é o tipo da terra", comenta o chefe do Parque, Heitor Meireles. Segundo registro as áreas do parque são as áreas privadas que restaram, em uma zona e não foram as que existia ali até o começo deste século, quando a região foi colonizada por caingangues que tinham as áreas cobertas pelas florestas. Quando os índios de São Gabriel vieram de São

de bem melhores que as de São Gabriel, informou o secretário-geral da administração do parque de Panatier, Luiz Scarpinato.

As terras privadas são a parte menor do patrimônio do parque. Uma reserva de terras inabitadas são as 150 mil hectares de madeira sobre que existem. "Talvez tenhamos aqui espécies já extintas em outras partes do Estado, como o castor-branco", disse Rosado. Há cerca de 30 mil hectares, porém muito coberto pelos madeiros. Em 1994 um censo de árvores 986 árvores, segundo registro no livro Sementes, de Valmir Casemiro da Silva. A administração do parque tem de descobrir para a criação de reservas em áreas para preservar o que resta destas árvores. Na verdade, eles acabaram abando estas, como ficou registrado nos documentos do parque de Nonoai. "Não importa o tipo da terra, o que importa é o tipo da terra", comenta o chefe do Parque, Heitor Meireles. Segundo registro as áreas do parque são as áreas privadas que restaram, em uma zona e não foram as que existia ali até o começo deste século, quando a região foi colonizada por caingangues que tinham as áreas cobertas pelas florestas. Quando os índios de São Gabriel vieram de São

Amamba-fimil: Caingangues querem recuperar suas terras

Ficha 11**Tipo:** Índios urbanos**Título:** Índios expulsos de Nonoai vivem a miséria da cidade**Data:** 12.11.91**Editoria:** Geral**Página:** 34**Localização na página:** Abertura de página à esquerda**Tamanho:** 4col X 9,73

Resumo: Desde o ano passado o grupo de caingangues expulsos pelo cacique Zé Lopes, da reserva de Nonoai perambula sem um local para ficar. Atualmente 80 deles estão no bairro Agronomia em Porto Alegre e outros 50 na sede da paróquia Santa Tereza em Viamão. Neste local vivem a seis meses em condições subumanas.

Autor: N/C**Citados:**

- Pompilho, membro do grupo; José Lopes, cacique de Nonoai; uma das índias (foi assim identificada pelo repórter)

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Subumana.

- As crianças brincam alheias à sujeira. Nuas, elas rolam pelo chão sujo, brincando e fazendo xixi ali mesmo. Elas nunca ouviram falar ou viram um banheiro. Mas a imundice e os insetos não parecem incomodá-las, enquanto os pais, preocupados, não acreditam na justiça social. E só querem um lugar melhor para viver e plantar.

O que dizem as fontes:

- Pompilho, membro do grupo - conta que foram expulsos pelo cacique, que a reserva está sendo devastada e que alguma providência devia ser tomada e que foram expulsos porque denunciaram a venda ilegal de madeira da área indígena.

- Uma das índias: “Não vai sobrar nada pra nos índios porque eles estão destruindo tudo lá.”

Ficha 12**Tipo:** Terra**Título:** Índios querem área de Parque Florestal**Data:** 17-02-1992**Editoria:** Estado**Página:** 35**Localização na página:** À direita embaixo**Tamanho:** 4 col X

Resumo: A Divisão de Parques e Controle de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Agricultura pediu providências à Procuradoria do Estado sobre a ocupação do parque. Quer a retomada do Parque. Segundo o chefe do parque, chegaram sob o pretexto de limpar o cemitério antigo que pertence aos caingangues, desde antes de sua expulsão do Parque. Em seguida foram chegando mais, montaram barracas e já são 300. Guarnições da Brigada Militar da região estão de prontidão. O diretor acredita que é uma forma de pressão dos índios para que governo devolva a área para os caingangues. Uma comissão está avaliando a questão, mas nada será feito enquanto não houver uma decisão da justiça. O parque, considerado Patrimônio Histórico e Cultural, foi fundado em 1949, quando os índios foram retirados do local.

Autor: N/C

Citados: João Paulo Steigleder, Chefe da Divisão de Parques; Ariel Rossato, diretor do Parque;

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

Índios invasores do parque sob o protesto de visitarem o cemitério.

O que dizem as fontes:

- Diretor do Parque, Ariel Rossato. Teme a invasão a reação dos índios em sua presença, por isso ainda não esteve no local. Diz que o cemitério existe há 20 anos e que “só agora sentiram saudades dos antepassados”.

Diz que a invasão deve ser uma forma de pressão dos caingangues para que o parque passe a integrar a reserva. Também diz que a invasão do parque por índios é comum, para retirada de madeira e mel, “mas nunca vieram em grupo”.

CRUZ ALTA QUER SER POLO DE PRESERVAÇÃO

Cruz Alta sedia, de 13 a 16 de abril, o 1º Encontro Nacional de Manejo Integrado de Solos e Águas em Microbacias Hidrográficas e o 1º Encontro Interacional de Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas. Para o secretário de Cultura e Turismo, Odir Cavalcini, os eventos são importantes em função do que Cruz Alta já fez pela agricultura. É o secretário estadual de Agricultura, Adão Pinheiro Cruz Alta, quem põe de relevo a preservação de solos.



Paulo. Adão Pinheiro Cruz Alta

POSTO VAI ATENDER DOZ MIL PESSOAS

Secretaria de Saúde, Manoel Antônio e Habitação de Bento Gonçalves inicia a construção do posto de saúde do bairro Vila Nova. Com uma previsão, ocupando uma área de 204 metros quadrados, o posto poderá atender cerca de dez mil pessoas, pois atenderá também os bairros próximos. Dentro do processo de descentralização dos serviços de saúde, o posto terá unidades médicas e laboratórios, sala de exames e maternidade, além de psicologia e fisioterapia.

URUGUAIANA TERÁ CURSO ESPECIAL

O professor Vitor Baptista, especialista em metodologia para Universidades, Pierre et Marie Perle, tradutora, estão em Uruguaiana, nos dias 6 e 7 de março ministrando curso profissional, especializações, oficinas e intercâmbio na educação infantil. O curso envolve conteúdos relacionados ao desenvolvimento das capacidades físicas, abstração, bases do movimento, relações de tempo no espaço e no tempo e contextualização do corpo.

CAVAZINHO PERDE OS COMERCIÁRIOS

Mais de 30 comerciantes foram expulsos, esse ano, de Cavazinho. A decisão é do presidente do Sindicato dos Comerciantes, Angelo Mendes de Silva, autorizando que os donos de lojas, restaurantes e outros estabelecimentos, possuindo estabelecimento em Cavazinho, não tenham a possibilidade de manterem lojas em outros municípios.

TRAGÉDIA

Raio mata quatro pessoas em Ibiraiaras

Depois do temporal em Nova Hartz e Igrejinha, onde foram registradas três mortes, a região é cenário de chuvas fortes com mais quatro vítimas

CÁSSIA DUARTE

Correio do Sul/RS

A queda de um raio provocou a morte de quatro pessoas e destruiu uma fazenda na localidade de Paul de Paula, no interior de Ibiraiaras, na divisa com São Jorge, na região Nordeste do Estado. A tragédia aconteceu na tarde de sábado, durante uma período de tempestade em campo de futebol, logo após um temporal que atingiu a localidade.

André Hoffmann, 22, morador de Ibiraiaras, Daniel Viapiana, 30, Antônio Zabeo, 31, e Miguel Henrique, 25, residentes em São Jorge, morreram ao voltarem para o comércio depois que a chuva parou. Um pouco antes, em 22 jogadores dos dois times haviam interrompido a partida para se abrigarem do temporal no salão parafuso nas proximidades.

ONDE FICAM



SÃO JORGE
Emancipação: 1988
Origem: Nova Pádua
População: 6.200
Área: 115 km²
Distância de P. Alegre: 230 km

IBIRAIARAS
Emancipação: 1965
Origem: Laguna Vermelha
População: 6.680
Área: 354 km²
Distância de P. Alegre: 244 km

Os quatro registros civis foram feitos em minutos e o nome em um campo agrícola da fazenda de Raul de Paula, 26, que trabalha no fazendeiro João. O raio atingiu o salão, embora tenha ferido F.M., O prefeito de São Jorge, Jorge Vidal (PMDB), reconhece que por não contar de segundo os dados, jogou

dois também não foram atingidos porque também se estavam no campo, no lugar, uma das testemunhas.

O raio também atingiu o salão e feriu F.M., O prefeito de São Jorge, Jorge Vidal (PMDB), reconhece que por não contar de segundo os dados, jogou



Nova Hartz: crianças e outros, aguardando socorro recebido em casa

Índios querem área do Parque Florestal

A Cidade de Preservação e Controle das Reservas Naturais Renováveis, da Secretaria de Agricultura, já recebeu o pedido de autorização da Geral do Estado para pedir providências sobre a criação do Parque Florestal do Estado, uma área de 17 mil hectares localizada por indícios arqueológicos na sexta-feira, em Nonoai. Uma das maiores áreas o pedido de criação de posse de terra, mas sempre haja a Procuradoria deve emitir um parecer sobre o caso.

Cerca de 130 índios estão no local. O diretor do Parque Florestal, Nival Francisco dos Santos Rios, diz que já pediu de alguns criacionistas para a construção de acampamento, além de infraestrutura. O diretor ainda não sabe se eles depois de muitos, pelo terra a região os índios. O grupo está armado com revólveres, facões, arcos e flechas.

Sigüelzi, prometeu montar uma sede de contatos com autoridades de Porto Alegre, mas não houve sucesso. João Sigüelzi deve se reunir com o secretário de Agricultura, Adão Pinheiro, para tratar do assunto e voltar a região no próximo mês.

PREVENÇÃO — A Brigada Militar de Nonoai mandou a uma bateria das polícias militares locais para cercar os grupos de Euclydes Tró. Passos sempre estão de sobrecarga. Outros, uma série de boatos e rumores em Erechim, não confirmados, de que os índios pretendiam invadir as áreas dos parques florestais e tomar o controle de ocupação da Coréia, em virtude de falta de comida de Paulo.

O processo ainda tramita na Justiça Federal e o novo a determinação de que nenhuma medida seja tomada em relação à reserva de Nonoai enquanto não houver uma decisão final. A posição consta de documento entregue ao governador Acácio Collares, elaborado pelo comitê que está avaliando as áreas indígenas do Estado.

O Parque Florestal, considerado patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul, foi criado em 1945 como um local recreativo e de pesquisa. A criação de áreas protegidas, para a retirada de árvores ou trilhas, é bastante comum, conforme Rios. "Mas esse grupo é bastante organizado", diz o diretor.

150 quilômetros de São Jorge. Os dois municípios foram atingidos por um forte temporal na noite de sábado passada, que provocou a morte de três pessoas e destruiu as estruturas de casas, pontes e estradas, além de destruiu de árvores e pastos.

Com a chuva, os tanques de repouso de Nova Hartz ficaram de secar e os municípios foram atingidos, na tarde de sábado. Outros, no entanto, de onde se salvaram a fazenda rural de Paulo. Devido ao temporal, a cidade estava sem luz elétrica há horas e com o ruído de trovão. Depois que a água parou de cair, voltou a ser de normalidade.

Os moradores, com o auxílio de Fernando Müller, funcionário de Segurança Municipal, ficaram em segurança. Os moradores ficaram em segurança e muitos foram socorridos e levados a hospitais. Outros, 400 pessoas foram socorridas e outras, de outras foram socorridas pelo Serviço de Saúde, por não terem condições de serem socorridos em casa. O trabalho está sendo feito nas áreas, com muitos médicos e enfermeiros.

No fim de semana, a cidade recebeu cerca de 20 mil pessoas de outras cidades, que foram socorridas e socorridas. A situação permaneceu por alguns dias, com a situação não melhorando e se alterando com a chuva. Mas ainda há cerca de 35 famílias de que não há notícias e outras, de outras.

Em Igrejinha, também recebeu o auxílio de socorridos. Outros, no entanto, em outras, Helena Scherer (PDS), possui a área voluntária localizada em Igrejinha. No momento, cerca de 40 pessoas tiveram de procurar amigos e parentes depois da destruição de suas casas. Hoje a situação dos dois municípios deve ser por se tratar de dois municípios, a Defesa Civil do Estado.

Camarão de graça em Rio Grande

As entidades filantrópicas de Rio Grande receberam, na fim de semana, os 1.000 quilos de camarão apreendido em três embarcações que comercializavam o produto na Lagoa dos Patos. A apreensão ocorreu na madrugada de quarta-feira passada, como operação conjunta de Polícia do Porto de Controle e Fiscalização do Porto e do Sindicato Florestal do Estado.

O produto foi retirado do porto dos bairros Alameda, Itamariz e Belém, Rio Grande. A multa pelo irregularidade varia de R\$ 300 mil a R\$ 500 mil. A licença de pesca foi cassada por tempo indeterminado, pois para cada tipo de barco era permitido somente a captura de até seis toneladas de camarão por viagem.

Os pescadores, no mesmo tempo em que confirmam a existência de uma boa safra, mostram-se preocupados com o preço pago pelo produto de mercado. O presidente do Sindicato dos Pescadores, Wilson Mendes Ribeiro, diz que, nos anos, não tem pago um preço de 12 quilos por quilo de produto quando, antes, de 10 quilos.

Ficha 13**Tipo:** Terra**Título:** Índios devem sair do parque**Data:** 17-02-1992**Editoria:** Geral**Página:** 32**Localização na página:** Embaixo no centro**Tamanho:** 2col X 12,23 cm

Resumo: A Divisão de Preservação e Controle dos Recursos Naturais da Secretaria da Agricultura já fez contato com Procuradoria do Estado para pedir reintegração de posse do Parque de Nonoai. Sob alegação de visitarem o cemitério indígena, os índios invadiram a área. O diretor do parque diz que estão fazendo pressão para que a área passe a integrar a reserva indígena. Em 1990 a Funai entrou na justiça, alegando que o parque pertence aos índios. A posição do Estado é de que não se faça nada antes da decisão judicial.

Autor: N/C**Citados:**

-Ariel Francisco dos Santos Rossatto, diretor do parque; João Paulo Steigleder, chefe da Divisão de Preservação e Controle dos Recursos Naturais Renováveis.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Diz que os índios devem sair do parque, embora nada na matéria confirme isto. Pelo contrário.
- São invasores do parque
- Dissimulados porque sob pretexto de limparem o cemitério, invadiram a área

O que dizem as fontes:

- Ariel Francisco dos Santos Rossatto, diretor do parque: “O cemitério existe há 20 anos mas somente agora os índios sentiram saudades”.
- Que os índios costumam invadir o parque para retirada de árvores ou mel, “mas eles nunca chegaram em grupo”.

Ficha 14**Tipo:** Terra**Título:** Estado quer desocupar área invadida**Data:** 18-02-1992**Editoria:** Estado**Página:** 44**Localização na página:** em cima à direita**Tamanho:** 4col X 14,59 cm**Resumo:** Justiça pode determinar hoje a saída dos índios que ocuparam o parque em Nonoai. Kaingang estão armados e a Brigada não foi acionada para intervir.

- O secretário da Agricultura, Aldo Pinto, solicita à Procuradoria Geral do Estado que entre com pedido de reintegração de posse do Parque Estadual Florestal de Nonoai, sob alegação de que se trata de uma área de Patrimônio histórico e cultural. O parque com 17 mil hectares foi ocupado no fim de semana por 600 caingangues. A área do parque abrange os municípios de Nonoai, Planalto, Rodeio Bonito, Liberato Salzano e Trindade do Sul, e considerada um dos últimos redutos de mata nativa com pinheiros de até 500 anos além de guardar a nascente do Rio do Mel, ainda não poluído. A invasão é vista por Rossato como forma de pressão dos índios para retomada das terras, conforme ação da Funai, que tramita na Justiça Federal. A Brigada espera orientação do Estado para agir. Anai não teve contato com os caingangues que estão no parque e teme influência dos madeireiros na ação.

Autor: Ângela Bastos**Citados:** Aldo Pinto, Secretário Estadual da Agricultura; João Paulo Steigleder, Chefe da Divisão de Parque da Secretaria da Agricultura; Ariel Rossato, diretor do parque; sargento Prado, comandante da Brigada de Planalto; Rodrigo Venzon, presidente da Associação nacional de Apoio ao Índio.**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Índios armados com revólveres, facões, arcos e flechas.
- Área considerada um dos últimos redutos de mata nativa.
- Ocuparam o parque alegando que iriam limpar o cemitério mas apareceram mais e já são 600.
- Justiça pode determinar hoje a saída dos índios que ocuparam o parque em Nonoai. Kaingang estão armados e Brigada não foi acionada para intervir.

O que dizem as fontes:

- João Paulo Steigleder, Chefe da Divisão de Parque da Secretaria da Agricultura - diz que o primeiro grupo chegou na sexta-feira, no sábado armaram barracas para mulheres e crianças que também começaram a chegar. Diz que os índios vêm das reservas de Iraí, Rio Bonito e Tenente Portela, além de Chapecó, Santa Catarina.

- Ariel Rossato, diretor do parque - que os índios alegam serem os donos da terra e estão destruindo os recursos existentes. Considera que a invasão é um tipo de pressão para agilizar a ação na Justiça.

- Sargento Prado, comandante da Brigada de Planalto - efetivo aguarda posição do Estado para agir. Classificou como boato a notícia da ocupação de duas casas pertencentes ao posto da guarda, em Gramado dos Loureiros, e garante que o clima é de calma no interior do parque.

- Rodrigo Venzon, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI- dia que contatos anteriores com os índios , eles demonstraram interesse em ocupar toda a área que estava no projeto original da reserva, inclusive os 17mil hectares do parque. Eles também querem 2500 hectares da 4ª Sessão planalto, 1200 da Agropecuária Uruguai e mil da Taquaruçuzinho. Também diz: “A ANAI está preocupada, pois por trás das invasões podem estar os interesses dos proprietários de madeiras da região.”

**YOMELI NOS
DEJA L'AMERICA**

El presidente de la Argentina, Juan Perón, se encuentra en un momento de profunda reflexión sobre el futuro del país. En un momento de profunda reflexión sobre el futuro del país. En un momento de profunda reflexión sobre el futuro del país. En un momento de profunda reflexión sobre el futuro del país.



**RECONOCIDO EN
MIA EN AMERICA**

El reconocimiento de la Argentina en América Latina es un hecho que ha sido reconocido por los líderes de la región. Este reconocimiento es un hecho que ha sido reconocido por los líderes de la región.

**DO PALANCA
DETA EN AMERICA**

El papel de la Argentina en América Latina es un tema que ha sido discutido ampliamente. Este papel de la Argentina en América Latina es un tema que ha sido discutido ampliamente.

AMERICA

El futuro de América Latina es un tema que ha sido debatido en los últimos años. Este futuro de América Latina es un tema que ha sido debatido en los últimos años.

Estado quer desocupar área invadida

Comisión de desocupación de la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

LA ZONA INVADIDA

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.



Un niño en la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

Un niño en la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios en el primer tiempo de la semana. El Estado quiere desocupar la zona invadida por los indios.

Nova Hartz e Iguemba preparan su relación de estragos

CONTRASTES EN LA ZONA

El contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente. Este contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente.

El contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente. Este contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente.

El contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente. Este contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente.

El contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente. Este contraste entre la zona invadida y la zona no invadida es un tema que ha sido discutido ampliamente.

Propaganda argentina confunde comerciantes

La propaganda argentina confunde a los comerciantes en América Latina. Este tema ha sido discutido ampliamente.

La propaganda argentina confunde a los comerciantes en América Latina. Este tema ha sido discutido ampliamente.

La propaganda argentina confunde a los comerciantes en América Latina. Este tema ha sido discutido ampliamente.

La propaganda argentina confunde a los comerciantes en América Latina. Este tema ha sido discutido ampliamente.

Ficha 15**Tipo:** Violência**Título:** Índios são acusados de estupro**Data:** 19-02-1992**Tamanho:** ?**Página:** 44**Localização na página:** No centro embaixo da anterior**Editoria:** Estado

Resumo: O estupro de uma adolescente indígena por 20 jovens gerou uma atitude inédita da aldeia de Guarita, em Tenente Portela, quando a comunidade está recorrendo à Polícia e à justiça. O grupo tentou estuprar uma segunda jovem que conseguiu escapar. As jovens acusam os policiais indígenas Valdir Jacinto, Nelson Bento, Valdir Ferreira, Anildo Salles, Geremias Jacinto, Ubiratan Emílio, Júlio Ribeiro e José Ribeiro. Um primo da vítima foi preso pelo cacique Samuel Valdeci, que mora a 800 metros do local do crime, mesmo sendo o primo que avisou o Cacique. O delegado solicitou proteção às testemunhas, sendo que o administrador regional da Funai disse que mandaria um advogado para elas.

Autor: N/C

Citados: Valdir Jacinto, Nelson Bento, Valdir Ferreira, Anildo Salles, Geremias Jacinto, Ubiratan Emílio, Júlio Ribeiro e José Ribeiro, os estupradores; Liziane Soares Ribeiro, a vítima; Samuel Valdeci, o cacique; Corina Ribeiro, vítima que conseguiu escapar; João Estevam Mazin da Silva, Delegado de Polícia de Tenente Portela; Maurício da Costa Taborda, juiz; e Gerson Luis Teixeira, promotor; Jaci Sbardeloto, administrador substituto da Funai.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Estupradores.

O que dizem as fontes:

-Delegado - diz que as vítimas reconheceram os delegados indígenas como estupradores

Ficha 16**Tipo:** Terra/Violência**Título:** Ibama poderá ocupar área florestal**Data:** 19-02-1992**Editoria:** Estado**Página:** 44**Localização na página:** abertura central**Tamanho:** 4 col X 14,59 cm

Resumo: Área florestal invadida por 600 caingangues é foco de tensão na região Norte do Estado, na reserva de Nonoai. Caingangues dizem que terras lhes pertencem e ali ficarão. Os caingangues chegaram na sexta-feira, num pequeno grupo, no sábado montaram barracas e agora já são 600, vindos de Iraí, Rio Bonito, e Tenente Portela, além de Chapecó, Santa Catarina. A área é considerada reduto ecológico. É lá que nasce o Rio do Mel, ainda não poluído. Chefe do Parque diz que índios estão destruindo o Parque e que eles estão pressionando o governo para que devolva esta área que foi deles. Segundo a ANAI, que ainda não teve contato com os acampados, mas afirma que é de interesse dos caingangues a retomada da área, diz que está preocupado porque atrás da invasão pode haver interesse de algum madeireiro.

Autor: N/C

Citados: Aldo Pinto, Secretário da Agricultura; Sérgio Ari Pereira, Guarda Florestal; João Paulo Steigledder, Chefe da Divisão de Parques; Ariel Rossato, diretor do Parque; Gabriel Fadel, Procurador do Estado; Sebastião Aparecido Fernandes, delegado Regional da Funai de Chapecó;

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Os caingangues estão armados com revólveres e facões, arcos e flechas e garantem que vão desocupar os 17 mil hectares de terras.
- Tensão crescente entre índios e colonos.

O que dizem as fontes:

- Aldo Pinto, Secretário da Agricultura - Que os fiscais do Ibama e a Guarda Florestal da Brigada Militar poderão ocupar o Parque Estadual Florestal de Nonoai, ao justificar que os 17 mil hectares tomados pelos índios formam uma área de preservação natural considerada patrimônio histórico e cultural do Estado.
- Chefe da Divisão de Parques, João Paulo Steigledder - Teme um conflito com os funcionários do parque que ainda estão no local.
- Diretor do Parque, Ariel Rossato - Diz que foram abatidos animais como tatus e veados; diz que ainda não foi no local temendo represália, que dezenas de árvores foram derrubadas e a mata nativa cortada para abertura de picadas que facilitem o acesso dos índios. Ele calcula que, entre adultos, mulheres e crianças, sejam mais de mil os caingangues dentro do parque.

Também disse que foi procurado pelos colonos, que dizem estar dispostos ao enfrentamento caso os caingangues invadam as propriedades.

- Delegado Regional da Funai de Chapecó, Sebastião Aparecido Fernandes - Considerou inverídica as acusações de participações de índios de Santa Catarina no evento. Também apontou no governo do Estado como responsável pela situação das reservas indígenas do Rio Grande do Sul. Em 6 de fevereiro a Funai entregou ao governo um dossiê sobre a realidade das reservas indígenas. “O governo Alceu Collares parece não ter interesse em resolver o impasse”.

FRUTAS PROIBIDAS NA PONTE INTERNACIONAL

A Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Uruguai...

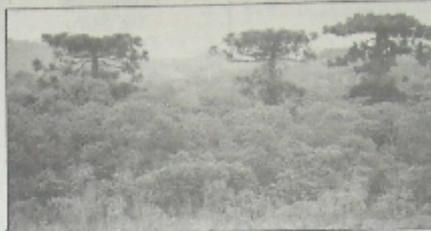
DUAS NOVAS CENTRAIS DA CRT NO INTERIOR

Os municípios de Comandante... A CRT...



Ibama poderá ocupar área florestal

Área florestal invadida por 600 índios é foco de tensão na região Norte do Estado...



Desmatamento em área florestal...

maior esmagamento, um colono da Brigada Militar de Paraná...

ABATES — O chefe de Distrito de Parque, João Paulo...

feomamabidos animais, como tatu e urucuri.

Recente, ainda não foi no local tendo represália, mas ter de formações de que dezenas de árvores foram danilhadas...

ENFIMTAMENTO — Em área de mata, colono residente no nº 8999, Paraná desde 1954, está sendo ameaçado pelos índios...

nas. A Procuradoria Geral do Estado deve apresentar hoje um parecer sobre a posse da terra...

Hoje, o administrador regional do Fundado Nacional do Inho (FUNI) em Crapoo, Sebastião Aparecido Fernandes, deverá se reunir no município...

O administrador do FUNI apontou o governo do Estado como responsável pelo situação das reservas indígenas no Rio Grande do Sul...

Índios são acusados de estupro

O corpo de uma menina de sete anos de idade de 10 índios, na comunidade de... em Bacia da Guazú...

relativa, acompanhada de mais de 10 índios, por serem... em Bacia da Guazú...

das. Um primo de índio estupro de Vitor Ribeiro foi quem avisou o município...

O delegado João Esteves, acompanhado por... em Bacia da Guazú...

Igrejinha e Nova Hartz voltam à normalidade

Usinárias da Igrejinha e Nova Hartz, detidas por mais de 30 quilômetros da Capital, estão buscando a normalização...

mensagens em uma máquina pública e... em Nova Hartz...

Defesa Civil local está solicitando verbas para os serviços...

As obras atingem as linhas Arco-Grande, Dona Carlota e Vitória, Vila Verme, Avenida Independência...

No início do município, as reformas exigem recursos de Cr\$ 75,5 milhões...

PROJETO BUSCA O CULTIVO PERMANENTE

O Haru Maripá, no Puro, tem projeto para o longo período produtivo de algumas variedades de plantas...

MOTORISTA DE SANTA ROSA SEM CARTEIRA

A Câmara de Santa Rosa, no Uruguai, resolveu... em Santa Rosa...

Promotor aponta áreas poluídas na praia do Cassino

O Oficial da Procuradoria de Defesa Consumidora de Rio Grande, Francisco Simões Pires, vai agir...

Para Francisco Simões Pires, se surgir um caso de doença no Cassino, oficialmente será estivo e... em Cassino...

D índice de coliformes fecais encontrados nestas áreas colocam as condições de habitabilidade dentro do conceito impróprio para banho...

Ficha 17**Tipo:** Terra**Título:** Índios prometem ficar no Parque Florestal**Data:** 21-02-1992**Editoria:** Estado**Página:** 45**Localização na página:** Em cima à direita**Tamanho:** 4col X 12,78 cm

Resumo: Impasse entre índios caingangues que invadiram o Parque de Nonoai e Estado continua até a próxima semana quando haverá em Porto Alegre uma reunião com o governo. A decisão foi na Câmara de Vereadores de Nonoai, quando o cacique José Lopes disse que os caingangues só saem mortos das terras que lhes pertencem. Enquanto isso a Procuradoria do Estado decidiu entrar com processo de reintegração de posse. O cacique negou que há Xavantes entre os manifestantes, que lá estão índios de Rodeio Bonito, Rio da Várzea e Iraí. Ele também denunciou que houve troca de tiros entre índios e gente que andava no carro da guarda Florestal, mas ninguém saiu ferido. Os índios são acusados pelo diretor do Parque, Ariel Rossato, de abaterem porcos do mato e veados.

Autor: N/C

Citados: Alceu Collares, governador; Aldo Pinto, Secretário da Agricultura; José Lopes, cacique; Paulo de Tarso Pereira, Procurador de Carazinha, João Paulo Steigleder, Chefe da Divisão de Parques da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Adônis Luiz Barros, prefeito de Planalto; e Ariel Rossato, diretor do Parque.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Situação arrastada.
- Invasores do Parque, matadores de tatus e veados.
- Cacique dos caingangues denunciou em encontro com representantes do Estado, disparos contra índios e assegurou que invasores não sairão.

O que dizem as fontes:

- José Lopes, Cacique - "Só saímos mortos das terras que nos pertencem".
- Diz que os Xavantes não estão entre os caingangues que ocuparam o parque
- Ariel Rossato, diretor do Parque - Diz que os índios estão abatendo tatus e veados, e as galinhas pertencentes aos guardas que moram dentro do parque.

Ficha 18**Tipo:** Meio Ambiente**Título:** Ambientalistas apelam ao governo**Data:** 21-02-1992**Editoria:** Estado**Página:** 45**Localização na página:** Embaixo à direita**Tamanho:** 3 col X 5,14 cm

Resumo: A situação dos índios que ocupara o Parque Florestal Estadual de Nonoai, na reunião preparatória da Rio-92. Ambientalistas pedem que o governo intervenha na área cessando a depredação da área, retirando os índios e os demais intrusos até que se resolva legalmente a questão. Os participantes do encontro pedem esclarecimento sobre a exploração ilegal de madeira e garimpos no parque. E acham que os 600 caingangues lá acampados e uma agressão à população do Sul do Brasil. No nota, os participantes reconhecem o direito dos índios aos 60 mil hectares apropriados pelo Estado, mas diz que os índios que ocuparam o parque não representam a comunidade caingangue, e estão aliados a madeireiros e garimpeiros.

Autor: N/C**Citados:** Alceu Colares, governador; nota da Reunião Preparatória da Rio- 92**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

Ocupação dos índios esta causando depredação e exploração do parque.

O que dizem as fontes:

- Nota: reconhece os direitos dos índios aos 60 mil hectares tirados pelo governo do Estado, “mas a ocupação e depredação dos 17 mil hectares do parque Florestal Estadual por 600 índios caingangues é uma agressão ao direito da população do Sul do Brasil, a região mais poluída, desmatada e densamente povoada do país. Também diz que os índios que invadiram a área não representam a comunidade Kaingang e estão aliados a garimpeiros e madeireiros ilegais”.

**MAIO COMEÇA
COM LABORIOSA**

As atividades de Maio começam com o dia 1º de Maio, o Dia do Trabalho, comemorado em todo o mundo. No Brasil, esse dia é comemorado com uma greve geral, mas em São Paulo, devido à situação econômica, não haverá greve. O dia 2º de Maio é dedicado ao Dia da Mãe, e o dia 3º de Maio ao Dia do Pai. O mês de Maio também é marcado pelo Dia do Índio, no dia 19 de Maio.

**MAIO COMEÇA
COM O DIA**

O mês de Maio começa com o Dia do Trabalho, comemorado em todo o mundo. No Brasil, esse dia é comemorado com uma greve geral, mas em São Paulo, devido à situação econômica, não haverá greve. O dia 2º de Maio é dedicado ao Dia da Mãe, e o dia 3º de Maio ao Dia do Pai. O mês de Maio também é marcado pelo Dia do Índio, no dia 19 de Maio.



**MAIO COMEÇA
COM O DIA**

O mês de Maio começa com o Dia do Trabalho, comemorado em todo o mundo. No Brasil, esse dia é comemorado com uma greve geral, mas em São Paulo, devido à situação econômica, não haverá greve. O dia 2º de Maio é dedicado ao Dia da Mãe, e o dia 3º de Maio ao Dia do Pai. O mês de Maio também é marcado pelo Dia do Índio, no dia 19 de Maio.

**MAIO COMEÇA
COM O DIA**

O mês de Maio começa com o Dia do Trabalho, comemorado em todo o mundo. No Brasil, esse dia é comemorado com uma greve geral, mas em São Paulo, devido à situação econômica, não haverá greve. O dia 2º de Maio é dedicado ao Dia da Mãe, e o dia 3º de Maio ao Dia do Pai. O mês de Maio também é marcado pelo Dia do Índio, no dia 19 de Maio.

Índios prometem ficar no Parque Florestal

Os índios que vivem no Parque Florestal de São Paulo prometem ficar no local, apesar das ameaças de expulsão. Eles afirmam que o local é seu território tradicional e que não desejam ser deslocados.



Grande parte dos índios que vivem no Parque Florestal de São Paulo são descendentes de índios que foram expulsos de suas terras tradicionais e se refugiaram no parque.

Ambientalistas apelam ao governador

Ambientalistas estão pressionando o governador de São Paulo para que seja criada uma reserva indígena no Parque Florestal. Eles afirmam que a presença dos índios no parque é uma ameaça à preservação ambiental.

Os ambientalistas afirmam que a presença dos índios no Parque Florestal é uma ameaça à preservação ambiental. Eles pedem a criação de uma reserva indígena para que os índios possam viver em suas terras tradicionais.

O governador de São Paulo deve tomar uma decisão sobre a criação de uma reserva indígena no Parque Florestal. A decisão deve considerar tanto os interesses dos índios quanto os interesses ambientais.

Novos decretos põem fim à direção da Furbad

Novos decretos do governador de São Paulo põem fim à direção da Furbad. Os decretos transferem a administração do órgão para o governo estadual.

Incêndio mata muitos Casais

Um incêndio em uma fazenda em São Paulo matou muitos casais de aves. Os animais estavam em um viveiro e foram mortos quando o fogo se espalhou rapidamente.

O incêndio ocorreu em uma fazenda em São Paulo e matou muitos casais de aves. Os animais estavam em um viveiro e foram mortos quando o fogo se espalhou rapidamente.

Os ambientalistas afirmam que a presença dos índios no Parque Florestal é uma ameaça à preservação ambiental. Eles pedem a criação de uma reserva indígena para que os índios possam viver em suas terras tradicionais.

O governador de São Paulo deve tomar uma decisão sobre a criação de uma reserva indígena no Parque Florestal. A decisão deve considerar tanto os interesses dos índios quanto os interesses ambientais.

Três mil pauzinhos vendidos em 15 dias

Três mil pauzinhos foram vendidos em 15 dias em São Paulo. Os pauzinhos são pequenos objetos artesanais feitos de madeira e são muito populares entre os turistas.

Os pauzinhos são pequenos objetos artesanais feitos de madeira e são muito populares entre os turistas. Eles são vendidos em feiras e lojas de artesanato em São Paulo.

Os pauzinhos são pequenos objetos artesanais feitos de madeira e são muito populares entre os turistas. Eles são vendidos em feiras e lojas de artesanato em São Paulo.

Ficha 19**Tipo:** Terra**Título:** Índios continuam no Parque de Nonoai**Data:** 22-02-1992**Tamanho:** 4col X 12,78 cm**Localização na página:** Meio à direita**Editoria:** Estado

Resumo: O procurador do Estado Paulo de Tarso Pereira de Nonoai, vai entrar com pedido de reintegração de posse o Parque de Nonoai na próxima segunda-feira. Os índios dizem que não serem até o governador mostrar o documento que mostra que o parque pertence a eles desde 1911. O procurador alega que a área é propriedade do Estado, e que não há intenção por parte do Estado em fazer uma retirada à força do local. Em reunião realizada na quinta-feira na Câmara de Vereadores de Nonoai, com representantes dos caingangues e do governo do Estado, o cacique Zé Lopes disse que são boatos as notícias de que os caingangues pretendem ocupar a área da 4ª Sessão Planalto, mas garantiu que só saem mortos do parque. O clima na área é de tranquilidade depois de algumas tensões. No encontro ficou acertado que os guardas florestais não retornarão ao Parque e que a Brigada também não vai intervir antes da audiência com o governador Alceu Collares, que será marcada pelo prefeito de Nonoai, Adônis Luiz de Barros.

Citados: Paulo de Tarso Pereira, Procurador do Estado de Carazinho; Alceu Collares, governador do Estado; Aldo Pinto, Secretário da Agricultura e Abastecimento; José Orestes do nascimento, Cacique

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

Clima tranquilo depois de alguns dias de tensão.

O que dizem as fontes:

- Paulo de Tarso pereira, Procurador do Estado de Carazinho - Diz que a documentação em posse do governo é clara e precisa: porque é propriedade do Estado, e foi esbulhado de uma forma ilegal.
- “Vamos defender o princípio da legalidade”.
- Também diz que o Estado não tem interesse em retirar o pessoal à força.

**IMPACTO DE PEQUENA
NAI NA NAU**

Um pequeno grupo de estudantes de Pequena NAI, em um momento de sua vida, durante a realização de uma atividade cultural. A imagem mostra os alunos em um ambiente de aprendizado e interação.

**REINVENÇÃO DA
MUNDO PARA AQUI**

Um texto que discute a reinvenção do mundo para a atualidade, abordando temas de transformação social e cultural.



Um texto que discute a reinvenção do mundo para a atualidade, abordando temas de transformação social e cultural.

**REINVENÇÃO DO MUNDO
DE UM PESSOAL**

Um texto que discute a reinvenção do mundo para a atualidade, abordando temas de transformação social e cultural.

**CONHEÇA O MUNDO
POR SI MESMO**

Um texto que discute a reinvenção do mundo para a atualidade, abordando temas de transformação social e cultural.

Drama envolve criança excepcional

— Condição de pobreza, falta de assistência, abandono de Paulo Roberto. Mãe e irmã abandonada para trabalhar e buscar subsistência em São Paulo

por JOSÉ MARIA

Um drama social que envolve uma criança excepcional, Paulo Roberto, e sua família, afetada por pobreza e abandono.



Paulo Roberto, criança excepcional.

Um texto que discute a situação de Paulo Roberto, uma criança excepcional, e o impacto da pobreza e do abandono em sua vida.

Um texto que discute a situação de Paulo Roberto, uma criança excepcional, e o impacto da pobreza e do abandono em sua vida.

Um texto que discute a situação de Paulo Roberto, uma criança excepcional, e o impacto da pobreza e do abandono em sua vida.

Um texto que discute a situação de Paulo Roberto, uma criança excepcional, e o impacto da pobreza e do abandono em sua vida.

Um texto que discute a situação de Paulo Roberto, uma criança excepcional, e o impacto da pobreza e do abandono em sua vida.

Índios continuam no parque de Nonaai

Um texto que discute a presença de índios no parque de Nonaai, abordando temas de preservação cultural e ambiental.



Índios no parque de Nonaai.

Um texto que discute a presença de índios no parque de Nonaai, abordando temas de preservação cultural e ambiental.

Um texto que discute a presença de índios no parque de Nonaai, abordando temas de preservação cultural e ambiental.

Um texto que discute a presença de índios no parque de Nonaai, abordando temas de preservação cultural e ambiental.

Um texto que discute a presença de índios no parque de Nonaai, abordando temas de preservação cultural e ambiental.

Exercício crucial semana por destruição ambiental ilegal

Um texto que discute a importância de exercícios cruciais para combater a destruição ambiental ilegal.

Um texto que discute a importância de exercícios cruciais para combater a destruição ambiental ilegal.

Um texto que discute a importância de exercícios cruciais para combater a destruição ambiental ilegal.

Um texto que discute a importância de exercícios cruciais para combater a destruição ambiental ilegal.

Ficha 20**Tipo:** Terra**Título:** Governo tenta hoje retirada dos índios**Data:** 24-02-1992**Tamanho:** 3 col X 11,39 cm**Localização na página:** Centro**Editoria:** Estado

Resumo: A Justiça de Nonoai deverá receber hoje o pedido de reintegração de posse dos 17 hectares (é este o tamanho que consta no texto) do Parque estadual Florestal de Nonoai. O processo foi solicitado pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento Aldo Pinto, movido pelo procurador Paulo de Tarso Pereira de Carazinho. O cacique José Orestes do nascimento diz que a área é dos índios. Situação aguarda reunião nesta semana com o governador. Promotor de justiça pediu ao chefe do parque que faça o levantamento dos danos causados a flora e à fauna. Promotor quer embasar ação civil pública no fato de se tratar de uma área de preservação ambiental. Os soldados da Brigada Militar foram retirados do local, depois de reunião entre os índios e representantes do Estado.

Citados: Paulo de Tarso Pereira, procurador do Estado em Carazinho; José Orestes do Nascimento, cacique de Nonoai; Alveu Collares, governador; Aldo Pinto, Secretário de Agricultura e Abastecimento; Luis Antônio Portela, promotor de Justiça de Nonoai; Ariel Rossato, diretor do parque;

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- decididos a não saírem do local, os caingangues se deslocaram das reservas de Rodeio Bonito, Rio da Várzea e Iraí.

O que dizem as fontes:

- José Orestes do Nascimento, Cacique de Nonoai - Alega que a área pertence aos indígenas e que vão permanecer no local. "Só sairemos da área mortos".

- Luis Antônio Portela, Promotor de Justiça de Nonoai, solicitou que o diretor do parque fizesse um levantamento dos estragos ao meio ambiente feitos pelos caingangues na área. Quer embasar a ação civil pública por se tratar de área de preservação ambiental.

- Ariel Rossato, diretor do parque, além do desmatamento dos pinheiros que duram mais de 500 anos, houve abate de animais como tatus e veados, e que só poderá fazer o levantamento depois de os índios terem saído da área.

FRONTEIRA PESQUISA SOBRE O TURISMO

O Instituto Brasileiro de Turismo, em conjunto com a Associação de Turismo de Uruguai...

LIVRAMENTO TERÁ NOVO AEROPORTO

A Prefeitura de Lima iniciou a construção do novo aeroporto...



OS ALIMENTOS PODEM TRANSMITIR DOENÇA

A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Uruguai...

US\$ 1 MILHÃO PARA NOVAS MINI-USINAS

A Companhia Brasileira de Cimento deve receber US\$ 1 milhão...

Colonos invadem outra área do Estado

Oriundos de Bagé, eles ocuparam as terras do Centro Rural de Ensino...

Os colonos, diante de fortes chuvas em Camaró, foram autorizados...

O presidente do Sindicato Rural de Camaró...

O Movimento Estudantil dos Trabalhadores Sem Terra (MST)...

criação de Agricultura para garantir o acesso de agricultores sem terra...

GARANTIAS - A organização Elica do Fomento do MST...

criação do fomento apoiado pelo Estado...

ANULACÃO - As 29 famílias citadas por ocupação de terras...

Governo tenta hoje a retirada dos índios

A Justiça de Natal, distante 414 quilômetros de Porto Alegre...



Companheira: índios invadem propriedades de donos de terras...

O controle José Duarte do Mandado de Segurança...

mas que se entregaram voluntariamente...

parque de recreação em propriedade que se pode a favor...

Surge o primeiro Museu Antártico

Médico brasileiro de Museu Cosmográfico do FURG...

Em 1984 o fundador do Museu recebeu a proposta...

Município assume hospital privado

A Prefeitura de Cachoeira de Sul pode assumir o Hospital Nossa Senhora Aparecida...

O hospital anunciou a abertura em 1984 e nunca chegou a funcionar...

Falta de estradas prejudica toda a safra de grãos

Com a falta de estradas, a safra de grãos...



Em 1980, o prefeito de Bagé, Leôncio...

A situação continua a piorar...

As novas estradas são de terra e não asfalto...

Ficha 21**Tipo:** Terra**Título:** Juiz decide amanhã destino dos caingangues**Data:** 25-02-1992**Tamanho:** 3 col X 10,79**Localização na página:** No centro acima e ao lado**Editoria:** Estado

Resumo: O juiz Dilso Domingos Pereira, do Foro de Nonoai recebeu ontem o pedido de reintegração de posse dos 17 hectares (é assim mesmo que está na matéria) do parque de Nonoai, mas só falará amanhã depois da audiência de conciliação entre as partes: o Procurador do Estado e o cacique. Ao mesmo tempo o cacique entregou ao promotor de Justiça de Nonoai, Luis Antônio Portela, uma gravação isentando os caingangues da derrubada de madeira do parque. Eles também denunciaram atividades ilegais dos guardas florestais envolvendo garimpo e venda de madeira do parque.

Citados: Paulo de Tarso Pereira, Procurador do Estado de Carazinho; José Orestes do Nascimento, cacique; Luís Antônio Portela, promotor de Justiça de Nonoai

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Destino dos caingangues está na mão do juiz, e será decidido amanhã.

O que dizem as fontes:

- Dilso Domingos Pereira, juiz do Fórum de Nonoai - Recebeu o pedido de reintegração de posse dos 17 hectares (e assim que está escrito na matéria) do parque de Nonoai, mas só vai avaliar depois da reunião de conciliação. “uma questão de prudência”.

- Luís Antônio Portela, promotor de Justiça de Nonoai - Diz que o parque é intocável e que o Ministério Público vai pedir abertura de inquérito policial e processo civil para apurar as denúncias.

SORRADINHO SOFRE COM FALTA DE ENERGIA

Profissão de Scheuchzer, Assis José Reis, denunciou na CEEB, em Porto Alegre, a precariedade do fornecimento de energia elétrica nos municípios da região. A rede Sefrad do Sobradinho já está com problemas em três municípios de terraço. E não suportará mais. Vai ser elaborado relatório apontando a necessidade de instalação de uma subestação de 60 mil volts em Sobradinho.



Porto: obra avançada

NOVA EMPREITEIRA NA PONTE DO RIO JACUI

O novo contrato para obras de reconstrução da ponte sobre o Rio Jacuí, no município de Rio Fardo, pode levar a obra à final em poucos meses. A empresa Geim, responsável pela obra da ponte, não está cumprindo o cronograma estabelecido, que prevê a conclusão dos trabalhos para o mês de maio. Em agosto, que está na obra, a obra de Brasília, o executivo chefe de 10ª Direção Roberto Farias, Virgílio João Gomes Lima, chefe do núcleo de gerenciamento do contrato, espera para a conclusão da obra da ponte.

UMA SUPERSAFRA EM URUGUAIANA

Uma safra começa a superafra de arroz deste ano. Segundo o agrônomo Iulo Greg, do IRGA, em 1991 Uruguaiana plantou 81 mil hectares, com total de 420 mil toneladas de arroz. Em 1992, com o mesmo plantio, foram produzidos 92 mil toneladas, com uma colheita prevista de 450 mil toneladas.

APREENSÃO DE REDES EM PESCA ILEGAL

A Polícia Federal fez apreensão de 600 metros de rede predatória na Ilha Ilhéus, no Rio Jacuí, em Porto Alegre. A rede foi apreendida por policiais federais em uma das áreas de Pesca, no rio Jacuí, em Porto Alegre, em um momento em que estava a pescar, com um mês de pesca, de onde pagou ao Faria a multa de R\$ 2.940 mil.

CARAZINHO

Estado garante terras para colonos

As oito famílias que no sábado se instalaram em área do Centro Rural vão ser assentadas em 120 hectares. Grupo não deve se apossar das colheitas

O secretário estadual de Agricultura, Aldo Pinto, garantiu ontem a autenticidade do documento assinado pelas oito famílias de colonos sem terra que, na madrugada de sábado, ocuparam área do Centro Rural de Essino Saporito (CRES), no distrito de Pinhal e Marmelo, em Carazinho. O secretário explicou que 120 dos 125 hectares se destinam ao assentamento, sendo o resto mantido para as atividades do CRES, onde existem filhas das agropecuárias da região.

Aldo Pinto relatou que, ainda em estágio provisório, a área foi cedida, por uma comissão formada por membros da Emater e do Movimento dos Sem Terra (MST), nomeada pelo governador Acler Felfel, para apurar temas indispensáveis para o assentamento, como a situação da terra, condições de expectativa de produção, condições de expectativa de produção, condições de expectativa de produção, condições de expectativa de produção.

Aldo Pinto alertou, no entanto, que os colonos de hoje, sobre o assunto. "Atualmente a área não deve ser apossada pelas agropecuárias, pois fazem parte das atividades do CRES. O Centro Rural de Essino Saporito (CRES) do Centro Rural, sob o final de tarde de ontem, manteve disposição de in-



Aldo Pinto: alívio à obra

grupos na Justiça, com ação específica para garantir a colheita das colheitas.

CAMINHADA — As cerca de 50 pessoas, que formam as oito famílias

Juiz decide amanhã destino dos caingangues

O juiz Dênis Domingos Pereira, do Juízo de Direito, recebeu ontem o pedido de reintegração de posse de 17 hectares do Parque Estadual Florestal de Nuvem, administrado pelo município de Foz de Iguaçu, no estado de Paraná, em nome de João Pereira, mas o responsável quanto a titularidade e o processo ambiental, ao fim, depois da audiência de conciliação com os peritos envolvidos. O município contém o terreno e o terreno de 17 hectares de caingangues e "uma quantidade de caingangues". Conforme o juiz, pelo tempo de existência a situação no parque foi irregular. Os 170 mil hectares caingangues que ocupam o parque há 11 dias permanecem no local e mantêm a produção de não são, alegando que a propriedade lhes pertence.



Acampanamento: enquanto esperam decisão do juiz, índios ficam no parque

mentado, comprovando que os índios não provocaram a destruição de pilhas, como havia denunciado o diretor do parque, Ariel Rossini. A acusação de Rossini acabou quando uma ação civil pública, já que se trata de uma área de preservação ambiental permanente.

Na reunião, o promotor tornou conhecido de denúncias envolvendo os guardas florestais, em rela-

ção à exploração de pedras preciosas. Os índios disseram ainda que, há três meses, os índios estavam retirando ilegalmente madeira do parque. O promotor ainda não havia tomado conhecimento desses fatos, salientando que, por lei, o parque é inalienável. Argumentando que o Município de Foz de Iguaçu vai solicitar a abertura de inquérito policial e processo civil para apurar as denúncias.

Operário some no porto de Rio Grande

Um acidente no terminal de contêineres do superporto de Rio Grande levou à fundação do Departamento Estadual de Polícia, Rio e Canal (DEPRC) desaparecido. O operador de máquinas Silvanus Passos, 34 anos, vestiu a máscara de camuflagem de camuflagem, quando no novo bus, acabou caindo no rio. Até o final do tarde de ontem, o equipe de resgatadores de Porto Alegre ainda não havia localizado o corpo do portante.

De acordo com funcionários do terminal, no momento do acidente não havia energia elétrica na área. A máquina foi resgatada por um gruidor. No ano passado, dois portantes resgataram o corpo de um acidente no Terminal de Trigo SCS (S) do superporto e acabaram resgatados. Um terceiro operário foi resgatado com vida.

Caxias recupera centro administrativo

A prefeitura de Caxias do Sul começa a receber, a partir de hoje, as propostas das empresas interessadas na reconstrução do prédio do Centro Administrativo da cidade, destruído nos incêndios da semana passada. A disposição do prefeito Manoel Sérgio Filho é de entregar o novo Centro "pouco tempo possível para fazer as mudanças previstas há alguns meses", dentro de no máximo 60 dias.

O terreno ainda foi imediatamente iniciado dos pontos inferiores, para permitir que a empresa que for contratada pela prefeitura execute rapidamente os trabalhos de reconstrução. Exposto aos ventos e chuvas de inverno e necessidade das instalações das secretarias municipais, para a retomada normal das atividades ainda está sem obra.

A Câmara de Vereadores, que estava instalada no mesmo andar do

Centro Administrativo, mudou sua presença temporária hoje, depois de se instalar provisoriamente no novo Centro de Negócios Caxias - Estado da Ladeira. Segundo o vereador Odair Faria, os dados atuais foram de natureza material, pois foi possível salvar documentos, livros e preservar os arquivos dos últimos 15 anos de atividades da Legislação.

Faria integra uma comissão de vereadores que está buscando um novo local para a Câmara e que pretende, também em 60 dias, retomar todas as suas atividades em sede própria até que seja possível inaugurar seu funcionamento em o próximo ano. Ele lembra que o Prefeito Luizinho, cujo nome comprou a instalação no local de preferência, "preferiram não obter subsídios, pois que o município, no atual momento não pode se dar ao luxo de pagar dinheiro sobre este assunto".



Destroça: Day Pinho busca documentos no que resta de Centro de Caxias

Ficha 22**Tipo:** Terra**Título:** Produtores querem saída de colonos - ÍNDIOS**Data:** 26-02-1992**Tamanho:** 1 col X 6,25 cm**Localização na página:** em cima à direita**Editoria:** Estado

Resumo: Hoje às 9h haverá audiência de conciliação sobre a ocupação do parque Florestal Estadual de Nonoai. O juiz Dilso Domingos Pereira vai ouvir o cacique José Orestes Nascimento e o procurador do estado em Carazinho, Paulo de Tarso Pereira, que sob alegação de que área de preservação ambiental pediu a reintegração de posse. Os índios mantêm a decisão de permanecer no parque onde está há 12 dias.

Citados: Paulo de Tarso Pereira, procurador do Estado em Carazinho; Jose Orestes Nascimento, cacique de Nonoai; e Dilso Domingos Pereira, juiz de Nonoai.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Impasse criado há 12 dias, quando 600 índios invadiram o Parque Estadual Florestal de Nonoai.

O que dizem as fontes: Não citadas

OBS: matéria estava no final de uma maior com o título, “Produtores querem saída de colonos”, com subtítulo – Eles na concordam com assentamento na área do Centro Rural e tentam na Justiça a retirada do grupo. Em Nonoai, índios estão no parque florestal

Ficha 23**Tipo:** Terra**Título:** Índios não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque**Data:** 27-02-1992**Tamanho:** 4 col X 16,26**Localização na página:** em cima à direita**Editoria:** Estado**Resumo:** Liminar concedida em Nonoai deu prazo até as 18h de ontem para a saída dos caingangues. Funai recorrerá à Justiça e BM pode intervir na área.

- A promessa de que só saem mortos do parque Estadual Florestal de Nonoai está sendo mantida pelos 600 caingangues que ocupam a área, mesmo depois do juiz Dildo Domingos Pereira ter determinado a saída deles. A procuradoria da Funai entrou com recurso, contestando a decisão do juiz, o procurador Derli Cardoso Fiúza considerou absurda a decisão do juiz pois de acordo com a Constituição Federal, artigo 109, a questão indígena só pode ser tratada pela Justiça Federal. Um pedido de reintegração de posse dos caingangues está sendo julgada no Supremo Tribunal Federal. Hoje haverá uma reunião com o governador Alceu Colares em Porto Alegre. O prefeito está preocupado com a reunião pois o assunto que beneficia o lado dos índios trará danos ao meio ambiente.

Citados: Dilso Domingos Pereira, juiz de Nonoai; Derli Cardoso Fiúza, procurador da Funai; José Orestes do Nascimento, cacique de Nonoai; Alceu Collares, governador; Aldo Pinto, Secretário de Agricultura e Abastecimento; Adônis Luiz de Barros, prefeito de Nonoai; sargento Andrade, Brigada Militar

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Índios não cumprem a decisão da justiça

O que dizem as fontes:

- Derli Cardoso Fiúza, procurador da Funai - Conforme a Constituição, artigo, 9 incisos I e II, somente a União pode tratar das questões indígenas. “Uma questão de competência, da qual vai haver recurso”.

- José Orestes Nascimento, Cacique - “Vamos ver só o que o governador nos revela, pois ele prometeu que terra de caingangues tem que ficar com os índios”.

- Sargento Andrade - Diz que o patrulhamento na área continua normal.

Ficha 24**Tipo:** Terra**Título:** Terras da área florestal pertencem aos caingangues**Data:** 27-02-1992**Tamanho:** 4 col X 6,95**Localização na página:** No centro em baixo**Editoria:** Estado

Resumo: A presidente da Anaí, Maria Cristina Vigiano, está preocupada com a distorção de informações envolvendo a ocupação do Parque Estadual Florestal de Nonoai, por 600 caingangues. Alega que as autoridades estão tentando negar o direito constitucional dos índios, que ao longo da história tiveram as terras reduzidas. Segundo ela, o direito indígena é anterior ao reconhecimento da autoridade. Sugere que o governo do estado, antes de qualquer ação, peça a realização de um laudo antropológico.

Citados: Maria Cristina Vigiano, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio – Anaí; Rodrigo Venzon, membro direção da ANAI.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Terras de área florestal pertencem aos caingangues

O que dizem as fontes:

- Maria Cristina Vigiano, presidente da ANAI - “As autoridades estão querendo negar o direito histórico e constitucional dos índios pela terra”.

- “O direito indígena, por lei, é anterior ao reconhecimento das autoridades. Por isso, antes que o governador peça a saída dos índios, seria importante que ele pedisse um laudo antropológico, para verificar se ali é realmente uma terra indígena”.

- Rodrigo Venzon: Diz que o Parque foi demarcado em 1911 pelo Estado, mas desde 1934 é da União. Em 1949 foi passado para o Estado para demarcar o parque. O governo do Rio Grande do Sul, oficialmente colonizou 50 colonos em terras indígenas. Esta denúncia foi feita em 67 através de uma CPI que definiu que a área deveria ser dos índios e determinou a saída dos colonos. Decisão que até hoje não foi executada.

INDIANOS NÃO CUMPREM DECISÃO DE JUIZ E PERMANECEM NO PARQUE

Indianos não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque... (text continues with details of the court case and the tribe's actions)

COMO É ISSO

Como é isso... (text provides context or background information related to the main article)



Índios não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque

Índios não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque
Tribuna Federal decidiu em favor dos índios... (text continues with the court's ruling)



Uma paisagem do parque nacional... (text describes the location shown in the photo)

Indianos não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque... (text continues with details of the tribe's actions)

Após a decisão, os índios não se retiraram do parque... (text continues with details of the tribe's actions)

Uma paisagem do parque nacional... (text describes the location shown in the photo)

Indianos não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque... (text continues with details of the tribe's actions)

Indianos não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque... (text continues with details of the tribe's actions)

Terras de área florestal pertencem aos cinqüingües

Terras de área florestal pertencem aos cinqüingües... (text continues with details of the land dispute)

Terras de área florestal pertencem aos cinqüingües... (text continues with details of the land dispute)

Terras de área florestal pertencem aos cinqüingües... (text continues with details of the land dispute)

Terras de área florestal pertencem aos cinqüingües... (text continues with details of the land dispute)

COMO É ISSO

Como é isso... (text provides context or background information related to the main article)

MÉXICO NÃO CUMPREM DECISÃO EM PASSO FUNDO

México não cumpre decisão em Passo Fundo... (text continues with details of the court case)

México não cumpre decisão em Passo Fundo... (text continues with details of the court case)

México não cumpre decisão em Passo Fundo... (text continues with details of the court case)

Dagé apete Advez. no Brasil

Dagé apete Advez. no Brasil... (text continues with details of the political situation)

Ficha 25**Tipo:** Terra**Título:** Liminar mantém índios no parque**Data:** 29-02-1992**Tamanho:** 3 col X 11,8 cm**Localização na página:** Em cima à direita**Editoria:** Estado**Resumo:** Decisão do Tribunal de Alçada, tomada na noite passada, derruba ordem de juiz de Nonoai que dera reintegração de posse da área ao Estado.

- O juiz Sérgio Gischkow Pereira, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada concedeu liminar suspendendo decisão do juiz de Nonoai de retirar os índios da área do Parque Florestal. No entendimento dele, as questões jurídicas indígenas são competências da justiça Federal. Em sua petição o juiz diz que considerou a situação de conflito iminente envolvendo uma centenas de pessoas. O procurador da Funai Derli Cardoso Fiúza vai tentar uma medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal, onde a Funai questiona a propriedade do parque e a reivindica para os caingangues. Mesmo assim, órgãos do estado garantem que estão preparados e organizando a retirada dos índios.

Autor: Joaquim Fernandez**Citados:** Sérgio Gischkow Pereira, juiz da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada; Derli Cardoso Fiúza, procurador da Funai; Gabriel Fadel, procurador do Estado; Paulo de Tarso Pereira, procurador de Carazinho, Dilso Domingos Pereira, juiz de Nonoai; Luis Carlos Miranda, capitão da Brigada de Nonoai.**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

Decisão do Tribunal de Alçada, tomada na noite passada, derruba ordem de juiz de Nonoai que dera reintegração de posse da área ao Estado.

O que dizem as fontes:

- Sérgio Gischkow Pereira, juiz da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada - Reconhece a existência de uma situação de conflito grave e eminente com conotações políticas e sociais, envolvendo não apenas uma ou duas, mas centenas de pessoas, cujas conseqüências são imprevisíveis”.

- Gabriel Fadel, procurador do Estado - Nega que tenha se comprometido pedir prorrogação do prazo para os índios deixarem o parque. diz que esse é o momento de execução da determinação judicial” Também disse que “a Funai se colocou à disposição pra ajudar no contato com os índios no sentido de obter uma retirada pacífica da área”.

- Dilso Domingos Pereira, juiz de Nonoai - confirmando as declarações de Fadel, diz que estranhou as declarações publicadas pela imprensa a respeito de uma possível protelação no prazo de retirada dos índios. “O Estado não fez qualquer requerimento neste sentido. Até porque o pedido faria a liminar perder o efeito. A determinação vai ser cumprida. Ainda poderá que talvez haja dificuldades operacionais uma vez que o parque tem 17 mil hectares”.

- Luis Carlos Miranda, capitão d Brigada de Nonoai - “Nós estamos fazendo planejamento da ação, que será encaminhado ao nosso comando superior em Passo Fundo, para que sejam fornecidas as condições materiais e humanas para cumprir a ordem judicial.” Outro fato destacado pelo capitão é o de que os índios estariam “inamistosos”. “Recebemos essa informação de alguns profissionais de imprensa que estiveram na área, esperamos que os ânimos se acalmem com o passar do tempo.”

Ficha 26**Tipo:** Terra**Título:** Índios estão prontos para reagir**Data:** 29-02-1992**Tamanho:** 2 col X 13,9 cm**Localização na página:** Centro à esquerda de uma foto do cacique entrando num carro**Editoria:** Estado

Resumo: A reunião dos representantes indígenas com o chefe do Gabinete da Casa Civil sobre o parque de Nonoai nem chegou a acontecer. O cacique José Lopes mais dois representantes da comunidade indígena Nelson Xangrê e Agemiro Tomaz, voltaram frustrados acompanhados pelo chefe de posto da Funai, Jair Elói de Moraes. Após ouvir o noticiário sobre o aumento do prazo para os caingangues saírem do parque o Cacique declarou que pode mobilizar gente e que teriam comida para permanecer dois anos no local.

Autor: Clarinho Glock

Citados: José Orestes Nascimento, cacique de Nonoai e presidente do Conselho de Caciques de Santa Catarina; Coronel Getúlio Zanchi, chefe do Gabinete da Casa Civil; Nelson Xangrê e Agemiro Tomaz, caingangues que acompanharam o cacique em Porto Alegre; Jair Eloi de Moraes, chefe de posto da Funai.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

Os 600 caingangues ocuparam a área no dia 14, reclamando o direito sobre a terra onde seus antepassados moraram. A notícia de prorrogação do prazo de saída acalmou um pouco o cacique.

- Que o cacique está confiante e ameaçando resistência.
- Também diz que a única certeza do cacique veio da reunião de ontem, com o coronel Zanchi, de que a solução estava nas mãos do judiciário.

O que dizem as fontes:

- José Orestes Nascimento, o Zé Lopes, Cacique de Nonoai - “Não deu nem para falar com o governador Alceu Collares”, disse ele esperançoso com a possibilidade de uma negociação. Mas não descartou a hipótese de um conflito se a polícia resolver retirar os índios do Parque Estadual Florestal de Nonoai. “Basta eu passar uma circular e, em oito horas, eu entupo o mato se for preciso”, avisa confiante. “Temos comida para ficar dois anos lá”. Também disse que não sabia nada a respeito da queima da casa de um dos guardas florestais.
- Jair Eloi de Moraes, chefe de posto da Funai - Diz que muitos dos índios mais antigos que ocuparam a reserva florestal foram arrancados daquela terra à força para a formação do parque. Por isso os índios estão revoltados, acredita. “Na última reunião com os caciques do Rio Grande do Sul, o governador Alceu Collares garantiu que o parque era dos índios.” Por isso ele espera uma solução pacífica para o conflito.

PERAN INVESTIGAR MONTE DE PEREZ

A seguir, se debe de declarar, en el momento que se abra el expediente de la causa, en el momento de la sentencia de la causa, en el momento de la sentencia de la causa...

ESTRANOS ESTÁN EN MAS COMUNICACIONES

La gente que está en el monte de Pérez, en el momento que se abra el expediente de la causa...

Liminar mantém índios no parque

La Decisión del Tribunal de Alcaldía, tomada en la noche pasada, derriba orden del juez de Nonoai que...

NAOQUIM FERNANDEZ

El día de la Cámara Civil, se declaró en el Tribunal de Alcaldía, Sergio Gutiérrez Pereira, concejal...

de con el objetivo de mantener en el monte de Pérez, en el momento que se abra el expediente de la causa...

A partir de la decisión de Gutiérrez Pereira, el procurador de Funchal pretende impugnar el Tribunal Federal...

NEGATIVA

El procurador general de Estado, Gabriel Fidalgo, que no quiere...

de con el objetivo de mantener en el monte de Pérez, en el momento que se abra el expediente de la causa...

Otro, por el procurador de Funchal, que pretende impugnar el Tribunal Federal...

Continuando las declaraciones de Fidalgo, el juez Diogo Domingos Pereira...

de con el objetivo de mantener en el monte de Pérez, en el momento que se abra el expediente de la causa...

Otro, por el procurador de Funchal, que pretende impugnar el Tribunal Federal...

Continuando las declaraciones de Fidalgo, el juez Diogo Domingos Pereira...

Índios están prontos para reagr

CLARINHA GLOCK

A expediente de una causa judicial, en el momento que se abra el expediente de la causa...

de con el objetivo de mantener en el monte de Pérez, en el momento que se abra el expediente de la causa...

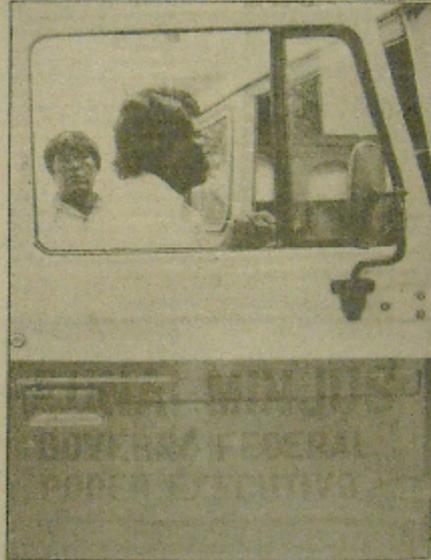
Para eso, por el procurador de Funchal, que pretende impugnar el Tribunal Federal...

Continuando las declaraciones de Fidalgo, el juez Diogo Domingos Pereira...

Otro, por el procurador de Funchal, que pretende impugnar el Tribunal Federal...

Continuando las declaraciones de Fidalgo, el juez Diogo Domingos Pereira...

FRASE — José Orsini de Nascim. no se acuerda de la noticia...



Desfile: nacipe en el Povo Alegre negociando durante el tratado

INDICIANA RECUPERAR ESCUELAS MUNICIPALES

A Comisión de Economía de la Asamblea Legislativa, en el momento que se abra el expediente de la causa...

Temporal causou prejuízos de Cr\$ 10 bilhões

Prefeitos, empresários e vereadores de Nova Hartz e Brejinho, afectados por un tiempo por la...

segunda ola, ocurre en área de floresta riparia, nas encostas da...

que causou a cidade. Sobretudo, ainda, um plano ou projeto para a...

de restrição da floresta, se providências, sendo tomadas, a que é...

Ficha 27**Tipo:** Terra**Título:** NONOAI

Decisão da Justiça alegre caingangues

Data: 01-03-1992**Tamanho:** 5 col X 21,5 cm**Localização na página:** Em cima de lado a lado com foto em 3 col**Editoria:** Estado

Resumo: Os caingangues acampados no parque de Nonoai desde o dia 14 de fevereiro ficaram felizes com a decisão da Justiça, de caçar a Liminar impetrada pelo Estado que pedia a reintegração do Parque. Mesmo assim um grupo de caingangues ainda permanece armado em pontos estratégicos, pois temem que, mesmo com a decisão, a Brigada tente desmobilizá-los. Eles contam um incidente na estrada em que, mesmo desarmados, foram atacados por brigadianos, que atiraram no pneu do trator. No acampamento, as mulheres reclamam que a comida está escassa e as chuvas tem prejudicado. Há muitas crianças gripadas. O cacique já solicitou que seja enviada uma enfermeira para tratar as crianças.

Autor: Clarinha Glock

Citados: José Lopes do Nascimento, Zé Lopes, cacique de Nonoai; Nélon Jacinto Xangrê, conselheiro indígena de Nonoai; Marcolino Mineiros (71), idoso caingangue; Gabriel Nascimento, membro da comunidade.

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

Decisão do Tribunal de Alçada foi recebida com alegria pelos índios que ocupam Parque Florestal, pois garante a permanência do grupo durante mais algum tempo na área

- Clima de alívio e euforia invadiu ontem a área do Parque Florestal de Nonoai
- A chegada de Zé Lopes e do conselheiro Nélon Jacinto Xangrê- que em 1978 liderou o movimento de expulsão dos colonos das terras indígenas em Nonoai – diminuiu a tensão e fez com que muitos índios abaixassem as armas improvisadas: arcos e flechas, pedaços de paus e facas podiam ser vistos nas mãos de vários índios, espalhados pela reserva.
- Chapéu de palha na mão, os caingangues e um grupo de guaranis que se juntou a eles parecem determinados a não deixar o local antes que a lei dos brancos lhes entregue um papel assinado, com a permissão para que possam plantar na área da divisa com o parque e retirar o pinhão e frutas frescas.
- Tanto fugiu, contou Marcolino, que acabou ficando sem a terra que agora ele e o grupo tentam tomar de volta.

O que dizem as fontes:

- Zé Lopes, cacique - “Nós ganhamos, pelo menos por enquanto a Brigada Militar não vai poder tirar a gente daqui.”
- “Não queremos depredar. Até gostaríamos que um ecologista viesse aqui conferir como está a área.” Também diz que só mataram dois tatus até agora.

- Marcolino Mineiros (71), idoso caingangue - “Tenho dois filhos e o sogro enterrados aqui”. “Naquela época índio não sabia falar português. Ele fugia dos brancos”.

- Gabriel Nascimento, membro da comunidade - Conta que estava no trator com outros índios quando a Brigada Militar cercou-os e pediu que se desarmassem, quando o fizeram, um dos brigadianos atirou contra o pneu do trator. Quando reagiram, os soldados foram embora.

Ficha 28**Tipo:** Terra**Título:** Índios lutam na Justiça para manter área**Data:** 01-03-1992**Tamanho:** 3 col X 11,40 cm**Localização na página:** Embaixo à direita com infográfico do mapa do Rio Grande do Sul destacando as cinco cidades as quais abrange a área total do Parque Rodeio Bonito, Nonoai, Planalto, Trindade do Sul e Liberato Salzano**Editoria:** Estado**Resumo:** Quando os colonos chegaram no Rio Grande do Sul havia cerca de 500 mil índios. Hoje são 6.800 em 50 mil hectares. Desde o século XVII, travaram lutas sem trégua. Em 1910 foram criadas as reservas indígenas, totalizando 120 mil hectares, mas a invasão dos colonos foi aos poucos diminuindo as áreas. Em 1960 as reservas totalizavam apenas 50 mil hectares. Em 45 foi criado o parque e ainda em 60, parte da área foi utilizada para colonização. A Constituição determina que até 1994 as terras indígenas sejam demarcadas. A luta agora nos tribunais começou. A Funai já pediu na Justiça Federal a devolução de 23 mil hectares que envolvem o Parque e mais áreas rurais e urbanas das cidades de Planalto e Nonoai.**Autor:** ClaLuiz Carlos Domigues – Pesquisa ZH**Citados:****Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

Dizimados pelas guerras e pelas doenças trazidas pelos brancos eles, teimam em sobreviver e lutam para recuperar suas terras e conservar sua herança e modo de vida.

A situação é complicada, pois o Parque é uma das melhores reservas ecológicas do Estado. Também na área reivindicada há propriedades rurais e urbanas de Planalto e Nonoai.

- Os brancos morados da área alegam que os índios podem destruir o patrimônio do Parque assim como a vitória deles privaria a cidade de áreas de importância econômica para a região. Os indígenas porém, além de amparados na Constituição, alegam que o governo poderia administrar, mas não dispõe da terra. Além disso, estão animados com a vitória obtida em Santa Catarina, em 1984, onde a justiça concedeu reintegração de posse aos caingangues.

O que dizem as fontes: N/C

NONOAI

Decisão da Justiça alegre caingangues

Decisão do Tribunal de Alçada foi recebida com alegria pelos índios que ocupam Parque Florestal, pois garante a permanência do grupo durante mais algum tempo na área

FLÁVIA GLUCK
Jornalista

Um dia de calor e a estufa seca, durante a aula do Parque Florestal de Nonoai, ocupada por cerca de 600 índios, desde o dia 14 de fevereiro. A maioria de que a maioria que deu a origem do grupo de índios na área do Parque Florestal de Nonoai, não saiu muito pelo seu do Tribunal de Alçada, que confirmou a ocupação dos caingangues. José Otávio de Nascimento, o Ze Lopes, o chefe da família, disse: "Não parávamos, tínhamos as crianças, mas com a decisão dos 'Trib' vamos, por enquanto, a Brigada Militar não vai poder tirar a gente daqui", respondeu entre risos e lágrimas.

A chegada de Ze Lopes e do conselheiro Nelson Jacinto Xiriguita — que em 1978, através do movimento de luta e resistência dos índios das terras indígenas em Nonoai — durante a reunião e fez com que muitos índios atendessem as aulas representadas: artes e flores, pedras de sapo e outras pedras, os índios não mais de seus filhos, escolhidos pela reserva.

Percebendo o quanto é sério, que as tentativas dos brancos seriam de manter os índios, um grupo de caingangues permaneceu sentado e no dia do porquê, ao longo de cerca de uma semana e termina que da reserva, 17 mil hectares. A sociedade se organiza porque, mesmo com a luta, os índios sabem que é possível e fingem estar desmotivados. A área que é com os caingangues é aquela que faz Planalto e Nonoai.

O advogado Gabriel Nascimento

15, mesmo como os índios tiveram que enfrentar os policiais na estrada, quando chegaram a comissão de paz. No sentido caingangue, só os da BM de Nonoai e de Planalto colocaram seus carros, um de cada lado da ponte do Passo Foz, e mantiveram os sete índios que viraram no "trator" de José. Gabriel Nascimento diz que os caingangues não desceram, e jogaram as facas e pedras de pau no chão, que era para não dar trabalho. Mas que um soldado atirou no pé de um índio. Como os índios esboçaram uma reação, os policiais se esfregaram e deixaram o local.

CRIFE — No Parque Florestal, as crianças armadas deram início às ocupações. Apesar do cacique afirmar que há comida para dois anos, as mulheres reclamam que a alimentação não é tão fácil assim. Além disso, a chuva de dois dias transformou a terra em barro e aumentou a gripe das crianças. Duas delas tiveram que voltar para a cidade de onde saíram para procurar tratamento. As crianças que ficaram estão separadas pela área e brincam com o arco e flecha, sem se dar conta da gravidade da situação. O cacique Ze Lopes, o pai do chefe da Família, vai levar uma enfermeira para a reserva para garantir a saúde das crianças.

Clayton de Paula na mão, os caingangues e um grupo de crianças está se juntando a eles porque determinam se não deixar o local antes que a lei dos brancos lhes entregue um papel assinado, com a permissão para que possam plantar na área da divisa entre o parque e reserva o pinhão e outras árvores da reserva. "Não que-



Vida familiar: alguns momentos de tempo, índios cultivam a força política para preservação do acampamento

remos depender. Até gostaríamos que um ecologista viesse aqui conferir como está a área", disse Ze Lopes. Nos 15 dias em que ocuparam o local, ele afirma que os índios só caçaram dois tatus.

Na área do cemitério, que foi o início da entrada dos caingangues no Parque, permanece a cruz de madeira erigida no dia da ocupação. "Tenho dois filhos e o sogro enterra-os aqui", comenta o índio Manoel

no Missões, 73. "Não pode haver, indo não sabe falar português. De fugir dos brancos". Tanto fugiu, como Manoel, que acabou ficando sem a terra que agora ele e o grupo tentam tomar de volta.

Índios lutam na Justiça para manter a área

Quando os primeiros colonos chegaram ao Rio Grande do Sul, existiam cerca de 500 mil índios espalhados praticamente por todo o Estado. Hoje, eles são apenas 6.000, divididos entre 50 mil hectares de reservas. Durante pelos guerras e doenças transmitidas pelos brancos, eles tentaram sobreviver e lutar para ocupar suas terras e conservar sua herança e modo de vida.

Desde o século XVII, quando os brancos chegaram ao Rio Grande do Sul, as lutas entre índios e colonos foram sem tréguas. Embora as famílias não fossem muito numerosas, os índios tiveram de lutar contra os brancos, que queriam suas terras para a criação de gado e para a agricultura. As guerras entre os índios e os brancos foram tão duras que muitos índios morreram e os poucos que ficaram foram obrigados a abandonar suas terras e migrar para as reservas.

A guerra travada contra os caingangues levou o governo estadual a

adotar a criação das reservas. Muitos foram os indígenas sob guarda e, ao mesmo tempo, tentava-se fazer que eles assimilassem os costumes da sociedade branca. As primeiras reservas foram criadas em 1910, totalizando cerca de 130 mil hectares. Mas a maioria dos índios, com a construção das autarquias municipais, acabou perdendo a área em mãos da cidade.

Em 1960, as reservas somavam uma área total de 50 mil hectares. A Constituição brasileira determinou que até 1994 sejam demarcadas todas as áreas indígenas, e sempre a posse dos 50 mil hectares desapropriados pelo governo estadual.

JUSTIÇA — É a luta desta vez que, tribuando a situação. Os índios da reserva de Nonoai, representados pela Família, entraram na Justiça Federal de Porto Alegre requerendo a devolução de 25 mil hectares pertencentes aos índios caingangues, tomada pelo Estado em 1963. Naquela época, a reserva de Nonoai tinha 39.980 hectares. Em 83, o Estado

transformou 25.000 hectares do Parque Florestal. Em 1960, o governador Leonel Brás fez 5.072 hectares que haviam sido ocupados ilegalmente por colonos. A reserva foi reduzida a 14.910 hectares, mais ou menos 17.000 indígenas.

A situação é complicada, pois o Parque Florestal de Nonoai é uma das melhores reservas ecológicas do Estado. Além disso, a área reclamada pelos caingangues abrange também terras raras e urbanas do cidade de Planalto e Nonoai.

Os brancos moradores da área alegam que os índios podem destruir o patrimônio do parque, entre outros o sistema de irrigação do cidade de Nonoai, além de uma reserva de madeira. Os indígenas, porém, afirmam que a Comissão de Constituição, Alçada que o Governo pediu anteriormente, não deu êxito à terra. Além disso, estão armados com a violência contra os índios caingangues. João Carlos Domingues — Pesquisa Z10

O PARQUE



Ficha 29**Tipo:** Terra**Título:** Governo promove demarcação de terras**Data:** 01-03-1992**Tamanho:** X 3 colunas**Página:** 29**Localização na página:** Embaixo à esquerda**Editoria:** Estado

Resumo: Os índios brasileiros têm o que comemorar. Se a Constituição de 88, em seu artigo 67 das Disposições transitórias for cumprida, pois ele prevê que até 94, 554 áreas indígenas deverão ser demarcadas, correspondente a 89,5 milhões de hectares, mais de 10% do território nacional. Segundo Sydney Possuelo, presidente da Fundação Nacional do Índio, até agora, apenas 52% da demanda foi cumprida. A pressão internacional, no entanto vem ajudando e o governo vem atendendo, mesmo que a passos lentos. Em fevereiro começou a demarcação da terra indígena Iannomami, em Roraima, a maior de todas. O presidente da Funai também espera a votação do Estatuto do índio, que irá retirar a tutela física dos índios, mantendo apenas a tutela do Estado sobre suas terras. O Estatuto também prevê que o Ministério Público Federal será o órgão de proteção dos povos indígenas. Existem cerca de 250 mil índios no Brasil, divididos em cerca de 200 etnias, que falam mais de 170 idiomas.

Autor: Daniel Bramatti (Editoria Local)**Citados:** Presidente da Funai Sydney Possuelo

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando: Os índios brasileiros, ao contrário do restante do povo, têm bons motivos para acreditarem num futuro melhor.

O que dizem as fontes: Que as demarcações embora lentas têm sido feitas, sob a pressão internacional às vésperas da Ri-92. E que a Funai está lutando pela votação do Congresso no Estatuto do Índio, e pela tutela sobre as terras indígenas, não mais sobre os povos indígenas.

Ficha 30**Tipo:** Terra**Título:** Ocupação está envolta em muitas acusações**Data:** 01-03-1992**Editoria:** Estado**Página:** 29**Localização na página:** Em cima à esquerda com foto à direita em 3 col**Tamanho:** 2col X 18 cm

Resumo: Um grupo de 150 caingangues ocupou dia 14 de fevereiro o Parque Florestal Estadual de Nonoai para homenagear seus mortos, no cemitério que ficou dentro dos limites do parque. Depois disto não saíram mais, aos poucos outros foram chegando e agora são 600. O diretor do Parque acusa os índios de terem abatido dezenas de tatus e veados, além de terem colocado fogo na casa de um dos guardas e de ameaçarem de morte outro servidor do Estado. Eles se defendem dizendo que foram perseguidos pelos guardas e pela Brigada. Também denunciaram ao promotor de Nonoai o garimpo ilegal e roubo de madeira, sem que os guardas nada façam, para tanto entregaram uma fita de vídeo.

Autor: Ângela Bastos – Central do Interior**Citados:** Ariel Rossato, diretor do Parque; Luiz Antônio Portela, promotor de Nonoai; Sérgio Ari Pereira, guarda Florestal**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

Os caingangues chegaram ao Parque Florestal há 16 dias para homenagear antepassados enterrados no cemitério local. Hoje dizem que não vão sair.

- A parceria índios e natureza no Brasil é mais antiga do que conta a história dos colonizadores. O rastro dos índios pelo Parque Estadual Florestal de Nonoai é visto, por exemplo, no cemitério da Aldeia Campina da Pedra.

O que dizem as fontes? N/C

Ficha 31**Tipo:** Terra**Título:** Uma viagem a Porto Alegre cheia de frustrações**Data:** 01-03-1992**Editoria:** Estado**Página:** 29**Localização na página:** Embaixo à direita**Tamanho:** 3col X 12,5 cm

Resumo: Receosos de que o Estado cumprisse a determinação de saída dos caingangues do parque Florestal de Nonoai, eles formaram uma comissão para tentar negociar com o governo. Na quinta-feira, em reunião no gabinete do secretário da Agricultura Aldo Pinto, o cacique José Lopes do Nascimento tentou convencer os presentes que haveria derramamento de sangue caso a Brigada entrasse na área. Como nenhuma solução foi apontada pelo Secretário, o grupo também composto por conselheiros indígenas, o procurador da Funai, Derli Cardoso Fiúza e o prefeito de Nonoai, Adônis Luiz de Barros(PDT), procurou o procurador Geral do Estado Gabriel Fadel, para que o prazo dado pelo juiz fosse esticado. A promessa de Fadel, testemunhada por **Zero Hora** (grifo de ZH) de interceder junto à Justiça não foi cumprida. O Procurador da Funai então entrou na Justiça alegando que a questão indígena só pode ser tratada no âmbito da Justiça Federal. Do coronel da Brigada Getúlio Zanche, ouviram novamente que ninguém quer o confronto. O grupo ficou irritado quando soube que o governador não os receberia.

Autor: Ângela Bastos – Central do Interior

Citados: José Orestes do Nascimento, Cacique; Alceu Collares, governador; Aldo Pinto, secretário da Agricultura; Gabriel Fadel, procurador do Estado; Dilso Domingos Pereira, juiz de Nonoai; Getúlio Zanche, coronel da Brigada; Derli Cardoso Fiúza, procurador da Funai; Adônis Luiz de Barros(PDT), prefeito de Nonoai; Sérgio Gischkow Pereira, juiz

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Invasores do parque.
- Temerosos da retirada pela força.
- Promessa do procurador do Estado presenciada por Zero hora não foi cumprida.

O que dizem as fontes:

- José Orestes do Nascimento, cacique - “Os ocupantes do Parque acreditaram nas palavras do governador de que terra de caingangue tem que ser ocupada por índio, como ele mesmo disse em reunião com caciques do Rio Grande do Sul.”
- “se a polícia militar ingressar na área haverá derramamento de sangue.”
- “Podemos ficar entrincheirados, pois há comida para até dois anos.”

- Secretário Aldo Pinto e procurador Gabriel Fadel - “O Estado não quer confronto mais vai executar a ordem judicial.”

Ficha 32**Tipo:** Meio Ambiente**Título:** NONOAI

Denúncia de destruição da reserva

Data: 02-03-1992**Tamanho:** 4 col X 13,8 cm**Página:** 34**Localização na página:** em cima à direita com foto bem típica em 3 col**Editoria:** Estado

Resumo: O promotor de Justiça de Nonoai entrou com duas ações civis públicas para apurar os danos causados ao Parque Florestal de Nonoai desde a ocupação por 600 caingangues. A ação também determina que ninguém pode tocar nas árvores e na mata nativa. As ações tiveram origem em pedidos de brancos que reconhecem os direitos indígenas, mas que estão preocupados com o meio ambiente. Alega que os 14 mil hectares da área indígenas estão depredados. Também diz que há indícios de que funcionários da Funai são coniventes com a venda de madeira. E alerta que em qualquer situação de violência os políticos da Funai e as lideranças indígenas terão que responder criminalmente.

Autor: Clarinha Glock**Citados:** Luís Antônio Portela, promotor de Justiça de Nonoai.**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Ministério Público vai apurar ação dos índios no desmatamento de áreas destinadas à preservação. Caingangues se defendem e acusam os brancos.

O que dizem as fontes:

- Luís Antônio Portela, promotor de Justiça de Nonoai;

- Ninguém pode tocar nas árvores, nem na mata nativa do parque – nem os índios, nem os brancos, nem os madeireiros.

-“São dois interesses jurídicos tutelados: o do índio e o do meio ambiente. Só que a mata não tem quem grite por ela e isso é responsabilidade nossa.”

- Segundo o promotor há interesses eleitoreiros insuflando os indígenas. Por isso avisa que se houver qualquer problema, ou se for derramada uma gota de sangue, os políticos da FUNAI e as lideranças indígenas terão que responder criminalmente.

Ficha 33**Tipo:** Terra**Título:** O símbolo de uma luta antiga**Data:** 02-03-1992**Tamanho:** 4 col X 11,6 cm**Localização na página:** No centro à direita**Editoria:** Estado

Resumo: Em maio de 1978 Néelson Jacinto Xangrê, então com 32 anos liderou a expulsão dos colonos de Nonoai. A batalha teve sucesso, mas ele teve que se esconder por uns tempos, com medo das ameaças dos brancos. Passados 14 anos, hoje, como conselheiro do cacique Zé Lopes, está de volta à luta. Ele tem participado das negociações com o Estado, e deu seu depoimento logo após o cacique ter anunciado o ganho de causa na justiça.

Autor: Clarinha Glock

Citados: Néelson Jacinto Xangrê, conselheiro caingangue; José Orestes do Nascimento, Cacique; Alceu Collares, Governador; Sérgio Gischkow Pereira, juiz de plantão do Tribunal de Alçada

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Seu discurso é símbolo de uma luta antiga.

O que dizem as fontes:

Néelson Jacinto Xangrê, conselheiro de Nonoai - “A gente vê que tem ainda terra pra conquistá de volta, que por lei o índio tem direito de reclamar e recuperar de volta, para isso existe a justiça. Por que nós tema a justiça do branco e quando o índio reage a seu direito a justiça não funciona? Tem que funcioná, né?”

Se o governo brasileiro não quer que existe conflito n Brasil, tem que devolvê todas as terras dos índios. Mas a gente já não confia, desde a época do primeiro chefe do posto aqui em Nonoai que sempre falava que os arrendatários iam sair – no começo foi o arrendatário, depois a invasão dos colonos e 1963/64.

Até hoje os colonos procuram conscientizar mal os índios, querem fazer negociação que não cabe por lei nas áreas. Eles sabem que tã em cima das terras que não é deles, então são obrigados a se preocupar. Tem colono já ameaçando de matar índio se o índio for mexer nas delas deles. A gente não confia mais em resposta que vai chegar da justiça, porque todo esse tempo, que ficou invadida a área indígena, ficamos esperando. “Dezesseis anos e não vinha nada.”

Ficha 34**Tipo:** Meio Ambiente**Título:** Campo de futebol, uma área desmatada no parque**Data:** 02-03-1992**Tamanho:** 4 col X 4,8 cm**Localização na página:** Embaixo à direita**Editoria:** Estado

Resumo: Uma cancha de futebol no Parque e uma cruz de madeira demarcam uma área que, segundo o diretor do Parque, foi desmatada pelos índios que lá estão acampados desde o dia 14 de fevereiro. A cassação da liminar que pedia a retirada dos caingangues do parque aliviou os ânimos no acampamento, onde as crianças brincavam em torno da área do cemitério indígena. O diretor do Parque ficou preocupado, pois não lembra das estacas que marcam o cemitério e imagina que a área do cemitério tenha sido desmatada. Por sua vez o cacique, que será candidato a vereador pelo PDS, prepara-se para ir a Brasília falar pessoalmente com o presidente da Funai para agilizar a retomada das terras indígenas em Nonoai.

Autor: Clarinha Glock**Citados:** José Orestes do Nascimento, Cacique; Ariel Rossato, diretor do Parque**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Diz que os caingangues devastaram a área do campo de futebol.

O que dizem as fontes:

- Ariel Rossato, diretor do Parque - Imagina que a área do campo de futebol tenha sido desmatada.

BIÊNIO DO MERCOSUL SERÁ EM INGLÊS?

Apesar de ser o primeiro ano do biênio do Mercosul, há quem questione se a aproximação de economias de países tão diferentes...

MPU DE LUÍ ESTÁ EM INVESTIGAÇÃO

O relatório do TCU, Valdir de Aguiar, diz que o MPU de Luí está em investigação...

NONOAI

Denúncias de destruição da reserva

O Ministério Público vai apurar ação dos índios no desmatamento de áreas destinadas à preservação. Cangigueiros se defendem e acusam os brancos

CLARINHA GLOCK

O Ministério Público apresentou ontem duas ações civis públicas, em que pretende apurar os danos causados ao Parque Florestal de Nonoai...



Bateria: cangigueiros se preparam para resistir a uma possível expulsão, reatando suas tradições ancestrais

colocada na zona de transição entre a mata de araucária e de folhas largas folhosas. São dois terrenos indígenas, o primeiro o do município de Nonoai...

Parque abarca quase 14 mil hectares da área indígena em Nonoai, sendo completamente desmatada, e quem perde com isso são os indígenas e alguns brancos...

alguns índios. Segundo o promotor, há interesse econômico em relação aos indígenas. Por isso, avisa que se houver qualquer denúncia...

O símbolo de uma luta antiga

Foi em maio de 1978, um cadáver empalado no tronco e cabeça de um índio, Nelson Jacinto Xingó, tinha então 32 anos e uma corrente...

"A gente só vive aqui até morrer por causa de vocês, que põem a mão em tudo de destruir e não deixar nada pra nós vivermos aqui..."



Miséria: no fim pesto empalado do índio, colocam ali os que mais sofrem

Nelson Xingó participou da luta armada e esteve presente nas reuniões de negociação com o governo de Foz de Iguaçu...

Até hoje os colonos, associados ao governo, não se preocupam em fazer negociações com os índios...

MISSÕES CONSTRÓM USINA PARA LIXO

O município de Foz de Iguaçu, localizada no estado do Paraná, tem uma população de cerca de 300 mil habitantes...

Campo de futebol, uma área desmatada no parque

Uma cancha de futebol, em frente a um condomínio indígena, não parece coincidir exatamente em Parque Florestal de Nonoai...

Uma cancha de futebol, em frente a um condomínio indígena, não parece coincidir exatamente em Parque Florestal de Nonoai...

Quando o município de Foz de Iguaçu, no estado do Paraná, decidiu construir um campo de futebol...

do Nascimento, o Sr. Lago, está ansioso para que aconteça logo o projeto de lei...

WOT KING COLE

Wot King Cole, um dos líderes do movimento indígena, afirma que os índios não são apenas vítimas...

Ficha 35**Tipo:** Geral**Título:** Cacique quer denunciar perseguições**Data:** 03-03-1992**Tamanho:** 4 col X 33,6 cm**Página:** 26**Localização na página:** Em cima à direita**Editoria:** Estado**Resumo:** Decisão do Tribunal de alçada foi considerada uma vitória pelo Cacique Zé Lopes. Mas ele quer mais: garantia da área e ser eleito vereador.

- Em entrevista a Clarinha Glock, o cacique José Orestes do Nascimento, Zé Lopes, que irá participar da conferência Rio-92, dá sua versão sobre a história da reserva de Nonoai. Defende-se das acusações contra ele, e os caingangues de depredações no Parque desde a ocupação. Também diz que o garimpo e o roubo de madeira é coisa dos colonos, bem como a queima da casa do diretor do Parque. Diz que Deus está do seu lado, membro da Igreja Novas Tribos do Brasil, identificada com exploração ilegal de pedras preciosas, e vai se candidatar a vereador pelo PDS.

Autor: Clarinha Glock**Citados:** José Orestes Nascimento, Zé Lopes, cacique de Nonoai; Ariel Rossato, diretor do Parque.**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- O cacique José Lopes que lidera os 600 caingangues que ocuparam o parque de Nonoai é uma figura controversa. Ele responde a um processo na justiça por venda ilegal de madeira.
- Hoje aparentemente regenerado, vai se candidatar a vereador pelo PDS.
- Confiante, vai denunciar a situação dos índios no Rio Grande do Sul na Rio-92.
- pertence a uma Igreja que já foi acusada de roubo de pedras no Norte onde também tem trabalho com os índios.

O que dizem as fontes: N/C

Ficha 36**Tipo:** Violência**Título:** Ameaças envolvem índios e brancos**Data:** 03-03-1992**Tamanho:** 4 col X 7,6 cm**Página:** 26**Localização na página:** Embaixo à direita**Editoria:** Estado

Resumo: O diretor do Parque de Nonoai teme represálias por parte dos índios. Vive há oito anos no Parque e foi o primeiro corrido pelos índios quando chegaram. Alega que será catastrófica a presença dos índios. Que eles já abateram dezenas de animais. Desafia os ecologistas a irem fazer uma vistoria no Parque, mas longe do cacique que só mostrará o que lhe interessa. É contra um acordo que libere pelo menos o livre trânsito dos índios na área, porque descaracterizaria a função do Parque. Defende os colonos das acusações do cacique de que teriam devastado a área retomada pelos caingangues e diz que se os índios estivessem preocupados com isso, já teriam deixado a mata crescer. Em 14 anos já teria se recuperado.

Autor: Clarinha Glock**Citados:** Ariel Rossato, Diretor do Parque**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Escanteado para uma posição de observador dos fatos, desde que os índios entraram na área, ele se coloca na defensiva.

O que dizem as fontes:

- Ariel Rossato - "Para o Parque a invasão dos índios é uma catástrofe."

- Se os índios querem o livre acesso para pescar, caçar e melar (tirar mel), o parque perde a característica de Parque. Atrás do mel vai o palanque (madeira) e as pedras preciosas e modifica o ecossistema.

- "Mas eles expulsaram os colonos em 1978. De lá pra cá são 14 anos, tempo suficiente para crescer uma mata virgem respeitável nas terras indígenas."

Ficha 37**Tipo:** Terra**Título:** Guardas deixam o parque**Data:** 04-03-1992**Tamanho:** 3 col X 6,9 cm**Página:** 27**Localização na página:** Em cima à esquerda**Editoria:** Estado**Resumo:**

- O diretor do Parque Estadual Florestal de Nonoai, Ariel Francisco dos Santos Rossato, nem os demais guardas florestais não voltaram ao parque depois da decisão judicial que garante a permanência por ora, dos caingangues que acampam na área, para evitar um possível confronto. Ele acredita que o Estado vai buscar uma solução para cassar a liminar. Também afirma que a entrevista do cacique Zé Lopes contém muitas inverdades, pois ele nega situações que realmente aconteceram.

Autor: N/C**Citados:** Ariel Rossato, Diretor do Parque; Zé Lopes, Cacique**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Liminar no Tribunal de Alçada afastou policiais e funcionários. Índios permanecem na área pelo menos até o Estado buscar novas soluções em Brasília.

O que dizem as fontes:

- “Eu acredito que o Estado ingresse no Supremo Tribunal Federal com uma ação para cassar a liminar concedida em favor dos índios.”

- “O juiz do Tribunal de Alçada considerou que a questão deve ser julgada em nível Federal, mas o juiz de Nonoai acha que houve espoliação sucessória” (Espoliação - Ato de retirar por violência ou fraude a posse da coisa de alguém).

- “Queremos evitar conflitos com os índios, o que certamente ocorreria se fôssemos lá.”

Ficha 38**Título:** Índios ficam na área de Nonoai**Data:** 20-04-1992**Tamanho:** 3 col X mais foto de três coluna**Página:** 29**Localização na página:** Em cima**Editoria:** Estado**Resumo:** Olho: Os Kaingang não se afastaram da reserva florestal do Estado. Eles asseguram que a área lhes pertence e querem permanecer ali.

Os caingangues e guarani (pela primeira vez mencionados) permanecem na área do Parque Florestal. Segundo o cacique Zé Lopes, as terras lhes pertencem e cerca de 100 homens continuam no local, até a promessa do governador Alceu Collares, que a terra será deles, seja cumprida. O Parque florestal foi ocupado no dia 14 de fevereiro por 150 índios alegando que fariam limpeza no cemitério indígena lá existente e estão até hoje, chegando a serem mil pessoas. Aos poucos porém em função da chuva e das más condições no local muitos foram saindo. São acusados de causarem danos ao meio ambiente, hoje são eles quem denunciam os desmatamentos e a poluição. Segundo o cacique os brancos e os próprios guardas florestais que estimulam o corte de madeira e o garimpo. Por isso o cacique criou uma guarda própria de 45 homens que estão distribuídos estrategicamente no Parque.

Na reserva moram 2500 índios, em 14.910 hectares, sendo que até 1911, tinha 34.908 hectares.

Autor: N/C**Citados:** José Orestes do Nascimento, Cacique.**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

-Teimosos, porque não se afastaram das terras do Estado.

O que dizem as fontes:

- Zé Lopes, Cacique - Que montaram uma guarda própria com 454 homens. E que aguardam a confirmação da promessa do governador Alceu Collares de que a área lhes pertence.

Ficha 39**Título:** AMBIENTE

Parque de Nonoai é um cemitério verde (de onde saiu esta designação de cemitério verde)

Data: 19-05-1992**Tamanho:** 2 col X 14, 5 mais foto de três coluna**Página:** 44**Localização na página:** Em cima**Editoria:** Geral**Resumo:**

-Um vendaval derrubou araucárias do local. Os índios caingangues que ocupam o local temem ser acusados por ecologistas.

- Centenas de araucárias do Parque Estadual Florestal de Nonoai foram derrubadas por um forte temporal no mês de abril. O cacique está preocupado porque até agora nenhum ambientalista esteve visitando o parque, e poderão achar que foram os caingangues que derrubaram as árvores. O vento forte ocorreu antes da Páscoa e afetou o município de Gramado dos Loureiros, derrubando telhados. O cacique lamenta que os índios não utilizarão a madeira caída para não parecer que estão desmatando, além disto as serrarias pertencem aos brancos, nem mesmo os pinheiros americanos que estão numa área que pertenceu ao fazendeiro Castilho Saltoreto serão recolhidos. A Funai foi comunicada, mas até agora não apareceu.

Autor: Clarinha Glock**Citados:** José Orestes do Nascimento, cacique; Orído Porfírio, capitão do setor Bananeiras**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- A tormenta transformou parte da área de 17 mil hectares num cemitério verde.
- O cenário é desolador e preocupante...
- Pinheiros dobrados que provavelmente nunca mais se erguerão impávidos e imponentes sobre a mata.

O que dizem as fontes:

- Zé Lopes, cacique - Seria até bom que viesse alguém aqui para olhar como está o parque
- “Tem uma fortuna aqui”, disse o cacique, olhando para as árvores caídas.

Ficha 40

Título: Funai não manda recursos, acusa o cacique

Data: 19-05-1992

Tamanho: 4col X 8,3 cm

Página: 44

Localização na página: No centro à direita

Editoria: Geral

Resumo: O cacique de Nonoai reclama que há seis meses a Funai não repassa nenhum recurso ao 2.400 índios que vivem na reserva. O Posto da Funai está endividado com todas as farmácias de Planalto e Nonoai. O carro que eles têm está estragado há 45 dias. Nesta situação, os índios apelam para os membros da igreja Novas Tribos do Brasil, uma igreja norte-americana que se estabeleceu dentro da reserva e ajuda no atendimento médico. Membros da seita já foram acusados no norte do país de explorar pedras preciosas. Há poucas pessoas ainda no parque, algumas famílias ocuparam as casas dos guardas e vivem ali. Nos finais de semana um grupo é deslocado para o parque para conter os caçadores. Desta forma os índios de Nonoai enfrentam duas lutas junto à justiça. Além do direito de ir e vir dentro do Parque, eles reivindicam 25 mil hectares que o governo do Estado tomou em 1945, que inclui, além do parque, propriedades rurais e urbanas das cidades de Planalto e Nonoai.

Autor: Clarinha Glock

Citados: José Orestes do Nascimento, cacique; Genoir Bongiorno, comerciante; Devino Barrichello, apicultor

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- A situação dos caingangues de Nonoai não anda fácil.
- É neste contexto que os índios de Nonoai levam à frente suas duas lutas.

O que dizem as fontes:

- Genoir Bongiorno, comerciante - Diz que tem tida a documentação de suas terras e não vai se preocupar;
- Devino Barrichello, apicultor - “Se eles tiverem direitos a esta parte da cidade eles tem direito a todo o Brasil.”

Ficha 41

Título: Líder pretende concorrer a vereador

Data: 19-05-1992

Tamanho: 3 col X 8,34 cm

Página: 44

Localização na página: Embaixo à direita

Editoria: Geral

Resumo: O cacique Zé Lopes de Nonoai vai concorrer a vereador pelo PDS, pelo recém criado município de Gramado dos Loureiros. Já acusados de usar a causa da terra indígena para ocupar o parque e de roubar madeira, diz que nada foi provado até agora. Ele justifica dizendo que irá acolher as famílias que o denunciaram em 1991 e já mandou fazer mais 20 títulos de eleitores. Duas famílias guardam num porão em Nonoai pela volta a área, a afirmam que não há mais o problema do roubo de madeira.

Autor: Clarinha Glock

Citados: Zé Lopes, cacique; Vairé Casemiro e os filhos Abílio e Getúlio, índios expulsos da área que estão de volta

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- A preocupação do cacique Zé Lopes, pelo menos em termos políticos, é muito significativa
- A família de Abília poderá significar alguns votos a mais na eleição, o cacique já mandou fazer 20 títulos a mais.

O que dizem as fontes:

Abília Casemiro - "Em 20 dias devemos estar lá dentro".

- Sobre suas denúncias de arrendamento e venda de madeira: "Na época tinha, agora não".

Parque de Nonoai é um cemitério verde

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.



Imagem 1: Um dos jardins do Parque de Nonoai, em São Paulo.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um não ajuda recursos, ajuda o cacique

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.



Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Lidar presença concorre a verdade

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Um estudo realizado em 2009 constatou que 70% das árvores em um parque de Nonoai são espécies nativas. O estudo também constatou que 30% das árvores são espécies exóticas.

Ficha 42**Título:** JUSTIÇA

Tribunal mantém índios na reserva de Nonoai

Data: 25-09-1992**Tamanho:** 2 col X 19,7 cm**Página:** 43**Localização na página:** Em cima à esquerda com foto à direita em três colunas**Editoria:** Geral**Resumo:**

- A decisão dos juízes da 6ª Câmara Cível garante a permanência de 600 caingangues no Parque Estadual Florestal

- Pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul, os índios estavam representados numa sessão do Tribunal de Alçada e “para assistir a um julgamento longe do banco dos réus. Saíram satisfeitos porque a decisão lhes foi favorável e podem permanecer no Parque de Nonoai. Embasados em um parecer antropológico os juízes deram ganho aos índios. Além da existência de um cemitério indígena no local onde hoje é o Parque, estas terras pertenciam aos índios no início do século quando foram demarcadas. Ao longo do tempo o Estado foi se apropriando de parte da área para colonização e outra para o parque reduzindo a 17 hectares a reserva indígena. O procurador da Funai está requerendo junto à justiça Federal a integridade dos 39.980 hectares, demarcados em 1910. Após a sessão o procurador da Funai, Derli Cardoso Fiúza, comemorou com os índios e destacou a importância da aproximação deles com o Poder Judiciário, até porque no Rio Grande do Sul estas questões têm sido resolvidas pacificamente, através da Justiça.

Autor: N/C**Citados:** Tael João Selistre, relator do processo; José Orestes do Nascimento, Zé Lopes, cacique; Derli Cardoso, procurador da Funai**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

- Os cinco índios sentados na sala de sessões do Tribunal de Alçada destoavam dos juízes togados.

O que dizem as fontes:

- Tael João Selistre, relator do processo - “Eles permanecem no local até o julgamento definitivo da ação.

- Derli Cardoso, procurador da Funai – Já que no Rio Grande do Sul a luta pela posse da terra tem ocorrido de forma pacífica, é preciso incentivar cada vez mais a aproximação da comunidade indígena da justiça. “É uma experiência nova, que tem dado resultados.”

JUSTIÇA

Tribunal mantém índios na reserva de Nonoai

□ A decisão dos juizes da 6ª Câmara Cível garante a permanência de 600 caingangues no Parque Florestal

Os cinco juizes sentados na sala de sessões da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada desativaram dos juizes togados. Pela primeira vez na história do movimento indígena do Rio Grande do Sul, eles estavam ali para assistir a um julgamento, longe do banco dos réus. Mais do que pelo formalismo, os cinco representantes da reserva de Nonoai sentaram-se satisfeitos porque a decisão dos juizes foi favorável à permanência dos 600 índios no Parque Estadual Florestal de Nonoai.

Os 17 mil hectares do parque foram ocupados pelos índios caingangues no dia 19 de fevereiro deste ano. Vindos da reserva de Nonoai — onde vivem 2.600 pessoas numa área de 14.910 hectares —, os caingangues querem de volta as terras desmatadas em 1910 e tomadas pelo Estado em 1945. Naquela época, cedia aos índios 29.980 hectares. Foi esse o motivo da invasão, que o governo do Estado tenta impedir com uma ação de reintegração de posse.

Na sessão de ontem foi julgado o recurso apresentado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), contra a

limitar concessão pelo juiz de Nonoai que determinava a saída dos caingangues. "Eles permanecerão no local até o julgamento definitivo da ação", resumiu o juiz relator do recurso, Tacl José Selstre.

A ação a que Selstre se refere é uma ação originária cível processada pela Funai para reaver os 40 mil hectares, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Envolvidos nos aspectos constitucionais, os juizes tomarão a decisão considerando questões antropológicas — há um cemitério indígena dentro da área do parque — e o fato de que a terra pertence aos índios no início do século.

EXPERIÊNCIA — Após o julgamento, o assessor jurídico da Funai para a Região Sul, Derli Cardoso Filho, reuniu o grupo focado no Incaique José Orestes do Nascimento, o Zé Lopes, e outras quinze representantes da comunidade para explicar as implicações da decisão. A iniciativa da participação dos índios no julgamento foi do assessor jurídico.

Para o assessor, já que no Rio Grande do Sul a luta pela posse da terra tem ocorrido de forma pacífica, é preciso incentivar cada vez mais uma aproximação da comunidade indígena com a Justiça. "É uma experiência nova, que tem dado bons resultados", diz Fozzi.

CPM do Julinho perde no Pleno

O advogado Luiz Gustavo Andrade Madeira, do Circuito de Pais e Mestres do Colégio Estadual João de Castilhos, entrou quarta-feira com pedido de segurança e pedido de liminar junto ao Pleno do Tribunal de Justiça do Estado. Madeira quer a suspensão da decisão do presidente do Tribunal, desembargador José Barson, que suspendeu, a partir dia 19 de setem-

bro, a liminar emitida pelo Juizinho na 3ª câmara cível do próprio Tribunal. A decisão de Barson redireciona a aplicação do sistema de calendário eleitoral na escola. Contudo mesmo, o Tribunal arquivou o pedido de Madeira, com a justificativa de que o exame da decisão de Barson, ocorrida por mandado, não é de competência do Pleno.

Avançando com amigos: CASA DE CULTURA MARIO QUINTANA

Hoje, 25 de setembro, é uma data pública e, para nós, que prosseguimos com as mesmas idéias que levantaram paredes, criaram espaços e deslumbaram, a Casa de Cultura Mario Quintana, é uma data carinhosa. Nela se compôs um sonho. Faz dois anos que se inaugurou a casa reanimada, abriam-se seus espaços de cultura. Mais de um milhão de pessoas foram ao teatro, viram filmes, assistiram a conferências, cursos e oficinas, fizeram reuniões ou ficaram apenas observando. Não parece mais um sonho, não verdadeira ela é. Mas para nós ainda é sonho.

25 de setembro de 1992.



Realidade: Fotos mostram a situação da terra no Estado para preservar o patrimônio indígena e o Judiciário

UGES E UMESPA REPUDIAM DESRESPEITO AO GOVERNADOR

O Governador Alceu Collares recebeu ontem manifestação da União Gaúcha dos Estudantes Secundários e da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas do Porto Alegre, em que esclarecem não ser da prática estudantil vaia a autoridades. Referindo-se a episódios ocorridos durante o ato Pré-Impeachment do Presidente Collor, os estudantes repudiam a atitude de "pseudo-radical" e reiteram absoluta confiança no Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

A íntegra do manifesto é a seguinte:

Porto Alegre, 24 de setembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Governador

A juventude brasileira tem orgulhado as manifestações cívicas contra o governo corrupto e entreguista de Collor de Mello.

Existe, entretanto, um grupo minoritário que tenta tirar proveito da luta dos jovens. Os estudantes estão conscientes da necessidade de reunir o máximo possível de lideranças no parlêncio. As únicas vaia que queremos dar são para Collor e sua quadrilha.

O episódio ocorrido na última quarta-feira, durante o ato unitário, onde vários oradores foram vaiados, nem de longe representa o espírito das manifestações juvenis. Mostra apenas que nem todos têm a noção da unidade (e nem de respeito) que nós.

As entidades estudantis e, temos certeza, o conjunto dos estudantes gaúchos, repudiam a atitude irresponsável tomada pela minoria pseudo-radical que se posicionou diante do parlêncio naquele dia.

As divergências existem, e isto é natural. Não podemos, contudo, colocá-las acima de nossa luta maior, pela ética na política e pela liberdade nacional.

Temos absoluta confiança que homens públicos do quilate do Sr. Governador Alceu Collares e do Sr. Presidente da Assembleia João Augusto Wanders, não se abalam com atitudes isoladas e inconsequentes.

Temos igual certeza que estas atitudes não vão o menor respaldo no conjunto dos estudantes. Estes, esbanjando consciência e responsabilidade, querem continuar contando com o apoio das autoridades realmente comprometidas com a renovação ética do país.

Saudações estudantis.

[Assinatura]
MARIO QUINTANA
PRESIDENTE DA UGESPA

[Assinatura]
MARIO QUINTANA
PRESIDENTE DA UGESPA

Ficha 43**Tipo:** Terra**Título:** AMBIENTE

Índios lutam por área estadual

Data: 02-11-1992**Tamanho:** 5 col X 22,14 cm**Página:** 36**Localização na página:** Em cima à direita com foto em infográfico completando as 4 colunas**Editoria:** Geral**Resumo:**

- Caingangues querem a posse da maior área verde do estado, deixando os ecologistas preocupados com novo desmatamento.

- Durante três dias no feriadão de finados reuniram-se no Parque Florestal Estadual de Nonoai universitários do Instituto de Biociências da UFRGS, Associação de Pós-graduandos da UFRGS e da Associação do Meio Ambiente de Carazinho e lideranças indígenas para tratar da preservação do Parque. Os ecologistas temem pelo futuro do Parque já que a reserva indígena está devastada, o temor é de que o Parque também venha a sê-lo.

Autor: Clarinha Glock

Citados: Rogério Castro, do Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências da UFRGS; Mário Farias, uma das lideranças da aldeia Pinhalzinho; José Orestes Nascimento, Zé Lopes, cacique; Lígia Simonian, antropóloga, autora de vários estudos sobre política indigenista no RS; Rodrigo Venzon, representante da Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAÍ

Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:

- Pela primeira vez na história do Parque Florestal Estadual de Nonoai, universitários, ecologistas e lideranças indígenas sentaram-se lado a lado para discutir a preservação da maior área verde do Estado.

- A solução do impasse é recuperar a área indígena e preservar o parque.

O que dizem as fontes:

- Rogério Castro, do Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências da UFRGS – “Com a invasão, o parque se torna vulnerável à caça e a retirada de pedras e madeira”.

- Se hoje os índios vivem em estado de miséria, é porque a Funai não soube administrar a área indígena, atualmente degradada pelo mau uso do solo.

- Da mesma forma o governo do estado pode ser atacado pelo abandono do parque, onde restam os últimos exemplares de mata de araucária.
- Mário Farias, uma das lideranças da aldeia Pinhalzinho: “Se há 40 anos a Funai não vem cumprindo seu papel, agora estamos abrindo os olhos. Ninguém vai derrubar uma árvore ali dentro”.
- José Orestes Nascimento, Zé Lopes, cacique: “Fizemos uma proposta ao governo em julho, de uma fiscalização conjunta: índio, Brigada Militar, Ibama. Até agora não tivemos resposta”.
- Lígia Simonian, antropóloga: “Os índios têm direito às terras, e a prioridade agora é a demarcação”.
- Rodrigo Venzon, representante da Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAÍ: “O debate está recém começando”.

Ficha 44**Tipo:** Meio Ambiente**Título:** Devastação da reserva mancha imagem da tribo**Data:** 03-11-1992**Tamanho:** 2 col X 8,34 cm**Página:** 36**Localização na página:** Embaixo à direita**Editoria:** Geral

Resumo: O Rio Grande do Sul, ao contrário dos estados do norte do país, enfrenta uma situação diferente. Enquanto lá são demarcadas áreas enormes de terras com estímulo à preservação, aqui há processos tentando tirar os índios de áreas, sob alegação de que irão destruir o meio ambiente. Denúncias de corrupção, de envolvimento de indígenas e funcionários da Funai em arrendamento de terras de reservas indígenas como Guarita, em São João do Irapuá ajudam a entender o receio. Além disto, as reservas indígenas estão carentes de professores bilíngües, que ensinem em Kaingang, falta saneamento básico, faltam remédios.

Autor: Clarinha Glock**Citados:** Lígia Simonian, antropóloga**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

A matéria é toda opinativa: “O Rio Grande do Sul vive uma situação inusitada em relação ao resto do país. Enquanto os índios do norte do país ganham porções consideráveis de terras como estímulo à preservação do meio ambiente – o exemplo são os iannomamis – há processos na justiça das cidades do sul tentando retirar os índios das áreas ocupadas com medo da depredação. A ocupação do Parque Florestal Estadual de Nonoai, uma área de 17.499 hectares na divisa de Nonoai e Planalto, em fevereiro, e a reconquista da área de Iraí, onde o aeroporto da cidade agora faz parte da reserva indígena, são peculiaridades da luta dos índios no estado.

As denúncias de corrupção dos funcionários da Fundação Nacional do índio, com conivência de alguns indígenas, e o arrendamento de terras em reserva como Guarita, em São João do Irapuá, ajudam a compreender o porquê de tanto receio. Além disso, faltam condições mínimas de saneamento, educação e saúde nas áreas indígenas. Não há professores bilíngüe (que ensine caingangue e português), nas escolas de Nonoai, e Iraí. As farmácias de Planalto e Nonoai suspenderam as vendas de medicamentos aos índios por falta de pagamento. “Com problemas econômicos, os índios são encarados pelo resto da comunidade como uma ameaça à preservação da natureza.”

O que dizem as fontes:

Ficha 45**Tipo:** Meio Ambiente**Título:** NONOAI

Índios e soldados combatem ladrões de madeira

Data: 04-12-1992**Tamanho:** 5 col X 16,8cm**Página:** 50**Localização na página:** Em cima com foto em três colunas**Editoria:** Geral**Resumo:**

- **Olho:** Caingangues que vivem na reserva e soldados da Brigada Militar formaram uma patrulha para impedir a devastação no local.

- Após encontro entre lideranças indígena, governo do Estado, prefeitos atuais e leitos, dos municípios da redondeza, juízes, promotores e oficiais da Brigada Militar, ficou acertado que será formada uma guarda conjunta. Serão 12 caingangues e 12 guardas-parque da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Os indígenas serão remunerados pela Funai, com a parceira da Secretaria ou pelos sete municípios do entorno. Apesar de protegido por lei o parque, criado em 1949 sofre constantes invasões de madeireiros e garimpeiros clandestinos, pois abriga espécies raras de madeira e muita ametista. Atualmente, depois da ocupação em fevereiro, vivem 12 famílias indígenas na área de 15 mil hectares, e sua permanência está garantida pela justiça enquanto se aguarda decisão de demarcação no Supremo Tribunal Federal. Uma blitz realizada nesta semana pelo delegado de Planalto, Juarez Francisco Mendonça, prendeu três pessoas e mais 14 foram indiciadas por extração ilegal de madeira.

Autor: Lauro Rutkowski**Citados:** José Lopes do Nascimento, Zé Lopes, cacique de Nonoai e Juarez Francisco Mendonça, delegado de Planalto**Como o jornalista qualifica a situação que está narrando:**

“A preservação do Parque é garantida por um decreto de 1949, mas existem dezenas de homens embrenhados nos matos em busca de pedras semipreciosas e madeira nativa – cujo corte é proibido. Muitos deles são índios que vivem do extrativismo, pois não conseguem sobreviver da agricultura.”

“Em fevereiro surgiu outro problema na área de preservação: um grupo de 600 índios migrou da reserva e invadiu o parque.”

O que dizem as fontes:

José Lopes do Nascimento, Zé Lopes, Cacique de Nonoai - Exige que o governo troque os guardas, pois os acusa de terem estuprado índias e de facilitarem o roubo de madeira e garimpo.

NORONH

Índios e soldados combatem ladrões de madeira

Camangues que vivem na reserva e soldados da Brigada Militar formaram uma patrulha para impedir a devastação no local

LAURO DI TROVSKY

Índios — Itaipavas e índios que convivem junto com os índios do Parque Estadual de Noronhã a partir de agosto de 1991, formando uma patrulha conjunta com o objetivo de impedir a devastação dos 17 mil hectares desta área de preservação ecológica. A decisão de criar uma guarda única foi tomada ontem, durante um encontro que reuniu líderes indígenas, representantes do governo do Estado, juizes municipais, oficiais da Brigada Militar, delegados de polícia e professores locais e elites dos municípios vizinhos ao parque. O Parque Estadual de Noronhã abriga as últimas florestas com vegetação úmida do Norte do Rio Grande do Sul e vem sendo invadido por cortadores de madeira e garimpeiros.

A grande mata está composta por 12 áreas parquês da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e por 12 índios camangues a serem mantidos pelo cacique José Lourenço de Nascimento — conhecido como Zé Lourenço. Os indígenas não toleram o presente nível sem



Árvore: índios e soldados vão defender o parque embaixo dos ladrões de madeira e garimpeiros clandestinos

remuneração e, a partir de 1º de janeiro, receberão um salário pago pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em seis parcelas mensais sem que o Parque seja limpo. O código exige, porém, a substituição de guardas brancos acusados de estapúrfegas e facilitar os cortes legais de madeira: a operação dos garimpeiros.

LI — A preservação da área do Parque é garantida por um decreto de 1949, mas existem dezenas de hectares embelezados nos matos em busca de pedras semi preciosas e madeira nobre — cujo corte é proibido. Muitos deles são índios, que vivem em estativismo quando não conseguem sobreviver da agricultura. Em fevereiro deste ano, surgiu outro problema na área de preservação: um grupo de 600 in-

dios fugiu da reserva e invadiu parte do Parque.

Atualmente só 17 famílias continuam nos limites do Parque. A Secretaria de Agricultura pediu reintegração de posse, mas o Tribunal de Alçada negou o pedido, permitiu a permanência dos índios e vetou a retirada de lençóis no local. Hoje esta questão está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal.

A criação da guarda única foi uma saída convencional diante da falta de recursos de fiscalização dos municípios e governo do Estado. Na maioria dos municípios brasileiros, no entanto, não existe uma estrutura repressiva e judicial eficiente. Falam delegados, juizes, policiais e vítimas para operações especiais.

UNIÃO — Nesta semana, uma elite foi organizada pelo delegado de Polícia, João Francisco Mendonça e convoca com a participação de seis dos índios presentes, mas desfilados da Brigada Militar. Como a maioria da reserva está estragada, o transporte dos soldados e policiais foi feito com Furgão da Brigada Militar e em algumas vezes emprestados pelos agricultores da região. A operação foi um sucesso: seis pessoas foram presas por extração ilegal de madeira e outras 14 indiciadas pelo mesmo crime.

Planalto é uma zona de confronto entre madeireiros rivais — especializados em roubar madeira do Parque Estadual de Noronhã — e entre garimpeiros clandestinos — latentes a penetrar na reserva ecológica para cortar ametistas existentes no solo do Parque. São frequentes as trocas de tiros entre inimigos nos matos do município. O lucro dos exploradores de madeira é menor, cada cordão de madeira rende Cr\$ 5 mil por árvore abatida. Esses troncos posteriormente são transformados em pilanques — móveis usados na construção de cercas. Um pilanque é vendido a Cr\$ 35 mil nos vilarejos da Fronteira Oeste.

IMPOTENCIA-ESTERILIDADE
 Divulgações Gratuitas da Fronteira Oeste em São Paulo de São Paulo
 Dr. E. SÉRGIO YANKOWSKI DOS SANTOS - CRM 5795
 CONVENIO COM A UNIMEC
 Rua Montenegro da Fronteira Oeste, 111 - Cx 101 - Porto Alegre/RS - Fone: 3011.022.1228

CALVÍCIE Método Patenteado pelo Dr. Oscar Uebel
 Clínica de Cirurgia Plástica
 DR. CARLOS OSCAR UEBEL
 Rua Vitor Hugo, 78 - P. Alegre - Fone: 330-1177

É PEGAR E LEVAR.
 1993
 ÚLTIMAS UNIDADES! SÓ ATÉ AMANHÃ, NA DICO, O MELHOR NEGÓCIO DO ANO: CHEVROLET 0 km ANTES DO AUMENTO.
 Promoção válida até sábado, dia 5.12.92. Somente enquanto durar o estoque.
DICO
 100 anos na frente
 Av. Farrapos, 235 Fone: 224-2511

ANEXOS

ANEXO 1

LENDAS OU MITOS DOS ÍNDIOS KAINGANG¹⁶

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra *Crinjijimbé* emergia das águas.

Os *Kaingang*, *Kayuruerés* e *Kamés* nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha incendiadas. Os *Kayuruerés* e *Kamés* cansados, afogaram-se. Suas almas foram morar no centro da serra. Os *Caingangues* e alguns poucos *Curutons* alcançaram a custo o cume de *Crinjijimbé*, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente.

Gritaram eles às saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como um açude, por onde subiram os *Kaingangs* que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das árvores, transformaram-se em macacos e os *Curutons* em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o céu nasce; por isso nossas águas correm todas ao Poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram os *Kaingang* se estabeleceram nas imediações de *Crinjijimbé*. Os *Kayrucrpes* e os *Kamés*, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela; depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: Pela aberta por *Kayrucré*, brotou um lind arroio; e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos; o outro tanto não acontece aos *Kamé*, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando ele e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando por isso, grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram que pedi-la a *Kayrucré* que consentiu que a bebessem quando necessitassem.

Quando saíram da serra mandaram os *Curutons* para trazer os cestos e as cabaças que tinham deixado embaixo; estes, porém, por preguiça de tornar a subir, ficaram ali e nunca mais se reuniram aos *Kaingang*: por esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. Na noite posterior à saída da serra, atearam fogo e com a cinza e o carvão fizeram tigres, *ming*, e disseram a eles: - vão comer gente e caça-; e os tigres foram-se, rugindo. Como não tinham mais carvão para pintar, com a cinza fizeram as antas *oyoro*, e disseram: - Vão comer caça; estas, porém, não tinham saído com os ouvidos perfeitos, e por esse motivo não ouviram a ordem; perguntaram de novo o que deviam fazer; *Kairucré*, que já fazia outro animal, disse-lhes gritando e com maus modos: - vão comer folha e ramos de árvore -; desta vez ela, ouvindo, se foram: eis a razão porque as antas só comem folhas, ramos de árvores e frutas.

Kayrucré estava fazendo outro animal; faltava ainda a cabeça e os dentes, língua e algumas unhas, quando principiou a amanhecer, e, como de dia não tinham poder para fazê-lo, pôs-lhe

¹⁶ Transcrito por mim na grafia contemporânea de cópia do original de Telêmaco Borba(1904: 61-2) in. VEIGA, Juracilda **Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomação em uma sociedade Jê Meridional** – Dissertação de Mestrado – Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual de Campinas sob orientação da professora Vanessa Lea

uma varinha fina na coca e disse-lhe: - Você, como não tem dente, viva comendo formiga; eis o motivo porque o tamanduá, *loly*, é um animal inacabado e imperfeito.

Na noite seguinte continuou e fê-los muitos, e entre eles as abelhas boas. Ao tempo que *Kayrucré* fazia estes animais, *Kamé* faziam outros para os combater; fez os leões americanos (*mingcoxou*), as cobras venenosas e as vespas. Depois de concluído este trabalho, marcharam a reunir-se aos *Kaingang*; viram que os tigres eram maus e comiam muita gente, então na passagem do rio fundo, fizeram uma ponte de um tronco de árvore e, depois de todos passarem, *Kayrucré* disse a um dos *Kamé* que quando os tigres estivessem na ponte, puxassem esta com força, a fim de que eles caíssem na água e morressem. Assim o fez o do *Kamé*; mas dos tigres, uns caíram à água e mergulharam, outros saltaram ao barranco e seguraram-se com as unhas; o de *Kamé* quis atirá-lo de novo ao rio, mas, como os tigres rugiam e mostravam os dentes, tomou-se de medo e os deixou sair; eis porque existem tigres em terra e nas águas. Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos *Kaingang* e deliberaram casar os moços e as moças.

Casaram primeiro os *Kyrucrés* coms as filhas dos *Kamés*, estes coms as daqueles, e como ainda sobreavam homens, casaram-se com as filhas dos *Kaingang*.

Daí vem que, *Kayrucré*, *Kamé* e *kaingang* são parentes e amigos.

ANEXO 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 215, DE 2000

(Do Sr. Almir Sá e outros)

Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 42 e acrescenta o § 82 ambos no Art . 231, da Constituição Federal. (Apense-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 153, de 1995)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 49 um inciso após o inciso XV, renumerando-se os demais:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...)

XVIII - aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas;

Art. 2º O § 4º do art. 231 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 231 (...)

§ 4º As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei.

ANEXO 3

OS ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Este documento traz os artigos da CF/88 que estão relacionados à situação dos índios brasileiros.

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4.º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

III - autodeterminação dos povos;

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Art. 20. São bens da União:

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 2.º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XIV - populações indígenas;

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 3.º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4.º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1.º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7.º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3.º e 4.º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
ADCT

Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães, Presidente
Mauro Benevides, 1.º Vice-Presidente

ANEXO 5

TABELA DE QUALIFICATIVOS DEPRECIATIVOS

Ameaçadores	1
Armados	1
Briguentos	1
Cachaceiros	1
Canibais	1
Causadores de impasse	1
Contrariados	1
Controversos	1
Criminosos	1
Degradado cultural	1
Degradadores	1
Depredadores	4
Desconfiados	1
Desmatadores	3
Destoantes	1
Devastadores	3
Dissimulados	3
Exploradores	1
Foras da lei	1
Fujões	1
Inamistosos	1
Invasores	5
Manipuláveis	1
Medrosos	2
Mentirosos	3

Miseráveis	1
Não se expressam bem em Português	1
Nervosos	1
Perigosos	4
Pouco lutadores	1
Predadores	1
Privilegiados	1
Teimosos	2
Violentos	1
Total	55

PEJORATIVOS

Desterrados	1
Dizimados	1
Perambulantes	1
Sonhadores	1
Tranqüilos	1
Total	5

VALORATIVOS

Alegres	1	
Decididos	1	

Defensores da mata	1	
Diaristas	1	
Guerreiros	2	
Lutadores	2	
Rebeldes	1	
Resistentes	1	
Sabedores de seus direitos	1	
Símbolo de uma luta antiga	1	
Sobreviventes	1	
	13	

Total 71 adjetivos 5 são paternalistas, ou nem negativos nem positivos e 15 são positivos. Ou seja 79% são negativos, 6% mais ou menos e apenas 16% positivos

ANEXO 6

FONTES

1	Administrador do Parque – Ariel Rossato	10
2	Antropóloga Lígia Simoniam	2
3	Cacique de Nonoai – Zé Lopes	10
4	Camponês lindeiro	1
5	Capitão Miranda	1
6	Che. Posto Funai Nonoai – Jair E. Moraes	1
7	Comerciante – Hélio Molinari	1
8	DA Biociências UFRGS – Rogério Castro	1
9	Del. de Tenente Portela – João E. Mazim	1
10	Delegado da Funai – Sebastião Fernandes	4
11	Div. Par. da Sec. Agr. – João P. Steigleder	1
12	Juiz de Nonoai – Dilso Domingos Pereira	1
13	Juiz Federal – Passo Fundo – Nilson A. Paim	1
14	Juiz Federal – Tri. Alçada – Sérgio Pereira	1
15	Juiz Federal Tri. Alçada – Tael J. Selistre	1
16	Kaingan - Getúlio Casseiro	2
17	Kaingang - Abílio Casseiro	3
18	Kaingang - uma das índias	1
19	Kaingang – Doralina Crespo	1
20	Kaingang – Morcolino Mineiro	1
21	Kaingang – Paulina Mariano	1
22	Kaingang – Vairam Casseiro	1
23	Kaingang de Pinhalzinho – Mario Farias	1
24	Kaingang Gabriel Nascimento	1
25	Kaingang – Joaquim Mariano	2

26	Kaingang jovem – João da Silva	1
27	Kaingang Néelson Jacinto Xagrê	1
28	Kaingang Pompilho	1
29	ONG Anaí – Maria Cristina Vigiano	1
30	ONG Anaí – Rodrigo Venzon	3
31	ONG Snt. dos Pampas – Paulo F. Oliveira	1
32	ONG Upan – Carlos Aveline	1
33	Prefeito Nonoai – Adonis Luiz de Barros	2
34	Presidente da Funai – Sydney Possuelo	1
35	Presidente ONG Agapan – Celso Marques	1
36	Proc. Ger. Estado Subst. – Carlos A. Torres	1
37	Procurador da Funai – Derli Cardoso Fiúza	2
38	Procurador da República – Renato Mattei	2
39	Procurador de Carazinho – Tarso Pereira	1
40	Procurador do Estado – Gabriel Fadel	2
41	Promotor Nonoai – Luiz Antônio Portela	2
42	Representante do CIMI - José Bueno	1
43	Sargento Andrade	1
44	Sargento Prado	1
45	Secr. Geral de Nonoai – Luiz Sarovonato	1
46	Secretário da Agricultura – Aldo Pinto	2
47	Sem fonte	3
48	Seminário Preparatório Rio 92	1
Total		84

ANEXO 7

RELAÇÃO DE TÍTULOS

1. Brigada impede rebelião dos caingangues - 13-11-90
2. Polícia Federal investiga morte de índio – 15-11-1990
3. Caingangues fogem e temem represálias – 15-11-1990
4. Caingangues procuram lugar para morar – 07-02-1991
5. Índios brigam pela terra na justiça - 10-05-91
6. Salles mata o inimigo. Depois, come o coração - 10-05-1991
7. O velho Joaquim sonha outra vez - 16-05-1991
8. Precedentes animam os Caingangues - 16-05-1991
9. Brancos temem pelo futuro da área - 16-05-1991
10. Índios expulsos de Nonoai vivem a miséria da cidade - 12.11.91
11. Índios querem área de Parque Florestal - 17-02-1992
12. Índios devem sair do parque - 17-02-1992
13. Estado quer desocupar área invadida - 18-02-1992
14. Índios prometem ficar no Parque Florestal - 21-02-1992
15. Ambientalistas apelam ao governo - 21-02-1992
16. Índios continuam no Parque de Nonoai - 22-02-1992
17. Governo tenta hoje retirada dos índios - 24-02-1992
18. Juiz decide amanhã destino dos caingangues - 25-02-1992
19. INDIOS(subtítulo) – 26-02-92
20. Terras da área florestal pertencem aos caingangues - 27-02-1992
21. Liminar mantém índios no parque - 29-02-1992
22. Índios estão prontos para reagir - 29-02-1992
23. Índios lutam na Justiça para manter área - 01-03-1992
24. NONOAI : Decisão da Justiça alega caingangues - 01-03-1992
25. Ocupação está envolta em muitas acusações - 01-03-1992
26. Uma viagem a Porto Alegre cheia de frustrações - 01-03-1992
27. NONOAI: Denúncia de destruição da reserva - 02-03-1992
28. O símbolo de uma luta antiga - 02-03-1992
29. Campo de futebol, uma área desmatada no parque - 02-03-1992
30. Cacique quer denunciar perseguições - 03-03-1992
31. Ameaças envolvem índios e brancos - 03-03-1992
32. Guardas deixam o parque - 04-03-1992
33. AMBIENTE: Parque de Nonoai é um cemitério verde - 19-05-1992
34. Funai não manda recursos, acusa o cacique - 19-05-1992
35. Líder pretende concorrer a vereador - 19-05-1992
36. JUSTIÇA: Tribunal mantém índios na reserva de Nonoai - 25-09-1992
37. AMBIENTE: Índios lutam por área estatal - 02-11-1992
38. Devastação da reserva mancha imagem da tribo - 02-11-1992
39. NONOAI: Índios e soldados combatem ladrões de madeira – 04-12-92
40. A imensidão do parque esconde exemplares raros da fauna - 16-05-1991
41. Índios não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque - 27-02-1992

ANEXO 6
TABELA DE EDITORIAS

FICHA	DATA	EDITORIA	EDIT	TÍTULOS	QUALIFICATIVOS
1	13/11/90	ILEG.		Brigada impede rebelião dos caingangues	Guerreiros, rebeldes, corruptos
2	15/11/90	GERAL	1	Polícia Federal investiga morte de índio	Nervosos, medrosos, fujões, corruptos
3	15/11/90	GERAL	2	Caingangues fogem e temem represálias	Nervosos. Medrosos, fujões, corruptos
4	07/01/91	GERAL	3	Caingangues procuram lugar para morar	Preocupados
5	10/05/91	ECOLOGIA	1	Índios brigam pela terra na justiça	Briguentos, espoliados
6	10/05/91	ECOLOGIA	2	Salles mata o inimigo. Depois, come o coração	Canibais, degradados
7	16/05/91	ECOLOGIA	3	A imensidão do Parque esconde exemplares raros da fauna	Desmatadores. Degradados culturais, corruptos
8	16/05/91	ECOLOGIA	4	O velho Joaquim sonha outra vez	Sonhadores, manipuláveis, desmatadores, miseráveis
9	16/05/91	ECOLOGIA	5	Precedentes animam Caingangues	Guerreiros, resistentes, trabalhadores, sobreviventes, desmatadores, cachaceiros
10	16/05/91	ECOLOGIA	6	Brancos temem pelo futuro da área	Degradadores
11	12/11/91	GERAL	4	Índios expulsos de Nonoai vivem a miséria da cidade	Miseráveis, corruptos
12	17/02/92	ESTADO	1	Índios querem área de Parque	Invasores, dissimulados
13	17/02/92	GERAL	5	Índios devem sair do parque	Invasores, dissimulados
14	18/02/92	ESTADO	2	Estado quer desocupar área invadida	Violentos, degradadores, dissimulados
15	19/02/92	ESTADO	3	Índios são acusados de estupro	Estupradores

16	19/02/92	ESTADO	4	Íbama poderá ocupar área florestal	Violentos, ameaçadores
17	21/02/92	ESTADO	5	Índios prometem ficar no parque florestal	Invasores, matadores de animais (devastadores)
18	21/02/92	ESTADO	6	Ambientalistas apelam ao governo	Depredadores, invasores
19	22/02/92	ESTADO	7	Índios continuam no parque de Nonoai	Tranqüilos
20	24/02/92	ESTADO	8	Governo tenta hoje retirada dos índios	Decididos
21	25/02/92	ESTADO	9	Juiz decide amanhã destino dos caingangues	Teimosos
22	26/02/92	ESTADO	10	Produtores querem saída de colonos - INDIOS (subtítulo)	Teimosos
23	27/02/92	ESTADO	11	Índios não cumprem decisão de juiz e permanecem no parque	Foras da lei (criminosos)
24	27/02/92	ESTADO	12	Terras da área florestal pertencem aos caingangues	Conscientes
25	29/02/92	ESTADO	13	Liminar mantém índios no parque	Conscientes
26	29/02/92	ESTADO	14	Índios estão prontos para reagir	Conscientes
27	01/03/92	ESTADO	15	NONOAI : Decisão da Justiça alegra caingangues	Armados
28	01/03/92	ESTADO	16	Índios lutam na Justiça para manter área	Sobreviventes e degradadores
29	01/03/92	ESTADO	17	Governo promove demarcação de terras	Privilegiados
30	01/03/92	ESTADO	18	Ocupação está envolta em muitas acusações	Mentirosos, conscientes, ameaçadores
31	01/03/92	ESTADO	19	Uma viagem a Porto Alegre cheia de frustrações	Invasores e medrosos
32	02/03/92	ESTADO	20	NONOAI: Denúncia de destruição da reserva	Desmatadores
33	02/03/92	ESTADO	21	O símbolo de uma luta antiga	Lutadores
34	02/03/92	ESTADO	22	Campo de futebol, uma área	Devastadores

				desmatada no parque	
35	03/03/92	ESTADO	23	Cacique quer denunciar perseguições	Criminosos, controversos
36	03/03/92	ESTADO	24	Ameaças envolvem índios e brancos	Devastadores
37	04/03/92	ESTADO	25	Guardas deixam o parque	Resistentes
38	24/04/92	ESTADO	26	Índios ficam na área de Nonoai	Teimosos
39	19/05/92	GERAL	6	AMBIENTE: Parque de Nonoai é um cemitério verde	Desmatadores
40	19/05/92	GERAL	7	Funai não manda recursos, acusa o cacique	Lutadores
41	19/05/92	GERAL	8	Líder pretende concorrer a vereador	Oportunistas
42	25/09/92	GERAL	9	JUSTIÇA: Tribunal mantém índios na reserva de Nonoai	Destoante
43	02/11/92	GERAL	10	AMBIENTE: Índios lutam por área estatal	Conciliadores
44	03/11/92	GERAL	11	Devastação da reserva mancha imagem da tribo	Corruptos
45	04/12/92	GERAL	12	NONOAI: Índios e soldados combatem ladrões de madeira	Devastadores